

# Relatório e Contas'16

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Em 2016, o BFA manteve a sua  
trajectória de crescimento  
sustentado, apresentando indicadores  
de desempenho financeiro  
que vêm, uma vez mais, reforçar a  
nossa identidade financeira

**– A Fortaleza BFA.**

# 2016 em Revista



Líder de mercado na oferta de serviços em Dezembro 2016 obtendo as seguintes Quotas de Mercado:

24,4%

Quota de Cartões de Débito

26,3%

Quota de TPA's

56,0%

Quota de Cartões VISA



Número de Colaboradores do BFA aumentou de

2.610

Número em Dezembro de 2015

para

2.632

Número em Dezembro de 2016

+0,8%

Crescimento em relação a 2015



1.365

Negócios registados na BODIVA

+64%

Um aumento face a 2015

O BFA teve 67% da Quota de Mercado do número de registados na BODIVA em 2016.



Número de Clientes em Dezembro de 2016 atingiu

1.571.107



+6,8%

Aumento no Resultado Líquido

24.046

Em Milhões de AKZ

+63,5%

Um aumento face a 2015



O BFA é o Banco principal de

60,0%

dos Clientes Particulares, de acordo com o estudo de Satisfação de Clientes realizado a nível nacional.



Aumento de

108.939

Em Milhões de AKZ em Títulos (OT e BT)

O Banco mantém a posição compradora a nível de Títulos,

39,4%

Quota de Mercado de Títulos



Aumento de Clientes com BFA Net

+7.147



Crescimento da Carteira de Activo

1.312.880

Em Milhões de AKZ

+6,8%

face a 2015



**Primeiro Relatório e Contas Digital lançado em Angola**



**4.332 Horas de formação ministradas a partir da plataforma de eLearning: eFormar**



**Prémio Sirius na categoria “Melhor Empresa do Ano do Sector Financeiro”.**

**Prémio “Banco do Ano em Angola 2016” atribuído pela revista britânica The Banker.**

**Prémio “Banco mais Inovador 2016” atribuído pela Revista EMEA Finance.**

#### **Relatório e Contas BFA**

O acesso a este relatório poder ser feito através do Computador ou do Tablet. Pode fazer o download em [www.bfa.ao](http://www.bfa.ao)

This Annual Report can be downloaded at [www.bfa.ao](http://www.bfa.ao)



## **ÍNDICE**

### **RELATÓRIO**

Mensagem da Comissão Executiva do Conselho de Administração	4
A nossa estratégia	6
Visão, Valores e Compromissos	6
Estratégia	7
Como acrescentamos valor	8
Principais Indicadores	10
Evolução do Negócio: 2014 – 2016	12
Expectativas para 2017	14

### **ENQUADRAMENTO ECONÓMICO**

Economia Internacional	18
Economia Angolana	21
Alterações Regulamentares	28

### **O BFA**

<b>Governo Societário</b>	34
Governação Corporativa e Sistema de Controlo Interno	34
Princípios Orientadores da Governação Corporativa	34
Estrutura Societária e Modelo de Governo	35
Composição dos Órgãos Sociais	41
Organigrama	41
Comissão Executiva do Conselho de Administração	42
Sistema de Controlo Interno	46
Remuneração dos Órgãos Sociais	46
Política de Distribuição de Resultados	47
Princípios Éticos e Conflitos de Interesse	48
Sistema de Gestão do Risco	49
Informação Interna	50
Monitorização	50
<b>Principais Áreas de Negócio</b>	52
Particulares e Negócios	54
Centros de Investimento	58
Empresas	60
Oil & Gas	64
Mercado de Capitais	65
Unidade de Business Development	68
<b>Recursos Humanos</b>	70
<b>Inovação &amp; Tecnologia</b>	73
<b>Sistema de Pagamentos</b>	76
<b>BFA no Digital</b>	80
<b>Comunicação</b>	82
<b>Responsabilidade Social</b>	89
<b>Prémios</b>	92

### **GESTÃO DE RISCO**

Governação e Organização da Gestão dos Riscos	96
Risco de Crédito	99
Risco de Liquidez	106
Risco Cambial	108
Risco de Taxa de Juro	110
Risco Operacional	112
Risco de <i>Compliance</i>	116

### **ANÁLISE FINANCEIRA**

Análise Financeira	122
Proposta de Aplicação de Resultados	133

### **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS**

Demonstrações Financeiras	136
Notas às Demonstrações Financeiras	140
Relatório de Auditoria	212
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	214

### **ANEXOS**

Glossário	218
Contactos BFA	222

# Mensagem da Comissão Executiva do Conselho de Administração

**“As perspectivas para 2017 são de moderada recuperação, suportada pela aceleração do crescimento da economia global e pela expectativa de sustentação do preço das matérias primas, em níveis superiores aos observados em 2016.”**

Num contexto macroeconómico que continuou adverso em 2016, o BFA manteve a sua trajectória de crescimento sustentado, apresentando indicadores de desempenho financeiro que vêm, uma vez mais, reforçar a nossa identidade financeira – **A Fortaleza BFA.**

Uma Fortaleza construída com rigor e disciplina no modelo de gestão, com uma preocupação permanente com a melhoria da qualidade do serviço que prestamos aos nossos Clientes e com um total empenho na implementação e desenvolvimento de regras e mecanismos para responder de forma cabal aos desafios da regulamentação prudencial e do programa de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento ao Terrorismo.

## **CRESCIMENTO ROBUSTO**

O BFA obteve em 2016 um lucro líquido de 61,9 mil Milhões AKZ (equivalente a 377,2 M USD), que constitui o resultado mais elevado de sempre, representando um crescimento de 63,5% face ao ano anterior (20,9% se denominado em USD). A par com este resultado, apresentou níveis de eficiência e rentabilidade elevados, um balanço com muita liquidez e uma elevada capitalização, traduzida nos seguintes indicadores:

- Rácio de eficiência situou-se em 32% (33% em 2015);
- Rendibilidade dos capitais próprios atingiu os 41,4% em 2016 (33,6% em 2015);
- Rácio de transformação de depósitos em crédito de 22%;
- Rácio de solvabilidade regulamentar de 31,7%, bem acima dos 10% exigidos regulamentarmente.

Aos expressivos indicadores económicos, junta-se a vitalidade na captação de Clientes. 2016 foi o ano com o maior volume de sempre de novos Clientes (+160 mil), o que nos permitiu ultrapassar o marco de 1 milhão e meio de Clientes. Este valor vem reforçar a dinâmica da actuação do BFA na área da banca

de retalho, onde mais uma vez se afirma como referência de mercado, papel aliás reconhecido pelos prémios nacionais e internacionais obtidos no decurso do ano.

## **QUALIDADE DE SERVIÇO COMO UMA PRIORIDADE**

A realização de duas novas vagas do Estudo de Cliente Mistério reforçaram o foco das estruturas comerciais na melhoria dos aspectos mais relevantes no contexto de atendimento. Complementarmente, a nossa plataforma de *eLearning*, eFormar, aumentou a sua abrangência e cobertura das acções de formação interna tendo já disponíveis 19 cursos e mais de 4.300 horas de formação registadas.

A presença cada vez mais significativa do BFA no ambiente digital aumentou a proximidade e conveniência dos Clientes no acesso ao seu Banco e uma melhoria significativa na capacidade e eficiência das nossas respostas às interações com os Clientes.

O site público registou mais de 700 mil visitas e os serviços de homebanking e mobile banking, BFA Net, BFA Net Empresas e BFA App evoluíram agregando novas funcionalidades associadas ao pagamento de serviços.

A Linha de Atendimento BFA registou um aumento de 40% no volume de contactos recebidos face ao ano anterior, vincando o seu papel de canal preferencial para esclarecimento de questões e tratamento de reclamações.

Iniciámos a avaliação sistemática da Satisfação de Clientes com um estudo a nível nacional que avalia e posiciona o BFA face aos principais concorrentes num conjunto de variáveis. Os resultados são muitos positivos e juntam-se aos bons indicadores expressos nos resultados do AAMPS Luanda 2016<sup>1</sup>, onde o BFA é classificado em primeiro lugar pelo segundo ano consecutivo

em aspectos como celeridade na resolução de problemas, menos falhas de sistema, melhor atendimento e menor tempo de espera. Estes são resultados que nos deixam motivados, mas que aumentam a nossa responsabilidade e compromisso de olhar para o futuro com o mesmo empenho e determinação que nos conduziu até aqui.

## DESAFIOS REGULAMENTARES E DE GESTÃO DOS RISCOS

A pressão exercida por via da legislação e regulamentação bem como por parte dos Clientes e do Sistema Financeiro Internacional, no que diz respeito ao Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo, mantiveram esta área no topo das nossas preocupações, conduzindo à implementação de ferramentas mais eficazes, de melhorias nos processos e reforço da formação dos quadros.

Demos igualmente continuidade a um conjunto de acções cujo principal objectivo é a mitigação do risco operacional. Neste âmbito temos a destacar em 2016:

- A evolução do sistema de compensação de cheques que permitiu reduzir substancialmente o risco operacional no processo de compensação;
- O processo de migração de aplicações para o novo Centro de Processamento de Dados (CPD) na EMIS, iniciado em 2015 e que permite redundância total para todos os sistemas do BFA, incluindo o sistema central e aplicações de suporte; e
- Inclusão de novos processos no eMudar@BFA designadamente o processo de depósitos a prazo, transferências e depósito /compensação de cheques.

Outro tema que mereceu destaque em 2016 foi a adopção plena das Normas Internacionais de Contabilidade e Relato Financeiro (“IAS/IFRS”), que são hoje as normas-chave para as divulgações financeiras do BFA. Este marco representa o culminar de um processo complexo, iniciado em 2014 e que foi a principal e mais relevante novidade a nível contabilístico fiscal no ano 2016.

## EVOLUÇÃO CONTÍNUA DA OFERTA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

Ao nível da oferta é de destacar o início da comercialização de seguros em toda a nossa rede comercial. Nesta primeira fase, exclusivamente associados aos produtos de crédito, aumentado o controlo que o Banco tem sobre as garantias dos processos de crédito, mas também simplificando significativamente a experiência do Cliente no processo de contratação de crédito.

Este processo permitiu criar as bases para o desenvolvimento e diversificação da oferta de seguros no decurso de 2017.

Avançámos com a criação da BFA Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Organismos Colectivos, S.A, tendo o seu registo junto da Comissão do Mercado de Capitais acontecido em Dezembro de 2016. Com o processo de legalização concluído, temos assim a oportunidade de alargar a oferta de produtos financeiros aos Fundos de Investimento, diversificando as alternativas para aplicação de recursos dos nossos Clientes.

Nos mercados da BODIVA, o BFA manteve uma significativa actividade, obtendo uma quota de 35,2% em termos de montante negociado, reforçando assim a posição de liderança.

## 2017

Após um ano de 2016 onde se verificou uma estagnação, em termos reais, da economia angolana, as perspectivas para 2017 são de moderada recuperação, suportada pela aceleração do crescimento da economia global e pela expectativa de sustentação do preço das matérias-primas, em níveis superiores aos observados em 2016. As previsões das principais organizações internacionais apontam também para a desaceleração da inflação, ainda que se deva manter em níveis elevados, e um gradual aumento da procura por crédito.

Neste contexto, o BFA vai continuar a aprofundar as linhas estratégicas que têm sido seguidas nos últimos anos, combinando níveis de crescimento elevado do produto bancário com exposição controlada ao risco, robustez da base de capital, elevados níveis de liquidez e melhoria contínua dos níveis de eficiência, reforçando a sua posição de referência incontornável dentro do sector bancário angolano.

## OBRIgADO

Num ano de adversidades, uma nota de profundo agradecimento e reconhecimento aos nossos Colaboradores pelo empenho, dedicação e zelo com que lidaram com os desafios enfrentados em 2016.

Finalmente, um especial agradecimento aos nossos Clientes pela preferência e confiança sempre demonstradas, ficando assegurado o compromisso do BFA de continuar a fazer tudo para a melhoria constante e sustentada da qualidade do atendimento e do nível e segurança do serviço prestado.

<sup>1</sup>Angola All Media & Products Study – Luanda 2016 (AAMPS). Estudo de mercado realizado pela Markttest Angola.

# A nossa Estratégia

VISÃO, VALORES E COMPROMISSOS

## Visão

Ser o Banco N°1 de todos os Angolanos e contribuir para o desenvolvimento sustentável de Angola

Inovação

Proximidade

Transparência

## Missão

Desenvolver soluções, produtos e serviços financeiros que promovam um relacionamento duradouro com os seus Clientes e criem valor para os Accionistas

**Accionistas**  
Criação de valor

**Angola**  
Contribuir para o desenvolvimento da economia nacional

**Clientes**  
Garantir satisfação e qualidade de serviço

**Colaboradores**  
Apostar no crescimento pessoal e profissional

## Valores

## Compromissos



## ESTRATÉGIA

Os desafios e as prioridades estratégicas do Banco têm como foco o Cliente e pretendem criar um maior envolvimento, num contexto de rápidas e constantes mudanças do mercado. Nesta secção resumimos a nossa estratégia:

### OBJECTIVO:

Criar diferenciação através de um maior envolvimento com os Clientes

### COMPROMISSO COM O CLIENTE:



Melhorar o atendimento



Aumentar os canais digitais



Simplificar processos



Diversificar os produtos

### PRIORIDADES ESTRATÉGICAS:

1

Apostar no relacionamento com os Clientes.

2

Desenvolver competências analíticas para uma melhor compreensão dos Clientes.

3

Aumentar a inovação para acompanhar as necessidades dos Clientes.

4

Apostar na banca digital.

5

Manter a qualidade da carteira de crédito.

### FACTORES CRÍTICOS DE SUCESSO:

Rapidez nos processos

Para melhor servir os nossos Clientes, precisamos ser ágeis nos processos e tomar decisões no menor tempo possível.

Excelência operacional

A excelência operacional é a chave para servir melhor os nossos Clientes no mundo digital.

Cultura BFA

A Cultura é o nosso terceiro factor crítico de sucesso. Precisamos atrair e reter talentos que nos possibilitem alcançar os nossos objectivos. Pretendemos desenvolver uma Cultura em que o foco é o nosso Cliente.

## Como acrescentamos valor

### **Melhor Banco para trabalhar**

Atrair, reter e fortalecer a relação com os nossos Colaboradores através de uma aposta forte no seu crescimento pessoal e profissional.

### **Melhor Banco para os nossos Clientes**

Construir relações de lealdade, garantir a oferta de soluções mais adequadas e assegurar a sua satisfação e serviço de exceção através dos nossos balcões e canais digitais.

### **Melhor Banco para os nossos Accionistas**

Gerar retorno atrativo e sustentável para os nossos Accionistas através de receitas elevadas, controlo dos riscos e utilização eficiente do capital do Banco.

### **Melhor Banco para a Comunidade**

Contribuir para o desenvolvimento da economia e para o progresso social em Angola, particularmente no envolvimento educacional

### Melhor Banco para trabalhar

- Diversidade de géneros e igualdade de oportunidades nas carreiras profissionais;
- Gestão de talentos através de formações gerais, de acolhimento e especializadas;
- Constituição da plataforma de *eLearning* e outras formações internas;
- Preocupação no acolhimento dos estagiários através de duas sessões de formação com foco sobre a história do BFA, os produtos, serviços e principais características e as normas e procedimentos de adesão e utilização dos produtos oferecidos;
- Qualificação avançada de recursos com elevado potencial através de MBA, Executive Master em Gestão Bancária e Pós-graduações em Contabilidade e Finanças Empresariais;
- Aposta em formações sobre os principais temas em foco como *Compliance* e Combate ao Branqueamento de Capitais.

### Melhor Banco para os Accionistas

- Gestão idónea e controlo dos riscos para garantir a sustentabilidade do negócio;
- Segurança de um balanço sólido;
- Aumento contínuo do valor económico do Banco.

### Melhor Banco para os nossos Clientes

- Oferta de produtos e serviços simples, acessíveis e ajustados às necessidades de cada Cliente individualmente;
- Utilização de linguagem clara e concisa, tanto na oferta de produtos e serviços como no esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas;
- Inovação dos meios de pagamento e canais digitais que garantem segurança e conforto aos Clientes;
- Cumprimento das promessas e responsabilidades tomadas com os Clientes;
- Rentabilização e segurança das poupanças das famílias;
- Criação do Cliente Mistério com o intuito de identificar áreas de melhoria com impacto no nível de serviço das agências.

### Melhor Banco para a Comunidade

- Desenvolvimento de parcerias com universidades através da distinção e premiação dos melhores alunos;
- Promoção de eventos regionais através de patrocínios;
- Participação em campanhas solidárias;
- Criação e gestão de um Fundo Social com uma dotação de 17 milhões de USD em Dezembro de 2015. Este fundo foi provisionado com 5% dos lucros totais do BFA num período de 5 anos;
- Redução da pegada ambiental através do aumento da digitalização dos processos e eficiência energética dos balcões.

# Principais Indicadores

Montantes expressos em Milhões de AKZ

AKZ	Dez. 14	Dez. 15	Dez. 16	Var. % 14-15	Var. % 15-16
Activo Total	1.073.056,4	1.229.579,2	1.312.879,6	14,6%	6,8%
Crédito sobre Clientes <sup>1</sup>	229.478,5	220.796,0	235.310,9	-3,8%	6,6%
Depósitos de Clientes	929.382,2	1.017.159,6	1.079.702,0	9,4%	6,1%
Capitais Próprios e Equiparados	104.487,3	126.455,5	173.221,1	21,0%	37,0%
Produto Bancário	53.919,3	69.769,6	99.571,6	29,4%	42,7%
Margem Financeira	30.728,8	41.022,1	66.945,3	33,5%	63,2%
Margem Complementar	23.190,4	28.747,5	32.626,3	24,0%	13,5%
Custos de Estrutura <sup>2</sup>	19.585,0	25.043,8	35.829,6	27,9%	43,1%
Resultado de Exploração	37.047,1	48.760,5	68.379,5	31,6%	40,2%
Resultado Líquido	31.796,1	37.866,3	61.912,1	19,1%	63,5%
Rendibilidade do Activo Total [ROA]	3,4%	3,2%	4,4%	-0,2 p.p.	1,2 p.p.
Rendibilidade dos Fundos Próprios [ROE]	34,8%	32,0%	38,1%	-2,8 p.p.	6,1 p.p.
Rácio de Eficiência	36,3%	35,9%	35,9%	-0,4 p.p.	0 p.p.
Activo Total / Colaborador	424,80	471,1	498,8	10,9%	5,9%
Rácio de Transformação	24,7%	21,7%	21,8%	-3 p.p.	0,1 p.p.
Rácio Solvabilidade Regulamentar	24,0%	24,3%	31,7%	0,3 p.p.	10,3 p.p.
Crédito Clientes Vencido / Total Crédito Clientes	3,3%	4,6%	4,7%	1,3 p.p.	0,1 p.p.
Cobertura do Crédito Vencido por Provisões de Crédito	136,0%	146,5%	125,4%	10,5 p.p.	-21,1 p.p.
Cobertura do Crédito por Provisões de Crédito	4,5%	6,7%	5,8%	2,2 p.p.	-0,9 p.p.
Número de Balcões <sup>3</sup>	186	191	191	2,7%	0,0%
Número de Colaboradores	2526	2610	2.632	3,3%	0,8%
Taxa Penetração BFA Net	38,8%	40,4%	37,2%	1,6 p.p.	-3,2 p.p.
Taxa Penetração Cartões de Débito	53,5%	57,6%	57,6%	4,1 p.p.	0 p.p.

(1) Crédito líquido de provisões.

(2) Inclui custos com pessoal, fornecimento e serviços de terceiros, outros custos de exploração, depreciações e amortizações.

(3) Agências + CE's + Cl's + PAB's

Montantes expressos em Milhões de USD

USD	Dez. 14	Dez. 15	Dez. 16	Var. % 14-15	Var. % 15-16
Activo Total	10.431,9	9.086,8	7.913,5	-12,9%	-12,9%
Crédito sobre Clientes <sup>1</sup>	2.230,9	1.631,7	1.418,4	-26,9%	-13,1%
Depósitos de Clientes	9.035,1	7.517,0	6.508,0	-16,8%	-13,4%
Capitais Próprios e Equiparados	1.015,8	934,5	1.044,1	-8,0%	11,7%
Produto Bancário	547,0	574,8	607,6	5,1%	5,7%
Margem Financeira	311,6	340,6	407,2	9,3%	19,5%
Margem Complementar	235,4	234,2	200,4	-0,5%	-14,4%
Custos de Estrutura <sup>2</sup>	198,7	206,6	218,2	4,0%	5,6%
Resultado de Exploração	375,8	401,0	417,7	6,7%	4,2%
Resultado Líquido	322,0	312,1	377,2	-3,1%	20,9%
Rendibilidade do Activo Total [ROA]	3,4%	3,2%	4,4%	-0,2 p.p.	1,2 p.p.
Rendibilidade dos Fundos Próprios [ROE]	34,8%	32,0%	38,1%	-2,8 p.p.	6,1 p.p.
Rácio de Eficiência	36,3%	35,9%	35,9%	-0,4 p.p.	0 p.p.
Activo Total / Colaborador	4,13	3,5	3,0	-15,7%	-13,6%
Rácio de Transformação	24,7%	21,7%	21,8%	-3 p.p.	0,1 p.p.
Rácio Solvabilidade Regulamentar	24,0%	24,3%	31,7%	0,3 p.p.	10,3 p.p.
Crédito Clientes Vencido / Total Crédito Clientes	3,3%	4,6%	4,7%	1,3 p.p.	0,1 p.p.
Cobertura do Crédito Vencido por Provisões de Crédito	136,0%	146,5%	125,4%	10,5 p.p.	-21,1 p.p.
Cobertura do Crédito por Provisões de Crédito	4,5%	6,7%	5,8%	2,2 p.p.	-0,9 p.p.
Número de Balcões <sup>3</sup>	186	191	191	2,7%	0,0%
Número de Colaboradores	2526	2610	2.632	3,3%	0,8%
Taxa Penetração BFA Net	38,8%	40,4%	37,2%	1,6 p.p.	-3,2 p.p.
Taxa Penetração Cartões de Débito	53,5%	57,6%	57,6%	4,1 p.p.	0 p.p.

(1) Crédito líquido de provisões.

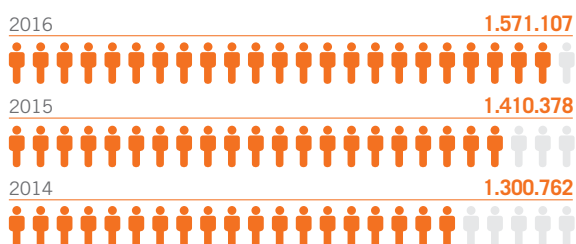
(2) Inclui custos com pessoal, fornecimento e serviços de terceiros, outros custos de exploração, depreciações e amortizações.

(3) Agências + CE's + CI's + PAB's

# Evolução do Negócio: 2014-2016

## Clientes

Manteve-se a tendência de crescimento do número de Clientes BFA, tendo-se verificado, em termos absolutos, um crescimento bastante superior aos últimos anos.



## Balcões

O BFA manteve o número de balcões em território nacional, dispondo de um total de 191, entre Agências, Centros de Empresas, Centros de Investimento e Postos de Atendimento.



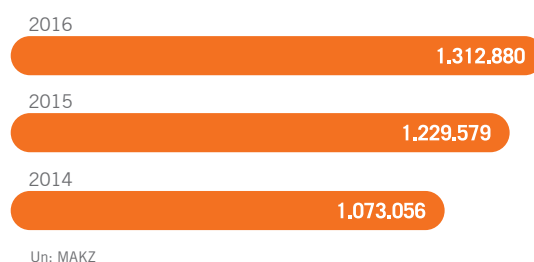
## Colaboradores

O crescimento da equipa tem uma forte correlação com o crescimento da rede comercial. Em 2016 o Banco registou uma variação de 1% no número de Colaboradores.



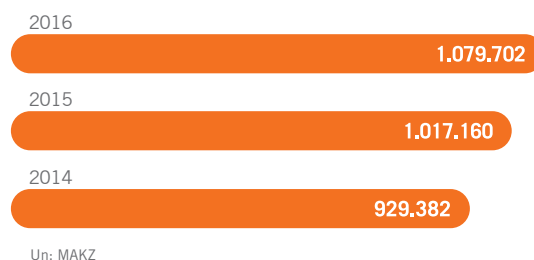
## Activo Total

Em 2016, o BFA registou um crescimento do Activo Total de 6,8%, o que reflecte o crescimento da actividade e da forte captação de depósitos.



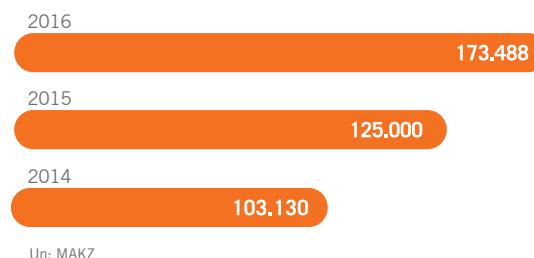
## Depósitos Totais

A captação de recursos continua a apresentar um crescimento estável e constante que evidencia a confiança do mercado no Banco, tendo os depósitos aumentado cerca de 6% face a 2015.



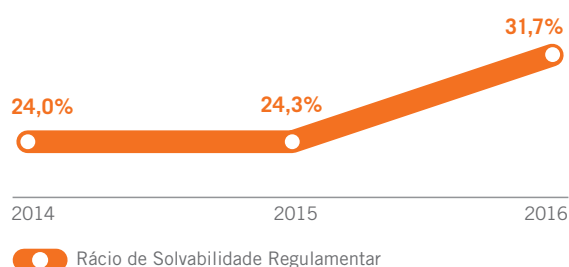
## Fundos Próprios Totais

Em 2016, os Fundos Próprios do BFA aceleraram o ritmo de crescimento, atingindo os 38,6%, consolidando a posição e segurança do Banco no suporte financeiro às necessidades dos seus Clientes.



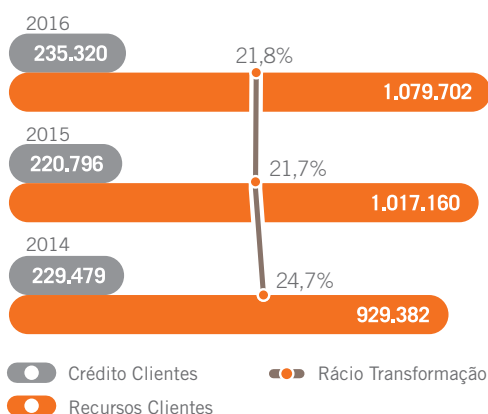
## Rácio de Solvabilidade

O BFA apresenta uma elevada solidez financeira, comprovada por um rácio de solvabilidade regulamentar 3,2 vezes superior ao mínimo exigido (10%).



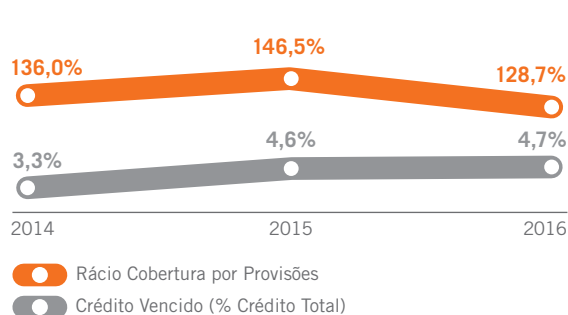
## Actividade com Clientes

Rácio de Transformação apresentou um ligeiro aumento. Esta evolução é explicada pelo maior crescimento relativo no crédito concedido face aos depósitos.



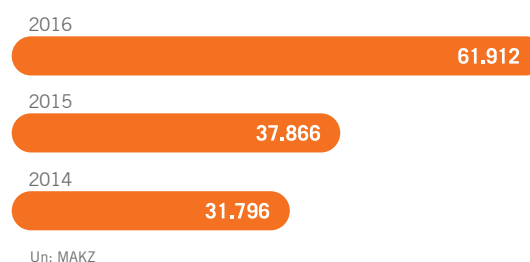
## Qualidade do Crédito

Diminuição dos rácios de Crédito Vencido e Cobertura por Provisões, o que traduz numa ligeira melhoria da qualidade do crédito concedido.



## Resultado Líquido

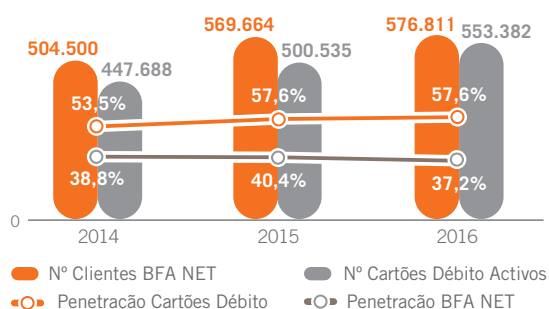
Em 2016, o BFA atingiu o resultado mais elevado do seu historial, com uma variação de 63,5% face a 2015, situando-se à volta dos 62 mil milhões de AKZ.



Un: MAKZ

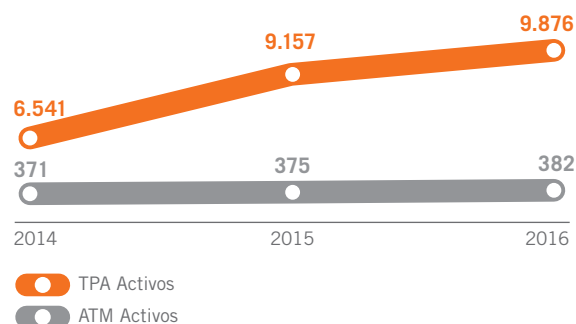
## Serviços

Em 2016, o BFA aumentou o número de Clientes com BFA NET, bem como o número de Cartões de Débito Activos. Quanto às taxas de penetração, a taxa de Cartões de Débito manteve-se em linha com o ano transacto, acompanhada de uma ligeira diminuição da taxa penetração do BFA Net.



## ATM e TPA

Continuação do crescimento do parque de ATM e TPA, o que vem novamente comprovar o empenho do BFA na disponibilização de um maior número de canais alternativos de relacionamento com o Banco.



# Expectativas para 2017

Num ano que será marcado por um cenário de recuperação da actividade, o crescimento do negócio será sempre moderado. Por isso, em 2017, o BFA pretende investir na melhoria do seu desempenho operacional, preparando-o para o ciclo de crescimento que se inicia.

## I. Inovação e Tecnologia

A aposta na inovação tecnológica é um dos pilares da estratégia do BFA. Os investimentos em sistemas de informação e os projectos desenvolvidos nesta área têm demonstrado um retorno muito positivo, permitindo não só que os sistemas do Banco acompanhem, mas também que sejam indutores do seu crescimento. Dando sequência aos desenvolvimentos realizados, pretende-se para 2017:

- Dar continuidade ao projecto eMudar@BFA;
- Reforçar os alicerces dos sistemas de informação em termos de capacidade, desempenho, resiliência e segurança através de melhorias no sistema central do Banco, rede de comunicações e mecanismos de protecção de dados;
- Dar continuidade ao processo de desenvolvimento de estratégia de proximidade, evoluindo as plataformas móveis como o BFA Net, BFA Net Empresas e BFA App, reforçando a relação multicanal com os Clientes;
- Implementar soluções para a área de mercado de capitais e BODIVA;
- Reforçar as soluções de apoio à prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo;
- Implementar soluções tecnologicamente evoluídas para dar resposta às necessidades crescentes de reporte oficial e divulgação de informação.

## II. Qualidade de Serviço

Em 2017, o BFA continuará a reforçar e desenvolver novos processos e mecanismos no sentido de melhorar a qualidade de serviço ao Cliente. Para tal pretende-se:

- Dar continuidade ao estudo Cliente Mistério, realizando novas vagas, com o objectivo de assegurar a permanente avaliação do serviço e atendimento prestado pelo Banco aos seus Clientes;
- Promover a diversificação e desenvolvimento dos diferentes canais de contacto com o Banco, não só reforçando a estratégia de proximidade através da remodelação e modernização da rede de balcões, mas também, as funcionalidades dos sites transaccionais e site público, as soluções de mobile banking e o canal de contacto telefónico, tendo como objectivo aproximar o Banco dos seus Clientes;
- Evoluir o processo de gestão de reclamações, capacitando a estrutura em termos técnicos e humanos, alinhando com as melhores práticas internacionais;
- Investir na capacitação e formação dos Colaboradores da rede comercial tendo como objectivo melhorar a qualidade de serviço e a proximidade com os Clientes.

## III. Recursos Humanos

O BFA pretende continuar a desenvolver a sua estratégia de captação de novos talentos, recrutando Colaboradores com elevado potencial de desenvolvimento no ano de 2017. Desta forma a actuação do Banco passará por:

- Reforçar a sua estratégia de recrutamento online, através dos canais digitais;
- Desenvolver o programa de acompanhamento específico para os novos Colaboradores, que tem por base um plano de visitas ao local de trabalho.



Adicionalmente, em 2017, o Banco vai continuar a apostar no desenvolvimento das competências dos seus Colaboradores através de formações específicas, tendo planeado o seguinte:

- Construir um catálogo de formação por função que integre cursos presenciais, cursos *eLearning* e estágios;
- Disponibilizar uma oferta de cursos mais abrangente na plataforma de *eLearning* e *eFormar*;
- Proporcionar a participação em programas de pós-graduação nas áreas de gestão, contabilidade e finanças;
- Promover a formação contínua nas temáticas mais relevantes para a actividade do Banco, em parceria com o IFBA.

#### IV. Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

No sentido de promover a conformidade com a legislação e a regulamentação em vigor, o BFA actualizou e reformulou os seus procedimentos de abertura e actualização de contas, por forma a assegurar um maior controlo, bem como a recolha e reporte da informação exigida.

Em 2017, o BFA irá:

- Continuar a assegurar a integral adopção de toda a legislação e regulamentação em vigor, desenvolvendo e melhorando os seus processos e procedimentos, introduzindo novas técnicas e metodologias internacionais e, assumindo uma postura de melhoria contínua, com respeito pelas melhores práticas internacionais;
- Dar continuidade ao processo de formação no Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, no desenvolvimento de formações presenciais, e através da plataforma *eFormar*;
- Reforçar a equipa da Direcção de Compliance, assegurando que a mesma dispõe de capacidade adequada e conhecimentos necessários para atingir os seus objectivos;

- Disponibilizar informação exclusiva sobre os temas de *Compliance* na Intranet e no seu Site Público.

#### V. Mercado de Capitais

O BFA foi o primeiro membro registado a garantir a adesão à BODIVA, tendo entre Maio de 2015 e Dezembro de 2016, registado 73,8% dos negócios. Para 2017, o BFA irá continuar a trabalhar no sentido de consolidar a sua posição de liderança.

Em Dezembro de 2016 a BFA Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Organismos Colectivos, S.A., obteve autorização da CMC para início de actividade, o que irá possibilitar ao Banco alargar a actual oferta de aplicações financeiras disponíveis para os seus Clientes.

Para 2017, o BFA tem como objectivo a criação de uma Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, o que lhe permitirá comercializar fundos de pensões e dar mais um passo no sentido de estabelecer a sua posição enquanto parceiro de destaque de Intermediação Financeira.



# 02

## ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Economia Internacional  
Economia Angolana  
Alterações Regulamentares

18  
21  
28

# Economia Internacional

## ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

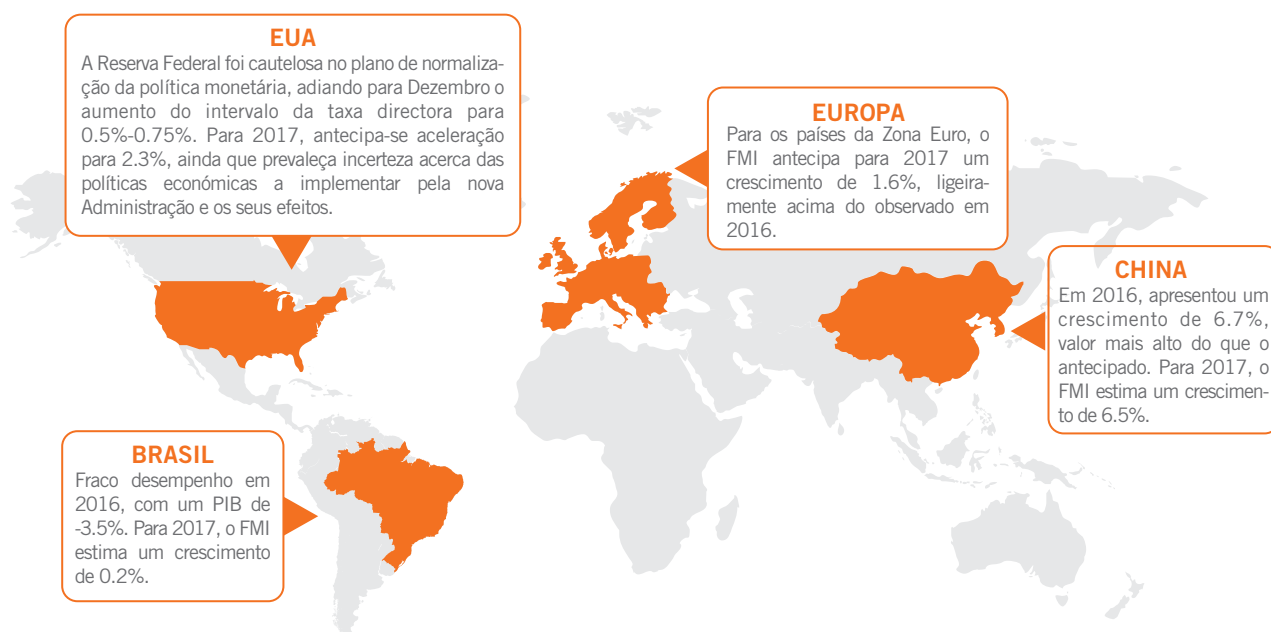
O Fundo Monetário Internacional estima que a economia mundial tenha desacelerado ligeiramente em 2016 para 3.1% (3.2% em 2015). A fraca dinâmica do crescimento económico mundial reflecte sobretudo o baixo crescimento das economias desenvolvidas (o PIB aumentou apenas 1.6% em 2016, -0.5 pontos percentuais do que em 2015), reflectindo factores políticos e económicos, que condicionaram a confiança e a actividade dos agentes económicos. Entre estes destacaram-se a turbulência no início de 2016, devido aos receios de arrefecimento abrupto e saídas avultadas de capital da China, o referendo no Reino Unido em meados do ano e as eleições presidenciais nos EUA já próximos do final de 2016. Por seu turno, as economias emergentes apresentaram comportamentos díspares, o FMI estima que estas tenham crescido 4.1% em 2016, o mesmo que em 2015.

Para 2017, o FMI revela-se mais optimista, antecipando que o crescimento da economia global acelere para 3.4%, com contributos favoráveis quer das economias desenvolvidas (1.9%), quer dos países emergentes e em desenvolvimento (4.5%). De relevar que os riscos para as

economias emergentes são, segundo o FMI, enviesados em sentido descendente, estando sobretudo relacionados com a adopção de políticas mais proteccionistas e condições financeiras globais mais restritivas. A expectativa de melhoria nos países desenvolvidos está também rodeada de significativa incerteza, sobretudo atendendo a factores de natureza política, relacionados com o calendário eleitoral na União Europeia, incerteza relativamente às políticas da nova Administração norte-americana, bem como o avanço do processo de desvinculação do Reino Unido da UE (Brexit).

Nos EUA as expectativas de que o crescimento se revele mais robusto e de que a inflação evoluirá em linha com o objectivo do Banco Central dão suporte a que este prossiga o movimento de normalização gradual da política monetária. Por seu turno, o Banco Central Europeu reforçou o cariz ultra-expansionista da sua política em 2016. Para além da redução dos níveis das taxas directoras para mínimos históricos, aumentou o montante das compras mensais de activos de longo prazo para 80 mil milhões de euros mensais e alargou o leque de activos a comprar a títulos de dívida diversa não bancária.

### PIB – eventos e exposições



Mercado Interbancário	Euribor	<p>1. O BCE reforçou o cariz ultra-expansionista da sua política em 2016, colocando, em Março, a taxa principal de refinanciamento em 0.0% e reduzindo a taxa dos depósitos para -0.4% e a de cedência de fundos para 0.25%. Paralelamente, afirmou que estes níveis deverão manter-se inalterados para além da data indicativa de finalização do programa de compra de activos, entretanto adiada para Dezembro de 2017.</p> <p>2. Lançou uma nova série de quatro TLTRO's direccionadas para a dinamização do mercado de crédito, cuja principal característica face à série anterior reside no facto do custo destas operações para os Bancos poder ser negativa.</p>	<p>Destaca-se o registo das mais baixas taxas Euribor de sempre, reflectindo as alterações das condições monetárias efectuadas pelo BCE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 3 meses: - 0.319%</li> <li>- 6 meses: - 0.221%</li> <li>- 12 meses: - 0.082%</li> </ul>	<p>Em 2017, até meados de Fevereiro manteve-se a tendência de queda da Euribor a três meses para níveis próximos de - 0.33%.</p>
	Libor do Dólar	<p>Início do ciclo de normalização da taxa de juro de referência pela Reserva Federal.</p>	<p>Subida da taxa Libor do dólar a três e seis meses para os valores mais altos desde 2009</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 3 meses: 0.9982%</li> <li>- 6 meses: 1.3226%</li> </ul>	<p>Em 2017, as expectativas de que o crescimento nos EUA se revele mais robusto e de que a inflação evoluirá em linha com o objectivo do Banco Central dão suporte a que este prossiga o movimento de normalização gradual da política monetária. Este cenário tem-se revelado em movimentos ascendentes das taxas de juro de curto prazo, observando-se que em meados de Fevereiro, a Libor do USD a três meses se situava em torno de 1.05%.</p>
Dívida Pública	Yields	<p>As yields dos principais benchmarks registaram, em meados do ano, um movimento de acentuada queda até níveis mínimos de sempre, tendo posteriormente verificado uma recuperação.</p>	<p>Foram determinantes as políticas monetárias, mas igualmente a percepção de que o ciclo económico nos EUA estava em ascensão e que o europeu ganhava tração.</p>	
	Taxas de rendibilidade de títulos a 10 anos	<p>Os EUA fecharam o ano em 2.432%, tendo registado o mínimo de 1.321%. Os primeiros dias de 2017 ficaram marcados pela estabilização da yield do UST a dez anos em níveis próximos dos de fecho do ano.</p> <p>O Bund alemão a 10 anos terminou o ano em 0.207%, depois de recuperar do mínimo -0.204%. Os primeiros dias de 2017 manteve a tendência de depreciação, assistindo-se à subida da respectiva yield para níveis em torno de 0.3-0.35%, reflexo das melhores perspectivas de crescimento, mas também do facto de o BCE ter referido que iria dar maior enfoque às compras de títulos na parte mais curta da curva de rendimentos.</p> <p>Nos mercados de dívida da periferia do euro registou-se uma evolução bastante heterogénea, observando-se pressão ascendente sob os prémios de risco dos países considerados mais vulneráveis. No caso português, o ano terminou com a yield a 10 anos em 3.76%, situando-se o prémio de risco face ao mercado de referência (Bund) em torno dos 350 pontos base, que compara com 2.54% e 190 pontos base, respectivamente, observados no final de 2015. Em meados de Fevereiro, a yield da OT a dez anos situava-se próximo de 4.0% e o respectivo prémio de risco aproximava-se de 370 pontos base face ao Bund alemão.</p>		

### **MERCADO MONETÁRIO E OBRIGAÇÕES**

Acontecimentos de carácter político e económico condicionaram o andamento dos mercados financeiros em 2016. O resultado do referendo relativamente à participação do Reino Unido na União Europeia e a vitória inesperada do candidato a Presidente dos EUA, Donald Trump, justificaram alguma volatilidade em praticamente todas as classes de activos. O ano foi ainda dominado por políticas monetárias divergentes nos principais blocos económicos.

### **MERCADO CAMBIAL**

No mercado cambial, 2016 caracterizou-se pela apreciação do dólar. O EUR/USD terminou o ano em 1.05, e o índice cambial agregado do dólar (em relação às principais moedas do mercado alcançou o valor mais alto (103.60) desde final de 2002. A boa performance económica dos EUA, em contraste com outras zonas do globo, e as expectativas de subida das taxas de juro (que só se concretizou no final do ano), ampliando diferenciais para outras moedas, foram factores preponderantes. A incerteza e a decepção em relação ao crescimento noutras latitudes conferiram igualmente o papel de moeda refúgio ao dólar. A libra perdeu 16% do seu valor para o dólar e o euro, reflectindo a decisão de saída do Reino Unido do projecto europeu.

## ACTIVIDADE ECONÓMICA

### INDICADORES ECONÓMICOS E PROJEÇÕES

	2010	2011	2012	2013	2014	2015P	2016E	2017E
Crescimento real do Produto Interno Bruto (tvh, %)	4,7	3,5	8,5	5,0	4,1	0,9	0,0	1,3
Sector petrolífero	-3,0	-5,4	4,5	-1,1	-2,6	6,4	0,8	1,5
Sector não petrolífero	7,6	9,5	5,5	10,9	8,2	1,6	-0,4	1,3
Produção de petróleo (milhões de barril/dia)	1,76	1,66	1,73	1,72	1,67	1,78	1,79	1,82
Preço do petróleo angolano (média, USD/barril)	76,5	108,7	110,9	107,7	96,9	50,0	40,5	46,0
Índice de Preços no Consumidor (variação y-o-y, fim de período)	15,3%	11,4%	9,0%	7,7%	7,5%	14,3%	42,0%	20,0%
Saldo orçamental (% do PIB)	3,4	8,7	4,6	-0,3	-6,6	-3,3	-4,1	-6,7
Saldo orçamental primário não petrolífero (% do PIB não petrolífero)	-47,4	-51,1	-53,7	-47,4	-43,2	-20,9	-12,9	-14,1
Reservas internacionais brutas (mil milhões de USD, fim de período)	19,7	27,5	32,2	32,2	27,8	24,4	22,4	19,4
Câmbio médio (AKZ/USD)	91,9	93,9	95,5	96,5	98,3	119,7	-	-

Legenda: P - Provisório E - Estimado

Fonte: FMI, INE

Nota: exceptuando os dados do crescimento do PIB global, todos os outros são anteriores à revisão da série das Contas Nacionais Trimestrais efectuada pelo INE em Fevereiro de 2017

Segundo a nova série do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (divulgada pelo INE em Fevereiro de 2017), a economia angolana sofreu uma quebra significativa da actividade económica até ao 3º trimestre de 2016: em termos homólogos o PIB diminuiu 4.7% durante os primeiros 9 meses do ano, seguindo-se a uma evolução homóloga ligeiramente positiva no ano de 2015

(+0.9% yoy). A quebra mais acentuada deu-se no 2º trimestre, em que o PIB foi 7.8% menor do que no mesmo período de 2015. O 3º trimestre observou já um abrandamento da descida, que se fixou em -4.3%. Assim, para 2017, a expectativa é de retorno a um cenário de recuperação da actividade, resultante essencialmente da melhoria nos preços do petróleo.

#### 2016

#### 2017

##### PIB petrolífero

A actividade de extracção e refinação de petróleo bruto caiu no 2º e 3º trimestres do ano (-1.5% yoy e -2.8% yoy, respectivamente), tendo aumentado 4.6% nos primeiros 3 meses do ano. O principal efeito na economia resulta da diminuição da receita em dólares obtida pela produção petrolífera, resultado dos baixos preços do petróleo (que atingiram valores mínimos em Janeiro de 2016). Além da menor procura interna por efeito de menor arrecadação de receita pública, este fenómeno reflectiu-se também na redução das divisas, dificultando a importação de bens de consumo e investimento.

Segundo o FMI (e alinhado com as previsões do Orçamento Geral do Estado), o preço do petróleo angolano deverá observar uma média de USD 46.0 em 2017, uma subida modesta face aos USD 40.5 projectados para 2016. Assim, o PIB petrolífero crescerá 1.5% durante 2017, sustentado num aumento de actividade de extracção para 1.82 mbd em 2017, o mesmo nível de produção antecipado pelo Executivo.

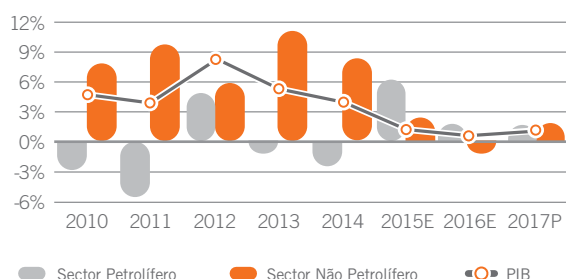
##### PIB não petrolífero

O fenómeno do sector petrolífero levou a observar quedas nos vários sectores da economia não-petrolífera:

- A indústria transformadora viu a sua produção diminuir 15.8% yoy e 11.4% yoy, respectivamente, no 1º e 2º trimestres do ano, recuperando 4.0% yoy no 3º trimestre do ano;
- O comércio decresceu nos 3 trimestres de 2016, agravando-se esse declínio no 3T (-15.5% yoy);
- A administração pública, ainda com peso relevante na economia angolana registou um declínio na actividade nos 3 trimestres (respectivamente, em termos homólogos, -7.6%, -22.9%, -15.0%) por via do recuo da despesa e do investimento públicos

O aumento das receitas deverá então permitir que a economia não-petrolífera veja a sua produção aumentar 1.3%. O Executivo, por sua vez, espera um crescimento económico de 2.1% este ano, com um crescimento de 1.8% do sector petrolífero, e de 2.3% da restante economia. De acordo com os dados avançados no OGE 2017, deverão ser particularmente dinâmicos os sectores da energia (+40.2%), da agricultura (+7.3%) e da indústria transformadora (+4.0%).

## Crescimento real do PIB



Fonte: FMI; INE

## Reservas cambiais



Un: Mil milhões USD  
Fonte: BNA

## BALANÇA DE PAGAMENTOS

	2010	2011	2012	2013	2014	2015P	2016E	2017E
Balança corrente (% do PIB)	9,1	12,6	12,0	6,7	-3,0	-10,0	-4,3	-6,1
Balança comercial (% do PIB)	41,1	45,2	41,1	33,5	24,1	12,1	14,0	11,6
Exportações de bens (% de variação anual)	23,9	33,0	5,6	-4,0	-13,3	-43,9	-17,2	15,0
das quais: petróleo (% de variação anual)	24,0	32,9	6,3	-4,0	-13,8	-44,7	-17,8	15,3
Importações de bens (% de variação anual)	-26,4	21,4	17,2	11,1	8,5	-26,6	-32,2	25,4
Balança de capital e financeira (% do PIB)	14,4	18,3	15,5	7,1	-5,8	-12,6	-8,3	-8,6

Legenda: P - Provisório E - Estimado  
Fonte: FMI (Artigo IV, Fev. 2017)

## SECTOR EXTERNO

Segundo as projecções do FMI, em 2016 Angola terá registado uma melhoria na situação de desequilíbrio externo. Por um lado, tendo a balança corrente registado um défice pelo 3º ano consecutivo, este ter-se-á fixado nos 4.3% do PIB, bem abaixo dos 10.0% observados em 2015. A contribuir para esta evolução terá estado essencialmente uma significativa quebra nas importações de bens, em cerca de 32%, compensando assim a descida de 17% das exportações, resultando num novo aumento do superavit da balança comercial, para 14.0% do PIB (12.1% em 2015), depois de 4 anos consecutivos de quebras. Em consequência deste desenvolvimento, a balança comercial de bens e serviços deverá registar de novo um saldo positivo, de 2.1% do PIB. Por outro lado, a balança de capital deverá ter registado também um défice menor, de 8.3% do PIB, muito devido a um recuo do investimento directo angolano no estrangeiro, em larga medida da

Sonangol, que varia necessariamente com a disponibilidade de fundos e a situação da petrolífera.

Em 2017, o Fundo espera um ligeiro agravamento do défice da balança corrente, para 6.1% do PIB, devido a uma degradação do saldo da balança comercial de bens, resultado de uma acentuada recuperação das importações, que naturalmente deverão aumentar com o gradual alívio da situação económica do país: a previsão é de que as importações de bens aumentem 25.4%. Em conjunto com um aumento menos significativo das exportações (+15.0%), o saldo da balança comercial de bens deverá assim fixar-se nos 11.6%. Consequentemente, o saldo de bens e serviços registará de novo um défice, de 0.5% do PIB.

O Governo tem prosseguido uma política cambial prudente, mantendo as reservas num patamar relativamente confortável quando comparado com economias congéneres. Ainda assim, a actual tendência é de descida. Entre Junho de 2015 e Abril de 2016, as reservas líquidas

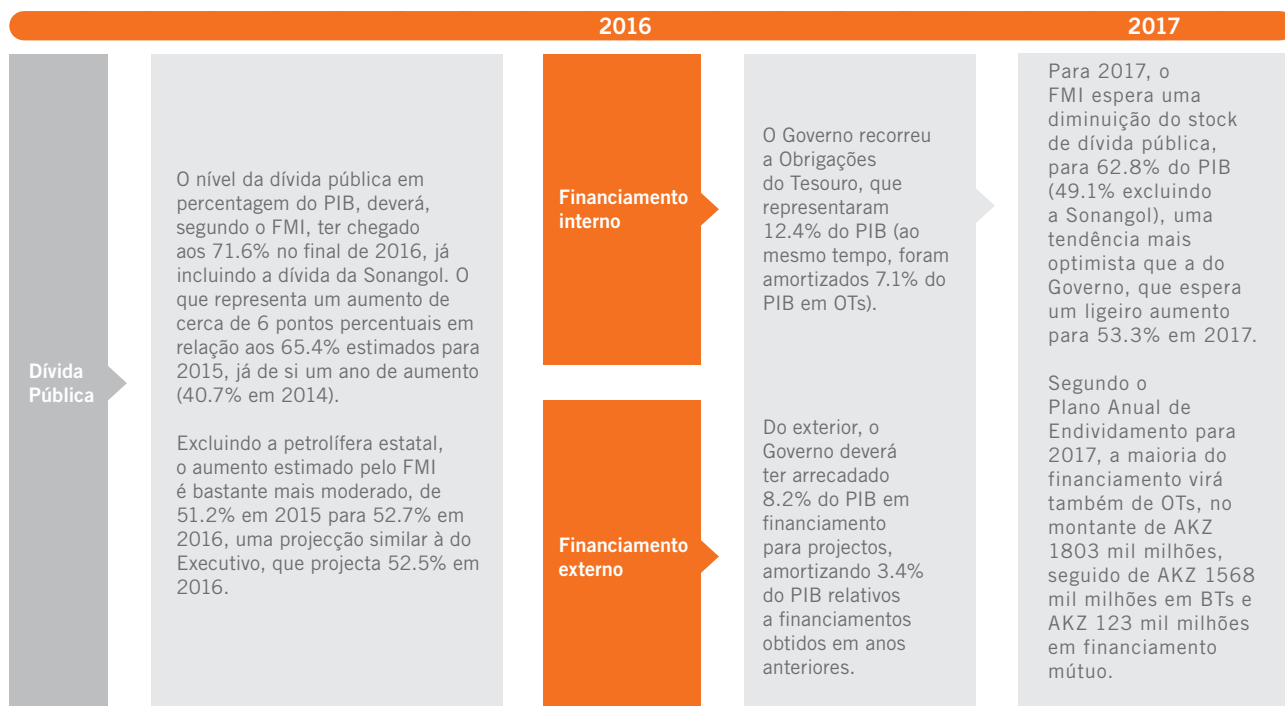


internacionais têm rondado os USD 24 mil milhões. Porém, a partir de Maio registaram-se sucessivas descidas que fazem com que a reserva do Estado registasse em Dezembro de 2016 USD 21.4 mil milhões, representando cerca de 7 meses de importações de bens e serviços, outrora considerados pelas autoridades oficiais como um patamar de referência. A descida das reservas deve-se essencialmente ao esforço por parte do Estado angolano em manter o actual câmbio do Kwanza, facto que é notado verificando que a tendência de quebra das reservas se consolidou quando o BNA terminou o processo que vinha levando a cabo de desvalorização da moeda angolana, desvalorização essa que totalizou 22.6% contra o dólar americano, concentrada entre Janeiro e Abril de 2016. No início do ano ocorreu uma primeira desvalorização de 15%, e depois, entre Janeiro e Abril seguiram-se várias pequenas mudanças no câmbio, com a posterior estabilização. No entanto, esta descida no valor do Kwanza para cerca de USD 166.7 foi ainda insuficiente para aproximar o valor da moeda angolana à cotação estabelecida no mercado paralelo, que chegou a negociar acima dos USD 600 e negociava em Dezembro em cerca de USD 490. Por ora, a autoridade monetária manifestou a intenção de manter o actual câmbio, não vendo necessidade para novas desvalorizações.

### **CONTAS PÚBLICAS**

Em termos de finanças públicas, 2016 terá sido, caso se tenham cumprido os planos do Governo, um ano com um défice elevado, de 5.9%. De acordo com o Orçamento Rectificativo apresentado pelo Governo angolano em

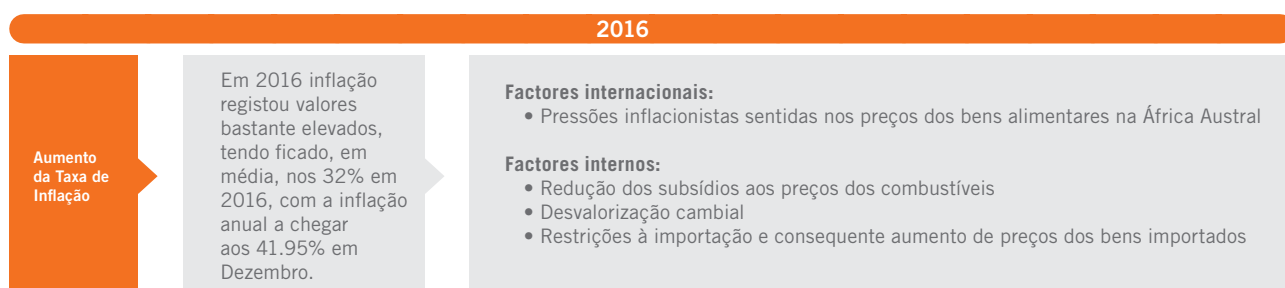
Agosto, o objectivo do défice foi revisto de 5.5% para 5.9% do PIB. Este aumento decorreu, entre outras coisas, de um pressuposto mais realista quanto ao preço do petróleo, revisto de USD 45 para USD 40.9. Além disso, a revisão teve também em conta um valor de produção petrolífera mais baixo, em torno dos 1.79 mbd (1.89 mbd no Orçamento inicial). Assim, o Executivo preferiu acomodar um défice ligeiramente mais elevado. No entanto, é de notar que para acalmar eventuais preocupações da parte dos agentes do mercado (segundo fontes oficiais), a execução orçamental na primeira metade do ano foi alvo de uma contenção extraordinária, revelando mesmo um superavit de 1.4% do PIB. Durante a primeira metade do ano, 38.6% da receita foi arrecadada, condicionada pela baixa taxa de execução das receitas petrolíferas (34.3%). Contudo, a despesa apresentou uma taxa de execução ainda menor, de 28.9%. Especificamente, a despesa em investimento foi apenas executada em 6.1%, com o Executivo a adiar muitos dos investimentos previstos. Em 2017, a estratégia passa por manter uma estratégia fiscal prudente, procurando estimular a actividade económica mas utilizando novamente o investimento público como travão. O Estado angolano prevê, em dólares, um aumento das receitas em 5.5% e das despesas em 7.5%, invertendo a tendência de quebra sentida até 2016. No entanto, devido ao aumento do PIB nominal (influenciado pela ainda bastante significativa inflação em 2017), estes aumentos são traduzidos em diminuições reais da receita e da despesa, e que acabam por tornar o défice mais baixo em percentagem do PIB, em uma décima, para 5.8%.



## INFLAÇÃO E TAXAS DE JURO

A taxa de inflação anual voltou a registar valores elevados. O aumento dos preços foi sentido em especial a partir de Janeiro, altura em que a variação mensal dos preços superou os 3% pela primeira vez desde 2004, tendo

permanecido acima desse patamar até Agosto. Depois de ter atingido um máximo de 4.0% em Julho, a inflação mensal tem descido gradualmente.

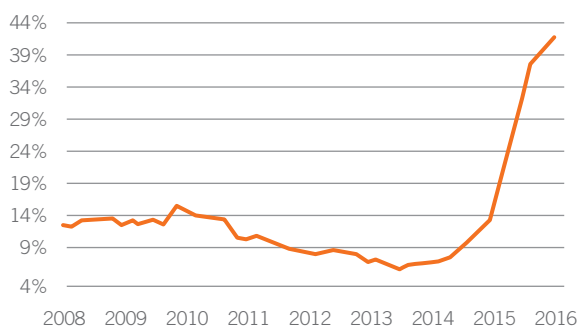


Para contrariar o aumento expressivo da inflação, a política monetária assumiu um carácter restritivo:

- Vários aumentos nas taxas directoras do BNA, em particular da taxa de juro de referência: esta última sofreu em 2016 três subidas, passando de 11% para 12% em Fevereiro, para 14% no final de Março, e para 16% no final de Junho;
- Aumento da taxa de absorção a 7 dias para 7.25% (1.75% no início do ano);
- Subida das taxas de cedência e de desconto para 20% ambas (13% também ambas no início de 2016);
- Subida do coeficiente de reservas obrigatórias de 25% para 30% em Maio.

Reconhecendo a tendência de relativo abrandamento do crescimento da inflação, o BNA decidiu na segunda

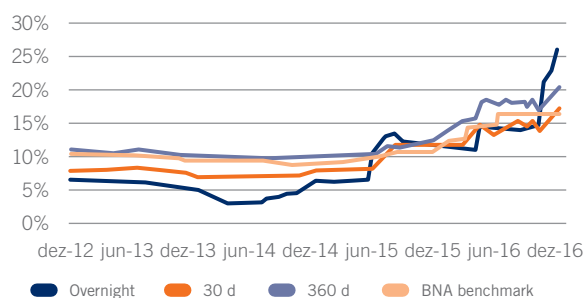
### Taxa de inflação homóloga



Fonte: BNA. Variação anual do IPC

metade do ano manter as taxas inalteradas.

### Taxas do mercado monetário interbancário



Fonte: BNA. Taxas LUIBOR

## SECTOR BANCÁRIO

### 2016

#### Crédito

O crédito total à economia registou um crescimento médio anual de 18.3% em 2016, o que compara com uma quebra de 6.5% em 2015.



A expansão do crédito ao sector privado foi particularmente significativa, com um aumento anual médio de 20.5%.



O rácio de crédito malparado aumentou em 2016, fixando-se em 15.2% do crédito total em Setembro de 2016.

#### Depósitos

Registou-se um crescimento médio de 21.1%, uma significativa aceleração em comparação com o aumento médio de 10.7% em 2015.



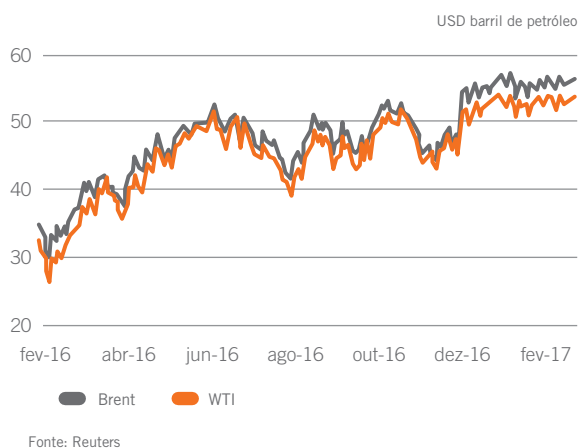
Registou-se uma muito ligeira diminuição da proporção de depósitos em moeda estrangeira, que representaram em média 34.3% de todos os depósitos, menos 0.2 p.p. do que o observado no ano anterior. Em Dezembro de 2016, estes depósitos representavam 32.7% dos depósitos.

### PETRÓLEO REGRESSA A VALORES MÍNIMOS HISTÓRICOS

Em 2016 assistiu-se ao registo de preços mínimos na maioria das matérias-primas, num mercado globalmente marcado por uma oferta sem restrições e uma procura inferior, no contexto de menor crescimento mundial, menor comércio, pressões deflacionistas e altos níveis de stocks. Mas foi igualmente o ano da recuperação dos preços, para além de uma mera correcção face à forte

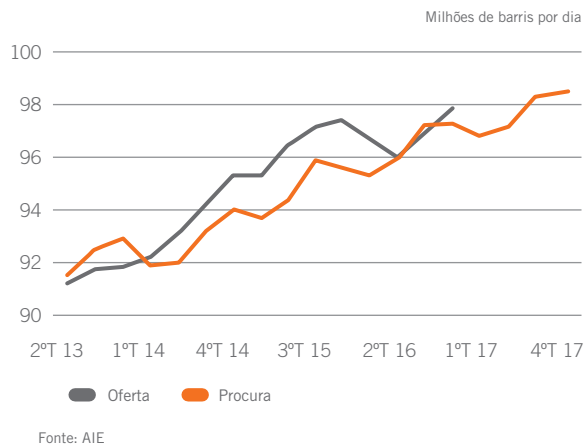
queda anterior. Por isso, a perspectiva para 2017 é de consolidação da recuperação surgida na segunda metade de 2016, suportada num maior consumo dos principais blocos económicos, que deverão ver normalizado o seu crescimento, num contexto de maior equilíbrio financeiro. É de contar ainda com a correcção da oferta sentida nalguns produtos, nomeadamente no mercado da energia.

## Evolução do preço do Brent e do WTI



Da memória de 2016 fica a grande preocupação inicial em relação ao crescimento e consumo da China, condicionante significativa do mercado das *commodities*. Nos últimos anos, a China tem vindo a dominar tanto a procura como a oferta na maioria das matérias-primas, sendo determinante na formação dos preços tanto nos principais metais base para a indústria, como nas diferentes fontes de energia fóssil, e nos preços agrícolas. Durante grande parte do ano questionou-se se o abrandamento trazido pela mudança de modelo económico, mais virado para o consumo interno da emergente classe média e para as novas tecnologias e serviços, seria mais abrupto ou suave. Apesar de persistirem ainda algumas dúvidas relacionadas com desequilíbrios entretanto formados, sobretudo ao nível do endividamento do sector empresarial, acredita-se que o processo de alteração estrutural será gradual e que se estará próximo de uma estabilização e perante um novo padrão de crescimento, não deixando a China de manter o seu importante peso económico a nível mundial.

## Evolução da Procura\* e da Oferta de crude

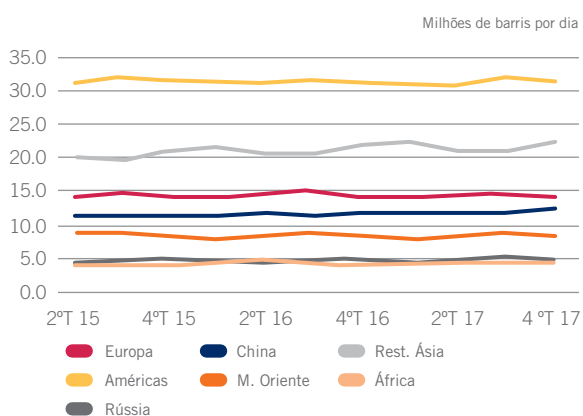


Para 2017, a perspectiva é de um maior crescimento económico e aceleração ligeira do consumo mundial, sobretudo nos países desenvolvidos, processo que deverá ser liderado pelos EUA. De facto, com a Administração Trump e as promessas de medidas de estímulo económico, tal como o aumento dos gastos orçamentais em infra-estruturas, incentivos fiscais às famílias e empresas, espera-se um efeito mais global com repercussão positiva nos mercados de matérias-primas. Nesta perspectiva o cenário para a inflação deverá fortalecer-se, sendo também possível o reforço da actividade de especulação ao mercado das *commodities* dado o contexto de baixas rendibilidades em instrumentos alternativos.

Na energia, o ano de 2016 inicia-se com o preço do Brent a registar o valor mínimo dos últimos 13 anos, \$27.10. Ao longo do ano foi surgindo uma tendência de subida suportada, terminando nos \$56 (uma valorização de 107%) e posterior estabilização. Os preços mais suportados resultaram

do acordo efectuado entre a OPEP e alguns países não OPEP com vista à redução da produção diária. A OPEP acordou um corte na produção de 1.2 milhões de barris por dia (mb/d), a partir de Janeiro de 2017, e assegurou uma redução de 558 mil barris por dia (kb/d) em países não-OPEP (a Rússia é o país mais representativo). No entanto há que referir que quando foi decidido cortar a produção, em Novembro, o cartel alcançou o valor recorde de produção de 34.2 mb/d (mais 300 kb/d do que em Outubro). A produção em 2016 esteve 1.4 mb/d acima da ocorrida no ano anterior. Como maior produtor e detentor de maior capacidade produtiva, a Arábia Saudita acedeu proceder a um corte de 486 kb/d, para 10.1 mb/d, ou seja, um corte de cerca de 5%. Seguem-se o Iraque (2º maior produtor da OPEP) e os Emirados Árabes Unidos (com a 4ª posição) com cortes de 210 kb/d e 139 kb/d, respectivamente (igualmente cortes de cerca de 5%). O novo limite para o Iraque é 4.4 mb/d e para os Emirados Árabes Unidos 2.9 mb/d. O Irão (3º produtor), como já se referiu, foi-lhe permitido aumentar a produção para 3.8 mb/d, mais 90 kb/d. Acredita-se que estes novos tectos de produção ajudem a alcançar um nível de maior equilíbrio entre a oferta e a procura mundiais, com repercussão positiva nos preços. Há que contar ainda com os altos níveis de stocks que se foram acumulando ao longo do último ano, embora se note já uma paragem nesse movimento. Se o crescimento económico mundial em 2017 for superior ao de 2016, e é o que indicam as previsões dos principais organismos internacionais, o consumo de petróleo deverá aumentar (também é a perspectiva da Agência Internacional de Energia) e começar a balancear o mercado de forma mais ajustada. Desta forma, a confirmação de preços suportados deverá ser uma realidade, ainda que a evolução deva ser muito gradual pois o movimento deverá ser contrariado pela expectável entrada progressiva no mercado de produtores com técnicas não convencionais, com mais baixos custos e maior flexibilidade.

## Evolução do consumo dos principais blocos económicos



Fonte: AIE

# Alterações Regulamentares

Apresentamos de seguida as alterações regulamentares de maior relevância produzidas pelas Entidades de tutela, no decorrer do ano 2016:

Mês	Evento
<b>FEVEREIRO</b>	<b>Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/16</b> O presente Diploma regula as relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação do pagamento da Contribuição Especial sobre as Operações Bancárias. Para efeitos do presente Decreto, consideram-se operações bancárias quaisquer operações liquidadas ou lançamentos realizados pelas Instituições Financeiras bancárias e não bancárias.
<b>MARÇO</b>	<b>Decreto Executivo n.º 111/16</b> Regula as normas e procedimentos que permitam efectuar o controlo de contribuintes em circunstâncias de irregularidade reiterada.
<b>ABRIL</b>	<b>Instrutivo n.º 2/16</b> Determina o montante de Reservas Obrigatórias que as Instituições Financeiras Bancárias estabelecidas no país devem manter. <b>Directiva n.º 1/DRO/DSC/16</b> Estabelece a informação que as Instituições devem enviar ao Banco Nacional de Angola, no âmbito do mapa de reclamações recebidas.
<b>MAIO</b>	<b>Instrutivo n.º 4/16</b> Lista as alterações introduzidas à redacção do Instrutivo nº 02/2016, de 11 de Abril. <b>Directiva n.º 01/DCC/16</b> Estabelece, no âmbito da Política Cambial, as normas de prestação de informação sobre Operações Cambiais.
<b>JUNHO</b>	<b>Aviso n.º 2/16</b> Regula a metodologia de cálculo, estabelece o valor mínimo do rácio de solvabilidade regulamentar (RSR) e define o âmbito e as características dos elementos integrantes dos fundos próprios regulamentares (FPR). O seu âmbito aplica-se às Instituições Financeiras sob supervisão do Banco Nacional de Angola, nos termos e condições previstas na Lei de Bases das Instituições Financeiras. <b>Regulamento n.º 4/16</b> Estabelece as condições para o cumprimento das obrigações previstas na Lei n.º 34/11, de 12 de Dezembro, Lei do Combate ao Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo, bem como os instrumentos, mecanismos e formalidades de aplicação, necessários ao efectivo cumprimento dessas obrigações. <b>Aviso n.º 3/16</b> Estabelece os requisitos de fundos próprios regulamentares que as Instituições Financeiras devem considerar no âmbito do risco de crédito e risco de crédito de contraparte. O seu âmbito aplica-se às Instituições Financeiras sob supervisão do Banco Nacional de Angola, nos termos e condições previstas na Lei de Bases das Instituições Financeiras. <b>Aviso n.º 4/16</b> Define os requisitos de fundos próprios regulamentares que as Instituições Financeiras devem considerar no âmbito do risco de mercado e de crédito de contraparte na carteira de negociação. <b>Aviso n.º 5/16</b> Estabelece o requisito de fundos próprios regulamentares que as Instituições Financeiras devem considerar no âmbito do risco operacional. <b>Aviso n.º 6/16</b> Estabelece os princípios gerais a serem observados, a partir do exercício de 2016, inclusive, pelas Instituições Financeiras Bancárias, no âmbito da adopção plena das Normas Internacionais de Contabilidade/ Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS). <b>Aviso n.º 7/16</b> Estabelece os requisitos e princípios pelos quais se devem reger os sistemas internos de governação de risco das Instituições Financeiras, tendo em conta o disposto nos Avisos n.º 1/13 e n.º 2/13 sobre Governação Corporativa e Controlos Internos, Avisos n.º 3/16 sobre requisitos de fundo próprios regulamentares para risco de crédito e risco de crédito de contraparte, Aviso n.º 4/16 sobre requisitos de fundos regulamentares para risco de mercados e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação e o Aviso n.º 5/16 sobre requisitos de fundos próprios regulamentares para o risco operacional e no Instrutivo sobre risco de Liquidez. <b>Aviso n.º 8/16</b> Define os requisitos de análise a observar pelas Instituições Financeiras sob supervisão do Banco Nacional de Angola, no âmbito do risco de taxa de juro na carteira bancária. <b>Aviso n.º 9/16</b> Estabelece os limites aos grandes riscos e a detenção de participações em empresas não financeiras.

Mês	Evento	
AGOSTO	<b>Instrutivo n.º 5/16</b> Estabelece os procedimentos que as Instituições Financeiras Bancárias devem observar para o apuramento de perdas por imparidade para a carteira de crédito concedido a Clientes.	
	<b>Instrutivo n.º 6/16</b> Estabelece os procedimentos que as Instituições Financeiras Bancárias devem observar na elaboração das divulgações sobre instrumentos financeiros.	
	<b>Instrutivo n.º 7/16</b> Estabelece os procedimentos a serem observadas pelas Instituições Financeiras Bancárias na aplicação do método da taxa de juro efectiva no reconhecimento de rendimentos e gastos associados aos instrumentos financeiros.	
	<b>Instrutivo n.º 9/16</b> Estabelece os procedimentos que as Instituições Financeiras Bancárias devem observar no reconhecimento e mensuração de títulos e valores mobiliários.	
	<b>Instrutivo n.º 11/16</b> Estabelece os procedimentos que as Instituições Financeiras Bancárias devem observar no tratamento contabilístico e prudencial das perdas na carteira de crédito concedido aos Clientes.	
	<b>Instrutivo n.º 12/16</b> Regulamenta as especificidades técnicas sobre os requisitos de fundos próprios regulamentares para risco de crédito e risco de crédito de contraparte previstas no Aviso n.º 03/16.	
	<b>Instrutivo n.º 13/16</b> Regulamenta o envio de informação ao Banco Nacional de Angola por parte das Instituições Financeiras, sobre os requisitos de fundos próprios regulamentares para risco de crédito e risco de crédito de contraparte.	
	<b>Instrutivo n.º 14/16</b> Define as especificidades técnicas sobre os requisitos de fundos próprios regulamentares para risco de mercado e risco de crédito de contraparte previstas no Aviso n.º 4/16.	
	<b>Instrutivo n.º 15/16</b> Regulamenta o envio de informação sobre requisitos de fundos próprios regulamentares para risco de mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação, ao Banco Nacional de Angola por parte das Instituições Financeiras, no âmbito das disposições constantes do Aviso n.º 4/16.	
	<b>Instrutivo n.º 16/16</b> Regulamenta as especificidades técnicas sobre o requisito de fundos próprios regulamentares para risco operacional previstas no Aviso n.º 5/16.	
	<b>Instrutivo n.º 17/16</b> Regulamenta o envio de informação sobre requisitos de fundos próprios regulamentares para risco operacional, ao Banco Nacional de Angola por parte das Instituições Financeiras, no âmbito das disposições constantes do Aviso n.º 4/16.	
	<b>Instrutivo n.º 18/16</b> Regulamenta o envio de informação sobre a composição dos fundos próprios e rácio de solvabilidade, ao Banco Nacional de Angola por parte das Instituições Financeiras, no âmbito das disposições constantes do Aviso n.º 2/16.	
	<b>Directiva n.º 5/DRO/DSI/16</b> Emite orientações sobre a informação a constar no plano de acção, por parte das Instituições Financeiras, nos termos do Aviso n.º 2/16, sobre fundos próprios regulamentares.	
	<b>Instrutivo n.º 19/16</b> Estabelece os requisitos de análise quantitativa a efectuar pelas Instituições Financeiras, sob supervisão do Banco Nacional de Angola, no âmbito da gestão de risco de liquidez.	
	SETEMBRO	<b>Instrutivo n.º 20/16</b> Estabelece os procedimentos que as Instituições Financeiras Bancárias devem observar na adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, nos termos previstos pela Norma Internacional de Relato Financeiro 1 – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro.
		<b>Instrutivo n.º 22/16</b> Estabelece os deveres de informação a observar no âmbito da actividade de recepção de depósitos por parte de Instituições Financeiras bancárias e não bancárias.
		<b>Aviso n.º 10/16</b> Estabelece os termos e as condições gerais de abertura, movimentação e encerramento de Contas de Depósito Bancário.
		<b>Aviso n.º 11/16</b> Define os procedimentos e requisitos de informação acerca da abertura e encerramento de agências e Dependências a serem reportadas ao Banco Nacional de Angola.

Mês	Evento
	<p><b>Aviso n.º 12/16</b> Estabelece as regras e procedimentos a serem observados na comercialização de produtos e serviços financeiros.</p> <hr/> <p><b>Aviso n.º 13/16</b> Estabelece os deveres de informação a observar no âmbito da actividade de recepção de depósitos por parte de Instituições Financeiras bancárias e não bancárias.</p> <hr/> <p><b>Aviso n.º 14/16</b> Estabelece os deveres de informação a observar no âmbito da actividade de concessão de crédito por parte das Instituições Financeiras, os deveres do Cliente e a possibilidade para a reestruturação do crédito no caso de dificuldades financeiras.</p> <hr/> <p><b>Directiva n.º 3/DRO/DMA/16</b> Regula os requisitos complementares que as Instituições Financeiras bancárias sob a supervisão do Banco Nacional de Angola, devem cumprir para beneficiar do acesso às Facilidades Permanentes de Cedência de Liquidez (FCO's) previstas e regulamentadas pelo Aviso n.º12/12.</p> <hr/> <p><b>Directiva n.º 4/DRO/DSC/DMA/16</b> Estabelece e regula a cobrança de Comissões sobre os juros e a custódia de Títulos Públicos.</p>
DEZEMBRO	<p><b>Instrutivo n.º 24/16</b> Estabelece os deveres de identificação e de diligência reforçada aplicáveis às pessoas de perfil de risco elevado, independentemente da nacionalidade, local de residência ou jurisdição do respectivo exercício de funções.</p> <hr/> <p><b>Instrutivo n.º 25/16</b> Regula a adopção de funções, políticas e processos de gestão de risco, no âmbito do estabelecido no Aviso nº 07/16, para a identificação, avaliação, monitorização, controlo e prestação de informação sobre o risco de crédito.</p> <hr/> <p><b>Instrutivo n.º 26/16</b> Regula a adopção de funções, políticas e processos de gestão de risco, no âmbito do estabelecido no Aviso nº 07/16, para a identificação, avaliação, monitorização, controlo e prestação de informação sobre o risco de liquidez.</p> <hr/> <p><b>Instrutivo n.º 27/16</b> Regula a adopção de funções, políticas e processos de gestão de risco, no âmbito do estabelecido no Aviso nº 07/16, para a identificação, avaliação, monitorização, controlo e prestação de informação sobre o risco de mercado.</p> <hr/> <p><b>Instrutivo n.º 28/16</b> Regula a adopção de funções, políticas e processos de gestão de risco, no âmbito do estabelecido no Aviso nº 07/2016 de 22 de Junho, para a identificação, avaliação, monitorização, controlo e prestação de informação sobre o risco operacional.</p>



## CESOB E ADOÇÃO DAS IAS/IFRS

O ano de 2016 não trouxe grandes novidades em termos fiscais mantendo-se a continuidade dos temas da reforma tributária. Não obstante, há algumas realidades que, pela sua relevância, merecem destaque.

A primeira delas é a Contribuição Especial Sobre as Operações Bancárias (“CESOB”). A CESOB recaiu sobre as operações e movimentações bancárias e financeiras, as quais se encontravam previstas no seu Regime Jurídico, aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/16, de 24 de Fevereiro. A CESOB foi instituída como uma contribuição de carácter temporário, tendo sido aplicada sobre todas as operações realizadas a partir de 1 de Julho de 2016, e tendo vigorado até ao dia 31 de Dezembro do mesmo ano.

Em termos gerais, estavam sujeitas à CESOB praticamente todas as operações a débito, por instituição financeira bancária, em contas correntes de depósito, empréstimos, poupanças, caucionadas ou outras.

O encargo desta contribuição recaía sobre pessoas singulares e colectivas, de direito privado, empresas públicas e instituições financeiras bancárias e não bancárias, titulares das contas sujeitas a movimentações e lançamentos bancários, nos termos do referido Regime Jurídico, sendo a taxa aplicável de 0,1%.

Note-se que se encontrava prevista a isenção, quando a CESOB constituísse encargo seu, para o Estado e quaisquer dos seus serviços, estabelecimentos, e organismos, com excepção das empresas públicas, estando ainda previstas

isenções objectivas respeitantes a determinadas operações e movimentações bancárias e financeiras, nos termos do mesmo regime.

Nesta medida, o BFA teve de garantir a parametrização do seu sistema informático por forma a liquidar CESOB não apenas sobre as operações que constituem encargo do Cliente, mas também nas que constituíam encargo do Banco.

Outro tema que mereceu destaque em 2016 foi a adopção plena das Normas Internacionais de Contabilidade e Relato Financeiro (“IAS/IFRS”), que são hoje as normas-chave para as divulgações financeiras do BFA, e foi a principal e mais relevante novidade a nível contabilístico fiscal no ano 2016.

Estamos perante o culminar de um processo de implementação complexo e moroso – recorde-se que o Banco Nacional de Angola está a promover a implementação destas normas contabilísticas para as instituições bancárias nacionais desde Outubro de 2013 –, com impacto transversal a várias áreas do Banco.

Para além do impacto contabilístico, esta adopção de um novo normativo contabilístico tem igualmente um acrescido impacto fiscal, pelo que os procedimentos implementados tiveram também de prever e fazer face a essa realidade. De resto, apesar do impacto fiscal deste novo normativo contabilístico, deve salientar-se que as normas fiscais não sofreram qualquer alteração no sentido de se adaptarem a esta nova realidade, o que obrigou a um esforço adicional de adaptação por parte do BFA.



# 03

## O BFA

<b>Governo Societário</b>	34
Governança Corporativa e Sistema de Controlo Interno	34
Princípios Orientadores da Governança Corporativa	34
Estrutura Societária e Modelo de Governo	35
Composição dos Órgãos Sociais	41
Organigrama	41
Comissão Executiva do Conselho de Administração	42
Sistema de Controlo Interno	46
Remuneração dos Órgãos Sociais	46
Política de Distribuição de Resultados	47
Princípios Éticos e Conflitos de Interesse	48
Sistema de Gestão do Risco	49
Informação Interna	50
Monitorização	50
<b>Principais Áreas de Negócio</b>	52
Particulares e Negócios	54
Centros de Investimento	58
Empresas	60
Oil & Gas	64
Mercado de Capitais	65
Unidade de Business Development	68
<b>Recursos Humanos</b>	70
<b>Inovação &amp; Tecnologia</b>	73
<b>Sistema de Pagamentos</b>	76
<b>BFA no Digital</b>	80
<b>Comunicação</b>	82
<b>Responsabilidade Social</b>	89
<b>Prémios</b>	92

# Governo Societário

## GOVERNAÇÃO CORPORATIVA E SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

A Governação Corporativa é um pilar fulcral numa instituição financeira, dada a responsabilidade que detém na execução do enquadramento regulamentar. O Aviso nº 1/13 do BNA veio regular as políticas e processos a instituir pelas instituições financeiras no que concerne à Governação Corporativa.

Considerando esta regulamentação, o BFA procurou instituir um conjunto de práticas de Governação Corporativa com implicações no modelo de gestão através da definição de regras no que respeita à estrutura de capital e organizacional, política de remuneração, código de conduta e gestão de conflitos e processos de transparência e divulgação de informação, definindo em simultâneo directivas de reporte referentes ao modelo de governação.

No âmbito da permanente preocupação em aperfeiçoar a respectiva estrutura e práticas nestas matérias, o Conselho de Administração aprovou a implementação de um Plano de Acção, nos termos do estabelecido no n.º 2 do artigo 26º do Aviso 01/2013 e no n.º 2 do artigo 22º do Aviso n.º 02/2013,

que visa assegurar a conformidade do modelo de governação corporativa do Banco com o disposto nos respectivos avisos regulamentares.

Em resposta ao Instrutivo nº 1/13 de 22 de Março, o qual regulamenta o envio da informação ao BNA, por parte das instituições financeiras, no âmbito do previsto nos Avisos nº 1/13 e nº 2/13 de 22 de Março, o Conselho de Administração do BFA submeteu ao regulador a 30 de Novembro de 2016 o Relatório Anual sobre a Governação Corporativa e o Sistema de Controlo Interno, que inclui o parecer do Conselho Fiscal e do Auditor Externo.

### PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

Os princípios orientadores da política de Governação Corporativa em vigor no BFA encontram-se em linha com as melhores práticas e respeitam o modelo e requisitos definidos pelo BNA, estando ainda alinhados com os princípios do seu Accionista BPI, onde o Banco se integra no âmbito das regras de supervisão consolidada. Destes, destacam-se:

Transparência da Gestão	Interna	Informação permanente e completa. Permite aos membros não-executivos do Conselho de Administração (CA) e aos membros do Conselho Fiscal cumprir, com eficácia, as suas funções de supervisão e fiscalização.
	Externa	Informação abrangente e precisa. Permite aos Accionistas, às Autoridades, aos Auditores, aos Investidores e à comunidade em geral, avaliar a qualidade e a conformidade da informação prestada e dos resultados alcançados.
Independência	Independência da gestão executiva, relativamente a Accionistas ou a interesses específicos.	
Equidade	Equidade no relacionamento com Accionistas, Clientes e Colaboradores.	
Lealdade	Lealdade materializada através da implementação de mecanismos que previnam a ocorrência de situações de conflito de interesses.	
Eficiência	Eficiência no funcionamento e interacção de todos os Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade.	
Rigor	Rigor na administração dos diversos riscos subjacentes à actividade do Banco.	
Participação na decisão	Participação na decisão através da adopção de modelos colegiais nos processos de tomada de decisão e no fomento do trabalho de equipa.	
Desempenho e mérito	Desempenho e mérito como critérios fundamentais da política de remuneração de Colaboradores e Administradores.	
Harmonia	Harmonia no alinhamento entre os interesses dos Accionistas, Administradores e Colaboradores.	
Criação de valor	Corolário dos princípios enunciados e primeiro objectivo da Administração e dos Colaboradores do BFA.	

## ESTRUTURA SOCIETÁRIA E MODELO DE GOVERNO

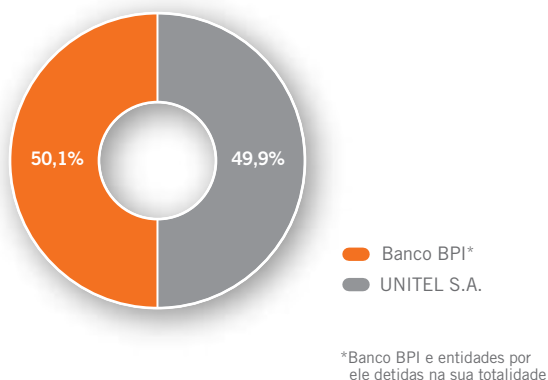
O BFA foi constituído por Escritura Pública a 26 de Agosto de 2002, consequência da transformação da Sucursal de Angola do Banco BPI, S.A. em Banco de direito local, sendo maioritariamente detido pelo Grupo BPI.

Por escritura pública de 20 de Janeiro de 2009, os estatutos foram significativamente alterados, mantendo a redacção desde essa data.

### ESTRUTURA SOCIETÁRIA E PARTICIPAÇÕES NO CAPITAL

O capital social do BFA reparte-se pelo Grupo BPI e entidades por ele detidas na sua totalidade, e pela UNITEL, S.A.

#### Estrutura Accionista



O BFA detém participação no capital da EMIS, na Sociedade de Fomento Habitacional e no Instituto do Mercado de Capitais, sendo que, actualmente, as duas últimas sociedades não desenvolvem qualquer actividade.

Como Accionista fundador, desde o início que o BFA demonstra um permanente apoio e incentivo para as iniciativas lançadas pela EMIS, sendo habitualmente um dos primeiros Bancos do sistema a implementar novas soluções e serviços disponibilizados, de que são exemplo:

Implementação do novo Centro de Processamento de Dados do BFA nas instalações construídas pela EMIS, que reúnem condições técnicas e de acesso a serviços de acordo com os mais rigorosos padrões internacionais;

Utilização da nova Plataforma de Gestão de Cartões, na qual o BFA detém uma quota de 80% dos cartões emitidos; Novo sistema de compensação de cheques com imagens.

Nos termos dos Estatutos da EMIS aprovados na Assembleia Geral de 17 de Dezembro de 2010, a administração é exercida por um Conselho de Administração, estando a gestão corrente delegada numa Comissão Executiva. O BFA encontra-se representado, desde 20 de Janeiro de 2012, nos seguintes Órgãos Sociais:

- Conselho de Administração: Dr.ª Otilia Faleiro

### MODELO DE GOVERNO

O modelo de funcionamento do BFA está estabelecido nos seus Estatutos aprovados em Assembleia Geral de 27 de Novembro de 2008 e obedece aos requisitos da Lei das Instituições Financeiras (Lei nº 13/5).

São Órgãos Estatutários os Órgãos Sociais, ou seja, a Assembleia Geral e o respectivo Presidente, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal e, ainda, a Mesa da Assembleia Geral, a Comissão Executiva do Conselho de Administração (CECA) e o Auditor Externo.

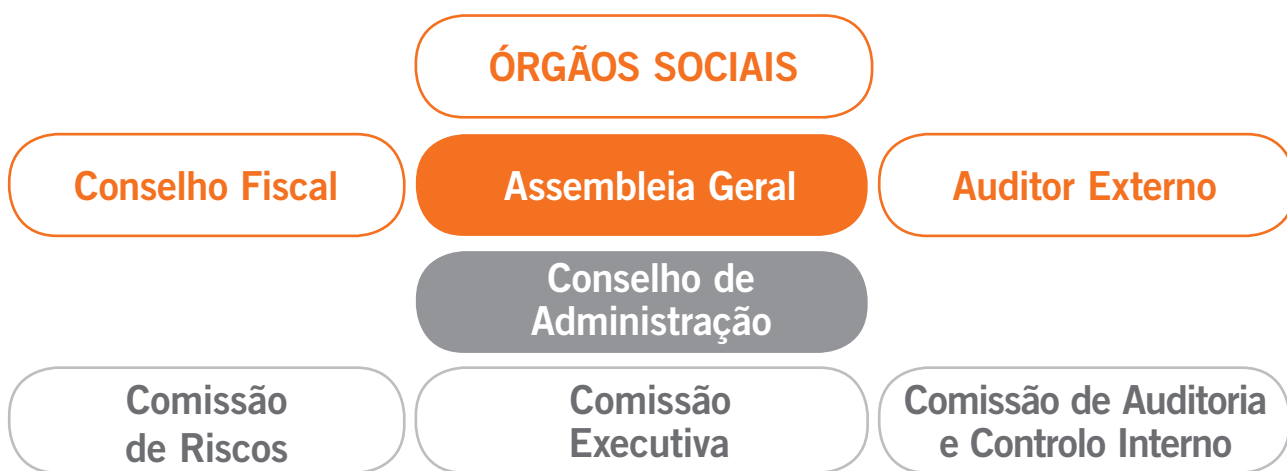
Nos termos dos Avisos nº 1/13 e nº 2/13, o Conselho de Administração criou duas novas comissões: a Comissão de Riscos e a Comissão de Auditoria e Controlo Interno.

Os membros dos Órgãos Sociais foram eleitos em Assembleia Geral a 20 de Outubro de 2014 para um mandato de três anos: 2014-2016. Nessa mesma data o Conselho de Administração designou, nos termos dos Estatutos, a composição da Comissão Executiva do Conselho de Administração e o seu Presidente.

Todos os membros dos Órgãos de Governação do BFA são quadros vinculados a rigorosos deveres de confidencialidade e sujeitos a um conjunto de regras tendentes a prevenir a existência de conflitos de interesse ou situações de abuso de informação privilegiada, respeitando as melhores práticas e os melhores princípios da boa e prudente gestão.

Adicionalmente, todos os membros dos Órgãos de Administração têm competência técnica, experiência profissional e adequada idoneidade moral para o exercício da respectiva função.

A criação da Comissão de Auditoria e Controlo Interno (CACI) e da Comissão de Riscos, em 2014, constituiu um passo significativo no cumprimento da legislação e regulamentação em vigor, tendo contribuído para melhorias significativas no Sistema de Controlo Interno, sentidas em 2015 e com continuidade em 2016.



Assembleia Geral	
Constituição	A Assembleia Geral é o órgão social constituído por todos os Accionistas do Banco, cujo funcionamento é regulado nos termos dos Estatutos.
Competências	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Nomear os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Presidente, do Vice-Presidente e dos Secretários da Mesa da Assembleia Geral, bem como designação do Auditor Externo;</li> <li>■ Apreciar o relatório anual do Conselho de Administração, discutir e votar sobre o balanço e contas consolidadas e individuais, tendo em consideração o parecer do Conselho Fiscal e do Auditor Externo;</li> <li>■ Aprovar as remunerações fixas e/ou variáveis dos membros dos órgãos estatutários;</li> <li>■ Deliberar sobre a distribuição de resultados sob proposta do Conselho de Administração;</li> <li>■ Deliberar sobre alterações aos estatutos;</li> <li>■ Deliberar sobre o aumento ou redução de capital, fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade;</li> <li>■ Deliberar sobre a aquisição e alienação de ações ou de obrigações próprias.</li> </ul>

## Conselho de Administração

Constituição	<p>O Conselho de Administração (CA) é composto por um mínimo de 7 e um máximo de 15 membros, eleitos em Assembleia Geral de Accionistas. O actual CA do BFA é composto por 11 membros, tendo sofrido a saída de dois Administradores no decorrer do exercício de 2016.</p>
Competências	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Definir as políticas gerais do BFA;</li> <li>■ Aprovar o plano estratégico e os planos e orçamentos, tanto anuais como plurianuais, e as suas alterações, e acompanhar periodicamente a sua execução;</li> <li>■ Preparar os documentos de prestação de contas e a proposta de aplicação de resultados a apresentar à Assembleia Geral;</li> <li>■ Tomar a iniciativa de propor eventuais alterações de estatutos e de aumentos de capital, e ainda de emissões de obrigações que não caibam na sua competência, apresentando as correspondentes propostas à Assembleia Geral;</li> <li>■ Aprovar o Código de Conduta das sociedades que dominar totalmente;</li> <li>■ Praticar todos os demais actos necessários ou convenientes para a prossecução das actividades compreendidas no objecto social, nomeadamente:             <ul style="list-style-type: none"> <li>- Representar a sociedade em juízo ou fora dele, activa e passivamente, instaurar e contestar quaisquer procedimentos judiciais ou arbitrais, confessar, desistir ou transigir em quaisquer acções e comprometer-se em árbitros;</li> <li>- Adquirir, alienar ou onerar quaisquer bens ou direitos;</li> <li>- Constituir mandatários para a prática de determinados actos, ou categorias de actos, definindo a extensão dos respectivos mandatos.</li> </ul> </li> </ul> <p>O Conselho de Administração tem ainda a responsabilidade de aprovar e acompanhar a estratégia de negócio e as estratégias de risco, bem como as políticas e acções necessárias para se atingirem os objectivos definidos, sendo estas implementadas por cada uma das Direcções do Banco envolvidas na sua execução. Esta estratégia encontra-se traduzida no Orçamento Anual e em Planos de Acção, propostos pela Comissão Executiva, aprovados pelo Conselho de Administração.</p> <p>O Conselho de Administração funciona de acordo com os Estatutos e com um Regulamento próprio.</p> <p>Para regular o seu funcionamento interno, o Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva, composta por três, cinco ou sete membros, a gestão corrente da Sociedade, com os limites fixados na deliberação que procedeu a essa delegação e no Regulamento de funcionamento da Comissão Executiva.</p>
Periodicidade	<p>As reuniões do Conselho de Administração são realizadas no mínimo trimestralmente e sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração.</p>

### Comissão Executiva do Conselho de Administração

Constituição	A gestão executiva do Banco é assegurada por três, cinco ou sete Administradores, designados pelo próprio Conselho de Administração, que entre os mesmos, designará o seu Presidente.
Competências	Dispõe dos poderes de gestão necessários ou convenientes para o exercício da actividade bancária, nos termos e com a extensão com que a mesma é configurada na lei e, nomeadamente, poderes para decidir e representar a Sociedade em matérias estabelecidas. O seu exercício é objecto de permanente acompanhamento pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pelo Auditor Externo.
Periodicidade	A Comissão Executiva do Conselho de Administração reúne, por convocação do seu Presidente, habitualmente uma vez por semana, e, no mínimo, uma vez por mês.

### Comissão de Riscos

Constituição	É composta por três a seis membros, executivos e não executivos, do Conselho de Administração e, se o CA assim o entender, por pessoas que não pertençam a esse órgão e por ele livremente escolhidas, tendo em atenção o seu conhecimento especializado na área de intervenção da Comissão de Riscos. Os seus membros são nomeados pelo CA, que designará igualmente um Presidente e, se assim o entender, um Vice-Presidente.
Competências	<ul style="list-style-type: none"><li>■ Aconselhar o Conselho de Administração no que respeita à estratégia de risco;</li><li>■ Acompanhar a política de gestão de todos os riscos da actividade do Banco.</li></ul>
Periodicidade	A Comissão de Riscos reúne trimestralmente ou sempre que for convocada pelo seu Presidente. Os membros do Conselho Fiscal e o Auditor Externo podem participar nas reuniões da Comissão de Riscos, sem direito a voto, desde que manifestem essa pretensão ao Presidente da Comissão.

### Comissão de Auditoria e Controlo Interno

Constituição	Composta por entre três e seis membros do Conselho de Administração (CA) que não integrem a Comissão Executiva e, caso o CA assim o entender, por pessoas que não pertençam a este órgão e por ele livremente escolhidas, tendo em atenção o seu conhecimento especializado na área de intervenção da referida comissão. Os seus membros são nomeados pelo CA, que designa igualmente o Presidente e, caso assim entenda, um Vice-Presidente. O número de membros que não tenham a qualidade de membros do CA será sempre inferior a metade do número total dos que a compõem.
--------------	--



### Comissão de Auditoria e Controlo Interno

Competências	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Assegurar a formalização e operacionalização de um sistema de prestação de informação eficaz e devidamente documentado, incluindo o processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras;</li> <li>■ Supervisionar a formalização e operacionalização das políticas e práticas contabilísticas da instituição;</li> <li>■ Rever todas as informações de cariz financeiro para publicação ou divulgação interna, designadamente as contas anuais da administração;</li> <li>■ Fiscalizar a independência e a eficácia da auditoria interna, aprovar e rever o âmbito e a frequência das suas acções e supervisionar a implementação das medidas correctivas propostas;</li> <li>■ Supervisionar a actuação da função de <i>compliance</i>;</li> <li>■ Supervisionar a actividade e a independência dos auditores externos, estabelecendo um canal de comunicação com o objectivo de conhecer as conclusões dos exames efectuados e os relatórios emitidos.</li> </ul>
Periodicidade	A Comissão de Auditoria e Controlo Interno reúne trimestralmente ou sempre que convocada pelo seu Presidente.

### Conselho Fiscal

Constituição	<p>A composição do Conselho Fiscal rege-se pelo disposto nos estatutos e funciona nos termos e com os objectivos definidos por Lei ou regulamentação, bem como de acordo com o seu Regulamento.</p> <p>O Conselho Fiscal é composto por um Presidente e dois vogais efectivos, sendo um dos vogais um perito contabilista. Os seus membros devem ser pessoas singulares com plena capacidade jurídica (Art. 433º da LSC), dotados das qualificações técnicas e da experiência profissional, incluindo o conhecimento operacional sobre o comércio bancário, que lhes permita cumprir, de forma efectiva as responsabilidades que lhes estão cometidas.</p>
Competências	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Fiscalizar a administração da Sociedade;</li> <li>■ Zelar pela observância da lei e do contrato de sociedade;</li> <li>■ Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;</li> <li>■ Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe sirvam de suporte;</li> </ul>

## Conselho Fiscal

Competências	<ul style="list-style-type: none"><li>■ Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo Banco conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;</li><li>■ Elaborar anualmente um relatório sobre a sua acção fiscalizadora, dando parecer sobre o Relatório, Contas e propostas apresentadas pela Administração;</li><li>■ Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por Accionistas, Colaboradores da sociedade e outros;</li><li>■ Convocar a Assembleia Geral, quando o Presidente da respectiva Mesa o não faça;</li><li>■ Cumprir as demais atribuições constantes da lei, contrato de sociedade e directrizes do Banco Nacional de Angola.</li></ul>
Periodicidade	O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez por trimestre.

## Auditor Externo

Constituição	<p>As contas foram objecto de uma auditoria independente levada a cabo pelos auditores externos Deloitte &amp; Touche – Auditores, Lda. As regras de prestação de serviços por parte do Auditor Externo estão definidas no Aviso do BNA nº 4/13.</p> <p>O Banco defende que os seus Auditores são independentes na acepção dos requisitos regulamentares e profissionais aplicáveis e que a sua objectividade não se encontra comprometida. Nesse sentido, o BFA tem incorporado nas suas práticas e políticas de governo diversos mecanismos que acautelam a independência dos auditores.</p>
Competências	<ul style="list-style-type: none"><li>■ Auditar as Demonstrações Financeiras do BFA com referência a 30 de Junho e 31 de Dezembro;</li><li>■ Emitir parecer quanto à veracidade e adequação do Relatório Anual sobre a Governação Corporativa e o Sistema de Controlo Interno.</li></ul>
Periodicidade	O Auditor Externo efectua anualmente revisões de procedimentos a Direcções e/ou processos seleccionados para o efeito, nas quais se incluem obrigatoriamente os Controlos Gerais Informáticos.

## COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

### MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente	Rui de Faria Lélis
Secretário	Alexandre Lucena e Vale

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Fernando Costa Duarte Ulrich
Vice-Presidente	Isabel dos Santos
Vogais	José Pena do Amaral Mário Silva Diogo Santa Marta Mariana Assis António Matias Vera Escórcio Otília Faleiro Francisco Costa Manuela Moreira

### COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente Interina	Mariana Assis
Vogais	António Matias Vera Escórcio Otília Faleiro Francisco Costa Manuela Moreira

### CONSELHO FISCAL

Presidente	Amilcar Safeca
Vogal	Susana Trigo Cabral
Perito Contabilista	Henrique Camões Serra

### AUDITOR EXTERNO

Deloitte & Touche – Auditores Lda.

## ORGANIGRAMA

O organigrama do Banco assenta numa estrutura funcional, a qual permite uma clara divisão das áreas e funções de cada Direcção, sob a alçada de cada um dos Administradores executivos.



## Comissão Executiva do Conselho de Administração



Otilia Faleiro  
Administradora

António Matias  
Administrador

Vera Escórcio  
Administradora



**Francisco Costa**  
Administrador

**Mariana Assis**  
Administradora

**Manuela Moreira**  
Administradora

# Comissão Executiva do Conselho de Administração



**MARIANA ASSIS** Administradora

Data de Nascimento: 29 Setembro 1953

Mariana Assis é Administradora do BFA desde 2005. Possui 41 anos de experiência, iniciando a sua carreira em 1975, no Banco Comercial de Angola, hoje BPC, no Departamento de Contabilidade como conferente de escrita. Em 1979 foi Chefe de Secção para o Expediente Geral do Departamento de Fecho do BCA, em 1987 Chefe de Sector de Execução e Controlo Orçamental e em 1989 Chefe de Departamento de Contabilidade Central. É admitida nos quadros do BFA em 1993 como técnica analista. Exerceu desde 1994 a função de Chefe de Serviço da Contabilidade, assumindo em 2001 a Direcção de Contabilidade. Licenciada em Economia na especialização de Contabilidade e Finanças pela Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto.



**ANTÓNIO MATIAS** Administrador

Data de Nascimento: 19 Julho 1968

António Matias é Administrador do BFA desde 2005 e Presidente da Direcção do do Instituto de Formação Bancária de Angola - IFBA. A par de uma carreira académica na área económica, possui mais de 15 anos de experiência na Banca, ingressando no BFA em Janeiro de 1998. Exerceu diversas funções na área comercial, tendo em 2001 assumido a Subdirecção da Área de Créditos e, em Maio 2005, passa a Director Central da Direcção de Empresas. Licenciado em Gestão de Empresas pela Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto e Pós-Graduado em Banca, Seguros e Mercados Financeiros, pelo Instituto Superior de Línguas e Administração de Lisboa (ISLA).



**VERA ESCÓRCIO** Administradora

Data de Nascimento: 17 Setembro 1974

Vera Escórcio é Administradora do BFA desde 2009. Possui 16 anos de experiência na Banca, iniciada em 2001 no BFA, onde ascendeu à categoria de Directora Adjunta da Direcção Financeira. Passou ainda pelo Banco BIC, exercendo a função de Directora da Direcção Financeira. Licenciada em Economia com a especialização em Economia de Empresa, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e Pós-Graduada em Gestão para a Banca, pela Católica *Executive Education* de Lisboa.

**OTÍLIA FALEIRO** Administradora

Data de Nascimento: 26 Agosto 1954

Otília Faleiro é Administradora do BFA desde 2011 e Administradora não executiva da EMIS. Possui mais de 40 anos de experiência na Banca. Em 1992, assume a função de Directora Adjunta na Direcção de Sistemas de Informação do Banco BPI, passando a Directora Coordenadora da mesma área em 1998. Em 2000, é nomeada para assumir a Direcção de Projectos da Rede de Particulares e Pequenos Negócios e em 2007 passa a Directora Central de Organização e Métodos, assumindo em 2009 a função de Directora Central de Financiamento Imobiliário, e em 2010 a Direcção de Operações de Crédito. Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa.

**FRANCISCO COSTA** Administrador

Data de Nascimento: 22 Agosto 1951

Francisco Costa é Administrador do BFA desde 2011. Com cerca de 30 anos de experiência na Banca, ingressa no Banco BPI em Janeiro de 1984 enquanto Analista de Projectos e passa a Coordenador de Projectos em 1987. A partir de 1989, assume cargos de Direcção, chegando a Director Central em 1992. Passa a Vogal do Conselho de Administração do BPI em 1995. Licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa e em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

**MANUELA MOREIRA** Administradora

Data de Nascimento: 28 Setembro 1969

Manuela Moreira é Administradora do BFA desde 2014. Possui 21 anos de experiência na Banca, iniciada em Janeiro de 1997 no BFA, tendo, durante a sua carreira, exercido várias funções, nomeadamente no Departamento de Contabilidade, Crédito e Área Comercial, onde ascendeu ao cargo de Director responsável pela Direcção de Centros de Investimento em Maio de 2006. Passou anteriormente pelo Ministério das Finanças, onde exerceu funções na Direcção de Contabilidade e pelo Ministério da Educação, professora no IMEL – Instituto Médio de Economia de Luanda. Licenciada em Contabilidade e Finanças pela Universidade de Havana – Cuba em 1995, obteve o Mestrado em Gestão de Empresas pela Fundação Gertúlio Vargas em 2005.

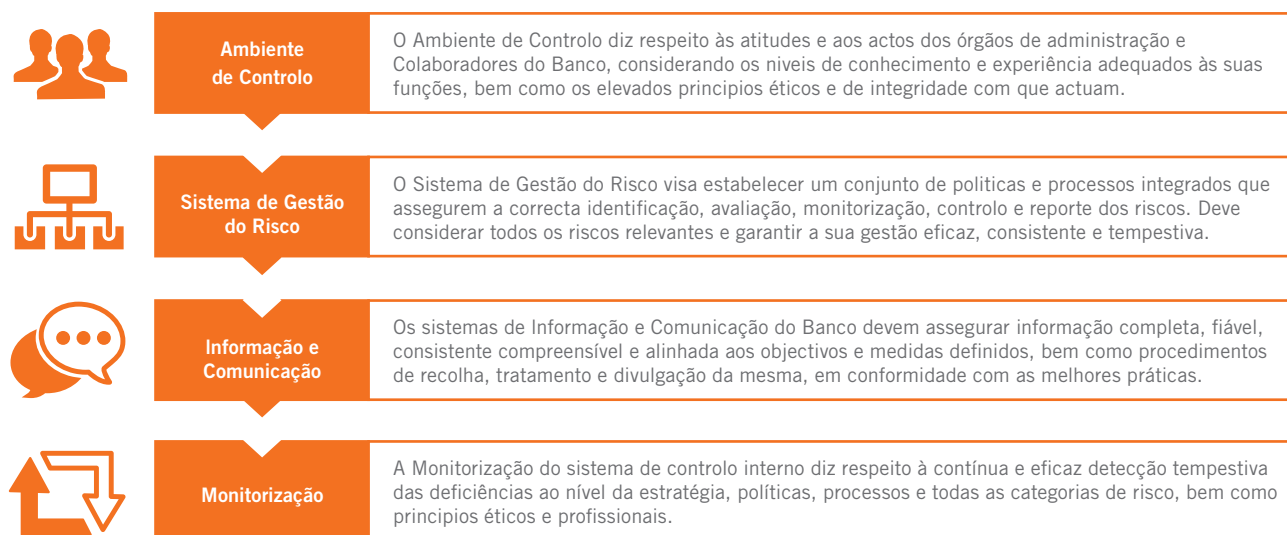
## SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Sistema de Controlo Interno do BFA consiste no plano de organização de todos os métodos e procedimentos adoptados pela Administração para atingir o objectivo de gestão de assegurar, tanto quanto for praticável, a metódica e eficiente conduta das suas actividades, incluindo a aderência às políticas da administração, a salvaguarda dos activos, a prevenção e detecção de fraudes e erros, a precisão e plenitude dos registos contabilísticos e a atempada preparação de informação financeira fidedigna.

De acordo com o Aviso nº 2/13 do BNA, que regula a obrigação de implementação de um Sistema de Controlo

Interno por parte das Instituições Financeiras, um Sistema de Controlo Interno adequado e eficaz é aquele em que o Conselho de Administração e a Gestão detêm uma segurança razoável em como os objectivos estratégicos e operacionais do Banco estão a ser atingidos, o sistema de reporting é fidedigno e as normas e regulamentos estão a ser cumpridos.

O actual Sistema de Controlo Interno do BFA é constituído por 4 componentes, com objectivos e instrumentos específicos que suportam o adequado e integrado Sistema de Controlo Interno do BFA:



## REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

### Estrutura da remuneração dos Administradores Executivos

A política de remunerações seguida no BFA para os membros executivos do seu órgão de administração - Comissão Executiva do Conselho de Administração (CECA) - assenta na existência de uma componente fixa complementada por uma componente variável, atribuída de acordo com o desempenho do BFA e de cada um desses Administradores no ano que precede o pagamento dessa remuneração, bem como da avaliação da consistência desse desempenho com o verificado ao longo dos anos anteriores e reflecte, essencialmente, a

avaliação realizada tendo por base, entre outros, os seguintes critérios:

- o desempenho individual;
- o desempenho colectivo das unidades de estrutura do pelouro do Administrador;
- o desempenho geral do próprio BFA;
- o respeito pelos normativos, regras e procedimentos externos e internos aplicáveis à actividade desenvolvida pelo BFA e, designadamente, das regras do Código de Conduta.



Os valores de remuneração fixa pagos aos membros da CECA, são consistentes com a prática de mercado e resultam da aplicação do respectivo contrato de trabalho e da legislação de trabalho em vigor.

A existência de uma componente variável de remuneração visa reforçar o alinhamento dos interesses dos membros da CECA com os interesses do BFA e dos seus Accionistas. A consideração, na fixação da remuneração dos membros da CECA, da vertente “consistência do desempenho” contribui para evitar que esta componente da remuneração contribua para uma assunção excessiva de riscos. A definição do valor global da componente variável a atribuir aos membros da CECA tem em conta vários factores, dos quais se destaca o histórico da evolução dos Resultados antes de Impostos e dos Resultados depois de Impostos.

Dado que o BFA não é uma sociedade aberta, a componente de remuneração variável em causa é integralmente paga em dinheiro.

#### **Estrutura da remuneração dos Administradores não Executivos, Conselho Fiscal e Mesa da Assembleia Geral**

A remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração, da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal é exclusivamente fixa, não recebendo qualquer remuneração variável pelo desempenho dessas funções. Os valores da remuneração pagos aos membros do órgão de administração, da mesa da Assembleia Geral e de fiscalização são definidos por uma Comissão de Remunerações integrada por representantes dos Accionistas, caso esta seja eleita, ou directamente pelos Accionistas através de Assembleia Geral.

#### **Valor das remunerações pagas em 2016**

Em 2016, a remuneração do conjunto dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Mesa da Assembleia Geral ascendeu a 656,7 milhões de AKZ distribuídos da seguinte forma:

- Membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração 568,7 milhões de AKZ pagos a título de remuneração fixa e variável;
- Membros não executivos do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Mesa da Assembleia Geral, 88,0 milhões de AKZ, pagos a título de remuneração fixa.

#### **POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS**

A política de distribuição de resultados está estabelecida nos Estatutos, que define a seguinte prioridade de utilização dos lucros:

- Cobertura de prejuízos transitados de exercícios anteriores;
- Formação ou reconstituição de reserva legal;
- Formação ou reconstituição de reservas especiais impostas por lei;
- Pagamento do dividendo prioritário que for devido às acções privilegiadas, nomeadamente preferenciais sem voto, que a Sociedade porventura haja emitido;
- 40% da parte restante para distribuição a todos os Accionistas, salvo se a Assembleia Geral deliberar por uma maioria correspondente a dois terços do capital social, a sua afectação, no todo ou em parte, à constituição e/ou reforço de quaisquer reservas, ou à realização de quaisquer outras aplicações específicas de interesse da Sociedade;
- A parte remanescente, a aplicação que for deliberada pela Assembleia Geral por maioria simples.

Actualmente, os requisitos de constituição da Reserva Legal estão cumpridos.

Relativamente aos exercícios de 2009 a 2012, foram distribuídos na forma de dividendos 65% dos lucros obtidos, sendo os restantes 35% levados a reservas livres.

Nos anos 2013 e 2014, foram distribuídos sob a forma de dividendos 50% do resultado do exercício, sendo os outros 50% levados a reservas livres.

Em 2015, foram distribuídos sob a forma de dividendos 40% do resultado do exercício, sendo os outros 60% levados a reservas livres.

A proposta de aplicação dos resultados de 2016, é de distribuir sob a forma de dividendos 40% do resultado do exercício, sendo os outros 60% levados a reservas livres.

## PRINCÍPIOS ÉTICOS E CONFLITOS DE INTERESSE

O Código de Conduta, o Regulamento do Conselho de Administração e o Regulamento da CECA contemplam os mais altos padrões de actuação, em conformidade com princípios éticos e deontológicos, e definem regras, princípios e procedimentos no sentido de identificação, monitorização e mitigação de conflitos de interesse.

Desta forma, o BFA promove a transparência nas relações, envolvendo Órgãos Sociais e Colaboradores, inibindo a participação em actividades ilegais bem como a tomada excessiva de risco, o que contribui para a transparência das relações contratuais entre o Banco e as suas contrapartes e estipula que, quer os membros dos órgãos sociais quer os Colaboradores, não podem receber ofertas de valor não simbólico que comprometam o exercício das suas funções com total independência.

A actividade profissional dos membros dos Órgãos Sociais e dos Colaboradores pertencentes ao Banco rege-se pelos princípios éticos definidos no Código de Conduta do BFA, aprovado no Conselho de Administração, disponibilizado na Intranet e no site institucional, cujas linhas principais se resumem:

- Assegurar que para além de cumprir as regras e deveres que decorrem das disposições legais e regulamentares aplicáveis, a actividade do Banco, dos membros dos Órgãos Sociais e dos Colaboradores será prosseguida de acordo com o rigoroso cumprimento dos princípios éticos e deontológicos e com exemplar comportamento cívico;
- Garantir diligência e competência profissional, designadamente no desempenho das funções profissionais, em observância aos ditames da boa-fé e actuar de acordo com elevados padrões de diligência, lealdade e transparência, e garantir aos Clientes e às autoridades competentes, ressalvado o dever de segredo profissional, uma resposta rigorosa, oportuna e completa às solicitações apresentadas;
- Garantir a guarda e manutenção rigorosa do segredo profissional;
- Estabelecer a Igualdade de Tratamento aos Clientes do Banco em todas as situações em que não exista motivo de ordem legal e/ou contratual e/ou de risco para proceder de forma distinta;

- Gerir o Conflito de Interesses: i) nas situações em que haja conflito entre os interesses de dois ou mais Clientes deverão ser resolvidas com ponderação e equidade, de modo a assegurar um tratamento imparcial às partes envolvidas; ii) os conflitos entre interesses de Clientes, por um lado, e os do Banco ou dos seus Colaboradores e membros dos Órgãos Sociais, por outro, suscitados no âmbito da actividade corrente da Instituição, devem ser resolvidos através da satisfação dos interesses dos Clientes, salvo nos casos em que exista alguma razão de natureza legal ou contratual para proceder de forma diferente;
- Proibir benefícios ilegítimos e abuso de posição: não é permitido aos membros dos Órgãos Sociais ou aos Colaboradores solicitar, aceitar ou receber, para si ou para terceiro, qualquer vantagem, patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, relacionada ou que represente a contrapartida da qualquer acto ou omissão praticado no desempenho das suas funções ao serviço do Banco (quer esse acto constitua ou não violação dos seus deveres funcionais);
- Relações com as Autoridades: nas relações com as Autoridades de Supervisão da actividade bancária, bem como com a Administração Fiscal e as autoridades judiciais, os membros dos Órgãos Sociais e os Colaboradores devem proceder com diligência, solicitando aos respectivos superiores hierárquicos o esclarecimento das dúvidas que, eventualmente lhes surjam;
- Obrigação dos créditos concedidos aos Sócios ou Accionistas, membros dos Órgãos Sociais, Colaboradores ou partes relacionadas com estes, serem realizados em condições normais de mercado, atendendo ao seu nível de risco (possibilidade de derrogação no caso de operações de crédito a membros dos Órgãos Sociais e Colaboradores que revistam carácter social, designadamente crédito para compra de habitação própria permanente ou para pagamento de despesas de saúde). Sobre esta matéria, estão instituídos dois Regulamentos de Crédito Bonificado para Colaboradores:
  - Aquisição de Habitação Própria Permanente; e
  - Crédito Pessoal.

Nos contactos com os Clientes e com o mercado, os Órgãos Sociais e Colaboradores do BFA deverão ainda pautar a sua conduta pela máxima discrição e deverão guardar sigilo

profissional acerca dos serviços prestados aos seus Clientes e sobre os factos ou informações relacionados com os mesmos ou com terceiros, cujo conhecimento lhes advenha do desenvolvimento das respectivas actividades.

## SISTEMA DE GESTÃO DO RISCO

O Sistema de Gestão do Risco permite obter uma visão e gestão integrada dos riscos a que as Instituições se encontram expostas, de forma a mitigar as potenciais perdas associadas à ocorrência de eventos de risco.

O acompanhamento e controlo do Sistema de Gestão do Risco é actualmente assumido pelo Conselho de Administração, que integra Administradores não executivos, bem como pela Comissão de Riscos.

O Conselho Fiscal, a Comissão de Auditoria e Controlo Interno e a Comissão de Riscos, têm também por missão, no âmbito das suas atribuições, avaliar os principais indicadores e vertentes da gestão do risco.

A identificação e avaliação das situações de risco cabe, de uma forma geral, a todas as áreas do Banco, sendo particularmente distinguidas as seguintes direcções no que respeita ao risco de crédito:

- Direcção de Crédito a Particulares e Negócios - responsável pela avaliação das operações de crédito destes segmentos;
- Direcção de Risco de Crédito a Empresas – responsável pela avaliação das operações de crédito deste segmento;
- Direcção de Financiamentos Estruturados e ao Investimento – responsável pela estruturação de financiamentos de maior valor e complexidade bem como todas as propostas de financiamento ao investimento, incluindo os integrados no Programa Angola Investe;
- Direcção de Operações Imobiliárias – responsável pela avaliação de financiamento e acompanhamento da carteira de crédito cujo risco assenta em activos imobiliários ou nos resultados das actividades comerciais no sector imobiliário. Dessas operações destacam-se os projectos de promoção imobiliária e os projectos hoteleiros, que constituem a carteira de crédito;

- Direcção de Acompanhamento, Recuperação e Contencioso de Crédito - responsável pela monitorização da qualidade da carteira de crédito, pelo acompanhamento e gestão do nível de provisionamento e imparidades associados à carteira de crédito. Esta direcção é também responsável pela recuperação do crédito vencido, pela via negocial ou judicial.

Todas estas Direcções reportam ao mesmo Administrador que não tem responsabilidades nas áreas comerciais.

O BFA dispõe de um Regulamento Geral de Crédito, complementado por um conjunto de outras normas e procedimentos internos que asseguram o adequado controlo dos riscos de crédito, os quais foram reforçados em 2011 com a entrada em funcionamento da Central de Riscos de Crédito do BNA, ferramenta indispensável para a correcta mensuração do risco de crédito.

No que respeita a gestão dos riscos de Liquidez, Cambial e Taxa de Juro, a Direcção Financeira e Internacional é responsável por assegurar o cumprimento das regras de supervisão em vigor bem como os rácios e limites aprovados internamente e constantes do Manual de Limites e Procedimentos (MLP) da DFI, nomeadamente das reservas obrigatórias e dos limites de exposição cambial, sendo igualmente responsável pelo relacionamento com o BNA nestas matérias.

A Direcção de Organização e Formação é responsável pela gestão do Risco Operacional, contribuindo para o funcionamento mais eficiente e racional do Banco, através do envolvimento e coordenação de projectos e definição de processos e procedimentos, garantindo a preparação e manutenção do normativo interno, a estrutura e os processos adequados, quer na óptica da eficiência quer do risco e o apoio permanente a toda a estrutura do Banco. Compete-lhe ainda a recolha de informação e a elaboração do reporte referente a perdas operacionais.

A Direcção de *Compliance*, no âmbito da gestão do Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, é responsável por efectuar o controlo prévio a *posteriori* para identificar entidades sancionadas, detectar operações suspeitas e fiscalizar o cumprimento dos procedimentos adoptados, da Legislação e Regulamentação em vigor com impacto no Banco.

A Direcção de Auditoria e Inspecção (DAI) procura garantir e salvaguardar a integridade e a segurança dos activos do Banco e dos seus Clientes. Nesse sentido, são desenvolvidas análises periódicas às actividades das Unidades de Negócio e Serviços Centrais. Tais análises são complementadas por intervenções de auditoria temática a cargo do auditor externo ou do auditor contratado para o efeito. A avaliação do cumprimento dos normativos internos e do Código de Conduta é igualmente da responsabilidade desta Direcção.

As metodologias e ferramentas utilizadas na gestão de cada um dos riscos acima mencionados podem ser analisadas em detalhe nos respectivos capítulos de risco.

## INFORMAÇÃO INTERNA

O Banco aposta e investe continuamente em Sistemas de Informação, parte integrante da estratégia para assegurar elevados níveis de inovação, modernização e controlo de riscos. Promovem o crescimento sustentável do Banco, garantindo não só a optimização dos processos e procedimentos, mas também a optimização e melhoria contínua da qualidade do serviço ao Cliente.

### Comunicação Institucional

O Banco atribui uma especial importância à manutenção de uma relação franca e transparente com os Accionistas, as Autoridades, a Comunicação Social e os restantes intervenientes no mercado.

A comunicação para o mercado em geral é feita através da publicação do Relatório e Contas anual, pela síntese das contas trimestrais em forma de balancete, e pela apresentação institucional [bfa@glance](mailto:bfa@glance), informação disponibilizada no Site Público.

Através da Intranet, é feita uma divulgação interna aos Colaboradores, das normas, do desempenho e das actividades do Banco.

Semestralmente, o Banco também realiza uma Reunião de Quadros, com representantes de todas as Direcções, para apresentação de resultados, perspectivas futuras e discussão de outras temáticas.

## REVISTA INTERNA - BFA YETU

Como reforço da estratégia de comunicação interna do Banco, em 2013 foi lançado o desafio e criado o projecto BFA YETU, a revista interna do Banco que, na língua Kimbundo significa “nosso”. As edições são quadrimestrais e têm o propósito de divulgar as actividades do Banco a todos os Colaboradores.



Revista Interna n.º 7 Março 2016



Revista Interna n.º 8 Novembro 2016

## MONITORIZAÇÃO

A monitorização do sistema de controlo interno é essencialmente conduzida pela Direcção de Auditoria e Inspeção (DAI), que procura avaliar a efectividade, eficácia e a adequação do mesmo através da monitorização do cumprimento dos processos e procedimentos estipulados.

Esta é responsável por garantir análises periódicas às actividades dos Órgãos Comerciais (Agências, Centros de

Empresa e Centros de Investimento) e Serviços Centrais, por forma a salvaguardar a integridade e segurança de activos do Banco e de Clientes, bem como o cumprimento da regulamentação e normativo interno aplicáveis e o controlo dos riscos. Adicionalmente, a DAI é responsável por verificar a adequação dos diversos processos de controlo face aos novos riscos identificados e a sua adequação à Legislação vigente relativa a cada processo.

## DIRECÇÃO JURÍDICA

O BFA conta agora com uma Direcção Jurídica reorganizada, com um novo modelo de funcionamento desenhado para criar condições estruturais e organizacionais que permitam responder de forma eficaz às questões jurídicas do Banco, e com equipas mais especializadas.

A nova Direcção Jurídica é agora composta por quatro departamentos: Gestão de Contas de Clientes, Contratação de Crédito, Apoio aos Serviços Centrais e Contencioso Geral, com um total de 31 Colaboradores.

Neste novo modelo de funcionamento destaca-se a criação de um Núcleo de Qualidade, presente no departamento de

Contratação de Crédito, que tem como missão assegurar a qualidade dos contratos de crédito originados nas Direcções Comerciais.

Adicionalmente, é também de destacar a nova Biblioteca Jurídica do BFA, inserida no núcleo de Capacitação Jurídica, gerida pelo Departamento de Apoio aos Serviços Centrais, que tem a responsabilidade de recolha, análise, estruturação, divulgação, arquivo e actualização da informação jurídica relevante para a actividade do BFA. Através da Biblioteca Jurídica, a DJU pretende acompanhar a publicação e evolução da legislação relevante para o BFA, divulgando-a junto dos Colaboradores do Banco.

# Principais Áreas de Negócio

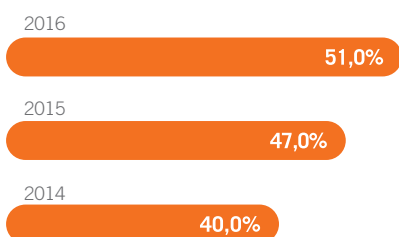
## REFORÇO DA POSIÇÃO DE LIDERANÇA E EXPANSÃO DA ACTIVIDADE

### Aumento expressivo da bancarização da população angolana

A Bancarização da População angolana é um dos principais focos da actividade do Sector Financeiro. O Banco Central, em conjunto com as Instituições Financeiras, tem vindo a tomar medidas nesse sentido, o que se tem reflectido no contínuo aumento do índice de bancarização.

Um inquérito realizado em 2016, à população residente na província de Luanda e em Benguela, com idade superior a 15 anos, registou um índice de bancarização de 51%, o que revela um aumento de 4 pontos percentuais face a 2015, e 11 pontos percentuais face a 2014.

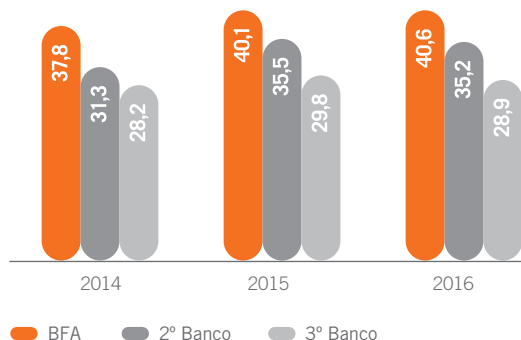
### Evolução do Índice de Bancarização<sup>1</sup>



<sup>1</sup> Angola All Media & Products Study – Luanda 2016 (AMPS). A Marktest Angola, no âmbito da All Media & Products Study (AMPS), realiza anualmente um estudo com dados sobre os hábitos de audiência e de consumo às populações de Luanda e Benguela. Os inquéritos são realizados a uma amostra composta por mais de 3.500 habitantes de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 15 anos. Este estudo é ainda sujeito a um controlo de qualidade distinto em 3 fases: acompanhamento, validação de consistência das respostas e supervisão.

Em linha com a evolução da taxa de bancarização, a taxa de penetração do BFA na população residente na província de Luanda com 15 ou mais anos, revelou um acréscimo, mantendo a sua posição de liderança em relação aos outros Bancos consolidada (40,6%) em 2016, o que ilustra o trabalho e a dinâmica do BFA na captação e no relacionamento com o mercado e com os seus Clientes.

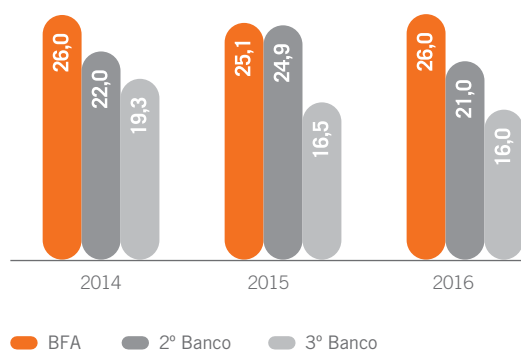
### Evolução da Taxa de Penetração<sup>2</sup>



<sup>2</sup> Angola All Media & Products Study – Luanda 2016 (AMPS). Considera uma amostra composta por inquiridos bancarizados de Luanda, com idade igual ou superior a 15 anos.

A crescente robustez, aliada ao esforço desenvolvido pelo BFA no sentido de diversificar a sua presença a nível nacional e alargar a oferta de produtos e serviços aos seus Clientes, reflectem-se na consolidação da Quota de Mercado enquanto Banco Principal, na qual o BFA mantém a liderança, com 26% do mercado.

### Evolução da Quota de Mercado como Banco Principal



## Sustentabilidade e Consolidação da Posição de Mercado

A melhoria do serviço ao Cliente, nomeadamente através da qualidade de atendimento, tem sido um dos princípios de actuação transversal às áreas comerciais do Banco, o que se tem reflectido, tal como nos anos anteriores, no crescimento do número de Clientes. Em 2016, o BFA captou mais de 160 mil novos Clientes, o que representa um aumento de 11,4% face a 2015.

## RENOVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE FÍSICA DE BALCÕES

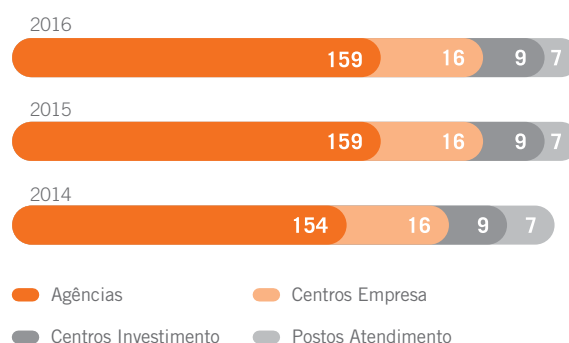
### Renovação da Rede Comercial

Com o intuito de melhor servir os seus Clientes, a rede comercial do BFA assenta numa estratégia de segmentação de mercado em três áreas de actuação: Agências, com o formato base da banca de retalho, especializadas na gestão bancária de Clientes Particulares e de Empresários e Negócios; Centros de Empresas, direccionados ao mercado empresarial de médias e grandes empresas, oferecendo soluções adequadas às suas necessidades específicas, e Centros de Investimento para Clientes com níveis de rendimento ou possibilidades de acumulação de capitais elevados que privilegiam o acompanhamento personalizado.

Em 2016, o BFA inaugurou 2 balcões e procedeu à remodelação de 4 balcões e 1 Centro de Empresas, tendo encerrado 2 balcões. No total, a rede do BFA conta já com 159 Agências, 16 Centros Empresa, 9 Centros Investimento e 7 Postos de Atendimento. A expansão da rede comercial do BFA é da responsabilidade da Direcção de Instalações e Património, que tem como função encontrar as melhores localizações para os balcões, aprovação e licenciamento de projectos, execução da obra, bem como remodelação dos balcões existentes.

A aposta na remodelação de balcões em detrimento da construção de novos é uma medida que se pretende manter em 2017, contribuindo para a modernização do design de balcões antigos e degradados.

### Rede de Distribuição do BFA



## PARTICULARES E NEGÓCIOS

### Melhoria da eficiência no atendimento ao Cliente

No âmbito da melhoria da qualidade de serviço, é de destacar o alargamento das operações abrangidas pelo projecto eMudar@BFA. Este projecto consiste num novo *front-end* para as operações de Agências, Centros de Empresa e Centros de Investimento, que funciona através de *workflow*, tornando as operações mais eficientes e seguras. Ao longo de 2016 foram revistos e integrados nesta nova plataforma os processos de depósitos a prazo, transferências e depósito e compensação de cheques, que se juntam aos processos de abertura e alteração de contas de particulares e de empresas, requisição de cheques, subscrição e activação de cartões Multicaixa e adesão e activação do BFA Net, já integrados em 2015.

Adicionalmente, importa referir que pelo terceiro ano consecutivo, e com o intuito de reforçar a orientação das suas equipas comerciais no sentido da melhoria da qualidade de serviço ao Cliente, o BFA promoveu um estudo de Cliente

Mistério em todos os balcões, onde foram avaliados o serviço e o atendimento oferecido e, posteriormente, definidos objectivos e áreas de melhoria.

Em 2016, o BFA levou a cabo a segunda fase do projecto Estudo de Satisfação dos Clientes, onde de uma amostra de 10 mil Clientes Particulares, se verificou que 60% têm o BFA como Banco exclusivo. São estes resultados que levam o Banco a querer intensificar cada vez mais os seus esforços no sentido de melhorar a eficácia no atendimento ao Cliente.

### Vitalidade na captação de Clientes

Em 2016, o número de Clientes dos segmentos Particulares e Empresários e Negócios aumentou 11,4% face a 2015, o que se traduziu, em termos absolutos em mais 160 mil novos Clientes, o maior aumento dos últimos anos. Este valor vem reforçar a dinâmica da actuação do BFA na área da banca de retalho onde mais uma vez se afirma como referência de mercado.

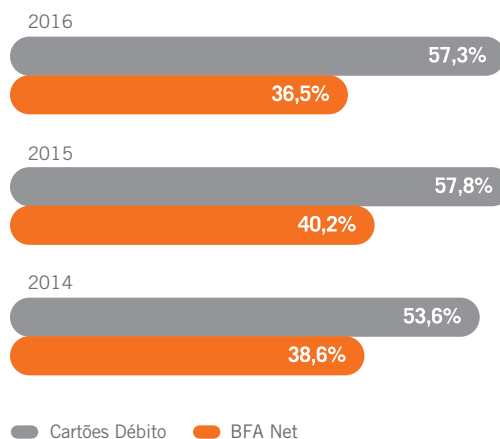
## EVOLUÇÃO DA BASE DE CLIENTES E SERVIÇOS – PARTICULARES E NEGÓCIOS

	2014	2015	2016	Var. % 14-15	Var. % 15-16
Clientes (nº)	1.291.089	1.400.234	1.560.313	8,5%	11,4%
BFA Net (nº)	498.222	563.053	570.013	13,0%	1,2%
Cartões Débito (nº)	692.420	808.871	893.558	16,8%	10,5%
Cartões Crédito (nº)	14.528	14.117	13.006	-2,8%	-7,9%
Conta Ordenado (nº)	70.012	80.701	90.169	15,3%	11,7%

Verifica-se uma evolução positiva na colocação de produtos e serviços ligados aos meios de pagamento e novos canais electrónicos. Tal como no ano transacto, os cartões de crédito revelam-se uma excepção face aos restantes meios de pagamento com uma redução de 7,9% face a 2015. Esta redução deve-se às restrições à emissão de cartões de crédito, consequência do contexto cambial do país durante este período.

A base de serviços, nomeadamente da utilização dos cartões de débito e do BFA Net sofreu um ligeiro decréscimo, diminuindo respectivamente 0,5 e 3,7 pontos percentuais.

### Taxa de Penetração BFA Net e Cartões Débito





## QUALIDADE DE SERVIÇO

### Estudo Cliente Mistério

Entre 2014 e 2016 o BFA realizou cinco vagas do estudo Cliente Mistério em todos os balcões da rede de Particulares e Negócios. Este estudo qualitativo avalia o serviço e atendimento oferecido, estabelece objectivos e áreas de melhoria em temas relacionados com a imagem da agência e das equipas comerciais, dinamização do atendimento e comportamentos em cenários de venda.

Na sequência dos resultados obtidos são elaboradas fichas detalhadas para cada órgão comercial com o detalhe dos temas a melhorar. Estas fichas são disponibilizadas na Intranet e discutidas no âmbito das diferentes reuniões comerciais.

A actuação do Banco neste âmbito tem como objectivo reforçar a orientação das equipas comerciais para a melhoria da qualidade de serviço ao Cliente.

### Estudo de Satisfação de Clientes

Em 2014 o BFA concluiu com êxito a 1ª fase do projecto Estudo de Satisfação dos Clientes com a definição e estruturação do modelo de avaliação, que foi devidamente testado para a criação do índice de satisfação.

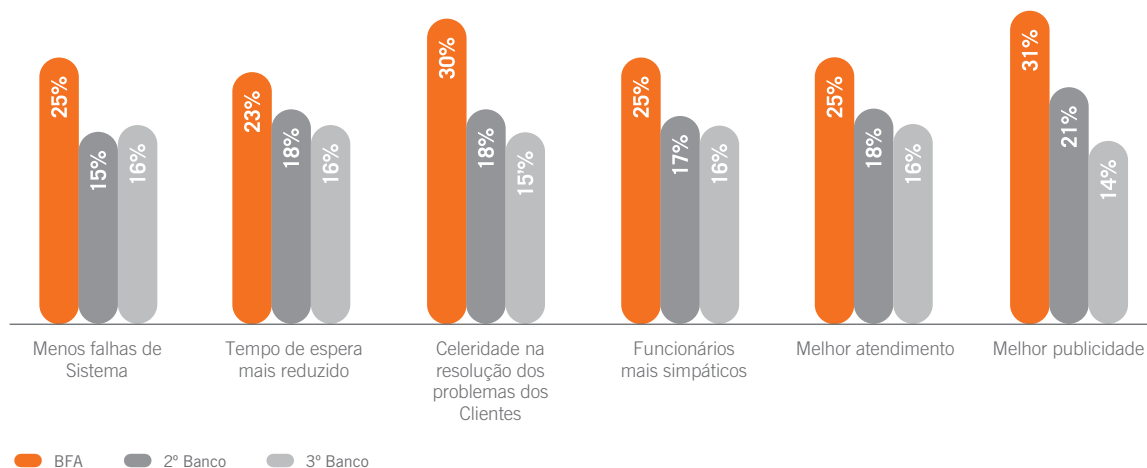
Na 1ª fase foi também realizado um estudo piloto em balcões nas Províncias de Luanda e Benguela.

Em 2016, foi concretizada a 2ª fase do projecto Estudo de Satisfação dos Clientes, com a realização de uma vaga de âmbito nacional aplicada a uma amostra representativa de cerca de 10 mil Clientes Particulares, dos quais 60% têm como Banco exclusivo o BFA.

### Estudo AMPS: Imagem dos Bancos

Com base no inquérito promovido na província de Luanda, foi possível apurar a percepção dos Clientes no que respeita à imagem dos Bancos e deste concluiu-se que, tal como no ano transacto, em 2016 o BFA se destacou positivamente em todas as categorias em relação aos 2º e 3º Bancos.

A categoria em que o BFA mais se distingue é na Celeridade na resolução de problemas dos Clientes, com uma diferença superior a 11 pontos percentuais em relação ao 2º Banco. Seguem-se as categorias de Melhor Publicidade, com uma variação de 11,5 pontos percentuais, Menos falhas de sistema com uma diferença de 9 pontos percentuais, Banco com os funcionários mais simpáticos com uma diferença de 7,8 pontos percentuais, Banco com melhor atendimento uma variação de 6,9 pontos percentuais em relação ao 2º Banco e, por fim, o Banco com menor tempo de espera, com uma diferença de 5,1 pontos percentuais face ao 2º classificado.



## RECURSOS DE CLIENTES – PARTICULARES E NEGÓCIOS

Milhões AKZ

	2014	2015	2016	Var. % 14-15	Var. % 15-16
Recursos	329.817,2	372.619,0	423.822,4	13,0%	13,7%
Depósitos	329.625,6	372.522,4	423.706,8	13,0%	13,7%
Depósitos à Ordem	229.535,0	264.673,7	309.824,5	15,3%	17,1%
Depósitos a Prazo	100.090,6	107.848,6	113.882,3	7,8%	5,6%
Outros Recursos	191,6	96,6	115,6	-49,6%	19,7%

### Evolução dos Depósitos em Moeda Nacional

A captação de recursos permite ao Banco manter elevados níveis de liquidez, assegurando o financiamento da economia e a preparação do BFA para os desafios futuros. Neste sentido, um dos indicadores mais relevantes na caracterização do desempenho do BFA é a evolução dos depósitos.

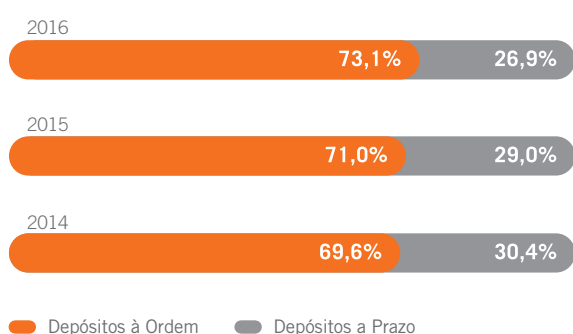
O volume de depósitos de Particulares e Negócios cresceu 13,7%, contabilizando um total de 423.706,8 milhões de AKZ.

À semelhança do verificado em anos anteriores, os depósitos à ordem são os que mais contribuem para este aumento,

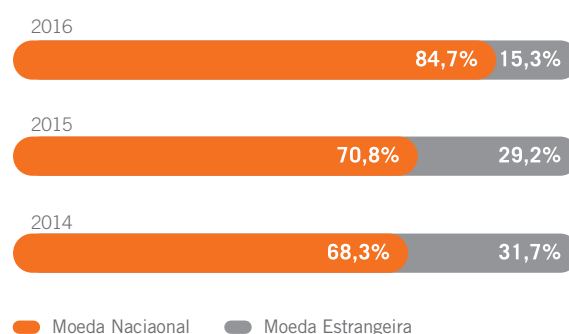
representando aproximadamente 73% do total de depósitos e com uma variação positiva de 17,1% face a 2015. Ainda que a proporção dos depósitos a prazo tenha diminuído no total de depósitos, o valor desta rubrica registou um aumento de cerca de 5,6% (6.033,7 milhões de AKZ) quando comparado com o ano transacto.

O contínuo processo de desdolarização da economia teve como reflexo o contínuo aumento do peso dos depósitos em moeda nacional, que passaram a representar 84,7% do total de depósitos da banca de retalho, mais 13,9 pontos percentuais face a 2015.

### Evolução dos Depósitos em Moeda Nacional Particulares e Negócios



### Estrutura de Depósitos por Moeda e Tipo Particulares e Negócios

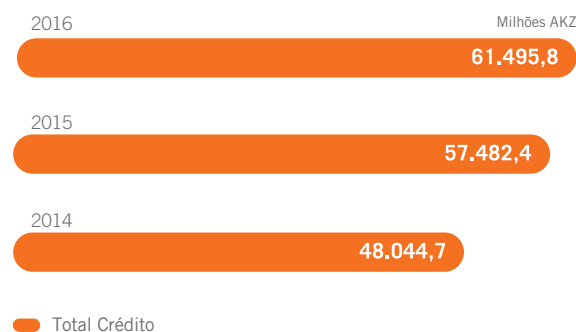


### Aumento do crédito a Clientes

Em relação ao crédito, tal como observado nos anos anteriores, verificou-se uma expansão da carteira de crédito de 7% atingindo os 61.495,8 milhões de AKZ, com especial incidência no segmento de Particulares, que representa 84% da carteira deste segmento.

O segmento Negócios representa os restantes 16% da carteira de crédito concedido, um crescimento de 2% face a 2015, com o crédito a financiamentos a representar a maior fatia do crédito empresarial (62,3%), em linha com o aumento da exposição e apoio do BFA ao tecido empresarial.

### Crédito a Clientes Particulares e Negócios



### DIRECÇÃO DE GESTÃO DE PROTOCOLOS

Criada em Julho de 2013, a Direcção de Gestão de Protocolos tem como objectivo promover a celebração de Protocolos com Instituições e Empresas, de forma organizada e competitiva. Estes protocolos estabelecem vantagens no acesso e no preço de determinadas operações de crédito para os Colaboradores dessas Instituições ou Empresas que domiciliem os salários no BFA.

Ao longo de 2016, a Direcção de Gestão de Protocolos celebrou 23 novos protocolos, maioritariamente com o Sector Público. Adicionalmente, foram realizadas várias campanhas de dinamização junto dos Colaboradores destas empresas, coordenadas pela DGP e com o envolvimento da rede comercial de Balcões e Centros de Investimento, no sentido de assegurar um atendimento personalizado e de excelência.

Dando continuidade ao esforço realizado em 2015, a Direcção prosseguiu com as acções de dinamização, o que permitiu aumentar a proximidade com os Clientes protocolados por todo o território nacional, bem como a uma maior divulgação e entendimento sobre os produtos de crédito e serviços disponibilizados. Estas acções tiveram como principal foco a realização de simulações de operações de crédito, dando aos Colaboradores uma informação clara e transparente sobre os montantes, prazos, prestação, taxas de esforço e custo das operações.

Ainda no decorrer do ano, foram desenvolvidas acções de acompanhamento junto dos Clientes empresas, por forma a estreitar a relação, onde foi medida a satisfação dos seus Colaboradores bem como analisada a performance do respectivo protocolo.

De forma a garantir a satisfação e qualidade do serviço dos Clientes, a DGP disponibiliza ofertas específicas das quais se destacam:

- Oferta Funcionário Público, que contempla condições especiais de preçário no acesso ao crédito pessoal, automóvel e habitação; e
- O Crédito Pessoal Express, com taxas bonificadas e sem obrigatoriedade de avalistas, exclusivo para crédito ao abrigo de protocolos com empresas do sector petrolífero.

Em 2017, a DGP pretende apostar na formação da equipa de dinamização através de acções segmentadas e integradas, em conjunto com outras direcções do Banco, bem como continuar a trabalhar na proximidade com os Clientes (empresas e trabalhadores) e com as suas equipas comerciais (apoio e formação). Adicionalmente, estão previstas campanhas direccionadas, com o objectivo de aumentar o grau de satisfação dos Clientes, captar novos Clientes, aumentar o crédito concedido, bem como aumentar a recuperação de incumprimento.

## CENTROS DE INVESTIMENTO

### EVOLUÇÃO DA BASE DE CLIENTES E SERVIÇOS – CENTROS DE INVESTIMENTO

	2014	2015	2016	Var. % 14-15	Var. % 15-16
Clientes (nº)	3.500	3.722	4.214	6,3%	13,2%
BFA Net (nº)	2.926	3.039	3.093	3,9%	1,8%
Cartões Débito (nº)	2.868	2.932	2.874	2,2%	-2,0%
Cartões Crédito (nº)	2.262	2.270	2.195	0,4%	-3,3%

#### EXPANSÃO DA CARTEIRA DE CLIENTES E AUMENTO DOS RECURSOS

No sentido de consolidar a sua estratégia de crescimento e de melhorar continuamente a qualidade de atendimento, o Gabinete de Apoio à Rede de Centros de Investimento tem garantido um acompanhamento cada vez mais personalizado e atento às necessidades dos Clientes alcançando assim o seu objectivo de apoio administrativo às estruturas comerciais da Direcção.

##### Expansão da Base de Clientes

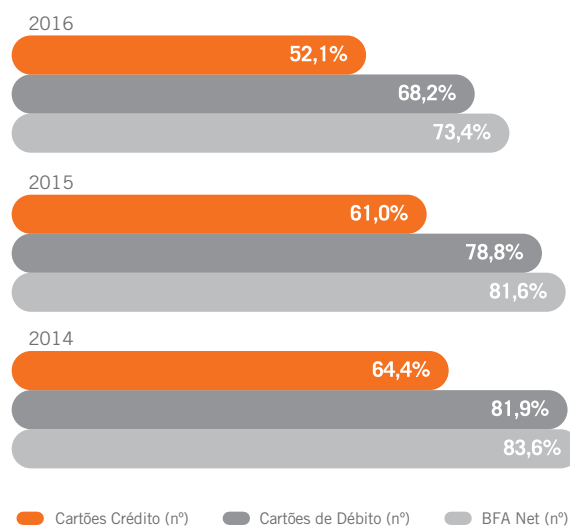
Em 2016, o número de Clientes sofreu o maior aumento dos últimos anos, na ordem dos 13,2%, tendo sido ultrapassada a fasquia dos 4000 Clientes.

O total de Clientes com acesso a serviços de Homebanking atingiu os 3.093 Clientes, o que representa um acréscimo de 1,8% face ao ano anterior.

Ao nível de comercialização de cartões, tanto de débito como de crédito registou uma ligeira diminuição, de 2% e 3,3 % respectivamente.

Nos últimos anos, o Banco tem prestado particular atenção à disponibilização de um maior número de soluções aos seus Clientes, por forma a potenciar a sua fidelização e satisfação. Esse esforço reflecte-se nas elevadas taxas de penetração, em particular nos serviços BFA Net e de Cartões de Débito.

#### Taxa de Penetração BFA Net, Cartões de Débito e Cartões de Crédito - Centros de Investimento



#### Crescimento Significativo dos Recursos de Clientes

No seguimento da tendência crescente verificada nos últimos anos, os Recursos de Clientes registaram, ao longo de 2016, um elevado crescimento, na ordem dos 16,7%, atingindo 211.918 milhões de AKZ.

No que respeita aos depósitos a prazo, estes totalizaram 177.721 milhões de AKZ, com um aumento de 13,2% relativamente ao valor registado em 2015. A diferença de peso

**RECURSOS DE CLIENTES – CENTROS DE INVESTIMENTO**

Milhões AKZ

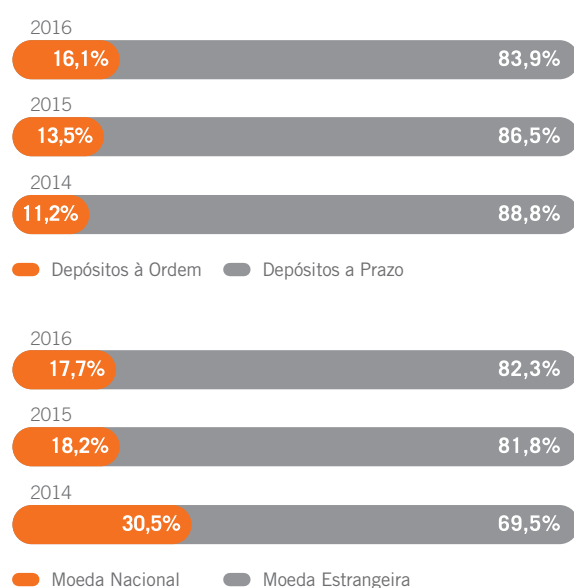
	2014	2015	2016	Var. % 14-15	Var. % 15-16
Recursos	179.007,0	181.582,3	211.917,8	1,4%	16,7%
Depósitos	178.848,6	181.477,6	211.817,9	1,5%	16,7%
Depósitos à Ordem	20.018,1	24.483,3	34.096,7	22,3%	39,3%
Depósitos a Prazo	158.830,6	156.994,1	177.721,2	-1,2%	13,2%
Outros Recursos	158,4	104,7	99,9	-33,9%	-4,6%
Títulos*	10 484,4	48 440,2	78 282,6	362,0%	61,6%

\* Títulos de Clientes à guarda do BFA e considerados em rúbricas extrapatrimoniais; considerados fora de Balanço.

entre Depósitos a Prazo e Depósitos à Ordem continua bem patente, com os depósitos a prazo a contabilizarem 83,9% do total dos Depósitos de Clientes, colocando em evidência a vocação e o potencial de poupança deste segmento de mercado.

É ainda de notar o aumento significativo da rúbrica de Depósitos à Ordem, pelo segundo ano consecutivo, atingindo os 39,3% de crescimento face ao ano 2015, totalizando 34.096,7 milhões de AKZ.

Dando resposta às necessidade de liquidez e satisfação de oportunidades de investimento e diversificação de carteira dos seus Clientes, o BFA continuou a actividade de Intermediação de Títulos de Dívida Pública iniciada em 2014. Em 2016, o montante total aplicado títulos ascendia a 78,3 mil milhões de Akz, o que representou um aumento de 61,6% face a 2015.

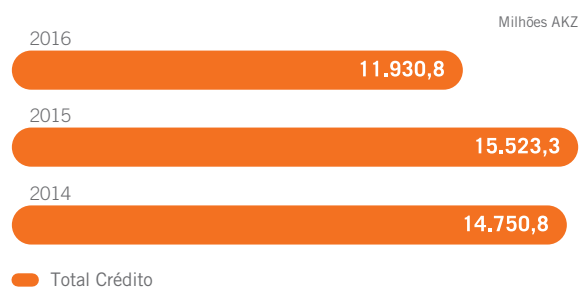
**Estrutura de Depósitos por Tipo e por Moeda Centros de Investimento**

Observando a estrutura de recursos dos Clientes dos Centros de Investimento, verifica-se que os depósitos a prazo representam a grande maioria dos recursos, caracterizando-os essencialmente como um segmento de poupança.

Analisando a constituição por tipo de moeda, constatamos que o peso da moeda estrangeira registou um aumento de 0,5 pontos percentuais na estrutura dos depósitos no último ano, fortalecendo a sua posição no total de recursos de Clientes, onde representa 82,3%.

**Evolução do Crédito Concedido**

Em 2016 registou-se um decréscimo de 23% na carteira de crédito, situando o valor total de crédito nos 11.930,8 milhões de AKZ.

**Crédito a Clientes Centros de Investimento**

## EMPRESAS

### EVOLUÇÃO DA BASE DE CLIENTES E SERVIÇOS - EMPRESAS

	2014	2015	2016	Var. % 14-15	Var. % 15-16
Clientes (nº)	6.156	6.389	6.524	3,8%	2,1%
BFA Net (nº)	3.349	3.562	3.690	6,4%	3,6%

#### Melhoria da qualidade de serviço

O impacto da crise económica em Angola teve mais visibilidade durante 2016 afectando o tecido empresarial, com a redução notória de actividade e encerramento de empresas. A equipa comercial teve uma presença mais constante no terreno para apoiar os empresários, permitindo dar continuidade ao programa de visita a Clientes. Como forma de acompanhar adequadamente o programa de visitas, foram definidas coreografias de reuniões entre os Directores Regionais e as suas equipas.

#### Expansão da Base de Clientes e Aumento da Taxa de Penetração de Serviços

O número de Clientes do segmento de Banca de Empresas voltou a crescer em 2016, tendo atingido os 6.524 Clientes.

O serviço BFA Net Empresas, com funcionalidades específicas para as Empresas, verificou em 2016 um incremento de 3,6% do número de Clientes aderentes ao serviço, e um aumento da taxa de penetração, que atingiu 56,6%.

Este serviço especializado para os Clientes do segmento empresarial, permite a realização de operações bancárias com a máxima conveniência e comodidade.

#### Taxa de Penetração BFA Net Banca de Empresas



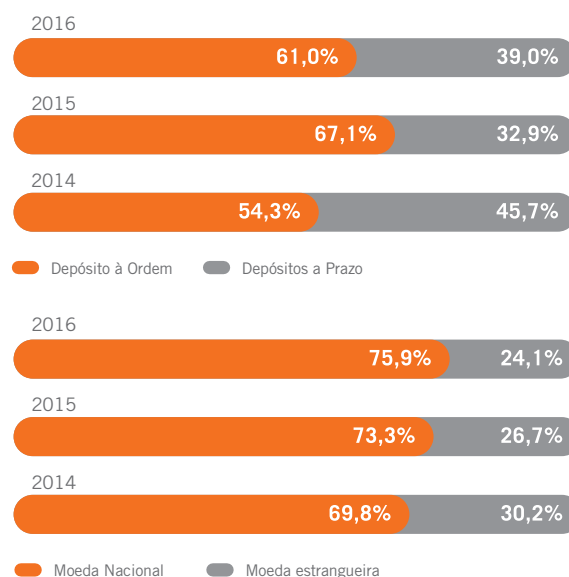
#### Crescimento dos Recursos de Clientes

Em 2016 os depósitos de Clientes do segmento de Banca de Empresas registaram uma diminuição de 4,3% face a 2015, totalizando 439.912 milhões de AKZ. Este decréscimo foi provocado por uma diminuição dos depósitos à ordem em 12,4% (38.392,1 milhões de AKZ) e contrariado pelo aumento dos depósitos a prazo que sofreram um aumento de 12,1% (18.294,4 milhões de AKZ) face ao ano transacto.

No entanto, o valor dos recursos de Clientes continua a aumentar (+17,6%), potenciado pela variação positiva de 107,6% da carteira de títulos (Obrigações do Tesouro) captada em 2016.

Analisando a estrutura dos depósitos por moeda, mais uma vez verifica-se um incremento no volume agregado de depósitos em moeda nacional, cujo peso no total dos depósitos aumentou 2,6 pontos percentuais face a 2015, consequência do processo de desdolarização da economia angolana.

#### Estrutura de Depósitos por Tipo e Moeda Banca de Empresas



**RECURSOS DE CLIENTES - EMPRESAS**

Milhões AKZ

	2014	2015	2016	Var. % 14-15	Var. % 15-16
Recursos	470.427,7	572.218,7	673.063,0	21,6%	17,6%
Depósitos	417.387,8	459.918,9	439.921,0	10,2%	-4,3%
Depósitos à Ordem	226.806,2	308.663,7	270.371,6	36,1%	-12,4%
Depósitos a Prazo	190.581,6	151.255,0	169.549,4	-20,6%	12,1%
Títulos *	53.039,9	112.299,8	233.132,0	111,7%	107,6%

\* Títulos de Clientes à guarda do BFA e considerados em rúbricas extrapatrimoniais; considerados fora de Balanço.

**CRÉDITO A CLIENTES - EMPRESAS**

Milhões AKZ

	2014	2015	2016	Var. % 14-15	Var. % 15-16
Total Crédito	227.873,5	203.242,6	196.609,9	-10,8%	-3,3%
Empresas	227.872,3	203.240,6	196.607,2	-10,8%	-3,3%
Crédito Sobre Clientes	168.539,5	149.337,6	159.984,9	-11,4%	7,1%
Crédito por Assinatura	59.332,8	53.903,0	36.622,3	-9,2%	-32,1%
Cr. Doc. Importação	22.592,0	23.534,6	8.796,9	4,2%	-62,6%
Garantias Prestadas	36.740,8	30.368,3	27.825,5	-17,3%	-8,4%
Outros	1,23	2,01	2,63	62,9%	30,7%

Nota: volume de crédito excluindo juros corridos

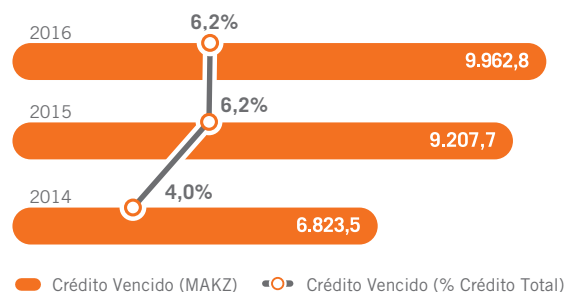
**Evolução do Crédito**

No que respeita à carteira de crédito da rede de Empresas, foi registado um decréscimo de 3,3% face ao ano transacto, tendo a rubrica de crédito sobre Clientes sido a única a apresentar uma variação positiva, aumentado 10.647,3 milhões de AKZ (7,1%). Os constrangimentos cambiais que o país atravessa originaram uma forte queda no crédito por assinatura decorrente da redução de obras em lançamento pelo Executivo.

**Carteira de Crédito Vencido**

O volume de crédito vencido do segmento de Banca de Empresas aumentou 775,1 milhões de AKZ, um aumento de 8% face a 2015. Apesar da diminuição do crédito concedido e do aumento do crédito vencido deste segmento os indicadores de qualidade da carteira de crédito do segmento de Empresas mantiveram-se estáveis, com um rácio de crédito vencido na ordem dos 6,2%.

Relativamente ao rácio de cobertura por provisões, este situou-se nos 104% em 2016, reflectindo a qualidade e robustez da carteira de crédito.

**Qualidade de Crédito  
Banca de Empresas**

## GABINETE DE APOIO E DINAMIZAÇÃO COMERCIAL

O Gabinete de apoio e dinamização comercial (GADC) é um gabinete que depende da Direcção de Empresas (DE) e que tem por missão, apoiar, acompanhar e dinamizar o negócio comercial na Direcção de Empresas.

É responsável por participar na definição e acompanhamento dos objectivos comerciais da Direcção de Empresas, acompanhar os resultados e promover medidas de actuação, bem como promover a oferta dos produtos e serviços que asseguram a posição de liderança e competitividade do BFA perante o mercado.

Este gabinete é constituído por duas áreas competentes:

A **Área de apoio Operacional e Produtos** focada em:

- Desenvolver e adaptar produtos e serviços;
- Promover alterações na oferta de produtos e serviços ou lançamento, coordenação e acompanhamento de novos produtos;
- Elaborar as práticas de acompanhamento de Clientes com o objectivo de otimizar as vendas e a qualidade de serviço prestada;
- Acompanhar permanentemente a oferta dos principais concorrentes;
- Definir, criar e implementar mecanismos de cross-selling e de captação de negócio do segmento Empresas;
- Apoiar a Direcção de Marketing para desenvolvimento de conteúdos de vendas;
- Criar relatórios de perfis, segmentação, risco, abandono e valor.

As responsabilidades da **Área de Dinamização das vendas e Gabinete de Apoio e Cooperação Empresarial** assentam mais em:

- Garantir a formação / informação das equipas comerciais na oferta de produtos e serviços específicos;
- Visitar periodicamente os Centros de Empresa;
- Implementar os principais pilares de acção comercial e de gestão comercial das equipas comerciais;
- Participar nas reuniões com os principais Clientes para a apresentação de produtos;
- Participar na definição e no acompanhamento dos objectivos comerciais da Direcção de Empresas (DE);
- Garantir que a informação disponibilizada aos Centros de Empresas sobre produtos, serviços e campanhas seja difundida transversalmente com controlo da sua qualidade;
- Participar, dinamizar e acompanhar as equipas dos CE's nas reuniões com Clientes para apresentação dos produtos do Banco;
- Acompanhar a data de validade das procurações de contratos de conta registados no eMudar@BFA;
- Acompanhamento de Clientes com o objectivo de otimizar as vendas e a qualidade de serviço prestada;
- Analisar a base de dados da DE com objectivo de apoiar na concepção de acções comerciais.

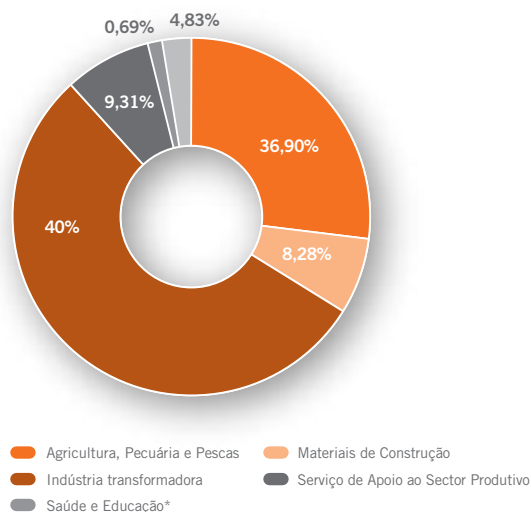


## Financiamentos Estruturados e ao Investimento

A área de Financiamentos Estruturados e ao Investimento é responsável pela estruturação de financiamentos *tailor made*, com carácter de médio e longo prazo e com montagem jurídica complexa, designadamente:

- Projectos tipo start-ups;
- Project finance;
- Fusões & aquisições;
- Grandes investimentos de projectos em risco Corporate e cujo risco de projecto impacta significativamente na empresa;
- Financiamentos ao Estado e a Organismos Públicos e/ou com garantia do Estado Angolano;
- Financiamentos estruturados com sindicatos bancários;
- Reestruturação de passivos / substituição de passivos em grandes Grupos Empresariais, com forma de salvaguarda do envolvimento de crédito;
- Projectos com partilha de risco, nomeadamente com Agências Multilaterais e Bilaterais e com *Export Credit Agencies* (ECAs);
- O Crédito Agrícola, destinados ao sector agro-pecuário, neles estando incluída a avaliação da componente técnica dos mesmos e o Crédito ao Investimento, que se destinem a financiar investimentos não correntes ou abrangidos pelo Programa Angola Investe.

Os sectores privilegiados pelo BFA foram a agricultura e a indústria transformadora, que têm um elevado contributo para a substituição de importações e para a diversificação da economia nacional, bem como, a promoção de sectores com recurso marginal a importações de matérias-primas, que transformam recursos nacionais e que promovem a diversificação da economia.



\* Estes sectores não são o foco do programa, pelo que carecem de autorização do Ministério da Economia (MINEC)

## ANGOLA INVESTE

O programa Angola Investe (PAI) é um programa de apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) ou Micro, Pequenos e Médios Empreendedores Singulares (MPMES) que permite financiar projectos de investimento.

Este programa disponibiliza dois importantes mecanismos para o incentivo ao investimento, nomeadamente:

- Bonificação da taxa de juro, proporcionando uma bonificação que reduz a taxa de juro a um valor máximo de 5%;
- Mecanismo de Garantias Públicas, que proporciona às entidades que não disponham de património uma garantia pública até 70% do valor do investimento.

O principal objectivo do programa é criar e fortalecer as MPMEs nacionais, tornando-as capazes de gerar emprego em grande escala e assim contribuir decisivamente para o desenvolvimento do país e a diversificação da economia.

Até Dezembro de 2016, o BFA contava com 61 propostas aprovadas num montante de 6.989 milhões de AKZ e 56 propostas desembolsadas num montante de 5.835 milhões de AKZ. O Fundo de Garantia de Crédito emitiu a favor do BFA 44 garantias públicas e 15 reforços de garantias, para os financiamentos e reforços de financiamentos aprovados.

## OIL & GAS

### TRÊS VECTORES DE ACTUAÇÃO: ACOMPANHAMENTO ESPECIALIZADO, EFICIÊNCIA OPERACIONAL, SOLIDEZ E SEGURANÇA

A estratégia do BFA para dar resposta aos desafios colocados pelas empresas do sector Oil & Gas está sustentada em três grandes vectores de actuação: Acompanhamento Especializado, Eficiência Operacional, Solidez e Segurança.

A actuação através destes vectores permite ao Banco a realização de um serviço de **excelência**, garantindo a **transparência** nas operações, valorizando diariamente a **confiança** depositada pelos seus Clientes.

No final de 2016 a conjuntura económica do país gerou constrangimentos com o correspondente USD. Ainda assim, e mantendo o compromisso para com os seus Clientes, o BFA continuou a executar com a mesma eficiência as operações de:

- *FX transactions*, com o BNA, para o pagamento de contratos e despesas locais em Kwanzas;
- Pagamento de Impostos Petrolífero (PIT);
- Contratos Tripartidos

#### Acompanhamento Especializado

Forma a dar resposta às necessidades específicas das empresas do sector petrolífero, o Banco possui 2 Centros de Empresa específicos para o sector:

- Centro de Empresas *Oil & Gas Operators*;
- Centro de Empresas *Oil & Gas Vendors*.

A criação destas estruturas, entre 2012 e 2013, veio reiterar o compromisso de grande disponibilidade e acompanhamento rigoroso as empresas do sector pelo BFA, afirmando-se como parceiro preferencial para a realização dos seus negócios.

Os Clientes do sector têm assim à sua disposição equipas com dedicação exclusiva e com capacidade de apresentar soluções que respondam inteiramente as suas necessidades, cumprindo o objectivo de acompanhamento por profissionais com profundo conhecimento das especificidades transaccionais do sector, bem como de maior rapidez no tratamento das suas instruções.

#### Eficiência Operacional

Reconhecendo as necessidades transaccionais das empresas do sector, a estrutura operacional de sistemas de processamento de pagamentos e transferências do BFA funciona de acordo com os exigentes padrões requeridos pelas empresas do sector petrolífero:

- Respeitando o compromisso de apoiar e incentivar os Clientes a utilizar meios electrónicos para pagamentos, o Banco possibilita a integração automatizada dos ficheiros entre os sistemas dos Clientes e do Banco;
- O BFA permite que os Clientes recebam extractos com a periodicidade pretendida por MT940 e *Swift* para operações processadas por MT101, assim como, o pagamento por lotes em ficheiros PSX que permite o processamento para beneficiários e diferentes Bancos garantindo maior confidencialidade nos pagamentos;
- O sistema de *Homebanking* permite a realização da operação de pagamento de impostos, criando um perfil de acesso ao BFA Net Empresas, com perfil transaccional restrito.

#### Solidez e Segurança

- A sólida estrutura de balanço e a elevada liquidez garantem uma total preparação do BFA para uma estreita colaboração com os seus Clientes do segmento petrolífero, garantindo uma satisfação atempada das suas necessidades financeiras e operativas;
- As soluções aplicacionais e tecnológicas que os Centros de Empresas *Oil & Gas - Operators* e *Vendors* disponibilizam aos seus Clientes, assentam em processos e tecnologias alinhados com as melhores práticas do sector, garantindo toda a segurança, celeridade, eficiência e integridade no processamento das transações. Em particular, o serviço BFA Net Empresas garante a confidencialidade e segurança total na realização das operações, assentando no uso de Chaves de Acesso e de Confirmação, e permitindo a criação de perfis de autorização diferenciados consoante a natureza das transações a realizar;
- A actual conjuntura económica alterou a forma dos Clientes Oil & Gas protegerem e rentabilizarem o seu património. Neste contexto, a solidez financeira do Banco possibilitou a criação de diferentes alternativas de financiamento e, para os Clientes com excesso de liquidez, a disponibilização de Obrigações do Tesouro em MN indexadas ao dólar como protecção à desvalorização da moeda nacional.

## MERCADO DE CAPITAIS

### Intermediação de Dívida Pública

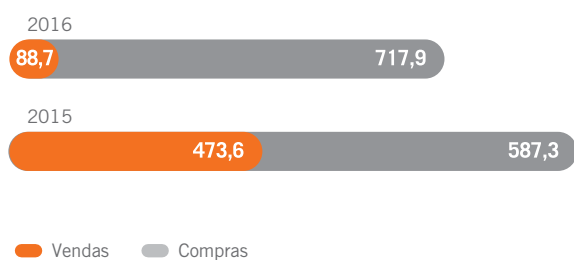
O BFA iniciou a sua actividade de Intermediação de Títulos de Dívida Pública no início de 2014, sendo este mais um serviço que pretende dar resposta às necessidades de liquidez e de investimento dos seus Clientes.

A partir de Novembro de 2013, o Ministério das Finanças passou a recorrer à emissão de Dívida Pública transaccionável, concretamente, a Obrigações do Tesouro indexadas ao USD, para fazer face a pagamentos de dívidas a fornecedores e empreiteiros (maioritariamente do sector Obras Públicas).

O BFA tem estado a adquirir os Títulos do Tesouro a estas empresas, que necessitam de liquidez para a sua actividade e a vender estes mesmos Títulos a outros Clientes que tiram partido de uma oportunidade para diversificarem e rentabilizarem as suas poupanças.

Durante 2016, o BFA intermediou Dívida Pública com os seus Clientes em moeda nacional, registando um total transaccionado de 806,6 milhões de USD. Destaque para o volume das vendas, que aumentou cerca de 22% em relação ao ano transacto.

### Operações de Dívida Pública com Clientes em MUSD



Dado o enquadramento macroeconómico, as empresas estiveram pouco disponíveis para vender os seus títulos ao Banco, pelo que o BFA teve que recorrer ao mercado primário para satisfazer a procura elevada.

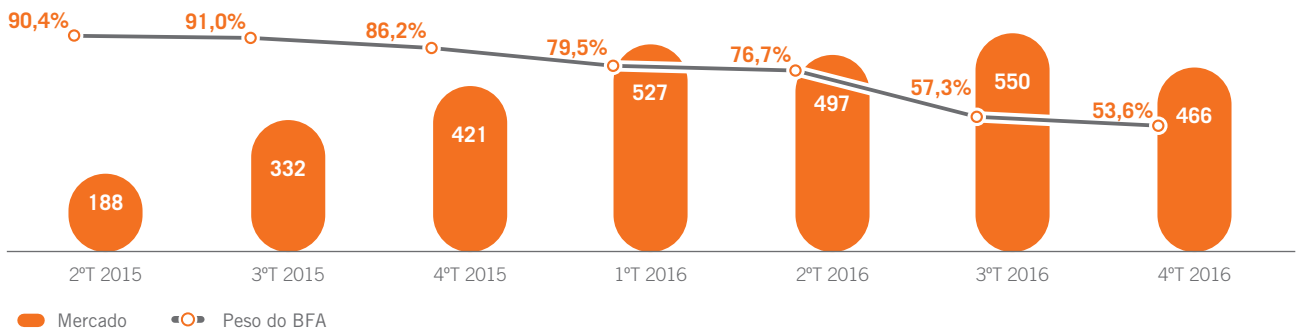
Em termos de stock de títulos de Dívida Pública detido nas carteiras próprias dos Bancos Angolanos, o BFA assumiu uma posição de liderança atingindo no final do ano transacto uma quota de mercado de 23,6%.

### BODIVA

A consolidação da posição do Banco enquanto agente de Intermediação Financeira está intrinsecamente relacionada com a abertura da Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA) em 2015. Esta consolidação culminou com o BFA a tornar-se no primeiro Membro de Negociação da BODIVA com a possibilidade de actuar nos mercados regulamentados em nome próprio e, como intermediário na execução de ordens de terceiros.

Em 2016 a BODIVA registou mais do dobro dos negócios realizados em 2015. Com o número de negócios na ordem dos 2.040, o crescimento anual assinalado foi de 120%. Estes números resultaram numa acumulação de 2.981 negócios desde Maio de 2015 até Dezembro de 2016, dos quais 73.8% dizem respeito ao BFA.

## Negócios Realizados por Trimestre

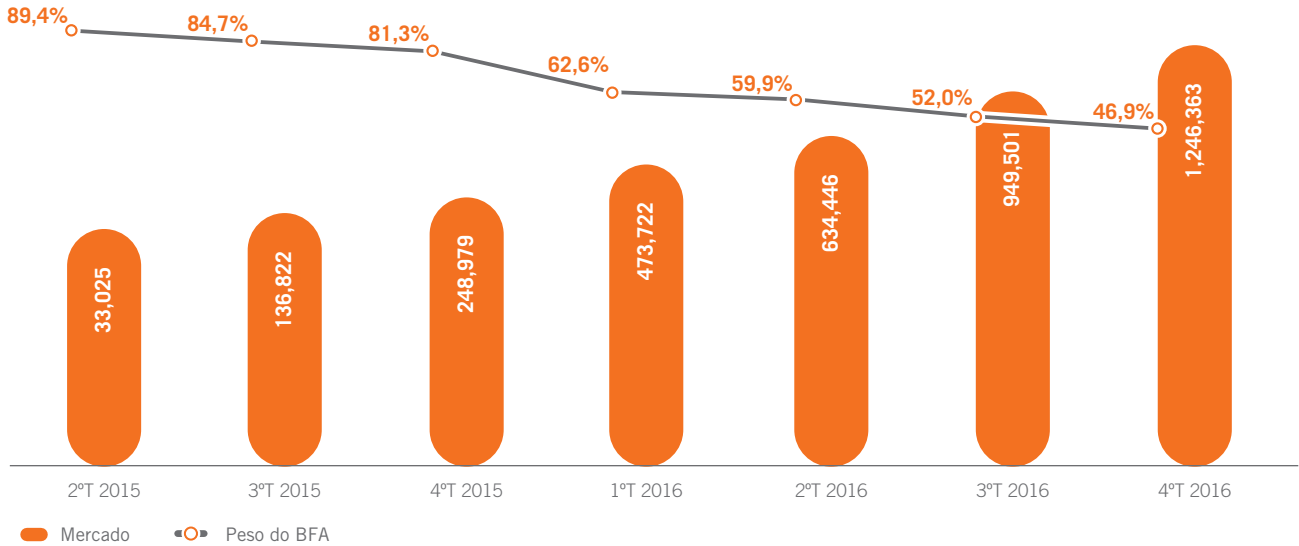


Em termos do montante negociado em 2016 nos mercados da BODIVA, o BFA obteve uma quota de mercado de 35,2%,

tendo mantido a sua posição de liderança no mercado.

## Montante Acumulado de Negócios Realizados

Milhões AKZ



A BODIVA é uma sociedade gestora de mercados regulamentados responsável pela implementação do ambiente de negócios que torna possível a transacção, em mercado secundário, de títulos do tesouro, obrigações corporativas, acções, unidades de participação de fundos de investimentos e outros valores mobiliários.

O registo na BODIVA torna possível que todos os participantes no mercado tenham acesso à mesma informação, o que permite a total transparência de preços para quem pretenda repassar Títulos do Tesouro. Este factor revela-se crítico e crucial na implementação de um Mercado de Capitais, alavancando a transacção dos valores mobiliários entre os diferentes intervenientes no Mercado.

### Comissão do Mercado de Capitais

No âmbito da construção de um contexto legislativo à criação de um Mercado de Capitais, desde da promulgação da Lei nº12/ 05 de 23 de Setembro – Lei dos Valores Mobiliários, a legislação Angolana tem evoluído no sentido de garantir a constituição do mercado de capitais, tendo sido, para esse efeito, aprovados um conjunto de regulamentações, nomeadamente:

- Decreto Legislativo Presidencial nº 4/13, que criou as bases para o surgimento da dívida pública nacional;
- Decreto Legislativo Presidencial nº 5/13, que estabeleceu o regime jurídico das Sociedades Distribuidoras de Valores Mobiliários;
- Decreto Legislativo Presidencial nº 6/13, que estabeleceu o regime jurídico das Sociedades Gestoras de Mercado Regulamentados e de Serviços Financeiros sobre Valores Mobiliários;
- Decreto Legislativo Presidencial nº 6/13, que estabeleceu o regime jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo.

A publicação destes diplomas garantiu as condições para que o BFA iniciasse o processo de actuação nos diversos sectores. Como passo relevante na estratégia do BFA face à criação do Mercado de Capitais em Angola, a Comissão do Mercado de Capitais fez o registo do BFA como intermediário financeiro, passando a ser uma entidade elegível para:

- A recepção de transmissão de ordens por conta de outrém;
- A execução de ordens por conta de outrém em mercados regulamentados ou fora deles;
- A negociação para carteira própria;
- O registo, depósito, bem como serviços de guarda;
- A assistência em ofertas públicas e a consultoria sobre a estrutura de capital, a estratégia industrial, bem como sobre a fusão e a aquisição de empresas;

- A colocação sem garantia em ofertas públicas;
- A tomada firme e a colocação com garantia em ofertas públicas;
- A concessão de crédito, incluindo o empréstimo de valores mobiliários, para a realização de operações em que intervém a entidade concedente de crédito;
- Os serviços de câmbios indispensáveis à realização dos serviços das alíneas anteriores nos termos definidos pela legislação cambial.

Na medida em que a gestão de Fundos de Investimento requer uma estrutura societária, o BFA avançou com a criação da BFA Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Organismos Colectivos, S.A, tendo o seu registo junto da Comissão do Mercado de Capitais acontecido em Dezembro de 2016. Com o processo de legalização concluído o BFA tem a oportunidade de alargar a oferta de produtos financeiros aos seus Clientes.

O BFA tem como objectivo para 2017 a criação de uma Sociedade Gestora de Fundos de Pensões que lhe permitirá comercializar fundos de pensões.

## UNIDADE DE BUSINESS DEVELOPMENT

### UMA EQUIPA ESPECIALIZADA COM PROFISSIONAIS EXPERIENTES

A actuação da Unidade de *Business Development* (UBD) foca-se na identificação de oportunidades de investimento em Angola, com especial incidência nos sectores de maior potencial de crescimento, procurando os players quer a nível

nacional, quer a nível internacional, que reúnam as melhores condições para promover as oportunidades identificadas.

A actuação da UBD pode distinguir-se em 4 fases:



A actividade da UBD é desempenhada por uma equipa especializada, formada por profissionais angolanos e portugueses, experientes e credenciados na actividade de Banca de Investimento e na prestação de serviços de assessoria e consultoria financeira.

Nos seus seis anos de actividade, a UBD intensificou o seu esforço de marketing institucional da “Angola’s *Opportunity*”, por diferentes zonas geográficas, nomeadamente através de roadshows, com vista à identificação de potenciais investidores para novas oportunidades no país.

Apoiada pela vasta experiência e know-how internacional do Grupo BPI no segmento de Banca de Investimento e em virtude dos contactos exploratórios já desenvolvidos com alguns dos principais players a nível internacional, em sectores chave para o desenvolvimento económico Angolano, a UBD encontra-se numa posição privilegiada que lhe permite

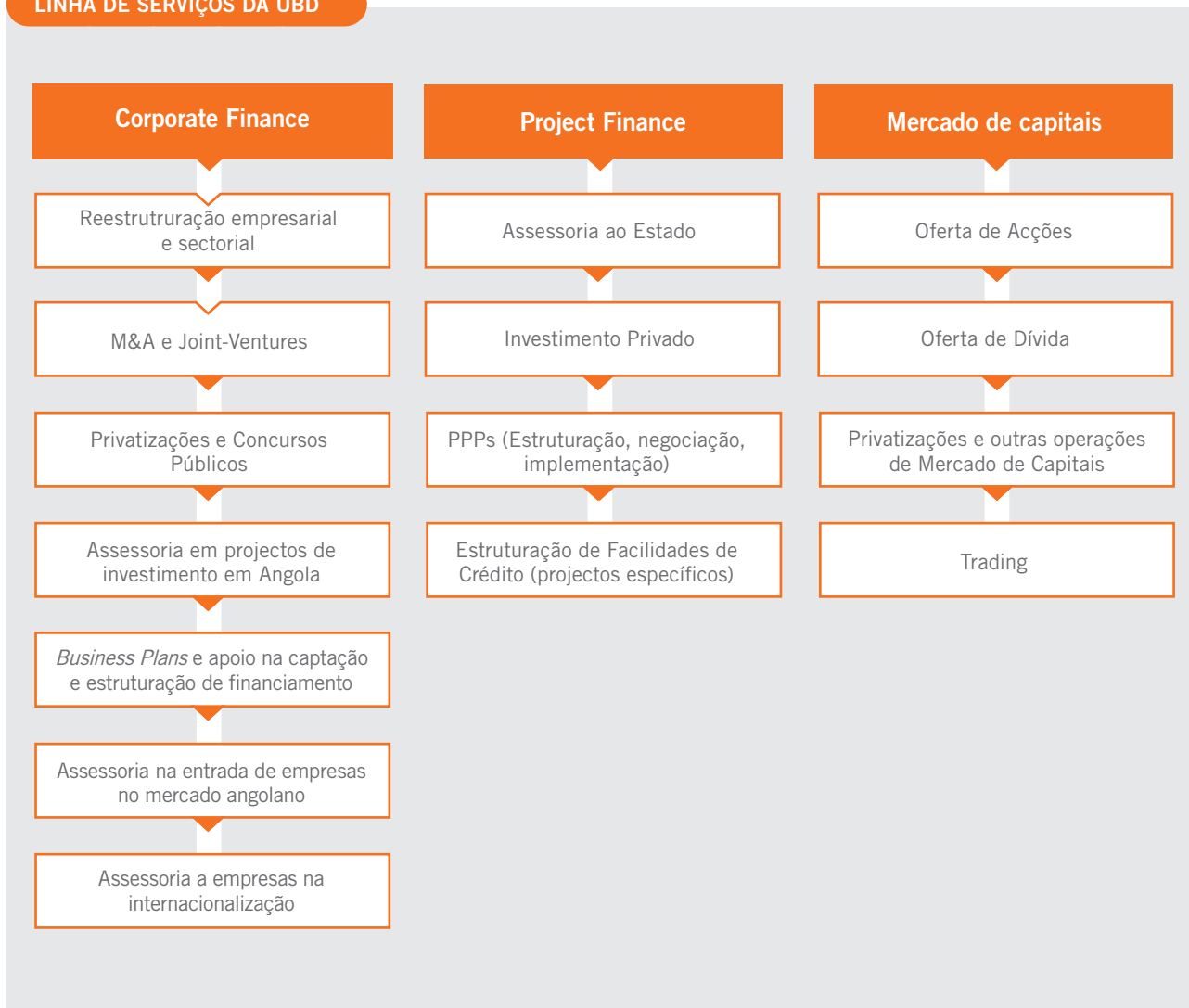
apoiar as entidades Angolanas no seu percurso com vista ao desenvolvimento agrícola e industrial do país.

### Crescimento previsível moderado

Em virtude da actual conjuntura da economia Angolana, que ainda sofre com a manutenção do preço do barril de brent a níveis historicamente baixos, a UBD antevê um crescimento moderado da sua actividade durante o exercício de 2017.

No seguimento do observado no ano anterior, Angola continua a atrair o investimento estrangeiro o que, aliado a um maior grau de profissionalização na gestão da reorganização e optimização das carteiras de negócio e activos nos grupos e empresas presentes em Angola fornecem à UBD um enquadramento de base sólido, propício ao crescimento sustentado da sua actividade.

## LINHA DE SERVIÇOS DA UBD



# Recursos Humanos

## APOSTA CONTÍNUA NO CAPITAL HUMANO

### Política de Captação de Talento como Suporte ao Crescimento

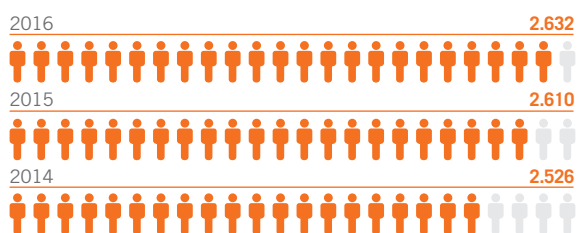
O BFA reconhece que a sua estratégia e ambição de servir melhor e chegar mais perto dos seus Clientes exige uma forte aposta no capital humano.

No sentido de assegurar que são recrutados profissionais com elevados níveis de qualificação, a Direcção de Recursos Humanos participou regularmente em Feiras de Emprego em Universidades, tanto em Portugal como em Angola, sendo estas um importante foco de atracção e captação de novos Colaboradores.

No decurso de 2016, foi reforçada a utilização dos canais digitais como ferramentas de recrutamento, mais concretamente através do Site Público e da rede LinkedIn.

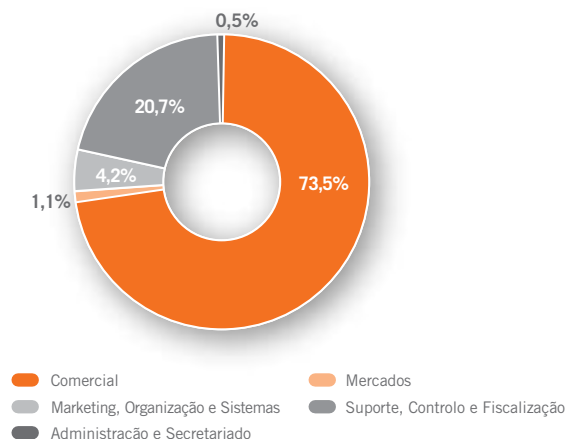
Em 2016, o BFA contratou 125 novos Colaboradores, com uma média de idades de 28 anos.

### Evolução do Efectivo



No final de 2016, o Banco contava com 2.632 Colaboradores, um aumento de 0,8% face ao final de 2015. De entre o total de Colaboradores, 73,5% encontrava-se afecto às áreas comerciais e 20,7% afecto às áreas de Suporte, Controlo e Fiscalização.

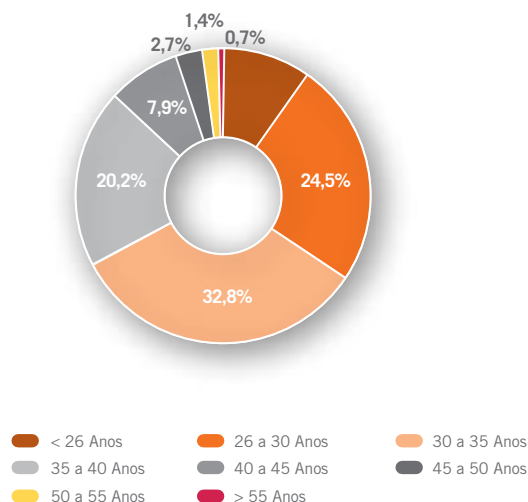
### Distribuição do Efectivo por Área de Actividade 2016



### Uma Estrutura Jovem

Para além da captação de capital humano, o BFA investe na sua formação e crescimento, procurando elevar o seu potencial de progressão e desenvolvimento de competências dentro da estrutura do Banco. Desta forma, a política seguida pelo BFA mantém a aposta numa equipa jovem, onde cerca de 67,2% dos Colaboradores têm idade inferior a 35 anos.

### Distribuição por Escalão Etário



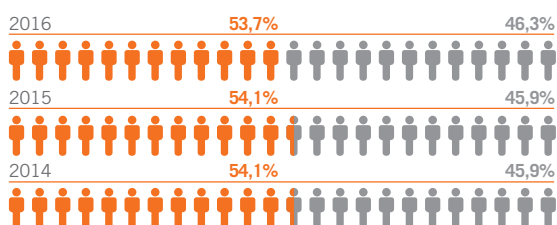


Em 2016, a idade média dos Colaboradores era de 32,5 anos.

### Idade Média dos Colaboradores



### Distribuição do Efectivo por Género



No que respeita à distribuição dos Colaboradores por género, o BFA mantém uma estrutura equilibrada, onde 53,7% do efectivo é do género masculino e 46,3% do género feminino.

### Uma Estrutura Saudável

A taxa de absentismo dos Colaboradores registou 6,61%, uma ligeira subida face ao ano transacto, com mais 2,47 pontos percentuais. Esta taxa corresponde a um total de 61.028 horas de absentismo.

### Capacitação do Capital Humano

Um dos princípios essenciais da gestão de recursos humanos, sobre os quais assenta a actividade do Banco, prende-se com o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus Colaboradores, por forma a garantir satisfação e qualidade de serviço aos seus Clientes.

Nesse sentido, o BFA investe no desenvolvimento e aperfeiçoamento on-the-job dos seus Colaboradores, através de acções de formação que cobrem as mais variadas áreas de negócio e actuação do Banco.

Tal como nos anos anteriores, em 2016 o BFA continuou com a sua estratégia de investir na qualificação e especialização

dos seus recursos humanos. Ao longo de 2016, as suas principais frentes de formação foram:

- **Acolhimento de Novos Colaboradores:** acção de formação que decorre durante dois dias, destinada a Colaboradores da área comercial com apenas uma semana de trabalho no BFA. Na sequência da reestruturação do programa de formação para novos Colaboradores do Banco em 2015, foram desenvolvidos, em 2016, cursos na plataforma de elearning (eFormar) para complementar as acções em sala e abordar principais transacções do balcão;
- **Ciclos de Formação Funcional para a Rede Comercial:** ao longo de 2016 foi desenvolvido e ministrado o Ciclo de Formação para Gestores, na sua vertente técnica, com apoio do IFBA e Formadores Internos. Em 2017, a estratégia será continuar a desenvolver o Ciclo de Formação para outras funções, nomeadamente para a função de Tesoureiro.
- **Formação no Combate e Prevenção ao envolvimento em Operações de Branqueamento de Capital:** em 2016, foram ministradas diversas acções de formação em sala sobre o combate e Prevenção do envolvimento em Operações de Branqueamento de Capital para toda a Rede Comercial e Direcções de Operações. Adicionalmente, em 2017 serão desenvolvidos conteúdos que permitam a disponibilização de formações no tema na plataforma eFormar;
- **Formação Académica:** O BFA aposta na qualificação avançada dos seus recursos com elevado potencial, nomeadamente com a inscrição de Colaboradores nas seguintes pós-graduações:
  - MBA Atlântico;
  - Executive Master em Gestão Bancária;
  - Pós-graduação em Contabilidade e Finanças Empresariais;
  - Programa Avançado em Marketing e Direcção Comercial
- **Formação Técnica para Serviços Centrais:** em 2016, foram realizadas acções de formação para aquisição de conhecimentos técnicos, em temas definidos pelos responsáveis de cada área, com especial prioridade nas equipas da Direcção de Sistemas da Informação (DSI), Direcção de Compliance (DC) e Direcção de Auditoria e Inspeção (DAI).

## PLATAFORMA DE eLEARNING - eFORMAR



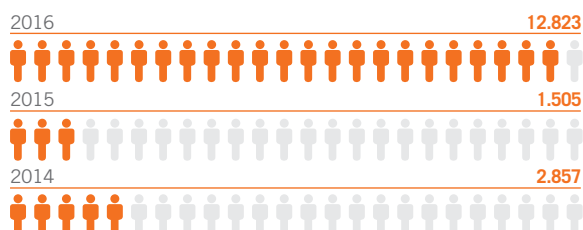
Ao longo de 2016 foram desenvolvidos vários cursos na plataforma eFormar, com o intuito de complementar acções presenciais e abordar as principais transacções dos Balcões.

Actualmente, o eFormar tem disponível um total de **19 cursos**, definidos e desenvolvidos conjuntamente pela Direcção de Particulares e Negócios e pela Direcção de Organização e Formação, abrangendo um leque diversificado de temas, nomeadamente Informática, BFA Net / BFA SMS, Contas e Entidades, Transferências e Cheques.

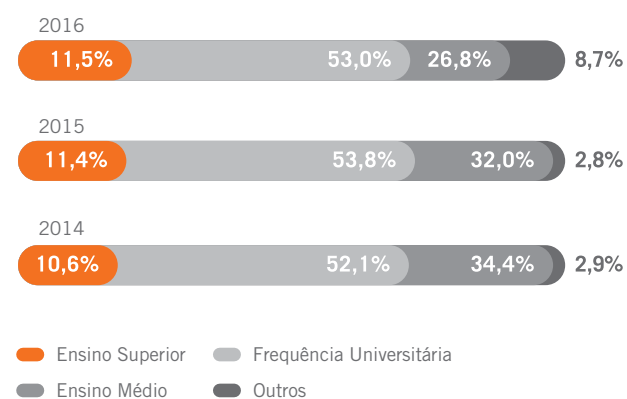
Em 2016, a plataforma eFormar registou **7.594** formandos, num total de **4.332** horas de formação.

No total, foram realizadas 224 acções de formação, abrangendo 12.823 participantes para um total de 51.904 horas despendidas, registando um aumento de 90% no número de formações e de 134% no número de horas quando comparado com o ano transacto. Este aumento deve-se à disponibilização da plataforma eFormar, que permitiu que em 2016, todos os Colaboradores do BFA recebessem, no mínimo, uma acção de formação, quer por via presencial, quer formação eLearning.

### Evolução de Número de Participantes em Formações



### Distribuição do Efectivo por Nível de Qualificação



A proporção de Colaboradores com curso superior ou em frequência universitária representa aproximadamente, 65% do total do efectivo do Banco, um valor em linha com o registado em 2015.

## REFORÇO DA MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DO BFA

### Continuação do Investimento na Modernização dos Sistemas

Durante o ano de 2016, o BFA manteve o investimento nos Sistemas de Informação como um pilar da Inovação, Modernização e Controlo de Riscos do Banco. A continuidade da implementação de iniciativas e lançamento de novos projectos de desenvolvimento tecnológico tem como objectivo dotar o Banco de Sistemas de Informação que reflectam e promovam o seu crescimento sustentável, garantindo não só a optimização dos processos e procedimentos do Banco que potenciam o seu crescimento, mas também a optimização e melhoria contínua da qualidade do serviço ao Cliente.

Neste sentido, em 2016, o investimento do BFA na área de tecnologia esteve focado:



#### I. Implementação do Projecto eMudar@BFA: estruturante e transversal à actividade do BFA

O investimento e desenvolvimento do programa eMudar@BFA manteve-se como uma prioridade para o Banco, sendo um dos pilares da sua inovação tecnológica, pelo que, ao longo de 2016, foram desenvolvidas novas funcionalidades ao abrigo do mesmo.

Este sistema consubstancia-se num *front-end* implementado nas Agências, Centros de Empresa e Centros de Investimento que introduziu mecanismos baseados em metodologias de *workflow* padronizados para o processamento das diversas actividades bancárias dos balcões, permitindo a sua desmaterialização, tornando-os mais eficientes e mitigando o nível de risco operacional.

Este sistema revela-se estruturante para o desenvolvimento da actividade do BFA, na medida em que:

- Permite uma **redução significativa do risco operacional**;
- Introduce **procedimentos padronizados**, tornando os processos mais simples e intuitivos;
- Assegura níveis de serviço e **redução do tempo** de tratamento dos processos;
- Permite a **automatização dos processos**, garantindo maiores níveis de segurança e uma maior celeridade nos canais regulares de aprovação;
- Permite a **desmaterialização dos processos e documentos físicos**, substituindo-os sempre que possível por documentos digitais, permitindo a posteriori a sua consulta descentralizada, monitorização e auditoria;
- Garante a **uniformização de processos** independentemente do canal de acesso (Rede Comercial, Serviços Centrais, Telefone, Internet);
- Assegura a **compatibilidade dos acessos aplicativos à base de dados** de Colaboradores, permitindo níveis de segurança elevados na gestão aplicacional; e
- Permite a melhoria inequívoca da **qualidade de serviço aos Clientes**.

Ao longo de 2016, foram revistos e integrados, nesta nova plataforma, o processo de depósitos a prazo, transferências e depósito e compensação de cheques, que vem juntar ao processo de abertura e alteração de contas de particulares e



de empresas, requisição de cheques, subscrição e activação de cartões Multicaixa e adesão e activação do BFA Net, já integrados em 2015. Estas actividades representaram cerca de 4 milhões de processos geridos nesta nova plataforma.

Para além da digitalização destes processos, foram adicionados mecanismos de controlo na adesão e activação dos produtos utilizando o SMS, permitindo notificar os Clientes em diferentes fases do processo de subscrição e da sua activação. Neste âmbito foram enviados uma média de mais de 140 mil SMS por mês em 2016, um valor 45% superior ao registado em 2015, com elevadas taxas de resposta nos processos de activação.

Durante o ano de 2016 foi ainda efectuado o reforço de capacidade dos sistemas atribuídos à plataforma eMudar@BFA, garantindo os recursos para uma utilização segura e com os níveis de desempenho desejados.



## II. Segurança e Mitigação de Risco no âmbito dos Sistemas de Informação

O BFA reconhece que a segurança e disponibilidade dos seus sistemas afecta directamente a capacidade de realização regular do seu negócio. Neste sentido, ao longo de 2016 foram reforçadas as componentes de segurança do BFA com a adopção de diversas iniciativas, nomeadamente:

- **Migração das infra-estruturas:** deu-se continuidade à reorganização dos sistemas colocando-os, em função da sua função, no CPD principal e secundário;
- **Acesso à Internet:** foram reforçados os mecanismos de segurança de acesso à internet pela utilização de equipamentos e software de última geração, com capacidade alargada para detecção e neutralização de ameaças e conteúdos maliciosos;
- **Rastreabilidade:** foi melhorada a capacidade de rastrear a actividade desenvolvida sobre os activos de informação para detecção atempada de comportamentos fora do padrão;
- **Neutralização de ataques informáticos:** foi alargada a capacidade de detecção e neutralização de ameaças sobre os servidores aplicativos;
- **Verificação de vulnerabilidades:** foi executado um programa de verificação de vulnerabilidades e remediação;
- **Disaster Recovery:** deu-se continuidade aos programas de melhoria dos sistemas e procedimentos bem como ao reforço de componentes essenciais à existência de uma capacidade efectiva para ultrapassar situações de contingência;
- **Monitorização e gestão de sistemas:** o contrato de monitorização e gestão de sistemas assinado com a IBM foi implementado e está em pleno funcionamento. Foi também introduzida a monitorização externa dos sites do BFA e uma solução de monitorização aplicacional inteligente (desenvolvida *in-house*);
- **Optimização de processos e redução de falhas:** Com o objectivo de melhorar a qualidade do serviço e a reduzir falhas, foram implementados novos procedimentos operacionais, verificações e monitorização de indicadores;
- **Conclusão da migração de cartões de crédito:** Foi concluído o processo de migração dos cartões de crédito de empresas

do BFA para a nova Plataforma Electrónica de Gestão de Cartões, solução disponibilizada pela EMIS, tendo o BFA adaptado os seus sistemas para integração com esta plataforma.



### III. Reforço da Capacidade dos Sistemas de Informação

Ciente da relevância da importância da capacidade de resposta dos SI para o desenvolvimento do negócio, os principais componentes do SI do BFA foram reforçados:

- **Reforço da capacidade do Sistema Central do Banco:** Foi efectuada uma revisão dos sistemas que suportam o *Core* bancário, com o objectivo de melhorar significativamente o seu desempenho, beneficiando assim todas as aplicações de suporte ao negócio e o serviço prestado aos Clientes;
- **Melhoria das redes de comunicação:** foi implementado um novo padrão de comunicações para os balcões baseado em fibra óptica com o dobro da velocidade e com redundância por rede móvel. A rede de comunicações que interliga os edifícios centrais e CPDs foi também melhorada em termos de capacidade, desempenho e resiliência para garantir o funcionamento adequado dos vários departamentos do Banco bem como permitir que os CPDs possam funcionar cooperativamente;
- **Migração de *software* e *hardware* para versões mais recentes:** No âmbito do programa de redução da dívida técnica foram efectuadas actualizações de diversos componentes da infra-estrutura de suporte aos SI bem como de soluções de negócio.



### IV. Apoio ao Crescimento do Negócio e Controlo de Risco

Durante o ano de 2016, foram desenvolvidos diversos projectos de apoio directo ao crescimento do negócio e da orgânica do BFA, sendo de destacar:

- **Compensação de cheques:** concluiu-se a adaptação dos sistemas do Banco ao novo modelo de compensação de cheques (EMIS);
- **Nova aplicação de Contabilidade:** concluiu-se a implementação da nova aplicação de Contabilidade adaptada a todos os requisitos do CONTIF e de IAS/IFRS. Esta aplicação proporciona mecanismos analíticos mais eficazes e funcionais às áreas de Contabilidade e Planeamento;
- **Transacções na BODIVA:** foi iniciada a implementação da solução que permitirá ao BFA negociar na Bolsa de Angola de forma totalmente electrónica e integrada. Foram implementadas todas as ligações necessárias para que o BFA fosse o primeiro Banco a efectuar transacções na BODIVA, o que potenciaria a posição de liderança que detém;
- **Redundância de equipamentos para agências com maior transaccionalidade:** concluiu-se a duplicação de equipamentos multifunções nas agências com maior movimento e criticidade;
- **Melhorias no processamento de ficheiros:** deu-se continuidade ao reforço das funcionalidades de validação da aplicação de processamento de ficheiros, possibilitando a minimização de situações geradoras de erro;
- **Gestão de divisas:** deu-se continuidade à implementação de novas funcionalidades para garantir o cumprimento da regulamentação;
- **Evolução da Informação de Gestão:** O número de relatórios disponibilizados foi substancialmente incrementado, dando suporte à CIRC e Gestão Prudencial, reformulando o Sistema de Objectivos Comerciais, implementando o reporte CESOB e dando suporte à comercialização de Seguros.

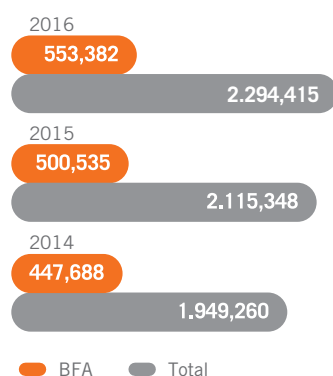
# Sistemas de Pagamento

## AFIRMAÇÃO DA LIDERANÇA DO BFA NA OFERTA DE SERVIÇOS E MEIOS DE PAGAMENTO

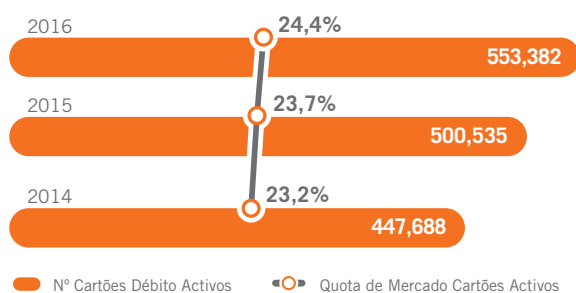
### Cartões de Débito

Em 2016, o total de cartões de débito activos do BFA manteve-se acima de meio milhão, registando um aumento de cerca de 11% face ao ano transacto, uma variação superior à variação do Mercado (9%). Este acréscimo traduziu-se num aumento da presença do BFA para 24,1% do total de cartões activos, mantendo-se como o principal operador dos cartões Multicaixa em território angolano.

### Cartões Débito Activos (nº)

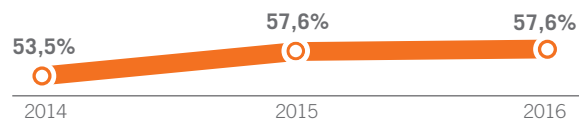


### Evolução Número Cartões de Débito do BFA



A taxa de penetração dos cartões de débito manteve-se igual à registada em 2015, com o valor de 57,6%.

### Cientes com Cartões de Débito



## EMIS – LAÇOS FORTES DESDE SEMPRE

A EMIS (Empresa Interbancária de Serviços) é a entidade que actualmente gere todo o Sistema de Pagamentos em Angola e tem como missão contribuir para a eficiência geral do sistema de pagamentos angolano, garantindo segurança, eficácia, comodidade e inovação.

A EMIS foi fundada em 2002 e o BFA é um dos Accionistas fundadores, sendo actualmente o maior Accionista privado com 6,5% do seu capital, bem como o principal Cliente e utilizador dos serviços disponibilizados pela EMIS. O principal Accionista é o BNA, que detém 43,03% do capital.

Como Accionista fundador, o BFA assume-se como um forte apoiante das iniciativas lançadas pela EMIS, sendo habitualmente um dos primeiros Bancos do sistema a implementar as novas soluções e serviços disponibilizados, tais como a implementação do novo Centro de Processamento de Dados nas instalações construídas pela EMIS, a utilização da nova Plataforma de Gestão de Cartões ou o novo sistema de compensação de cheques com imagens.

Actualmente, a EMIS presta serviços ao nível da Plataforma de Emissão e Gestão de Cartões da rede Multicaixa (cartões de débito), rede Visa (cartões de crédito) e Sistemas de Transferências e Compensação de Cheques. Disponibiliza ainda aos participantes na Rede de Pagamentos um canal Host to Host (H2H) que permite realizar nos canais do Banco (BFA Net, BFA Net Empresas, BFA App e Balcões) as operações de pagamento disponíveis na Rede Multicaixa.

## MIGRAÇÃO DOS CARTÕES MULTICAIXA PARA TECNOLOGIA CHIP EMV

A tecnologia Chip EMV é um sistema que assegura a protecção de informação e dificulta a realização de actividades fraudulentas com cartões, tal como a cópia de cartões.

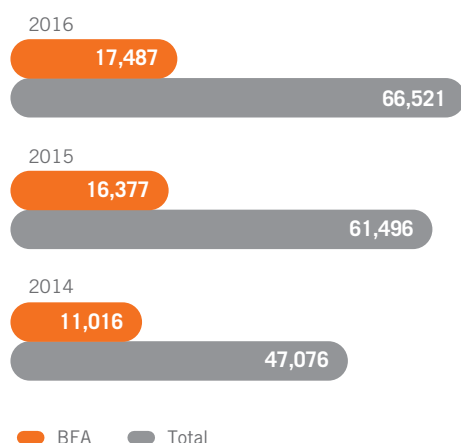
Em 2016 foi dado início ao processo de certificação deste novo sistema. Após o término da certificação está previsto o arranque de testes para que o Banco possa proceder à emissão de cartões com chip EMV.

Assim que esteja terminada a fase de testes e a posterior aprovação do processo, o BFA dará início à produção da emissão de cartões Multicaixa com Chip EMV, e consequentemente, à substituição dos actuais cartões Multicaixa com Banda Magnética para cartões mais seguros, com Chip EMV.

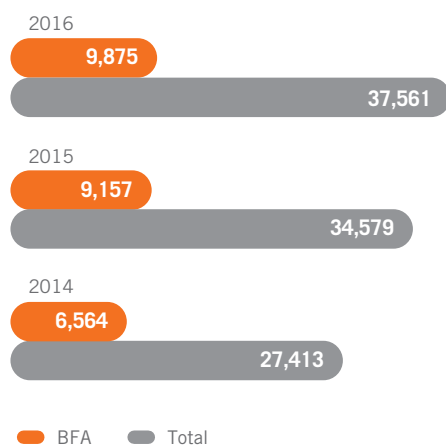
### Crescimento do parque de TPA e ATM

O parque de TPA de Angola continuou com uma tendência de crescimento, tanto em número de TPA activos como matriculados, tendo ambos registado um aumento de 8%. Desta forma, a EMIS terminou 2016 com um parque de 37.561 TPA activos, mais 2.982 que em 2015. O BFA contribuiu para este crescimento da rede, tendo aumentado o número de TPA activos em 8%, atingindo no final do ano um parque de 9.875 TPA. Em 2016, BFA manteve-se líder de mercado, representando mais de 26% do total de TPA do mercado.

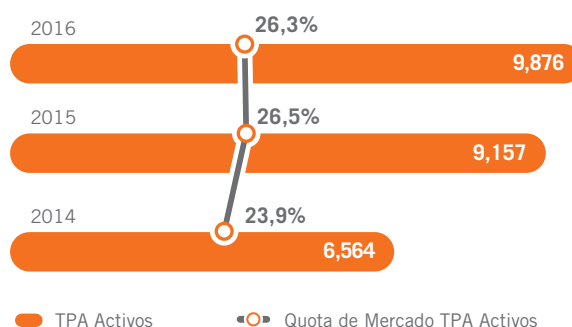
#### TPA Matriculados (nº)



#### TPA Activos (nº)



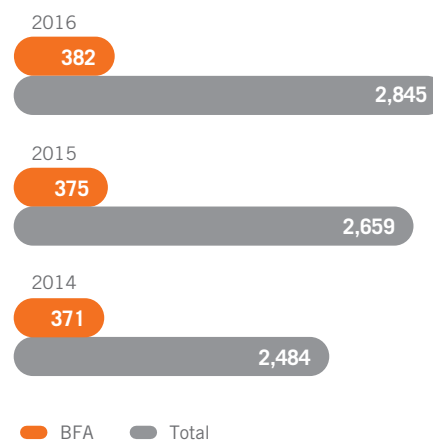
### Evolução do Número de TPA do BFA



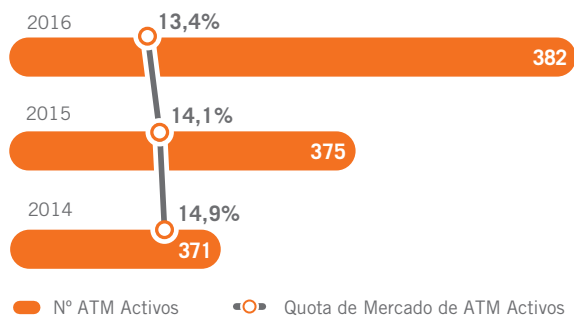
Os ATM permitem a realização de diversas operações, nomeadamente levantamentos, pagamentos de serviços, transferências bancárias, carregamentos de contas telefónicas, recargas telefónicas, consultas de IBAN, entre outros, evitando a necessidade de recorrer aos Balcões. Todos os Bancos participantes do sistema Multicaixa são responsáveis pela operacionalização dos ATM por si apoiados.

Em 2016, o mercado cresceu 7% em número de ATM activos, variação superior à verificada pelo BFA que cresceu 2%, tendo a Quota de Mercado do BFA diminuído 0,7 pontos percentuais para uma penetração no mercado de 13,4%, correspondente a 382 ATM activos.

#### ATM Activos (nº)

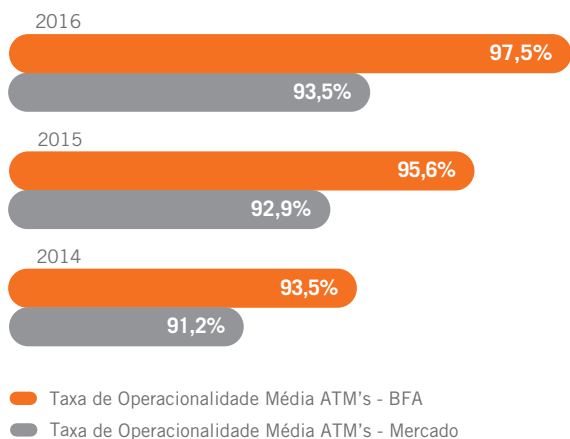


## Evolução do Número de ATM do BFA



Seguindo a tendência dos anos anteriores, o nível médio anual de operacionalidade das máquinas ATM em 2016 registou um aumento de 1,8 pontos percentuais face a 2015, que para o BFA representa uma taxa de operacionalidade de 4 pontos percentuais acima da média do mercado.

## Taxas Médias Anuais de Operacionalidade de ATM

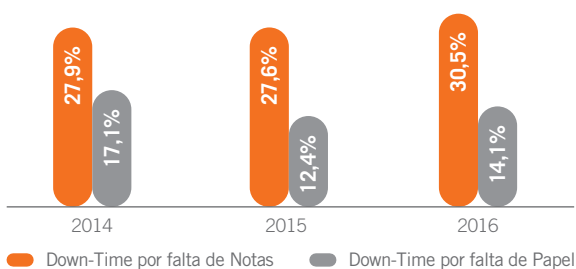


Nota: A Taxa de Operacionalidade é uma medida do grau de utilização de ATM, sendo calculada da seguinte forma Taxa Operacionalidade =  $1 - (\text{Nº Dias Inoperacional} / \text{Nº Dias Mês})$ , considerando-se consequentemente uma ATM inoperativa quando não regista qualquer transacção ao longo do mês.

## Down-Time Notas e Papel

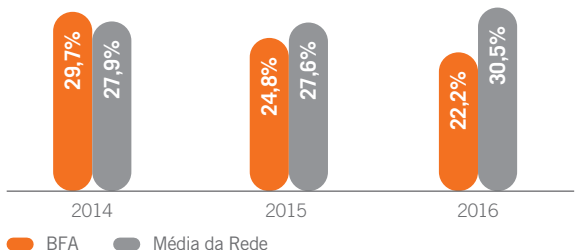
Em 2016, as percentagens de *down-time* por falta de notas e papel aumentaram 2,8 e 1,7 pontos percentuais, respectivamente.

### Down-Time por falta de Notas e Papel

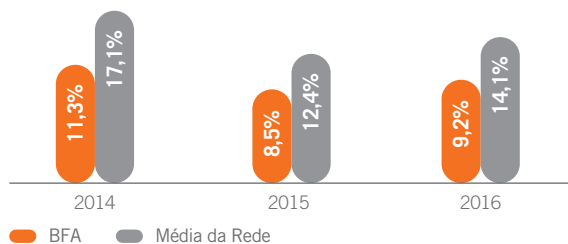


Face à média do mercado, em 2016, o BFA continuou a reduzir de forma significativa a sua percentagem de falta de notas, embora tenha aumentado em 0,6 pontos percentuais o *Down-time* por falta de papel, tendo-se posicionado abaixo da média da rede, respectivamente de 8,3 e 4,9 pontos percentuais.

### Down-Time por falta de Notas



### Down-Time por falta de Papel





## CARTÕES DE CRÉDITO

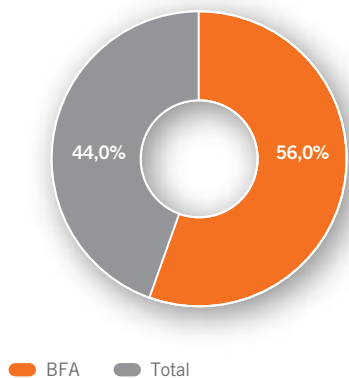
### Evolução do número de Cartões de Crédito activos

No final do ano de 2016, dos 67.837 cartões de crédito activos sob a gestão da EMIS, 38.012 eram do BFA, representando uma Quota de Mercado de 56% e mantendo mais uma vez o estatuto de Membro Principal da VISA. No global do mercado de cartões de crédito activos sob a gestão da EMIS, verificou-se um crescimento de 30% face a 2015.

### Cartões Crédito Activos VISA (nº)



### Quota de Mercados Cartões de Crédito Activos

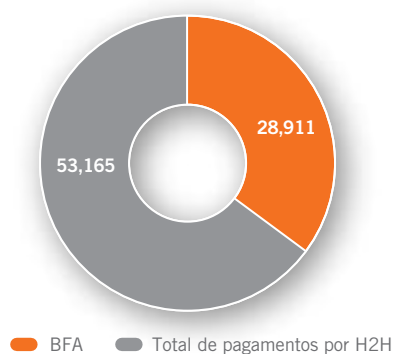


### Pagamentos por H2H

O sistema H2H é um subsistema da EMIS, que permite a ligação do Host de um Banco com o Host principal da EMIS. Este serviço permite que os Bancos disponibilizem nos seus canais as funcionalidades de pagamento que se encontram disponíveis no Sistema Multicaixa, como por exemplo, recargas telefónicas, pagamento de TV ou pagamento de facturas de água ou de seguros.

Em 2016, os pagamentos realizados no BFA (BFA Net, BFA Net Empresas e BFA App) representaram 35,2% do total de pagamentos, o que posiciona o BFA como um dos principais Bancos na disponibilização deste serviço aos Clientes.

### Quota de Mercado Pagamentos H2H



## SUBSISTEMA DE TRANSFERÊNCIAS A CRÉDITO

O Subsistema de Transferências a Crédito (STC) é um subsistema que complementa a oferta do Sistema de Pagamentos Nacional de Angola (SPA) e promove a facilidade de circulação da moeda em Angola.

Em 2016 o Ministério das Finanças (MinFin) aderiu ao STC, passando os salários da Função Pública a serem pagos por este sistema de transferências, o que permitiu conferir a estes pagamentos maior rapidez e segurança, com benefício para todos os operadores (Bancos) e Clientes.

A adesão do MinFin ao STC permitiu também que as Ordens de Saque (OS), passassem a ser pagas directamente pelo MinFin através do STC, sendo que anteriormente o pagamento das OS era efectuado pelo BPC via SPTR.

# BFA no Digital

No ano de 2016 o BFA manteve a sua presença nos Canais Digitais. Foi um ano com especial ênfase no enriquecimento da informação, funcionalidades e procedimentos associados aos canais digitais, dando continuidade à oposta de modernização da relação com os Clientes.

## SITE PÚBLICO DO BFA – EIXO DE COMUNICAÇÃO



O Site Público BFA continuou, em 2016, a ser o principal canal de comunicação digital do Banco.

Durante o ano de 2016, o Site Público do BFA recebeu mais de **770 mil visitas**, maioritariamente provenientes de resultados dos motores de busca (48,8%). Na origem de visitas ao Site Público destacam-se também as visitas oriundas das 22 campanhas digitais responsáveis por 11,7% do volume total de **visitas recebidas**.

No ano de 2016 assistiu-se a um crescimento de 93% dos acessos ao site através de dispositivos móveis (*smartphones e tablets*). O acesso através destes dispositivos representou cerca de 26% do total de acessos ao Site Público BFA.

As páginas do Site Público que registaram maior volume de visualizações foram a página principal (*homepage*), a página de consulta de câmbios e a página do serviço BFA Net.

## BFA Net – EVOLUÇÃO POSITIVA DO SERVIÇO DE HOMEBANKING

O ano 2016, à semelhança dos anteriores, foi marcado pelo crescimento do número de Clientes aderentes ao serviço BFA Net, tendo superado os **576.000** Clientes. Este crescimento foi acompanhado por uma evolução ainda mais acelerada de aderentes aos serviços de *homebanking* com perfil alargado, ou seja, com acesso a todas as funcionalidades transaccionais do BFA Net.

Com o intuito de alargar e melhorar as funcionalidades do BFA Net foram disponibilizadas as seguintes opções:

- Carregamentos Directos – permite o carregamento de telemóveis e pagamento do serviço de televisão;
- Formulário de contactos - permite registo de questões, comentários ou reclamações;
- Formulário de pedido de carregamento de cartão pré-pago.

Em 2016 o BFA Net registou também um crescimento acelerado de operações de Pagamentos de Serviços, Pagamento de Impostos e Carregamentos Directos. A contribuir para esta evolução estiveram as 8 campanhas de divulgação do BFA Net e das suas funcionalidades, que decorreram durante este ano.

### BFA Net e BFA App - NOVA FUNCIONALIDADE

No mês de Setembro de 2016, o BFA disponibilizou no BFA Net, BFA APP e BFA Net Empresas, a funcionalidade de **Carregamentos Directos** que permite, aos seus aderentes, realizar o carregamento do saldo dos serviços de voz, dados e SMS no telemóvel, bem como o pagamento de serviços de televisão, de um modo imediato.

Com esta funcionalidade, os Clientes podem carregar instruções de pagamento ou carregamento dos seus serviços de telemóvel e TV, bastando para tal indicar o número de telemóvel ou Cliente, recebendo de imediato o valor carregado.

Esta iniciativa veio complementar a oferta de serviços de pagamentos no BFA Net, aproximando-se da oferta disponível na rede Muticaixa.

## BFA App - PRIMEIRA APLICAÇÃO MÓVEL DO BFA

### QR-CODE



Faça o *download*  
da BFA App



A BFA App, que foi lançada em 2015, é uma aplicação para aderentes e não aderentes ao homebanking, que permite a qualquer utilizador aceder ao BFA a partir de telemóveis e tablets Apple ou Android. Para os Clientes BFA e aderentes do BFA Net, a App permite realizar consultas de saldos, movimentos, cartões e realizar também transferências e pagamentos.

Todos os utilizadores da BFA App, mesmo que não tenham aderido ao Homebanking, poderão realizar simulações de crédito, consultar câmbios, ligar para a Linha de Atendimento BFA e pesquisar a Agência BFA mais próxima.

Durante o ano de 2016, a BFA App foi descarregada em mais de 46 mil dispositivos móveis, repartidos entre dispositivos Apple (20%) e Android (80%). A BFA App totaliza, no final de 2016, mais de 63 mil descargas desde o seu lançamento.

## BFA NAS REDES SOCIAIS – MAIS PERTO DO MUNDO E DOS SEUS CLIENTES

### LinkedIn

Durante 2016, o BFA continuou a apostar no LinkedIn como veículo de comunicação institucional divulgando um total de 154 publicações e angariando 1.704 seguidores. No final do ano, a página do Banco de Fomento Angola no LinkedIn registava mais de 5.500 seguidores.

### YouTube

No canal YouTube do BFA foram disponibilizados 17 novos vídeos durante o ano de 2016. Durante este ano, foram registadas perto de 8.900 visualizações dos vídeos BFA. O vídeo que explica o funcionamento da opção de consulta de Saldos e Movimentos do BFA Net foi o vídeo mais visualizado no ano, tendo registado um total de 914 visualizações.

Em 2016 teve início uma **coleção de vídeos** designados por **BFA NET – Sabia que...** Esta coleção, composta por um conjunto de 12 vídeos, explica de forma simples, algumas das funcionalidades mais utilizadas no BFA Net.

## LINHA DE ATENDIMENTO BFA – 923 120 120

Inaugurada no final de 2014, a Linha de Atendimento BFA está disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, através do número **923 120 120**.

A Linha de Atendimento BFA mantém o seu empenho em aumentar a qualidade dos níveis de atendimento, alargar o acesso à informação sobre os diferentes produtos e serviços, redução das filas de espera nos Balcões, e claro, uma resposta mais atempada ao Cliente.

Em 2016, verificou-se uma evolução mensal positiva do número de chamadas recebidas e atendidas da Linha de Atendimento BFA, tendo as **chamadas recebidas aumentado 40,5%** entre Janeiro e Dezembro. O rácio entre chamadas recebidas e chamadas atendidas registou uma **eficácia global de 95,9%**.

# Comunicação

## CAMPANHAS

No ano 2016 o BFA realizou cinco grandes campanhas e continuou a apostar numa estratégia de comunicação digital. As campanhas tiveram como objectivo reforçar o posicionamento da Marca BFA, a divulgação de novos produtos e serviços do Banco e a captação de novos Clientes.



**BFA Net**

## OS SEUS COMPROVATIVOS NUM CLICK.

- Consulte e guarde as operações do BFA Net
- Menos papéis, mais segurança
- Fácil e rápido

The advertisement features two women. On the left, a woman in a blue top and brown skirt stands smiling while holding a laptop. On the right, a woman with curly hair sits at a desk cluttered with stacks of papers, looking stressed with her hand on her chin. The BFA logo is visible in the bottom right corner of the ad.

### **BFA Net - Os seus comprovativos num Click**

A campanha **BFA Net - Os seus comprovativos num Click**, teve como objectivo a divulgação da nova funcionalidade “Documentos Digitais”. Esta nova funcionalidade, disponível via BFA Net e BFA Net Empresas, permite aos Clientes consultar, guardar e/ ou imprimir todas as suas operações realizadas nestes canais, com toda a segurança e comodidade.



### Conta Kandengue BFA - Dê mais futuro aos seus filhos.

A Campanha **Conta Kandengue BFA - Dê mais futuro aos seus filhos**, pretendeu promover e divulgar o novo produto que o BFA lançou no seu leque de oferta para os mais novos. A conta Kandengue BFA é um depósito a prazo em Kwanzas, disponível exclusivamente para Clientes dos 0 aos 18 anos. O seu objectivo principal foi incentivar pais e encarregados de educação a poupar para garantir o futuro dos seus filhos, no que toca à educação, formação e saúde.



### BFA Net / BFA App – Já era rápido agora é directo.

O BFA lançou em Setembro de 2016 a campanha **BFA Net / BFA App - Já era rápido, agora é directo**, que teve como objectivo divulgar a nova funcionalidade de carregamentos directos através do serviço de Internet Banking. Esta funcionalidade permite aos Clientes efectuar o carregamento do seu telemóvel e serviços de TV, através do BFA Net, BFA Net Empresas e BFA App a qualquer hora e lugar sem a necessidade de comprar recarga ou de se deslocar ao Multicaixa.

**BFA Net Empresas**

**Esteja onde estiver,  
a sua empresa não pára.**

- Aprove as suas operações mesmo que os gestores da sua empresa estejam em lugares diferentes
- Efectue o pagamento de impostos, salários e fornecedores
- Com total segurança e privacidade

**BFA**

**BFA Net Empresas - Esteja onde estiver, a sua empresa não pára**

A campanha **BFA Net Empresas - Esteja onde estiver, a sua empresa não pára**. Teve como principal objectivo dar destaque à funcionalidade de aprovação de operações no BFA Net Empresas. Estas aprovações de operações podem ser realizadas pelos diferentes gestores de conta, em qualquer parte do mundo, permitindo uma gestão mais eficiente do negócio nas empresas, nomeadamente o pagamento de salários, pagamentos de facturas a fornecedores e prestadores de serviço e pagamento de impostos.

**Compre aqui o selo do seu carro.**

**Não se esqueça, o pagamento da taxa de circulação é obrigatório.**

**BFA**

**Taxa de Circulação - Compre aqui o selo do seu carro**

Na qualidade de agente autorizado para venda dos selos da taxa de circulação, em 2016, o BFA lançou a campanha **Compre aqui o selo do seu carro**, de modo promover a venda dos selos da taxa de circulação nos seus Balcões. O seu principal objectivo é a venda do maior volume de selos e, conseqüentemente, obter a maior margem de lucro no mercado.

## PATROCÍNIOS

### CLUBE DESPORTIVO 1º DE AGOSTO

O BFA patrocinou pelo 6º ano consecutivo, o Clube Desportivo 1º D'Agosto. Este apoio à equipa sénior de futebol do clube abrange todas as competições em que o 1º D'Agosto está envolvido, nomeadamente o Girabola e a Taça de Angola.

O 1º De Agosto conquistou o título de campeão nacional de futebol na temporada de 2016.



### CARNAVAL DE LUANDA

O Carnaval de Luanda é a maior manifestação cultural de Angola. O evento tem como o objectivo festejar o carnaval através da dança e da música. Durante 3 dias, reúnem-se na marginal de Luanda mais 15 mil luandenses, de entre grupos carnavalescos e espectadores. Em 2016, o BFA decidiu homenagear as Mumuilas, pertencentes a uma das tribos do Sul de Angola.



### TORNEIO INTERNACIONAL DE FUTEBOL INFANTIL - GERAÇÃO DO FUTURO

Realizado todos os anos, o torneio Internacional de futebol - Geração do Futuro promove o convívio e a prática de desporto infantil. Em 2016, participaram crianças das escolas de futebol do 1º D'Agosto, Petro de Luanda, Clube do Kilamba e Inter de Luanda.

O BFA para além de patrocinador deste evento, participou com uma equipa constituída pelos filhos dos seus Colaboradores.



### ESPAÇO LUANDA ARTE

O BFA patrocinou o Espaço Luanda Arte (ELA), uma Galeria de Arte Contemporânea situada na baixa de Luanda. O ELA dedica-se a promoção de artistas angolanos emergentes através da realização de residências artísticas, tertúlias e exposições, individuais ou colectivas. Inaugurado em Maio de 2016, realizou até final do ano, uma feira de arte internacional, sete exposições e sete residências artísticas.



### JAANGO

Os Jovens Artistas Angolanos (JAANGO) é um movimento que promove artistas das mais variadas áreas, desde a pintura, a fotografia, a decoração e a escultura. Para além de outras iniciativas. O JAANGO organiza anualmente uma residência artística no Espaço Luanda Arte cujo mote é reinterpretação de ideias e conceitos artísticos através do uso de materiais recicláveis.



### ORDEM DE MÉRITO MANGAIS/BFA

A Ordem de Mérito é um dos campeonatos de golfe patrocinado pelo BFA. O campeonato é composto por 11 provas mensais, realizadas no campo dos Mangais Golfe Resort e tem como objectivo promover a interacção de jogadores amadores e profissionais de golfe que residem em Angola. Em 2016 o campeonato contou com a presença de mais de 106 jogadores, de 10 nacionalidades diferentes.



### CONCURSO NACIONAL DE DANÇA KIZOMBA & SEMBA

O Concurso de Kizomba e Semba é o maior concurso de dança realizado em Angola. O objectivo deste concurso é valorizar a dança Kizomba / Semba e promover networking entre profissionais interessados no desenvolvimento da dança no País. Este evento é patrocinado pelo BFA desde 2009 e tem contado com a participação de candidatos de todas as Províncias de Angola.



### ANGOLA FASHION WEEK / BENGUELA FASHION WEEK

O Angola *Fashion Week* é dos eventos de Moda mais prestigiantes do País. O evento tem como objectivo a promoção dos profissionais da Moda em Angola, representando a cultura popular angolana e a modernidade dos criadores de Moda dando maior visibilidade aos seus trabalhos. No decurso do 2016, foi realizada a primeira edição deste evento em Benguela, o Benguela *Fashion Week*, evento igualmente patrocinado pelo BFA.





## EVENTOS

### CONFERÊNCIA CORPORATE GOVERNANCE

O BFA patrocinou a 2ª edição da Conferência *Corporate Governance* subordinada ao tema “Desafios da *Governance* no contexto actual”, que decorreu no dia 2 de Dezembro, no Hotel Epic Sana, em Luanda.

Esta conferência teve como principal objectivo promover a partilha das melhores práticas de *Corporate Governance*, que possam dar resposta aos actuais desafios das empresas, investidores e das partes interessadas.

A conferência contou com a participação de várias personalidades ligadas ao contexto da governança corporativa em Angola, Europa e no mundo, permitindo uma partilha única de conhecimento e experiência.



### FEIRA DE EMPREGABILIDADE UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA

O BFA marcou presença na 5ª edição da feira de empregabilidade, realizada entre 6 e 9 de Junho na Universidade Católica de Angola (UCAN).

A feira de empregabilidade teve como principal objectivo promover oportunidades de trabalho para os estudantes da Universidade Católica de Angola.

À semelhança dos anos anteriores, o BFA esteve presente com um Stand e recebeu cerca de 100 Currículuns por dia.



### MUSICAL PANDA E OS CARICAS

O BFA patrocinou pela 9ª vez consecutiva o evento Musical Panda e os Caricas. Depois do sucesso das edições passadas, este ano o evento decorreu em Benguela, Huambo, Huíla e Luanda.

O Banco proporcionou, mais uma vez, aos Kandengues BFA, a experiência única do Musical Panda e os Caricas.



### VACINAÇÃO | CONTRA A FEBRE AMARELA

No âmbito da campanha nacional de combate à febre-amarela e com o apoio Organização Mundial da Saúde, o BFA desenvolveu uma acção interna de vacinação gratuita contra a febre amarela para os seus Colaboradores em Luanda.

Nesta campanha foram vacinados 443 Colaboradores.



# Responsabilidade Social

A Responsabilidade Social do BFA está intimamente ligada aos seus valores e ao seu compromisso com o desenvolvimento da comunidade angolana.

Em 2016, diversos projectos deram corpo ao compromisso do BFA, reflectindo a sua efectiva preocupação social. O BFA apoiou diferentes actividades dentro das suas três grandes áreas de actuação: Educação, Saúde e Solidariedade Social.

## NATAL SOLIDÁRIO - HOSPITAL PEDIÁTRICO DAVID BERNARDINO

O BFA promoveu em parceria com o Lookal Ocean Club, no dia 10 de Dezembro, um concerto natalício para as crianças do Hospital Pediátrico David Bernardino. O concerto enquadrou-se nos festejos de Natal e contou com a participação do cantor português João Pedro Pais, da cantora angolana Selda e do animador Nuno Cadilhe.



## ESTUDO “GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR” Apresentação do Relatório GEM 2015

Em 2016, o BFA manteve o seu apoio à realização do estudo GEM em Angola, o maior estudo independente de empreendedorismo realizado em todo o mundo. O GEM Angola é uma ferramenta importante e de extrema relevância para o acompanhamento e monitorização do empreendedorismo dos agentes económicos e sociais em Angola e, por esse motivo, o BFA tem apoiado este projecto desde 2008.



## HOSPITAL PEDIÁTRICO DAVID BERNARDINO

Ao longo dos últimos 10 anos, o BFA tem apoiado inúmeras iniciativas e projectos do Hospital Pediátrico David Bernardino (HPDB), em Luanda. Em 2016, o Banco apoiou financeiramente a conclusão do projecto de construção do novo Serviço de Urgência, que inclui o serviço de cirurgia pediátrica e o serviço de imagiologia. O objectivo desta iniciativa foi dotar o Serviço de Urgência do HPDB de maior capacidade de atendimento, num ambiente mais amplo e acolhedor para os utentes, médicos e restantes funcionários do Hospital.



### **BOMBEIROS SOLIDÁRIOS BFA PATROCINOU SOPA DE BENEFICÊNCIA**

No âmbito do Mês da Mulher, o BFA apoiou as mulheres Bombeiras, na realização de uma Sopa de Beneficência. O evento decorreu no dia 8 de Março, no Quartel Principal dos Bombeiros, no 1º de Maio, em Luanda. Esta acção juntou cerca de 300 crianças de 5 lares diferentes, com o objectivo de lhes proporcionar um dia diferente. As crianças tiveram ainda a oportunidade de participar em concursos infantis, assistir a teatro e música.



### **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O BANCO DE FOMENTO ANGOLA E A FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA**

Em 2016, o BFA renovou o protocolo de cooperação com a Fundação Cidade de Lisboa, por mais 5 anos. O protocolo de cooperação visa a manutenção de 5 bolsas de estudo anuais, atribuídas a universitários, oriundos preferencialmente de Angola. Este protocolo de cooperação visa não só a formação de quadros africanos, mas também a sua formação cultural, moral, e ética tendo em vista o seu regresso aos países de origem e a sua participação no desenvolvimento económico-social dos seus países.



### **BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME ANGOLA (BACFA)**

Em 2016, o BFA associou-se mais uma vez ao Banco Alimentar contra a fome Angola para a realização da sua 5ª Campanha de Recolha de Alimentos. Nesta Campanha, à semelhança das anteriores, foram recolhidos, separados e pesados alimentos de várias superfícies comerciais em Luanda e posteriormente doados a Instituições de Caridade.



### CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO – AVC

O BFA patrocinou a campanha de sensibilização para a prevenção de Acidentes Vasculares Cerebrais (AVC), que decorreu nos dias 27, 28 e 29 de Outubro, em Luanda. Esta campanha teve como finalidade melhorar o nível profissional dos Técnicos de Saúde, dando a conhecer os factores de risco associados e melhorar o conhecimento da população em geral sobre o tema.



### ENTREGA DE DONATIVOS HOSPITAL CENTRAL DE BENGUELA

No âmbito da 1ª Conferencia de Delegados Regionais organizada pelo Grupo Desportivo e Cultural do BFA em Benguela, foi realizada uma entrega de donativos na área de Pediatria do Hospital Central de Benguela. Foram entregues fraldas, roupas e leite para recém-nascido, biberons, mantas e produtos de higiene.



### CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM SAÚDE DE ANGOLA (CISA)

Em 2016, o BFA apoiou mais dois projectos de investigação do Centro de Investigação em Saúde de Angola (CISA), nomeadamente a criação do serviço de microbiologia no laboratório do Hospital Geral do Bengo e o programa de apoio e fortalecimento dos cuidados primários de saúde no Município do Dande. O objectivo destes projectos, que serão desenvolvidos nos próximos 2 anos, na Província do Bengo é, não só o reforço da capacidade de diagnóstico do laboratório do Hospital Geral do Bengo, mas também a melhoria da prestação dos cuidados de saúde primários nos Centros e Postos de Saúde nessa Província.

Ao longo dos últimos anos, o CISA tem desenvolvido projectos de investigação na Área da Saúde na Província do Bengo cujo objectivo é a produção de estudos científicos, que possam servir de suporte à definição de Políticas Nacionais de combate e irradiação das chamadas doenças “negligenciadas” em Angola, nomeadamente a schistosomíase, tripanossomíase, febres hemorrágicas virais, filariases e helmintíases. Apesar de não serem doenças que contribuem para elevar a taxa de mortalidade no curto prazo, são muito incapacitantes e, pelo seu grau de contágio, carecem de uma atenção redobrada ao nível da Saúde Pública. O CISA conta com o apoio Institucional do Ministério da Saúde e como os apoios financeiros da Cooperação Portuguesa e da Fundação Calouste Gulbenkian.



# Prémios



## Prémio The Banker | Banco do Ano em Angola

O BFA foi distinguido pela terceira vez com o Prémio “Banco do Ano em Angola 2016”, pela revista The Banker, numa cerimónia oficial decorrida em Londres. Fundada em 1926, a “The Banker” é uma revista britânica especializada em assuntos sobre os mercados financeiros. A “The Bankers” possui uma base de dados com informação de mais de 4.000 Bancos e está presente em mais 180 Países. Actualmente, é considerada uma das principais fontes de informação financeira em todo mundo.



## Prémios Sirius Melhor | Empresa do Sector Financeiro

O BFA foi distinguido, pela quarta vez, com o Prémio “Melhor Empresa do Sector Financeiro”, na 6ª edição do Prémios Sirius, que decorreu no Hotel Epic Sana, em Luanda. O Júri premiou a inovação, a qualidade dos produtos e serviços, a performance económico-financeira e o contributo do BFA para o processo de bancarização em Angola.



## Revista EMEA Finance | Banco mais Inovador

O BFA foi distinguido pela primeira vez na categoria “Banco mais Inovador”. A EMEA Finance é uma revista direccionada à comunidade financeira da Europa, Médio-Oriente e África que analisa e classifica o desempenho das principais instituições bancárias em diversos países.



## Revista EMEA Finance | Melhor Banco em Angola

O BFA foi distinguido pela revista EMEA Finance com o Prémio “Melhor Banco em Angola”, pela oitava vez. A EMEA Finance é uma revista direccionada à comunidade financeira da Europa, Médio-Oriente e África que analisa e classifica o desempenho das principais instituições bancárias em diversos países.



## Revista Capital Finance Internacional | Melhor Rede de Balcões

O BFA foi distinguido pela segunda vez consecutiva com o Prémio de “Melhor Rede de Balcões” pela revista Capital Finance Internacional (CFI). Esta distinção teve por base a vasta Rede Comercial do Banco composta por de mais 190 Balcões.



## International Finance Magazine | Melhor Banco Corporativo

A Revista Internacional Finance distinguiu o BFA com o Prémio Melhor Banco Corporativo de Angola, pelo quarto ano consecutivo. A Internacional Finance Magazine é uma revista online britânica, com uma audiência de mais de 180 países que anualmente distingue os melhores empreendedores do sector bancário nas suas diferentes áreas de actuação.

## Banker Africa Magazine | Melhor Banco de Retalho

O BFA foi distinguido com o Prémio de Melhor Banco de Retalho 2016 no Banker Africa, Southern Africa Awards 2016, pela Revista Banker Africa. A revista Banker Africa analisa e classifica o desempenho das principais instituições bancárias em diversos países.



## Superbrands | Marca de Excelência

O BFA foi distinguido pela sexta vez consecutiva como Marca de Excelência pela Superbrands, uma organização internacional independente que se dedica à promoção de marcas. A Superbrands Angola premeia as Marcas de Excelência pelo seu desempenho no mercado nacional.



#### **Deutsche Bank** | Prémio de Excelência STP

O Deutsche Bank distinguiu-se pela 14ª vez consecutiva o BFA com o Prémio STP (Straight Through Processing). Para atribuição deste prémio o Deutsche Bank teve como critério de selecção a melhoria dos níveis de serviço e o elevado sucesso no índice de processamento automático das operações sobre o estrangeiro realizadas em 2015.



#### **Global Banking and Finance Review** | Melhor Banco Comercial

O BFA foi distinguido pelo quarto ano consecutivo com o Prémio de “Melhor Banco Comercial em Angola” pelo portal inglês Global Banking and Finance Review. A distinção teve como factor principal a oferta diversificada de produtos e serviços, a extensa Rede de Balcões e o Programa de Responsabilidade Social assente na Educação, Saúde e Solidariedade Social.



#### **Revista World Finance** | Melhor Gestão Corporativa

A revista World Finance elegeu o BFA pelo terceiro ano consecutivo como o Banco com a “Melhor Gestão Corporativa”. Para a atribuição do prémio a Revista World Finance teve como principais critérios a consolidação das operações, a contribuição para o desenvolvimento económico de Angola e a criação de soluções específicas para os Clientes.



#### **World Finance** | Melhor Banco de Retalho

O BFA foi distinguido, pela segunda vez, com o prémio Melhor Banco de Retalho 2016, pela Revista World Finance. Para a atribuição deste prémio a Revista tem como critérios de avaliação, a variedade e clareza dos produtos e serviços, as vendas e crescimento no mercado.



#### **Global Financial Market** | Melhor Banco de Retalho em Angola

O portal Global Financial Market (GFM) distinguiu o BFA, pela primeira vez, com o prémio de Melhor Banco de Retalho em Angola. GFM é um portal online, líder de notícias financeiras e tem como critério de atribuição dos prémios a excelência, a inovação e as melhores estratégias de investimento dos Bancos.

#### **Global Financial Market** | Melhor Banco Comercial em Angola

O portal Global Financial Market (GFM) distinguiu o BFA, pela segunda vez, com o prémio de Melhor Banco Comercial em Angola. GFM é um portal online, líder de notícias financeiras e tem como critério de atribuição dos prémios a excelência, a inovação e as melhores estratégias de investimento dos Bancos.



#### **Global Brands Magazine** | Melhor Marca Bancária na África Ocidental

A Global Brands Magazine distinguiu o BFA, pela terceira vez consecutiva, com o prémio Best Banking Brand in West Africa 2016. A distinção teve como factores principais a activação da Marca BFA no mercado angolano e o desempenho do Banco na implementação de novos serviços de apoio ao Cliente.



#### **Revista Finance Digest** | Melhor Banco Comercial em Angola

O BFA foi distinguido pela primeira vez com o Prémio “Melhor Banco Comercial em Angola 2016” pela revista Finance Digest. A Finance Digest é uma revista britânica online com periodicidade trimestral, especializada em análises financeiras sobre a banca, negócios, finanças e tecnologia.





# 04

## GESTÃO DE RISCO

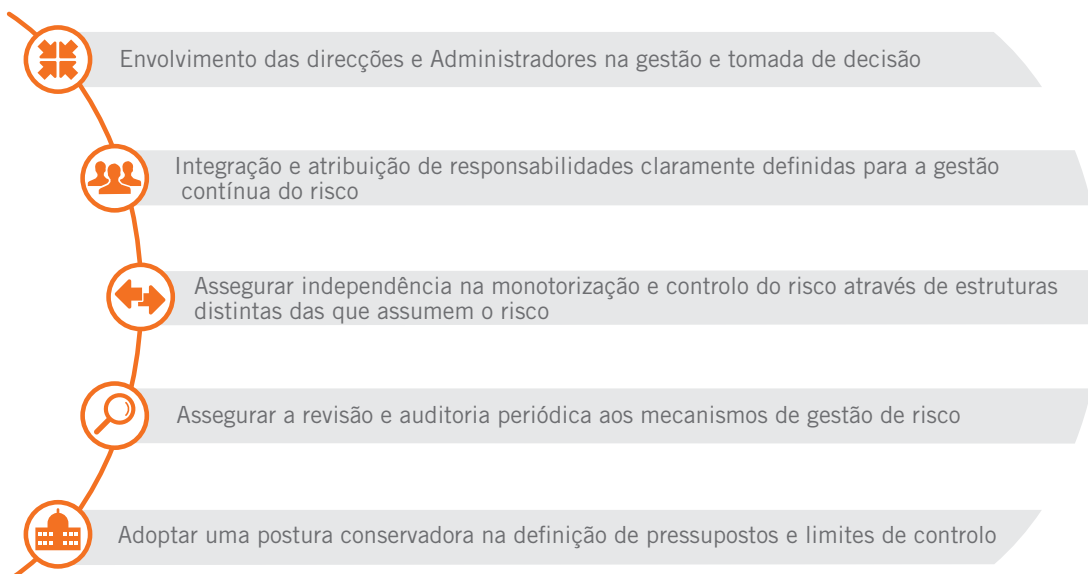
Governança e Organização da Gestão dos Riscos	96
Risco de Crédito	99
Risco de Liquidez	106
Risco Cambial	108
Risco de Taxa de Juro	110
Risco Operacional	112
Risco de <i>Compliance</i>	116

# Governança e Organização da Gestão do Risco

Para uma gestão de risco eficaz, o BFA procura de forma contínua e permanente alcançar e manter o equilíbrio do binómio risco/rentabilidade que melhor se adequa à sua

dimensão, complexidade e perfil de risco. Neste sentido, o BFA assenta num modelo de gestão de risco prudente e alinhado às melhores práticas, cujos princípios orientadores são:

## Princípios da Gestão de Risco



## Riscos materialmente relevantes

Tendo em conta a actividade do Banco, os riscos considerados materialmente relevantes e, conseqüentemente, para os quais se efectua um maior

esforço de identificação, avaliação, monitorização e controlo são:



## Organização e Modelo de Gestão dos Riscos

O principal objectivo da gestão de riscos é garantir que todos os riscos são geridos de forma a garantir a satisfação de todos os Clientes, Colaboradores, Accionistas e Comunidade. Nesse sentido, o BFA promove uma estrutura de modo a que o controlo e gestão dos riscos seja parte integrante do plano de actividades e responsabilidades de todas as áreas do Banco, através da definição e divulgação de normativos internos que têm por base as medidas reguladas no Aviso nº 2/13 de 22 de Março, que legisla sobre a Função de Risco, componente do Sistema de Controlo Interno.

O acompanhamento dos principais riscos inerentes à actividade do Banco é da responsabilidade do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Conselho de Administração.

Para garantir uma organização estruturada que assegura o controlo e gestão dos riscos, o BFA definiu 3 linhas de defesa:

### 1ª Linha de defesa Direcções de negócio

É da responsabilidade dos Directores de cada área de Negócio do Banco gerirem diariamente o risco das suas actividades tendo em consideração os princípios, regras e limites definidos, bem como assegurar o seu reporte regular.

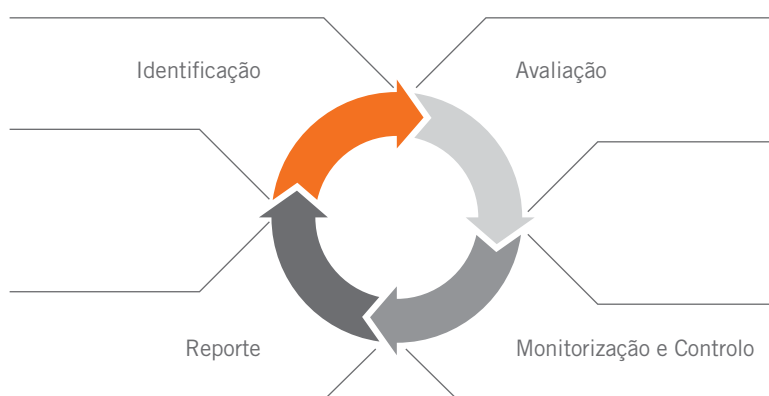
### 2ª Linha de defesa Direcções gestoras do risco e Comissão de Riscos

As direcções de gestão dos riscos são responsáveis por assegurar que os riscos são geridos e controlados activamente, bem como incorporar recomendações. A Comissão de Riscos é responsável por acompanhar a política de gestão de todos os riscos inerentes à actividade do Banco e aconselhar sobre a estratégia de risco.

### 3ª Linha de defesa Auditoria Interna

É responsável por assegurar independência e objectividade na avaliação do cumprimento dos procedimentos, da regulamentação e normativos internos e externos aplicáveis.

O Modelo de Gestão de Risco do BFA é essencialmente composto por quatro fases:



## Identificação

Identifica os riscos actuais e potenciais a que o BFA está sujeito através do recurso a informação actualizada, tempestiva e fiável das diversas áreas. Esta fase tem como principais actividades:

- Reunir informação fiável e tempestiva das diversas áreas;
- Definir a estratégia para identificação de riscos;
- Identificar riscos existentes ou novos;
- Definir e rever indicadores e limites de risco;
- Incorporar recomendações dos relatórios de risco.

## Avaliação

A avaliação tem por base toda a informação recolhida das diversas áreas para posterior submissão a mecanismos de avaliação qualitativos ou quantitativos consistentes e auditáveis. Esta fase tem como principais actividades:

- Reunir dados fiáveis e tempestivos das diversas áreas;
- Definir pressupostos e modelos de mensuração do risco;
- Desenvolver modelos de mensuração do risco;
- Calcular e analisar o impacto dos riscos identificados;
- Validar e garantir a actualização e adequabilidade dos modelos de mensuração de risco;
- Sujeitar os modelos de mensuração a auditorias periódicas e implementar as respectivas recomendações de melhoria, caso existam.

## Monitorização e Controlo

A gestão do risco é sujeita a um processo de monitorização contínuo. Para isso são definidos limites e mecanismos de

controlo. Esta fase tem como principais actividades:

- Monitorizar indicadores de risco;
- Monitorizar os limites definidos no plano de contingência de risco;
- Garantir a actualização e adequabilidade dos indicadores e limites aos diferentes ciclos económicos;
- Desenvolver mecanismos de controlo e alertas de risco;
- Efectuar stress testing com base na definição de cenários de risco;
- Monitorizar a adequação do Sistema de Gestão de Riscos.

## Reporte

O reporte dos resultados e mecanismos utilizados deve ser comunicado sempre que exista necessidade ou mediante uma periodicidade definida estabelecida pelas entidades reguladoras ou internamente. Esta fase tem como principais actividades:

- Elaborar relatórios com base na informação disponibilizada;
- Elaborar recomendações para mitigação do risco;
- Submeter os relatórios para análise do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Conselho de Administração;
- Elaborar plano de acção e responsabilidades para mitigação do risco;
- Promover a divulgação dos relatórios de forma estruturada às áreas do Banco;
- Monitorizar a implementação das actividades definidas no plano de acção.

# Risco de Crédito

## ? O QUE É O RISCO DE CRÉDITO E COMO SURGE?

O Risco de Crédito é o risco de perda associado ao incumprimento dos Clientes no que respeita às suas obrigações contratuais de crédito. O Risco de Crédito pode surgir não só da contraparte por surgimento de um evento de perda e consequente incumprimento, mas também da concentração numa só contraparte, indústria, produto, geografia ou maturidade.

### Filtro de rejeição por incumprimento ou incidentes materiais

O Banco não concede crédito a Clientes que registem incidentes materiais, estejam em incumprimento para com o Banco ou que pertençam ao mesmo grupo de Clientes que estejam nas seguintes situações:

- Em atraso na realização de quaisquer pagamentos de capital ou juros devidos a qualquer instituição financeira por período superior a 45 dias;
- Utilização irregular de meios de pagamento da responsabilidade dessa pessoa ou entidade;
- Pendência de acções judiciais contra essa entidade, desde que se considere que o resultado dessa acção pode ter um efeito materialmente adverso na respectiva situação económica ou financeira.

## ? COMO É GERIDO O RISCO DE CRÉDITO?

O processo de avaliação e controlo do risco de crédito está sob a responsabilidade das seguintes áreas:

**Direcção de Crédito a Particulares e Negócios:** responsável pela avaliação das operações de crédito destes segmentos;

**Direcção de Risco de Crédito a Empresas:** responsável pela avaliação das operações de crédito deste segmento;

**Direcção de Financiamentos Estruturados e ao Investimento:** responsável pela estruturação de financiamentos de maior valor e complexidade, bem como todas as propostas de financiamento ao investimento, incluindo os integrados no Programa Angola Investe;

**Direcção de Operações Imobiliárias:** responsável pela avaliação de financiamento e acompanhamento da carteira de crédito cujo risco assenta em activos imobiliários ou nos resultados das actividades comerciais no sector imobiliário. Dessas operações destacam-se os projectos de promoção imobiliária e os projectos hoteleiros, que constituem a carteira de crédito;

**Direcção de Acompanhamento, Recuperação e Contencioso de Crédito:** responsável pela monitorização da qualidade da carteira de crédito, pelo acompanhamento e gestão do nível de provisionamento e imparidades associados à carteira de crédito. Esta direcção é também responsável pela recuperação do crédito vencido, pela via negocial ou judicial.

Todas estas direcções reportam ao mesmo Administrador que não tem responsabilidades nas áreas comerciais.

Os limites e procedimentos de concessão e gestão de operações de crédito estão estabelecidos no Regulamento Geral de Crédito, no Manual de Procedimentos de Crédito e em Fichas de Produto.

A apreciação das propostas de crédito pressupõe uma análise rigorosa, enquadrada por parâmetros que se resumem de seguida:

### Procedimentos de análise de risco de crédito

- Nenhuma operação de crédito é aprovada sem uma prévia recolha, verificação e análise crítica de informação relevante relativamente ao proponente da operação e à sua situação económica e financeira, à operação objecto de financiamento e às garantias oferecidas;
- As propostas de operações de crédito ou garantias a submeter à apreciação dos órgãos competentes respeitam os seguintes princípios:
  - encontrar-se adequadamente caracterizadas em Ficha Técnica, contendo todos os elementos essenciais e acessórios necessários à formalização da operação;
  - respeitar a ficha de produto respectiva, quando for o caso;

- ser acompanhadas de análise de risco de crédito devidamente fundamentada;
- conter as assinaturas dos órgãos proponentes respectivos.
- No caso de empresas ou grupos de empresas com contas dispersas por vários Centros de Empresa ou Agências do BFA, as operações serão analisadas pelo órgão responsável do acompanhamento da empresa ou do grupo;
- Na análise de risco de crédito é considerada a exposição total do Banco ao Cliente ou ao grupo em que o Cliente se integra nos termos da legislação aplicável em cada momento.

#### **Análise e ponderação de garantias**

- Todas as operações de crédito têm associadas garantias adequadas ao risco do mutuário, natureza e prazo da operação, devendo a proposta de crédito ser devidamente fundamentada no que toca à suficiência e liquidez das garantias;
- As garantias reais são avaliadas previamente à decisão de crédito.

Tendo em consideração o Aviso nº 11/14 do BNA, o BFA tem definidos os seguintes critérios de classificação nos respectivos níveis de risco, para as novas operações:

- Nível A (Risco Mínimo) – operações assumidas pelo Estado Angolano, englobando as suas administrações centrais e provinciais, por Bancos centrais, organizações internacionais ou Bancos multilaterais de desenvolvimento ou créditos garantidos por contas bancárias cativas junto do BFA e/ou títulos do Estado (Obrigações e Bilhetes do Tesouro, e Títulos do Banco Central) iguais ou superiores ao valor da responsabilidade;
- Nível B (Risco Muito Baixo) - Restantes operações de crédito

Excepcionalmente, atendendo às características dos mutuários e à natureza das operações podem ser classificados outros

créditos nos níveis de risco A e B. Estas situações dependem de aprovação do Conselho de Administração ou da Comissão Executiva do Conselho de Administração.

O BFA não concede créditos com classificação de risco superior a B. No crédito a Particulares, o BFA exige mais do que um interveniente com rendimentos, com excepção nos protocolos realizados com empresas.

#### **Revisão das classificações de risco**

A revisão da classificação do crédito em curso e respectivo provisionamento é feita de acordo com o Aviso nº 11/14, com a periodicidade mínima mensal.

#### **Deliberações dos órgãos de decisão**

- As deliberações de cada órgão de decisão constituem decisões colegiais dos membros que as compõem, ficando registadas em Acta, a qual é assinada por todos os participantes;
- As decisões são tomadas por unanimidade. No caso de não haver unanimidade, a proposta é submetida ao órgão de decisão de nível imediatamente superior;
- Ficam impedidos de participar na discussão e decisão de qualquer operação, os membros de um órgão de decisão que nela tenham um interesse, directo ou indirecto, sendo tais operações obrigatoriamente submetidas ao nível superior.

#### **Validade das decisões**

- As decisões sobre matéria de crédito têm validade (para formalização) de 90 dias, a qual é sempre comunicada ao Cliente;
- Todas as decisões prevêem um prazo máximo para a utilização do crédito ou para a emissão da garantia, o qual, em caso de omissão, se considera ser de 30 dias após a assinatura do contrato.

Dando continuidade ao projecto que começou em 2014, em 2016 manteve-se a formação dos Colaboradores das redes

comerciais através de um programa específico capaz de abranger todas as fases inerentes ao processo de crédito, nomeadamente análise, concessão e recuperação de operações em incumprimento.

A consolidação da Central de Informação e Risco de Crédito do Banco Nacional de Angola, foi um factor de elevada relevância durante este período, permitindo uma avaliação mais abrangente e completa das responsabilidades dos Clientes junto do sistema bancário e contribuindo para uma tomada de decisão mais informada por parte do BFA, uma vez que passou a fazer parte integrante dos elementos de análise de uma operação de crédito.

### Modelo de Cálculo de Perdas por Imparidade

Desde Junho de 2013 que o BFA implementou o modelo de cálculo de perdas por imparidade, em resposta aos desafios que derivam da adopção a prazo das melhores práticas internacionais.

Este processo de implementação contou com a participação conjunta de diversas áreas do Banco, assegurando a independência e a segregação entre funções:

- Área de Sistemas de Informação, responsável pela extracção de informação dos sistemas e pela manutenção da solução de suporte;
- Direcção de Acompanhamento, Recuperação e Contencioso de Crédito, responsável por monitorizar o processo de cálculo periódico e também pela governação do modelo. Em conjunto com as Direcções de Centros de Investimento, de Crédito a Particulares e Negócios, de Risco de Crédito a Empresas, de Financiamento Estruturados e Investimento e Direcção de Operações Imobiliárias, participa ainda na realização e supervisão de análises individuais de Clientes;
- Comissão Executiva, a qual participa na validação final e aprovação dos resultados.

O apuramento de perdas por imparidade baseia-se na definição de metodologias de cálculo próprias, ajustadas às séries de dados históricos e às características da carteira de crédito do Banco. Para efeitos de apuramento de cálculo de imparidade,

o Banco classifica a sua carteira relativamente a indícios de imparidade, considerando que uma operação de crédito se encontra sem indícios sempre que a mesma regista até 30 dias de atraso, a situação de indícios de imparidade verifica-se sempre que uma operação de crédito regista entre 30 a 180 dias de atraso e a situação de default sempre que a operação tenha mais de 180 dias de atraso.

Para efeitos de apuramento de factores de risco e de cálculo de perdas por imparidade, a carteira foi segmentada de acordo com perfis de risco homogéneos, considerando o Crédito Habitação, Crédito ao Consumo, Cartões de Crédito, Crédito Automóvel, Empresas e Sector Público e Instituições Financeiras.

As operações reestruturadas merecem um tratamento diferenciado, sendo consideradas em risco agravado até completarem o período de cura regulamentado.

Conforme a materialidade dos créditos, estes podem ser alvo de um de dois tipos de análise: individual ou colectiva.

### Análise individual

Em âmbito de análise individual são considerados os seguintes Clientes:

- Para o segmento de Particulares, todos aqueles cuja exposição seja superior a 100.000.000 AKZ ou cuja exposição seja superior a 25.000.000 AKZ mas apresentem um incumprimento de montante superior a 1.000.000 AKZ;
- Para o segmento de Empresas, todos os Clientes com exposição superior a 25.000.000 AKZ;
- São ainda alvo de análise individual todos os Clientes com operações reestruturadas, reclassificadas ou que se encontrem na área de recuperação, independentemente do segmento a que pertençam.

### Análise colectiva

Para efeitos de análise colectiva, foram apurados, por segmento de risco, os seguintes factores de risco através da

análise da evolução histórica da carteira nos últimos cinco anos:

- **Probabilidade de Default (PD)** – probabilidade de entrada em incumprimento superior a 90 dias;
- **Loss Given Default (LGD)** – percentagem de perda esperada dado o incumprimento. A LGD divide-se em dois âmbitos: a LGD zero é aplicada às operações que ainda não estão em *default* pelo que pretende espelhar a perda dada essa probabilidade; e as LGD duracionais são aplicadas às operações que já se encontram em *default*, espelhando a perda associada ao momento que aumenta à medida que se mantém em default. A avaliação das perdas por imparidade é efectuada numa base mensal, de acordo com a situação de indícios de imparidade do Cliente.

O valor de perdas por imparidade é apurado pela diferença entre o valor de balanço e o valor actual líquido da operação. Este último é obtido considerando o valor actualizado dos *cash flows* futuros esperados das operações de crédito.

Os valores apurados com referência a 31 de Dezembro de 2016 revelam um nível de provisionamento adequado face à perda estimada pelo modelo.



## QUAIS OS PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS DE 2016?

### Modelo de Cálculo de Perdas por Imparidade exigente e autónomo

O modelo de cálculo de perdas por imparidade tem vindo a ser adaptado, tornando-o mais exigente e em sintonia com a nova legislação publicada pelo Banco Nacional de Angola, bem como com as melhores práticas internacionais.

O BFA tem feito regularmente análises de sensibilidade e back-testings ao modelo, de modo a aferir a sua constante aderência à realidade do comportamento da carteira.

De acordo com o Aviso N.º 2/15 as instituições financeiras podem calcular as suas provisões de crédito segundo metodologias próprias desenvolvidas para efeitos de cálculo das provisões, sempre que a mesma seja aprovada pelo Banco

Nacional de Angola. As regras definidas nesta regulamentação do BNA são idênticas e totalmente coerentes com as que o BFA adoptou internamente. Nesta linha, a 30 de Junho de 2015 o BFA submeteu para aprovação do BNA a metodologia de cálculo de imparidades de crédito em substituição das metodologias directas que têm vindo a ser adoptadas, cumprindo assim o prazo estipulado pelo regulador.

### Avaliação de colaterais e outros títulos

De acordo com a tendência verificada em anos anteriores, para a Direcção de Operações e Imobiliário, o ano de 2016 continuou a ser marcado por um nível bastante exigente na concessão e acompanhamento do crédito à construção.

Ainda em 2016, no âmbito do modelo de cálculo de perdas por imparidade do BFA e do Aviso n.º 10/14 do BNA, foi dada por esta Direcção continuidade ao plano de acção iniciado em 2014, relativo à avaliação dos imóveis colaterais em operações de crédito. De uma forma resumida, os imóveis obtidos em garantia de crédito passaram a ser reavaliados por peritos idóneos nas seguintes condições:

- Os que estejam associados a crédito vencido há mais de 90 dias, caso a última avaliação tenha ocorrido há mais de 2 anos;
- Com uma periodicidade mínima bienal, sempre que as posições em risco representem um montante igual ou superior a 1% do total da carteira de crédito no encerramento do exercício do ano anterior ou, de valor igual ou superior a 100 milhões de AKZ;
- Outros indícios de imparidade, em particular, factos ou alterações de mercado com potencial impacto directo no valor dos activos imobiliários em geral, definidas em função da localização geográfica, finalidade e ainda em situações determinadas por factores de proximidade.

Em 2017, será dada continuidade a este trabalho, para o qual contribuirá o lançamento de uma nova base de dados, especificamente desenvolvida para o tratamento de informação dos imóveis colaterais em operações de crédito.

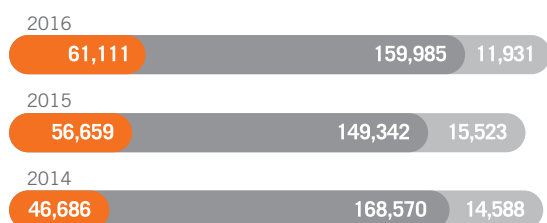


## Evolução da Carteira de Crédito

Em 2016 a carteira global de crédito (excluindo crédito por assinatura) registou aumento de 5,2% face a 2015. Esta variação foi impulsionada pelo crescimento da carteira de crédito do segmento de Empresas em 7,1% face a 2015, e pelo aumento em 7,9% da carteira de crédito de Particulares e Negócios. Por outro lado, carteira de crédito da rede de Centros de Investimento sofreu uma diminuição de 23,1% face ao ano transacto.

### Carteira de Crédito

Milhões AKZ



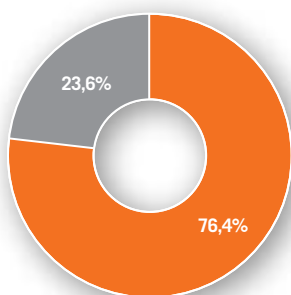
■ Particulares e Negócios 
 ■ Empresas 
 ■ Centros de Investimento

**Nota:** Volume de crédito total excluindo crédito por assinatura e juros vivos

## Diversificação Sectorial com estabilização nas classes de menor risco

Em 2016, a carteira de crédito a empresas apresenta um grau de diversificação sectorial equilibrado face aos principais sectores de actividade económica, bem como uma estabilização de peso nas classes de menor risco no crédito total.

### Estrutura da Carteira de Crédito por Tipo de Cliente: Empresas e Particulares

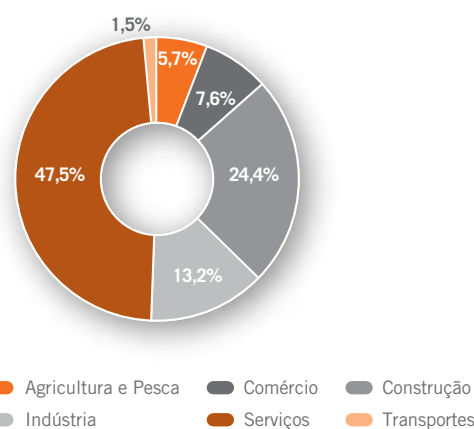


■ Crédito a Empresas 
 ■ Crédito Particulares

**Nota:** Volume de crédito total sem excluir crédito por assinatura.

Analisando o grau de diversificação sectorial da carteira de crédito a empresas, constata-se um relativo equilíbrio, com os sectores de Serviços e Construção a assumirem uma posição de destaque.

### Diversificação da Carteira de Crédito a Empresas por Sector de actividade



**Nota:** Volume de crédito total sem excluir crédito por assinatura.

Esta distribuição resulta da política de concessão de crédito adoptada pelo BFA, procurando a diversificação da exposição aos riscos inerentes aos diferentes sectores de actividade.

Relativamente à estrutura da carteira de crédito por classe de risco, definidas no Aviso nº 3/12 de 28 de Março do BNA, verifica-se que, à semelhança dos anos anteriores, são as classes de menor risco as que maior peso detêm no total de crédito concedido. Cerca de 94,1% do total de crédito concedido apresenta uma classificação de risco entre as

### CRÉDITO CONCEDIDO POR CLASSE

Classe	Total Operações Crédito		
	2014	2015	2016
A - Nulo	42,9%	30,5%	34,3%
B - Muito Reduzido	2,5%	2,8%	58,7%
C - Reduzido	50,2%	60,2%	1,1%
D - Moderado	0,8%	0,7%	0,2%
E - Elevado	1,0%	1,6%	0,9%
F - Muito Elevado	2,0%	2,6%	1,6%
G - Perda	0,6%	1,5%	3,1%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

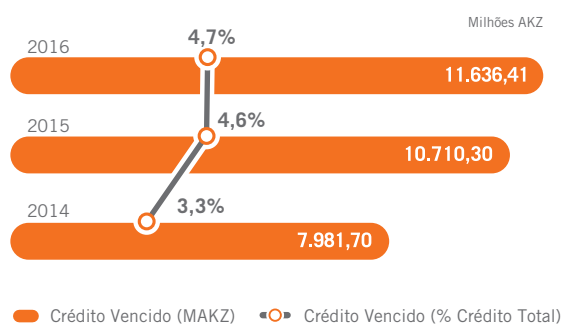
**Nota:** Total de Operações de Crédito inclui operações de crédito regulares e com incumprimento e não exclui crédito por assinatura

classes A e C, inclusive. Nas classes de risco mais elevado (risco superior a “Moderado”), a exposição da carteira de crédito do BFA decresceu 0,1 pontos percentuais.

### Rácio de Crédito Vencido

Não obstante as políticas de análise e gestão de risco seguidas pelo BFA para a contínua melhoria da qualidade da sua carteira de crédito, em 2016 registou-se um aumento do valor de crédito vencido e respectivo rácio. Em relação ao ano transacto, o montante de crédito vencido aumentou 8,7%, essencialmente explicado pelo agravamento do incumprimento e respectiva desvalorização da moeda nacional face à moeda mais expressiva de concessão de crédito, o USD.

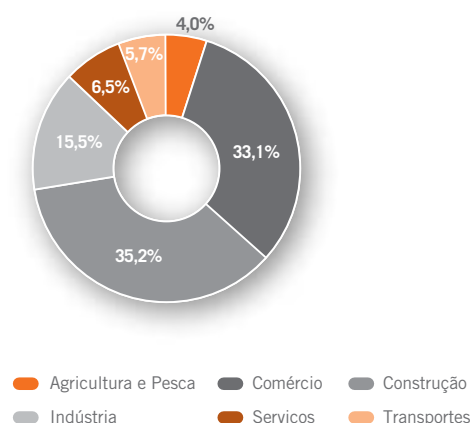
### Qualidade de Crédito Banca de Empresas



**Nota:** Volume de crédito total excluindo crédito por assinatura

Analisando o total de crédito vencido do segmento empresarial por sector de actividade constata-se que é o sector da Construção o que mais peso representa na estrutura de crédito vencido, aproximadamente 35,2% do crédito vencido, seguido pelo sector de Comércio e sector da Indústria que diminuíram a sua contribuição para a carteira de crédito vencido do BFA em, respectivamente, 11,7 e 5 pontos percentuais face ao ano transacto. De notar que o sector de Serviços é o sector com posição de destaque no total da carteira de crédito a empresas, e que detém apenas 6,5% da estrutura de crédito vencido.

### Concentração do Crédito Vencido de Empresas por Sector de Actividade



Em Dezembro de 2016, o rácio de cobertura de provisões era de 125%, o que representa uma confortável posição na cobertura do crédito, espelho de uma política de gestão de risco particularmente prudente. Contrariamente ao ano transacto, em 2016 o valor das provisões diminuiu 7% e o rácio de cobertura da carteira de crédito global diminuiu 0,8 pontos percentuais. No entanto, o BFA manteve uma posição estável tendo em conta a evolução do financiamento concedido.

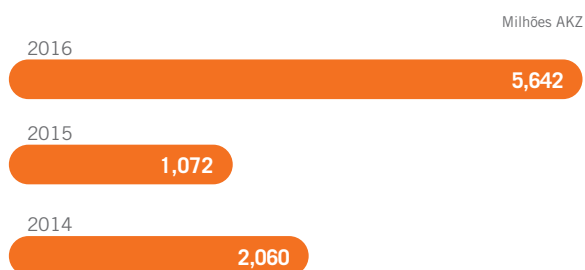
### PROVISÕES E RÁCIO DE COBERTURA

Classe	2014	2015	2016
Provisões	10.853,2	15.688,1	14.591,6
Rácio Cobertura Carteira Crédito	4,7%	7,1%	6,3%
Rácio Cobertura Crédito Vencido	136%	146%	125%

**Nota:** Volume de crédito total excluindo crédito por assinatura.

O crédito abatido é influenciado pela não concretização das expectativas de conclusão de processos de negociação de alguns créditos vencidos pelo que o BFA tem que assumir a sua perda contabilística. Não obstante, é de notar que em 2016 o Banco reduziu drasticamente o seu volume de crédito abatido em 97,4%, o que demonstra o forte empenho na recuperação dos créditos pelas vias legais e adequadas, nomeadamente a via judicial.

### Crédito abatido (*Write Off*)



### Recuperação de Crédito Vencido pela via contenciosa

No que respeita ao número de acções em tribunal, até ao final de 2016 encontravam-se interpostas 607 acções executivas junto das entidades judiciais competentes para recuperação de crédito em incumprimento, das quais 138 diziam respeito a créditos da Banca de Empresas e 469 a Particulares.

# Risco de Liquidez

## O QUE É O RISCO DE LIQUIDEZ E COMO SURGE?

O Risco de Liquidez define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos resultantes da incapacidade do Banco dispor de fundos líquidos suficientes para fazer face às suas obrigações financeiras.

## COMO É GERIDO O RISCO DE LIQUIDEZ?

As regras de gestão financeira e os limites do risco de liquidez constam no Manual de Limites e Procedimentos da Direcção Financeira e Internacional (DFI).

O BFA conduz uma gestão particularmente prudente dos seus níveis de liquidez, gozando, em consequência, de uma condição privilegiada no que concerne ao financiamento da sua actividade.

O Banco assegura uma posição de liquidez estável, segura e suficiente, com base em activos líquidos e elegíveis, mantendo um nível prudente de rácio de transformação.

Cabe à DFI, assegurar o cumprimento do limite estabelecido em moeda nacional de gap diário de liquidez. Este consiste na diferença entre as entradas e as saídas de fundos em moeda nacional verificadas num dia, tendo em consideração o cumprimento das Reservas Obrigatórias.

Além das Reservas Obrigatórias definidas pelo BNA, o Banco estabeleceu um limite adicional de liquidez disponível para a moeda estrangeira que representa uma importante margem no balanço para fazer face a potenciais riscos decorrentes de alterações de mercado. Assim, é da responsabilidade da DFI assegurar o cumprimento desse limite. As disponibilidades mantidas em moeda estrangeira, correspondem à soma das disponibilidades mantidas junto dos Bancos Correspondentes com a posição de notas em moeda estrangeira.

A gestão financeira do Risco de Liquidez do BFA é suportada num conjunto de documentação distribuída a diversos órgãos de gestão, nomeadamente:

- Informação diária: resume as principais informações dos mercados domésticos e internacional, os

principais movimentos e operações verificados no dia, designadamente no mercado monetário, como o cumprimento das Reservas Obrigatórias;

- Documentação para o Comité Financeiro, com resumo semanal retrospectivo dos principais mercados nacionais e internacionais;
- Dossier Mensal de Gestão de Riscos: documento produzido pela Área de Informação de Gestão que cobre os principais indicadores e limites de risco;
- Documentação para o Conselho de Administração, que inclui os resumos mensais do mercado monetário.

O modelo de organização e de tomada de decisão é o seguinte:

- O Conselho de Administração, por proposta da CECA toma as decisões mais relevantes quanto a operações com risco Estado angolano, limites de contraparte, e taxas de juro de depósitos e crédito;
- A Comissão Executiva, para além das análises diárias e semanais dos mercados, acompanha em permanência o cumprimento das decisões do Conselho de Administração e o cumprimento de todos os limites regulamentares e internos;
- O Comité Financeiro, reúne semanalmente com documentação e informação em dossier próprio, operacionaliza as decisões e propõe actuações caso tal se revele necessário.

## QUAIS OS PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS DE 2016?

Foi publicado pelo BNA, no dia 30 de Agosto, o Instrutivo nº 19/2016 que vem estabelecer as especificidades do envio de informação relativamente à gestão do risco de liquidez

As Instituições financeiras deverão reportar quinzenalmente, a partir de 28 de Fevereiro de 2017, os mapas de liquidez considerando apenas os fluxos de caixa em moeda nacional e em moedas estrangeiras que sejam significativas para a Instituição de forma individual. Adicionalmente, também

deverão reportar mensalmente o mapa de liquidez considerando os fluxos de caixa de todas as moedas de uma forma agregada.

As Instituições Financeiras devem garantir que no final de 36

e 48 meses após a data da publicação do Aviso, os rácios de liquidez e de observância, respectivamente serão superiores a 1 (para os reportes em moeda nacional e reportes agregados de todas as moedas) e 1,5 para os reportes de moedas estrangeiras significativas.

## RESERVAS OBRIGATÓRIAS EM ANGOLA

Entrou em vigor a 18 de Abril de 2016, o Instrutivo nº 02/2016, relativo às **Reservas Obrigatórias**, com o intuito de tornar o instrumento de reservas obrigatórias mais eficaz, enquanto instrumento de gestão de política monetária. Adicionalmente, a 16 de Maio de 2016, entrou em vigor o Instrutivo nº 04/2016, que veio adequar os níveis de utilização dos instrumentos de política monetária ao contexto da actual situação macroeconómica do país.

Assim, e de acordo com os instrutivos referidos, o coeficiente de reservas obrigatórias a aplicar sobre as respectivas bases de incidência sofreu as seguintes alterações:

- Coeficiente de reservas obrigatórias a aplicar sobre os saldos diários das rubricas que compõem as diferentes bases de incidência em moeda nacional, à excepção das contas do Governo Central, Governos Locais e Administrações Municipais, passa de 25% para 30%, podendo os Bancos cumprir até 20% da exigibilidade em Obrigações do Tesouro pertencentes à carteira própria dos Bancos e/ou com Contratos de Financiamento de médio e longo prazo realizados com o Ministério das Finanças, ponderando as respectivas maturidades, desde que emitidas ou desembolsadas, respectivamente, a partir de Janeiro de 2015. Para o cálculo dos níveis de cumprimento da exigibilidade em Obrigações do Tesouro e /ou com Contratos de Financiamento celebrados entre o Ministério das Finanças e os Bancos Comerciais, são utilizadas as seguintes ponderações:
  - Obrigações com maturidade de 5 anos – 100% do seu valor nominal;
  - Obrigações com maturidade de 4 anos – 75% do seu valor nominal;
  - Obrigações com maturidade de 3 anos – 50% do seu valor nominal;
  - Obrigações com maturidade de 2 anos – 20% do seu valor nominal;
  - Desembolsos dos Contratos de Financiamento com prazos iguais ou superiores a 7 anos – 100%;
  - Desembolsos dos Contratos de Financiamento com prazos entre 6 anos, inclusive e 7 anos, exclusive – 75%;
  - Desembolsos dos Contratos de Financiamento com prazos entre 4 anos, inclusive, e 6 anos, exclusive – 30%;
  - Desembolsos dos Contratos de Financiamento com prazos entre 2 anos, inclusive, e 4 anos, exclusive – 10%;
- Coeficiente de reservas obrigatórias a aplicar sobre os saldos diários das rubricas que compõem as diferentes bases de incidência em moeda estrangeira, à excepção das contas do Governo Central, Governos Locais e Administrações Municipais, mantém-se nos 15%;
- Coeficiente de reservas obrigatórias a aplicar sobre os saldos diários das contas do Governo Central, em moeda nacional, mantém-se em 75% e dos Governos Locais e Administrações Municipais, também em moeda nacional mantém-se nos 50%;
- Coeficiente de reservas obrigatórias a aplicar sobre os saldos diários das contas do Governo Central, em moeda estrangeira, mantém-se nos 100% e dos Governos Locais e Administrações Municipais, também em moeda estrangeira é igualmente de 100%;
- A exigibilidade para a base de incidência em moeda nacional e estrangeira é calculada semanalmente, sobre a média aritmética dos saldos apurados nas respectivas contas nos dias úteis da semana;
- O cálculo das Reservas Obrigatórias é efectuado no primeiro dia útil e do primeiro ao último dia útil da semana seguinte a da constituição dos saldos;
- Podem ser deduzidos da exigibilidade em moeda nacional o montante até 5% da média aritmética semanal dos saldos diários finais apurado na conta Caixa de Moeda Nacional do Plano das Instituições Financeiras, da semana de constituição;
- Podem ainda ser deduzidos da exigibilidade em moeda nacional, o montante de até 80% dos Activos representativos do valor dos desembolsos de créditos em moeda nacional concedido nos sectores da Agricultura, Silvicultura, Pesca, Indústria, Energia, Águas e Prestação de Serviços de Restauração e Hotelaria, Transportes e Informática, bem como todos os créditos concedidos no âmbito do Programa Angola Investe e das linhas de crédito do BDA, desde que com maturidade maior ou igual a 24 meses.

# Risco Cambial

## ? O QUE É O RISCO CAMBIAL E COMO SURGE?

O Risco Cambial resulta de flutuações desfavoráveis das taxas de câmbio entre moedas e surge da diferença das posições activas e passivas em cada moeda estrangeira ou indexada à variação cambial.

## ? COMO É GERIDO O RISCO CAMBIAL?

O BFA realiza uma gestão particularmente rigorosa da sua posição cambial, procurando de forma activa controlar o seu risco, mantendo para cada moeda as suas posições activas e passivas dentro dos limites aprovados.

A Direcção Financeira e Internacional é responsável por assegurar que a diferença entre os activos e passivos em cada moeda estrangeira é residual, com excepção das posições em USD e EUR, para as quais está previsto um limite de exposição cambial.

A gestão financeira do Risco Cambial do BFA é suportada num conjunto de documentação distribuída a diversos órgãos de gestão, nomeadamente:

- Informação diária: resume as principais informações dos mercados domésticos e internacional, os principais movimentos e operações verificados no dia, designadamente no mercado cambial;
- Documentação para o Comité Financeiro, com resumo semanal retrospectivo do mercado cambial doméstico e principais mercados internos;
- Dossier Mensal de Gestão de Riscos, produzido pela Área de Informação de Gestão, que cobre os principais indicadores e limites de risco cambial;
- Documentação para o Conselho de Administração, que inclui o resumo mensal do mercado cambial.

O modelo de organização e de tomada de decisão é o seguinte:

- O Conselho de Administração, por proposta da CECA estabelece o limite para a posição cambial de acordo com a visão do BFA para o mercado;

- A Comissão Executiva, para além das análises diárias e semanais dos mercados, acompanha em permanência o cumprimento das decisões do Conselho de Administração e o cumprimento de todos os limites regulamentares e internos;

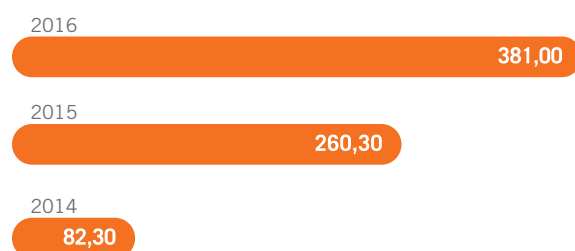
- O Comité Financeiro, reúne semanalmente com documentação e informação em dossier próprio, operacionaliza as decisões e propõe actuações caso tal se revele necessário.

## ? QUAIS OS PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS DE 2016?

Com a publicação pelo BNA do Aviso nº 6/16 (que estabelece os novos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco de mercado, no qual está incluído o risco cambial) e do Aviso nº 9/16 (que veio estabelecer os novos limites prudenciais sobre os grandes riscos) deixaram de estar definidos limites para o rácio de exposição cambial dos Bancos.

### Análise do Risco Cambial

#### Evolução Posição Cambial (MUSD)

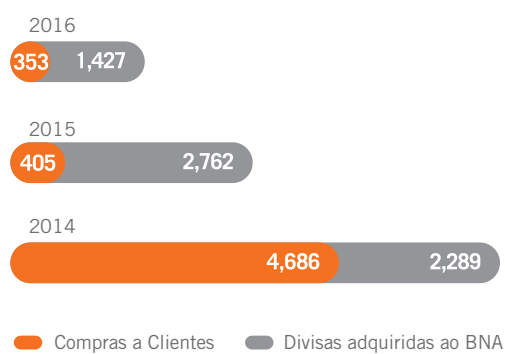


A 31 de Dezembro de 2016, a posição cambial do BFA encontrava-se avaliada em 381 milhões de USD, um aumento significativo em relação aos anos anteriores. Esta posição cambial decorreu da decisão tomada em Conselho de Administração, tomando em consideração a visão do BFA para o mercado.

No âmbito da sua actividade, o BFA opera maioritariamente com Dólares Norte-Americanos e Euros, mantendo as posições noutras moedas em níveis residuais, tornando o processo de gestão da sua posição cambial simplificado.

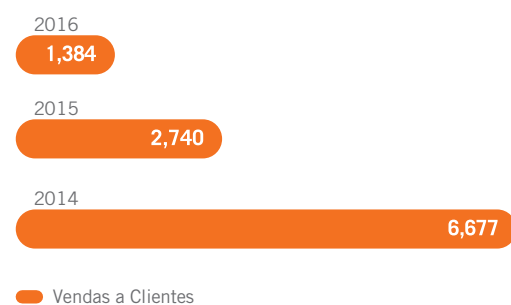
O BFA recorre à compra de divisas no mercado primário através do mecanismo dos leilões de divisas do BNA ou das colocações directas do BNA e a compras a Clientes. Em 2016 registou-se uma forte diminuição de compras de divisas, a qual diminuiu 44% face a 2015, atingindo os 1.780 milhões de USD. Esta diminuição é justificada pelo decréscimo das Divisas Adquiridas ao BNA, que decresceram 48%, acompanhado pelo decréscimo de compras de divisas a Clientes, que registaram 353 milhões de USD.

### Evolução das Compras (M USD)



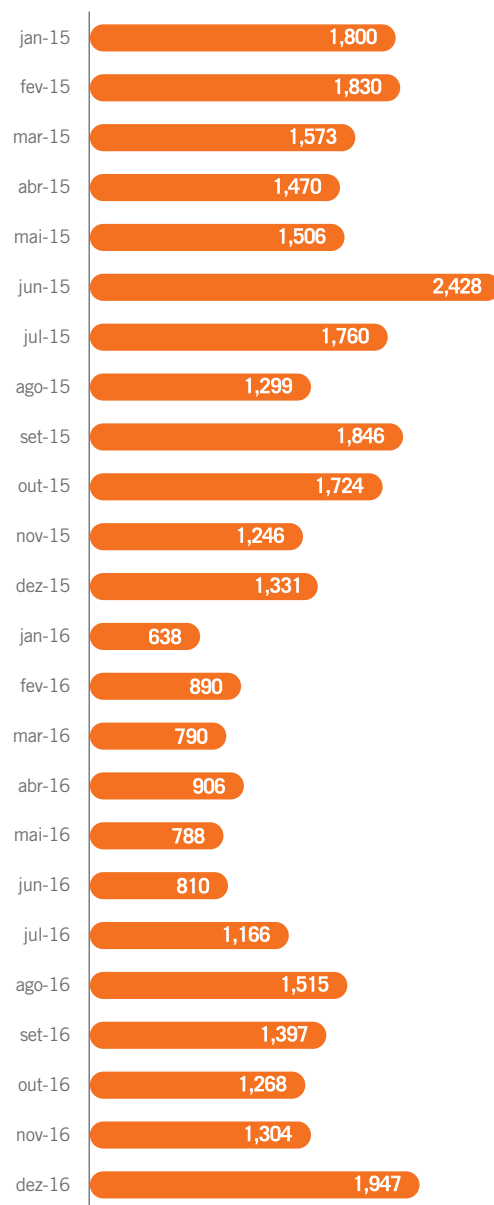
No que respeita ao volume de vendas de divisas do BFA, em 2016 verifica-se uma forte diminuição para 1.384 milhões de USD.

### Evolução das Vendas (M USD)



O ano de 2016 foi marcado por uma redução muito significativa das divisas disponibilizadas à economia pelo BNA, em consequência da forte redução das receitas petrolíferas e em resultado da prioridade dada à preservação das Reservas Internacionais Líquidas do País.

### Vendas de Divisas Global do BNA e Clientes (M USD)



### Análise do Risco Cambial

O BFA cota na sua página da Bloomberg, "BFAA", os principais activos angolanos, quer no mercado cambial, quer no mercado da taxa de juro. Esta página é pública e destina-se a informar os nossos Clientes das cotações dos diferentes activos. Destaque para as cotações quer do mercado cambial à vista, quer do mercado cambial a prazo.

# Risco de Taxa de Juro

## O QUE É O RISCO DE TAXA DE JURO E COMO SURGE?

O risco de taxa de juro resulta de flutuações das taxas de juro. No contexto do BFA, existem dois riscos de taxa de juro principais:

- O risco de taxa de juro do balanço que resulta do impacto de uma variação das taxas de juro na valorização dos activos e passivos do Balanço e na diferença de prazo de *repricing* dos mesmos.
- O Risco de Taxa de Juro da Carteira de Títulos que é motivado pela sensibilidade da Carteira de Títulos a flutuações das taxas de juro do mercado.

## COMO É GERIDO O RISCO DE TAXA DE JURO?

A fim de reduzir a variabilidade das receitas e da base de fundos próprios o BFA gere a sua exposição aos choques e movimentos das taxas de juros e da carteira de títulos dentro dos limites definidos.

As regras de gestão financeira e os limites do risco de taxa de juro constam no Manual de Limites e Procedimentos da Direcção Financeira e Internacional (DFI).

A gestão do risco de taxa de juro do balanço é feita através do controlo do Risco Agregado de Taxa de Juro do Balanço. Este corresponde ao somatório do impacto de uma variação paralela na curva de taxas de juro das diversas moedas na valorização dos activos e passivos do Balanço do BFA. Cabe à DFI manter o risco agregado da taxa de juro do balanço dentro do limite definido face aos Fundos Próprios Regulamentares.

A gestão do risco de taxa de juro da carteira de títulos consiste no controlo do risco agregado da taxa de juro, que corresponde ao somatório do impacto de uma variação paralela na curva de taxas de juro na valorização da carteira de títulos com prazo residual superior a 1 ano do Banco.

A DFI é responsável por assegurar que este risco se mantém dentro do limite definido face aos Fundos Próprios Regulamentares.

A gestão financeira do Risco de Taxa de Juro do BFA é suportada num conjunto de documentação distribuída a diversos órgãos de gestão, nomeadamente:

- Informação diária: que resume as principais informações dos mercados domésticos e internacional, os principais movimentos e operações verificados no dia, designadamente no mercado monetário e da dívida pública;
- Documentação para o Comité Financeiro, com resumo semanal retrospectivo dos principais mercados nacionais e internacionais;
- Dossier Mensal de Gestão de Riscos: documento produzido pela Área de Informação de Gestão que cobre os principais indicadores e limites de risco;
- Documentação para o Conselho de Administração, que inclui os resumos mensais dos mercados monetário e de dívida pública.

O modelo de organização e de tomada de decisão no BFA é o seguinte:

- O Conselho de Administração, por proposta da CECA toma as decisões mais relevantes quanto a operações com risco Estado angolano, limites de contraparte, e taxas de juro de depósitos e crédito;
- A Comissão Executiva, para além das análises diárias e semanais dos mercados, acompanha em permanência o cumprimento das decisões do Conselho de Administração e o cumprimento de todos os limites regulamentares e internos;
- O Comité Financeiro, reúne semanalmente com documentação e informação em dossier próprio, operacionaliza as decisões e propõe actuações caso tal se revele necessário.



### Análise do Risco de Taxa de Juro

Cenários utilizados para calcular os choques das taxas de juro no cálculo do impacto adverso.

#### IMPACTO ADVERSO NO BALANÇO

	Choque de Taxas
AKZ	3,0%
EUR	1,0%
GBP	1,0%
IKZ	1,0%
USD	1,0%

#### IMPACTO ADVERSO DA CARTEIRA DE TÍTULOS

	Choque de Taxas
Spread USD	2,5%
Taxa AKZ	3,0%
Taxa IKZ	2,5%
Taxa USD	1,0%

No dia 22 de Junho de 2016, o BNA publicou o Aviso nº 8/16, que veio estabelecer os requisitos de análise a observar pelas Instituições Financeiras a partir de Janeiro de 2016, no âmbito do risco de taxa de juro da carteira bancária.

As Instituições Financeiras deverão remeter ao BNA, a informação detalhada sobre o seu nível de exposição ao risco de taxa de juro da sua carteira bancária, considerando um choque instantâneo, positivo ou negativo, de 2% nas taxas de juro que resulta de um movimento paralelo da curva de rendimentos na mesma magnitude, estimando-se o impacto sobre o valor actual dos fluxos de caixa e sobre a margem de juros.

As Instituições devem prestar informação ao BNA sobre os movimentos positivos ou negativos das taxas de juro que impliquem o cenário mais adverso para os seus balanços.

As Instituições Financeiras devem avaliar o seu nível de exposição ao risco de taxa de juro na carteira bancária numa base contínua e, no prazo de um dia útil, informar o BNA sempre que, de acordo com o choque realizado, exista uma redução potencial do seu valor económico igual ou superior a 20% dos seus fundos próprios regulamentares.

# Risco Operacional



## O QUE É O RISCO OPERACIONAL E COMO SURGE?

O Risco Operacional resulta da execução dos processos internos de negócio, de pessoas, de sistemas ou de eventos externos, e é inerente a qualquer actividade.

Uma gestão inadequada do risco operacional pode causar danos irreparáveis à reputação de uma instituição. Desta forma, o BFA reconhece a importância de uma estrutura de gestão de risco operacional adequada, investindo na sua capacitação para identificar e mitigar eventuais falhas resultantes de procedimentos inadequados, erros operacionais ou no caso dos sistemas de informação, fraudes internas ou externas, ou ainda comportamentos inadequados dos Colaboradores no desempenho das suas funções.



## COMO É GERIDO O RISCO OPERACIONAL?

O BFA disponibiliza a todos os seus Colaboradores, através da intranet, os procedimentos operacionais de actuação e a atribuição de responsabilidades, no que respeita à gestão dos riscos operacionais, em forma de normativos internos. Estes encontram-se numerados, datados e organizados em função do seu carácter na hierarquia de normas, e agregados por temas relevantes. A sua produção e difusão são da responsabilidade da Direcção de Organização e Formação (DOF), a qual atende às necessidades internas da organização e à integração de novas regras legais ou regulamentares.

Através da sua intranet, o BFA disponibiliza também regulamentação externa, composta por todos os normativos do BNA e os principais diplomas legais que afectam ou condicionam a actividade bancária. Adicionalmente, os membros dos órgãos de gestão e os Colaboradores do Banco estão ainda sujeitos ao Código de Conduta do BFA, aprovado no Conselho de Administração.

A avaliação do cumprimento dos normativos internos e do Código de Conduta é da responsabilidade da Direcção de Auditoria e Inspecção (DAI).

A Direcção de Auditoria Interna procura avaliar a efectividade, eficácia e a adequação do sistema de controlo interno, considerando os riscos associados às diversas actividades de

## CÓDIGO DE CONDUTA

A conduta ética de todos os Colaboradores é um dos factores críticos para o desenvolvimento e sucesso de uma organização uma vez que comporta benefícios, não só ao nível da sua reputação, mas também no que respeita à eficiência operacional, gestão prudencial dos riscos e à satisfação dos próprios Colaboradores.

Entendendo a importância da definição de um claro e objectivo manual de referência de comportamentos que constitua uma ferramenta de orientação ética na tomada de decisões em contexto empresarial, o BFA disponibiliza a todos os novos Colaboradores o Código de Conduta da instituição.

De forma a garantir a facilidade de acesso a todas as partes externas interessadas o BFA vai ainda disponibilizar o Código de Conduta no site institucional, permitindo a sua consulta e reflexão com toda a facilidade.

modo a garantir e salvaguardar a integridade e a segurança dos activos do Banco e dos seus Clientes. O risco operacional é inerente a diversos processos e actividades sob gestão no Banco e tem merecido especial atenção da parte da função controlo interno, sendo permanentemente avaliados os processos de controlo que visam mitigá-lo.

A actividade da DAI é desenvolvida com independência face às unidades auditadas e em conformidade com os princípios de auditoria interna reconhecidos e aceites internacionalmente. São desenvolvidas análises periódicas às actividades dos órgãos comerciais e serviços centrais com vista a aferir a sua efectividade e cumprimento das diversas normas que regulam as suas actividades, o nível de disseminação e o nível de conhecimento detido pelos Colaboradores e direcção. É igualmente observada a adequação dos diversos processos de controlo face aos novos riscos identificados e a sua adequação à legislação vigente relativa a cada processo auditado. Tal avaliação é complementada por intervenções de auditoria temática a cargo do auditor externo contratado para o efeito.

A DAI organiza os seus trabalhos de auditoria através de intervenções realizadas em cumprimento de um plano anual de actividades de controlo interno às diferentes áreas de negócio. Nestas intervenções são identificadas deficiências, fragilidades e falhas no processo de controlo aos diversos níveis operacionais e de decisão, dos quais resultam

recomendações e consequentemente são implementadas correcções que mitigam a probabilidade de ocorrência dos riscos identificados. Estas acções de auditoria podem ser presenciais e/ou à distância, com diferentes graus de incidência e complexidade:

- **Auditorias Completas e Temáticas:** Avaliações efectuadas a órgãos comerciais, serviços centrais ou a processos;
- **Auditorias Reduzidas:** Avaliações que incidem sobre alguns processos ou actividades desenvolvidas num determinado órgão ou área com o objectivo de aferir sobre a eficácia e eficiências do sistema de controlo instituído sobre esses processos, e perceber o grau de cumprimento da regulamentação interna relacionada com os processos auditados e a sua actualidade face à regulamentação em vigor;
- **Auditorias à Distância:** Processo de controlo que visa avaliar o grau de cumprimento e conhecimento dos normativos do Banco sobre diversas actividades desenvolvidas no Banco. Esta avaliação processa-se através da análise documental e dos registos informáticos, sem a presença física das equipas da DAI;
- **Auditorias de Alertas:** Análise de um conjunto de ficheiros com informação tipificada pela DAI, respeitante a transacções efectuadas na véspera, que visa essencialmente mitigar riscos de fraude e, complementarmente, monitorizar o cumprimento dos normativos internos.

No que concerne à Função Inspeção, a acção da DAI assenta na condução de investigações resultantes de deliberações produzidas pelos órgãos de decisão do Banco, analisando indícios de fraude, irregularidades e identificando as suas origens, fragilidades, riscos e implicações, e fazendo recomendações com o objectivo de tornar mais eficaz e robusto o sistema de controlo vigente.

Os relatórios provenientes da Inspeção são alvo de análise em reunião da CECA, a qual delibera face aos factos relatados e conclusões chegadas pela DAI, acerca da imputação de responsabilidades, forma de regularização e eventuais consequências disciplinares ou criminais e delibera,

igualmente, sobre as recomendações relativas às fragilidades detectadas em acções e decisões individuais, processos ou normas e respectivas medidas correctivas com vista a mitigar riscos operacionais.

A DAI reporta, numa base trimestral, um Mapa de Risco Operacional onde se incluem todas as intervenções da Inspeção, classificando os casos pela sua natureza e eventuais perdas patrimoniais assumidas.

Adicionalmente, a DAI acompanha a utilização das provisões constituídas para cobertura de riscos gerais e o valor das perdas ocorridas com novas situações de riscos gerais, apurando e detalhando cada classe de risco, garantindo um maior controlo e exactidão face aos riscos gerais a que o BFA está exposto, bem como o eficaz aprovisionamento dos mesmos. Este relatório, semestral, é posteriormente submetido à aprovação e validação da Comissão de Auditoria e Controlo Interno.

Para além dos relatórios já referidos, a DAI elabora ainda, numa base anual, um relatório completo onde se incluem todas as suas actividades de controlo interno, o qual é analisado no Conselho de Administração, na Comissão de Auditoria e Controlo Interno e na Comissão Executiva, sendo parte integrante do Relatório de Controlo Interno.

## QUAIS OS PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS DE 2016?

A crescente competitividade no mercado financeiro, aliada à inovação tecnológica, à globalização e à crescente complexidade das operações, entre outros factores, tornam as instituições financeiras cada vez mais expostas ao risco. Desta forma, no seguimento dos esforços inicialmente desenvolvidos em 2012, o BFA deu continuidade em 2016 ao reforço das práticas de controlo inerentes à mitigação do risco procurando, em simultâneo, desenvolver a sua aptidão para identificação dos mesmos.

Em 2016, a Área de Auditoria efectuou 332 intervenções, destacando-se a intervenção presencial da equipa da DAI em 178 órgãos, em resultado de 69 acções de auditorias completas e 109 auditorias reduzidas, correspondendo a um contacto directo com 100% da área comercial do Banco, na medida em que os órgãos comerciais não auditados de

forma Completa ou Reduzida foram monitorizados através de Auditorias à Distância. O controlo interno à rede comercial estendeu-se a 100%, tendo-se realizado 154 auditorias à distância.

### OPTIMIZAÇÃO DE ALERTAS

Ao longo de 2016, a DAI manteve a linha de actuação baseada na realização de auditorias por alertas informáticos abrangentes a diversos processos operacionais. Esta tipologia de auditorias é desencadeada quando a execução de uma operação reúne um conjunto de critérios que indiciam a ocorrência de eventos suspeitos de potencial risco e visa despistar eficazmente eventuais fraudes ou incumprimentos relevantes face à regulamentação e normas internas, ou condutas que não respeitam ou não estejam alinhados com os princípios definidos no Código de Conduta do Banco.

### Digitalização Documental

No âmbito do projecto eMudar@BFA, a plataforma de *front-end* tem permitido ao BFA uma revisão e desmaterialização dos seus processos, passando estes a ser suportados por documentação digital, sempre que legalmente possível, possibilitando uma redução no risco operacional. Em 2016 foram digitalizados mais de 635.000 contratos através desta plataforma, representando 75% do total de contratos efectuados com Particulares, e 57% dos efectuados com Empresas, o que se traduz num importante marco de eficiência do Banco e num maior controlo do risco operacional.

### Crescimento da Área de Validação de Processos

A Área de Validação de Processos foi incluída na alteração dos processos de trabalho que o Banco implementou referentes à abertura de contas, actualizações de dados dos Clientes, emissão de cartões de débito e ainda na adesão ao BFA Net. Esta participação foi determinante para garantir o sucesso dos novos circuitos e métodos de trabalho que, por sua vez, obrigou ao redimensionamento da área e ao alargamento do horário de funcionamento, passando a funcionar ininterruptamente das 06h30 às 20h00.

### IMPLEMENTAÇÃO DO PROJECTO DE SEGUROS

No início do segundo semestre de 2016, o BFA assinou um protocolo com a Universal Seguros, com o objectivo de iniciar a comercialização directa de seguros de vida, automóvel e multirriscos habitação. A venda destes produtos foi lançada exclusivamente no âmbito da contratação dos produtos de Crédito Pessoal, Automóvel e Habitação.

Este projecto teve como principais vantagens:

- Para o Cliente, a melhoria da qualidade de serviço, dado que passou a tratar de todo o processo de contratação de crédito num único local (o Banco) sem necessidade de se deslocar a uma seguradora. E a maior conveniência dada pela flexibilização das condições de pagamento dos prémios de seguro, que no caso do seguro de vida, do seguro automóvel e do seguro multirriscos habitação, passaram a possibilitar o fraccionamento do prémio em prestações mensais;
- Para o Banco, um maior controlo operacional do processo de constituição e manutenção do seguro, dado que todo o processo de emissão de apólices e cobrança dos respectivos prémios passou a ser controlado pelo Banco.

No âmbito deste projecto, a contratação de seguro de vida passou a ser obrigatória também para os Clientes que contratam crédito pessoal ou crédito automóvel, tal como já acontecia para os Clientes que contratavam crédito habitação.

Este projecto permitiu a redução do risco associado as operações de crédito, quer pelo aumento de garantias no crédito pessoal e crédito automóvel, quer pelo maior controlo do processo de liquidação de prémios e estado das respectivas apólices.

Até ao final de 2016, os novos processos já estavam totalmente assimilados por todas as áreas intervenientes no processo com ênfase para as áreas comerciais.

### Novo Sistema de Compensação de Cheques (SCC)

Em 2016 ocorreram também algumas alterações importantes no Sistema de Compensação de Cheques (SCC), no qual participam todos os Bancos Angolanos que disponibilizam cheques aos seus Clientes.

Neste âmbito o BFA abandonou o processo de contingência em que se apoiava para compensar os cheques e passando a um sistema próprio, que permite maior segurança na análise e tratamento dos cheques compensados. Este novo sistema permitiu diminuir substancialmente o risco operacional.

Adicionalmente, o BFA passou também a enviar para o Arquivo Central de Imagens, na EMIS, as imagens dos cheques BFA depositados na rede comercial.

### Reforço da Segurança e Mitigação do Risco

Em 2016 foi dada continuidade ao processo de migração de aplicações para o novo Centro de Processamento de Dados (CPD) na EMIS, o qual possui redundância total para todos os sistemas do BFA, incluindo sistema central e aplicações de suporte.

O CPD na EMIS representa uma iniciativa clara do Banco no que respeita à segurança e mitigação dos riscos relacionadas com os seus sistemas de informação. Estes sistemas são mantidos num ambiente de Alta Disponibilidade através do *clustering* das aplicações e serviços e pela replicação entre sistemas quando não é possível o *clustering*. Este sistema de Alta Disponibilidade é sujeito a testes periódicos e a respectivas validações.

Adicionalmente, este Centro de Processamento de Dados inclui um perímetro de segurança e telecomunicações de última geração, alinhado com as melhores práticas, permitindo que o BFA tenha índices de disponibilidade e segurança adequados às exigências do mercado.

Ainda no âmbito da redução do risco de falha dos seus sistemas e infra-estruturas tecnológicas, e a consequente emergência de riscos para a continuidade do seu negócio, o BFA reforçou as suas políticas de segurança através das seguintes iniciativas:

- Melhoria da rede de comunicações em termos de capacidade e redundância;
- Migração de aplicações e sistemas operativos para versões mais recentes;
- Melhoria dos equipamentos de protecção (*firewalling*) e de telecomunicações (*networking*) no CPD;
- Reforço dos mecanismos de defesa a ataque informáticos;
- Revisão dos procedimentos operacionais e de controlo do processamento.

Os procedimentos ao nível do controlo geral informático são revistos anualmente por uma empresa externa contratada para o efeito, permitindo, assim, identificar eventuais vulnerabilidades ou áreas que exijam reforço de intervenção.

### Tratamento de Reclamações – Eficiência e Qualidade na Prestação de Serviços

Em 2012 foi criada na Direcção de Organização e Formação, uma área de Tratamento de Reclamações, em resposta ao normativo estabelecido pelo Aviso n.º 2/11 do BNA. No final do ano 2014, com o início da operação da Linha de Atendimento BFA – 923 120 120 – esta área de Tratamento de Reclamações foi transferida para a Direcção de Marketing do Banco, dando origem a uma nova área de Serviço de Apoio ao Cliente, a DMK SAC. Esta área está dividida em duas equipas:

- DMK SAC Reclamações – Equipa dedicada exclusivamente ao tratamento de reclamações; e
- DMK SAC BackOffice – Equipa que funciona como primeira linha de apoio à estrutura da linha de atendimento BFA e sempre que necessário, coordena as interações com as restantes áreas do Banco no esclarecimento de dúvidas sobre produtos e serviços, análise de sugestões e processos de melhoria contínua.

As reclamações de Clientes constituem um indicador importante na detecção do incumprimento e de incidências no que respeita ao risco operacional. Assim, estas são recepcionadas, tratadas e acompanhadas, de acordo com o definido em normativo interno.

De facto, o tratamento das reclamações de Clientes de forma eficiente e diligente possibilita uma gestão mais adequada do risco operacional em que o Banco incorre no exercício da sua actividade.

Em 2016 foram recebidas 1.830 reclamações, o que representa um decréscimo de 449 reclamações face a 2015, resultante dos processos de melhoria continua nos serviços prestados.

O tempo médio de resposta foi de 27 dias (que compara com um tempo médio de 34 dias em 2015), sendo que 74% das reclamações, foram respondidas em menos de 2 semanas.

# Risco de *Compliance*

## Evolução da estrutura de controlo interno para garantia do cumprimento dos normativos em vigor e aplicação das políticas de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

### O QUE É O RISCO DE *COMPLIANCE* E COMO SURGE?

Por Risco de *Compliance* compreende-se a probabilidade de ocorrência de eventos com impacto negativo nos resultados ou capital da instituição, consequência de violações ou não conformidades relativamente a leis, regras, regulações, códigos de conduta, práticas instituídas ou princípios éticos estabelecidos.

A emergência de risco de *Compliance* é intrínseca a qualquer estrutura bancária e ao seu negócio, dado que este assenta numa base normativa e legal, orientada por regras definidas pelas diversas entidades de tutela e de supervisão, e por contratos assinados com parceiros de negócio e Clientes.

A detecção, gestão e mitigação eficaz deste tipo de riscos constituem instrumentos determinantes na gestão do risco reputacional, já que estas representam um dos principais pilares de orientação das actividades do Banco.

### COMO É GERIDO O RISCO DE *COMPLIANCE*?

#### Reforço do controlo interno na detecção e gestão do risco

A Direcção de *Compliance* foi criada em Julho de 2012, e desde essa data tem vindo a desenvolver políticas no âmbito das suas atribuições e a participar de forma activa na criação de processos e procedimentos com vista à mitigação do risco de inconformidade, do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo. São funções da Direcção de *Compliance*, nomeadamente:

- A monitorização do cumprimento das políticas definidas para a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- A gestão e monitorização da implementação de um sistema de controlo interno relativo à prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;

- A comunicação de operações susceptíveis de configurar a prática do crime de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo às autoridades competentes;
- Servir de ponto de contacto entre o BFA e as autoridades de tutela em todas as matérias relacionadas com o combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- A centralização, análise e gestão das diversas comunicações recebidas pelo BFA em matéria de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- A monitorização da regulamentação FATCA (*Foreign Account Tax Compliance Act*).

A Direcção Jurídica do BFA detém ainda importantes funções neste âmbito, sendo responsável pela análise e divulgação dos normativos externos com impacto na actividade do Banco.

#### Conformidade com a legislação FATCA

O FATCA (*Foreign Account Tax Compliant Act*) é uma legislação Americana que tem como objectivo a prevenção da evasão fiscal de entidades (particulares e empresas) sujeitas a tributação nos Estados Unidos da América (*US Persons*), face a rendimentos obtidos fora daquele país.

Com o objectivo de garantir a conformidade com o FATCA, o governo Angolano estabeleceu em 2015 um acordo intergovernamental (*Intergovernmental Agreement – IGA*) com os EUA. No âmbito deste acordo, as instituições financeiras angolanas comprometem-se, de forma resumida, a identificar Clientes que sejam *US Persons*, isto é, cidadãos ou residentes nos EUA, e a reportar, anualmente, dados sobre o património financeiro desses Clientes à autoridade fiscal nacional que, por sua vez, irá reportar essa informação para as Autoridades Fiscais Americanas.

O acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo dos Estados Unidos da América foi aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 162/16, de 29 de Agosto de 2016, que veio impor o cumprimento das Obrigações Fiscais Internacionais e a implementação do FATCA nas Instituições Financeiras.

Em Julho de 2014, o BFA introduziu alterações nos seus sistemas de forma a identificar os Clientes *US Persons* e dessa forma integrar a primeira lista de instituições FATCA *compliant*s. Para isso, foram alterados os procedimentos de abertura de contas e alteração de dados de entidades, com relevância para:

### I. Rede Comercial

No processo de abertura e alteração de dados de uma entidade foram criados novos campos para permitir identificar se o Cliente é ou não “*US Person*”, com características específicas para Clientes particulares e empresas.

### II. Direcção de Compliance

Para Clientes indiciados como “*US Person*”, a Direcção de Compliance recebe um alerta automático com os dados do processo por forma a desencadear as diligências que permitam a sua correcta classificação, mantendo-se a correspondente conta bloqueada até que sejam concluídas as diligências devidas e seja atribuída a devida classificação.

### Políticas e procedimentos internos de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

No âmbito das políticas de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, promulgadas na Lei n.º 34/11 e no Aviso n.º 22/2012 do BNA, o Banco tem desenvolvido mecanismos para garantir a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, nomeadamente através de:

- Publicação de Ordem de Serviço com as políticas internas sobre branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, visando, em síntese:
  - esclarecer conceitos e introduzir procedimentos que permitam exercer um maior e mais rigoroso controlo sobre as actividades económicas desenvolvidas pelo Banco, bem como minimizar o risco de ser instrumentalizado para efeitos de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo; e

- contribuir para o pleno cumprimento das obrigações previstas na legislação e regulamentação aplicáveis e, dessa forma, proteger a reputação do Banco através da prevenção e detecção de operações realizadas por seu intermédio, suspeitas de serem enquadráveis nos crimes de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

- Definição de processos e procedimentos para identificação de Clientes, procedendo nomeadamente à filtragem automática da base de dados de Clientes novos ou existentes, contra listas de Sanções Internacionais, recusando a abertura de conta a qualquer entidade nelas constante e/ou sempre que se justifique, com especial enfoque na abertura de contas de Organizações Não Governamentais e sem fins lucrativos, Instituições Financeiras não Bancárias, Actividades e profissões não Financeiras Designadas, Pessoas Politicamente Expostas (PEP) e Pessoas de Perfil de Risco Elevado (PPRE) relativamente às quais é obrigatória a diligência reforçada aquando da abertura, alteração ou manutenção de contas, dependente de parecer da Direcção de Compliance;

- Atribuição à Direcção de Compliance da responsabilidade pelo controlo prévio e posterior das operações de levantamento e depósito em numerário em todas as moedas a partir de determinados montantes, executadas por qualquer Cliente; e
- Fiscalização do cumprimento dos procedimentos adoptados pelo Banco em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, igualmente executado pela Direcção de Compliance.

### QUAIS OS PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS DE 2016?

Como forma de cumprir com os deveres de conhecimento do Cliente e de diligência reforçada, prevenindo o seu envolvimento em situações de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo dispostos pelas instituições competentes, durante o ano de 2016 o BFA desenvolveu as seguintes actividades:

## I. Aprofundamento dos procedimentos de diligência reforçada de Clientes

O reforço dos procedimentos de diligência para entidades de alto risco, aquando da abertura e actualização de entidades e contas, asseguram um maior controlo na validação da legitimidade das instruções e maior facilidade na identificação de operações atípicas e que indiciem situações suspeitas de Branqueamento de Capitais ou qualquer outro crime. Neste sentido foram criados e actualizados procedimentos e normativos internos com vista a melhorar os processos de controlo e mitigação do risco de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo ou qualquer outro crime.

Tendo em conta o previsto no Aviso n.º2/13, sobre controlo interno, procedeu-se à actualização da estrutura organizativa da Direcção de *Compliance* no que concerne à autonomia e independência do Director de Compliance e responsabilidades de reporte.

No âmbito da actualização, alteração e criação dos procedimentos e normativos internos de abertura de entidades e contas, com impacto em questões de Branqueamento de Capitais, importa realçar a relevância da criação de procedimentos para Pessoas Politicamente Expostas (PEP) e identificação de Beneficiários Efectivos Finais (BEF).

Adicionalmente, de entre as alterações efectuadas, destaca-se ainda a necessidade do parecer da Direcção de Compliance e Direcção Jurídica para a abertura e alteração de contas tituladas por Organizações Não Governamentais e sem fins lucrativos, Instituições Financeiras Não Bancárias e Actividades e Profissões Não Financeiras Designadas.

## II. Screening de Transacções Swift

Em 2016, a ferramenta de screening de transacções *swift*, que se encontrava em fase de testes, passou para fase de funcionamento pleno. Esta ferramenta rastreia todos intervenientes envolvidos em qualquer transacção processada via *Swift*, permitindo identificar, em tempo real, se os intervenientes nas operações estão referenciados nas listas de Sanções Internacionais.

A ferramenta procede à identificação, em tempo real, de intervenientes referenciados nas listas de Sanções Internacionais, gerando automaticamente um alerta e o consequente bloqueio das operações, para que sejam analisadas pela Direcção de *Compliance*.

Por forma a capacitar os Colaboradores para a utilização da ferramenta foi realizada uma acção de formação por um especialista da *Swift*.

## III. Formação no âmbito do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

No que diz respeito à formação em matérias de *Compliance*, o BFA prosseguiu com a estratégia de investir na qualificação e preparação dos seus recursos, através de formações específicas sobre combate e prevenção ao Branqueamento de Capitais. De acordo com o estipulado no Aviso n.º 22/12 e na Lei n.º 34/11 relativos a formação, o Plano de Formação em vigor ao longo de 2016 teve por objectivo uma maior divulgação e o conhecimento integral, pelos Colaboradores do Banco, das obrigações e deveres de prevenção e repressão do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

Neste sentido, e no seguimento do plano de formação, no ano de 2016 foram ministradas cerca de 20 sessões de formação, abrangendo um total de 523 Colaboradores.

Adicionalmente, ao longo de 2016, o BFA desenvolveu um programa de formação *eLearning*, composto por um módulo mais genérico e outro mais específico de “*refreshing*”, de realização obrigatória por todos os Colaboradores, sendo que, o segundo módulo é composto essencialmente por casos concretos e alerta de situações de incumprimento que podem resultar em Branqueamento de Capitais.

## IV. “Questionário de Auto-Avaliação” – Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

No âmbito da Directiva n.º01/DRO/DSI/15, referente ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, com vista ao preenchimento do “Questionário de Auto-Avaliação” relativo ao programa em vigor sobre este tema incluindo a avaliação dos riscos e a definição de políticas e procedimentos de mitigação dos mesmos, o BFA procedeu



à sua auto-avaliação e remeteu o questionário ao BNA em Junho.

Decorrente deste trabalho de auto-avaliação, foram definidos projectos específicos a desenvolver, bem como as diligências necessárias à sua implementação. Ao longo de 2016, o programa do BFA para o combate Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo foi melhorado nos seguintes níveis:

- Avaliação do Risco de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo dos Clientes do Banco: foi desenvolvido um modelo de avaliação do risco que permite classificar os Clientes em função do risco associado ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo. Este modelo considera um vasto número de variáveis para a atribuição do “*score*”, nomeadamente, segmento, profissão, país de residência, nacionalidade, naturalidade, produtos, serviços, entre outros. Este modelo irá entrar em funcionamento em 2017.
- Registo e controlo dos Beneficiários Efectivos Finais (BEF);
- Procedimentos de abertura, alteração e manutenção de entidades e contas de PEP’s.



# 05

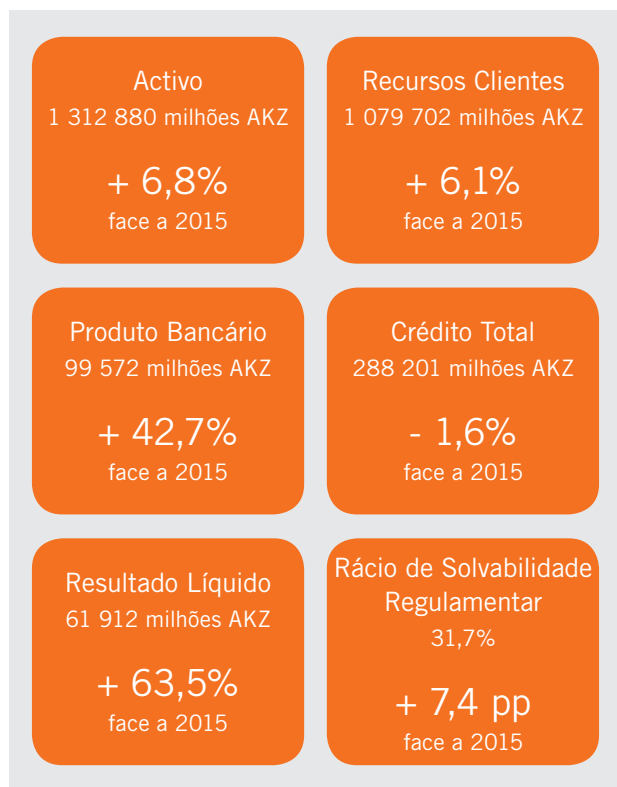
## ANÁLISE FINANCEIRA

Análise Financeira  
Proposta de Aplicação de Resultados

122  
133

# Análise Financeira<sup>3</sup>

## Crescimento do activo e melhoria da rentabilidade



O BFA voltou a apresentar um desempenho financeiro positivo, com um crescimento global do Activo de 6,8%, atingindo os 1.312.879,6 milhões de AKZ (7.913,5 milhões de USD).

No que respeita ao Passivo, os Recursos de Clientes cresceram em 2016, com os Depósitos de Clientes a registarem um aumento de 6,1% relativamente ao ano transacto, passando de 1.017.159,6 milhões de AKZ para 1.079.702 milhões de AKZ no final de 2016. Devido à desvalorização da moeda nacional face ao USD, observou-se um decréscimo de 7.517 milhões de USD em 2015, para 6.508 milhões de USD em 2016.

O volume dos Recursos de Clientes em moeda nacional continuou a crescer, aumentando em 2,2 pontos percentuais o seu peso na estrutura dos Recursos, continuando a superar o valor destes em Moeda Estrangeira.

O Produto Bancário registou uma subida significativa de 42,7% face a 2015, potenciada por subidas nas margens financeira e complementar, das quais se destacam os proveitos com os investimentos realizados, bem como os lucros de operações financeiras.

Ao nível do crédito, o valor da carteira de crédito total do BFA diminuiu face a 2015, tendo-se verificado um decréscimo de 1,6%. Esta diminuição foi particularmente potenciada pela diminuição da rubrica de Crédito por Assinatura, que assistiu a um decréscimo de valor de cerca de 32,9%, o que representa uma diminuição de 18.944,9 milhões de AKZ (192,7 milhões de USD).

No que se refere à relação entre os Recursos e os Créditos, em virtude da subida de depósitos e do volume de crédito concedido, observou-se em 2016 uma muito ligeira subida no Rácio de Transformação, passando a situar-se nos 21,8%, o que reflecte um aumento de 0,1 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

O Resultado Líquido cresceu em 2016, atingindo os 61.912,1 milhões de AKZ (377,2 milhões USD), uma subida de 63,5% face a 2015.

O Rácio de Solvabilidade Regulamentar, calculado de acordo com o descrito no Aviso nº 5/07 e Instrutivo nº 3/11 do BNA, atingiu os 31,7%, confortavelmente acima do mínimo de 10% exigido.

<sup>3</sup> Dada a forte relação do mercado angolano com o Dólar, a análise financeira será apresentada em ambas as moedas: AKZ e USD. Não obstante, é importante referir que devido à significativa desvalorização da moeda nacional, por vezes, o aumento de uma rubrica em valor absoluto pode resultar numa variação positiva em AKZ e, ao mesmo tempo, resultar numa variação negativa em USD. Nestes casos, constata-se que o factor de desvalorização da moeda nacional face ao USD foi superior ao aumento da rubrica em moeda nacional. O inverso é igualmente verdade.

### Um Balanço Sólido com Elevados Níveis de Liquidez

O Activo Líquido do BFA aumentou 6,8% em 2016, o que reflecte um crescimento de 83.300,4 milhões de AKZ entre Dezembro de 2015 e o mesmo mês de 2016. Tal como em 2015, este crescimento foi essencialmente potenciado pela subida do volume de Aplicações em Títulos, a maior componente do activo do BFA (45,3%),

representando um aumento de 108.938,6 milhões de AKZ. A segunda componente com maior peso no activo são as Disponibilidades, que registaram um aumento de 3,4% face a 2015, o que equivale a 10.316 milhões de AKZ. No que respeita ao volume de crédito sobre Clientes, o valor aumentou face a 2015, e mantém um peso significativo no Balanço do BFA, totalizando cerca de 18% do total do activo, o correspondente a 235.310,9 milhões de AKZ.

### BALANÇO DO BFA DE 2014 A 2016

Valores em Milhões

	2014		2015		2016		Δ% 15-16	
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD
<b>Activo Líquido</b>								
Disponibilidades	189 279,4	1 840,1	306 869,8	2 267,8	317 185,8	1 911,9	3,4%	-15,7%
Aplicações totais	839 835,1	8 164,6	842 189,6	6 223,9	937 849,0	5 653,0	11,4%	-9,2%
Aplicações em Instituições de Crédito	250 552,4	2 435,8	135 005,8	997,7	107 211,7	646,2	-20,6%	-35,2%
Crédito sobre Clientes	229 478,5	2 230,9	220 796,0	1 631,7	235 310,9	1 418,4	6,6%	-13,1%
Aplicações em Títulos	359 804,1	3 497,9	486 387,8	3 594,5	595 326,4	3 588,4	22,4%	-0,2%
Imobilizado Líquido	18 440,7	179,3	20 056,4	148,2	21 073,3	127,0	5,1%	-14,3%
Outros Activos	25 501,2	247,9	60 463,4	446,8	36 771,5	221,6	-39,2%	-50,4%
<b>Total do Activo</b>	<b>1 073 056,4</b>	<b>10 431,9</b>	<b>1 229 579,2</b>	<b>9 086,8</b>	<b>1 312 879,6</b>	<b>7 913,5</b>	<b>6,8%</b>	<b>-12,9%</b>
<b>Passivo</b>								
Recursos de Instituições de Crédito	3 673,7	35,7	8,6	0,1	10,9	0,1	27,0%	3,6%
Depósitos de Clientes	929 382,2	9 035,1	1 017 159,6	7 517,0	1 079 702,0	6 508,0	6,1%	-13,4%
Outros Passivos	31 393,1	305,2	81 822,1	604,7	55 270,0	333,1	-32,5%	-44,9%
Provisões para Riscos e Encargos	4 120,1	40,1	4 133,4	30,5	4 675,6	28,2	13,1%	-7,7%
Capitais Próprios e Equiparados	104 487,3	1 015,8	126 455,5	934,5	173 221,1	1 044,1	37,0%	11,7%
<b>Total do Passivo e Capital</b>	<b>1 073 056,4</b>	<b>10 431,9</b>	<b>1 229 579,2</b>	<b>9 086,8</b>	<b>1 312 879,6</b>	<b>7 913,5</b>	<b>6,8%</b>	<b>-12,9%</b>

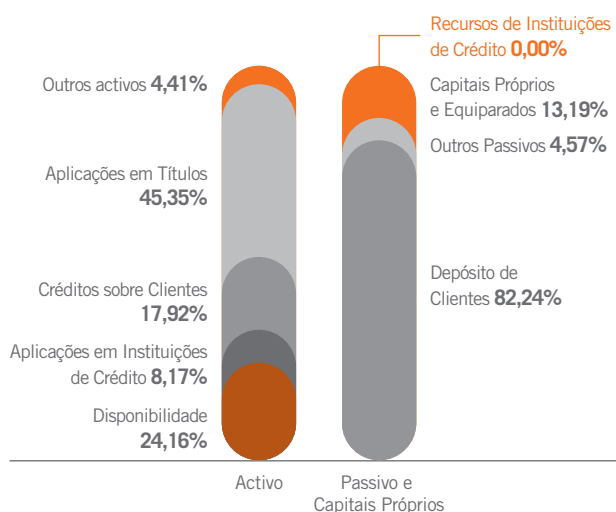
Do lado do Passivo, o crescimento foi maioritariamente explicado pela evolução nos Depósitos de Clientes, que representam 82,2% do Passivo e totalizaram um aumento de 62.542,3 milhões de AKZ face a 2015, o equivalente a um crescimento de 6,1%. Em USD observou-se uma diminuição dos depósitos no montante de 1.008,9 milhões de USD, o correspondente a uma queda de 13,4% face a 2015, devido à desvalorização do AKZ. A evolução positiva em moeda nacional retracta a capacidade de captação de recursos por parte do BFA, a qual deriva do crescente empenho do Banco

na fidelização dos Clientes e na oferta de produtos e serviços adequados às suas expectativas, fomentando uma maior proximidade com o Banco e melhorias contínuas na qualidade do atendimento.

Os Capitais Próprios e Equiparados apresentam uma variação positiva de 37% face a 2015, totalizando 173.221,1 milhões de AKZ no final de 2016. No que respeita ao USD, verificou-se uma variação positiva desta rubrica de 11,7%, totalizando 1.044,1 milhões de USD em 2016.

A análise à estrutura do Balanço do BFA, a Dezembro de 2016, ilustra o elevado nível de liquidez, o qual permite financiar quase na íntegra a estrutura do Activo, através da combinação dos Depósitos de Clientes e dos Capitais Próprios.

### Estrutura do Balanço do BFA em Dezembro 2016



### Aumento do peso das Obrigações do Tesouro em MN

O volume total de títulos em carteira aumentou em 2016 cerca de 108.938,6 milhões AKZ, o que representa uma variação positiva de 22,4% face a 2015.

Para este aumento, contribuiu o acréscimo no volume de Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro da carteira de negociação, de 261.664,2 milhões de AKZ, representando um crescimento de 350% face a 2015. Em USD, este crescimento foi ligeiramente inferior, na ordem dos 267%, permitindo um aumento de 1.475, 4 milhões de USD. Adicionalmente, as Obrigações do Tesouro indexadas ao USD contribuíram para a variação positiva da Carteira de Títulos do BFA detidos até ao vencimento, representando um aumento de 22.211 milhões de AKZ. No que respeita às Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional, verificou-se uma quebra de 43% face ao ano transacto, representando uma diminuição de 77.942,1 milhões de AKZ. As Obrigações do Tesouro em Moeda Estrangeira também caíram 24% face a 2015, o correspondente a uma diminuição de 21.908,4 milhões de AKZ (257 milhões de USD).

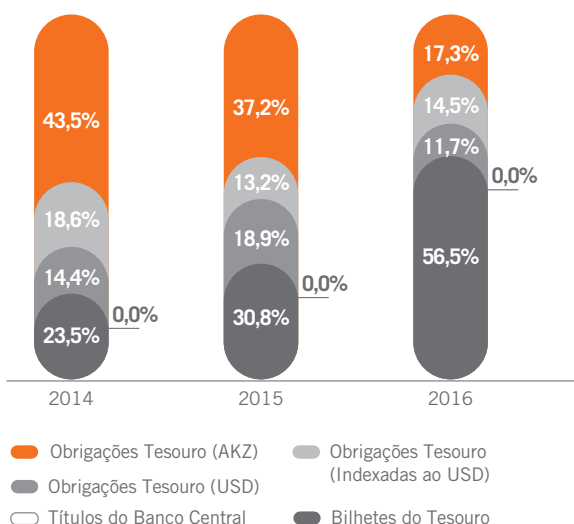
### CARTEIRA DE TÍTULOS

Valores em Milhões

	2014		2015		2016		Δ 15-16	
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD
<b>Carteira de Negociação</b>	<b>26 664,6</b>	<b>259,2</b>	<b>74 888,2</b>	<b>553,4</b>	<b>336 586,4</b>	<b>2 028,8</b>	<b>349%</b>	<b>267%</b>
Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro	26 570,9	258,3	74 742,3	552,4	336 406,5	2 027,7	350%	267%
Outros	93,7	0,9	145,8	1,1	179,9	1,1	23%	1%
<b>Carteira de Detidos até ao Vencimento</b>	<b>333 139,5</b>	<b>3 238,7</b>	<b>411 499,7</b>	<b>3 041,0</b>	<b>258 740,1</b>	<b>1 559,6</b>	<b>-37%</b>	<b>-49%</b>
Bilhetes do Tesouro	57 940,3	563,3	75 120,1	555,1	0,0	0,0	-100%	-100%
Obrigações Tesouro (USD)	51 850,4	504,1	91 686,7	677,6	69 778,2	420,6	-24%	-38%
Obrigações Tesouro (Indexadas ao USD)	66 823,1	649,6	63 993,6	472,9	86 204,6	519,6	35%	10%
Obrigações Tesouro (Akz)	156 525,7	1 521,7	180 699,3	1 335,4	102 757,2	619,4	-43%	-54%
<b>Total</b>	<b>359 804,1</b>	<b>3 497,9</b>	<b>486 387,8</b>	<b>3 594,5</b>	<b>595 326,4</b>	<b>3 588,4</b>	<b>22%</b>	<b>0%</b>

Em 2016, o BFA optou por privilegiar o investimento em títulos de Moeda Nacional, à semelhança do que havia já sido observado nos anos anteriores, os quais já representavam 73,8% da carteira de Títulos do BFA no final do ano em análise.

## Estrutura da Carteira de Títulos em Dezembro



## Peso da Moeda Nacional no Crédito Concedido a Clientes

O volume de crédito total registou, em 2016, um decréscimo de 4.778,8 milhões de AKZ (428 milhões de USD), o que representa uma variação negativa de 1,6% face a 2015. Este decréscimo foi particularmente potenciado pela diminuição da rubrica de Crédito por Assinatura, que decresceu 32,9% face ao ano transacto, o que representa uma diminuição de 18.944,9 milhões de AKZ (192,7 milhões de USD). Esta redução é devida ao abrandamento da actividade económica, principalmente no sector das obras públicas.

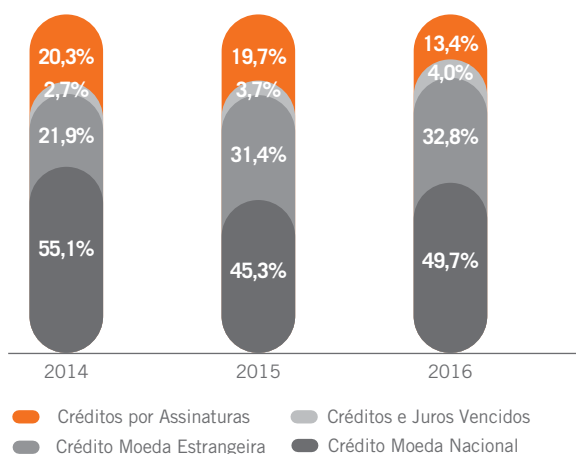
## EVOLUÇÃO DO CRÉDITO A CLIENTES

Valores em Milhões

	2014		2015		2016		Δ 15-16	
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD
<b>1. Crédito Total</b>	<b>300 306,5</b>	<b>2 919,5</b>	<b>292 980,2</b>	<b>2 165,2</b>	<b>288 201,4</b>	<b>1 737,2</b>	<b>-1,6%</b>	<b>-19,8%</b>
1.1 Crédito sobre Clientes	231 245,3	2 248,1	224 671,7	1 660,4	237 911,6	1 434,0	5,9%	-13,6%
Crédito Moeda Nacional	165 539,5	1 609,3	132 721,9	980,8	143 255,4	863,5	7,9%	-12,0%
Crédito Moeda Estrangeira	65 705,7	638,8	91 949,7	679,5	94 656,2	570,6	2,9%	-16,0%
1.2 Créditos e Juros Vencidos	7 981,7	77,6	10 710,3	79,2	11 636,4	70,1	8,6%	-11,4%
1.3 Créditos por Assinatura	61 079,5	593,8	57 598,2	425,7	38 653,4	233,0	-32,9%	-45,3%
<b>2. Provisões Totais de Crédito</b>	<b>10 853,2</b>	<b>105,5</b>	<b>15 688,1</b>	<b>115,9</b>	<b>14 591,6</b>	<b>88,0</b>	<b>-7,0%</b>	<b>-24,1%</b>
2.1 Provisões Específicas	9 748,4	94,8	14 586,0	107,8	14 237,1	85,8	-2,4%	-20,4%
Para Crédito e Juros Vencidos	3 421,1	33,3	5 813,3	43,0	8 542,1	51,5	46,9%	19,9%
2.2 Para Riscos Gerais de Crédito	1 104,8	10,7	1 102,1	8,1	354,5	2,1	-67,8%	-73,8%
<b>3. Crédito Líquido de Provisões</b>	<b>229 478,5</b>	<b>2 230,9</b>	<b>220 796,0</b>	<b>1 631,7</b>	<b>235 310,9</b>	<b>1 418,4</b>	<b>6,6%</b>	<b>-13,1%</b>
Do qual: Crédito e Juros Vencidos	4 560,6	44,3	4 897,0	36,2	3 094,3	18,6	-36,8%	-48,5%
<b>4. Qualidade do Crédito</b>								
Crédito Vencido (% Crédito Total)	3,3%	3,3%	4,6%	4,6%	4,7%	4,7%	+0,1 p.p.	+0,1 p.p.
Cobertura por Provisões Totais	136,0%	136,0%	146,5%	146,5%	125,4%	125,4%	-21,1 p.p.	-21,1 p.p.

Contrariamente ao verificado em 2015, o Crédito em Moeda Nacional sofreu uma variação positiva, na ordem dos 7,9%, o que representa um aumento de 10.533,5 milhões de AKZ.

## Estrutura da Carteira de Crédito



Embora o seu peso na estrutura global do Banco seja pouco significativo, em 2016, tal como em 2015, assistiu-se a um aumento absoluto do crédito vencido em 926,2 milhões de AKZ, essencialmente explicado pelo agravamento do incumprimento e respectiva desvalorização da moeda nacional face ao USD, o que representa um aumento de 0,38 pontos percentuais na estrutura global do Banco.

Este acréscimo do crédito vencido no peso da carteira de crédito associado à ligeira diminuição da própria carteira de crédito originou o aumento de 0,1 pontos percentuais no rácio de Crédito Vencido há mais de 30 dias, em percentagem do Crédito Total (excluindo crédito por assinatura), situando-se nos 4,7% em Dezembro de 2016.

O rácio de cobertura do crédito e juros vencidos pelo total de provisões (genéricas e específicas) registou uma diminuição de 21 pontos percentuais face a 2015, situando-se nos 125,4% em 2016.

## Evolução das Aplicações em Instituições de Crédito

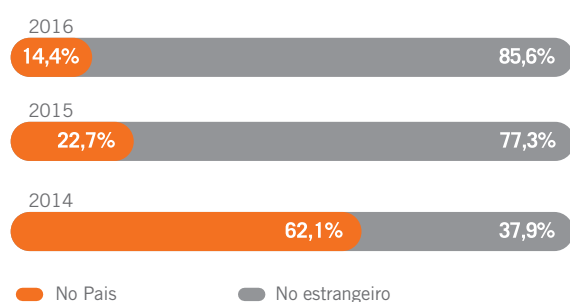
Tal como em 2015, em 2016 as Aplicações em IC nacionais registaram uma diminuição substancial, na ordem dos 49,5%, totalizando 15.457,8 milhões de AKZ (93,2 milhões de USD), passando a representar apenas 14,4% do total de Aplicações em IC do Banco. Tal como as Aplicações em IC Nacionais, o volume de Aplicações em IC estrangeiras diminuiu 12.640,8 milhões de AKZ, o que corresponde a uma variação negativa de 12,1%. Em USD, esta rubrica apresentou uma variação negativa de 218,4 milhões de USD.

## APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Valores em Milhões

	2014		2015		2016		Δ% 15-16	
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD
<b>Aplicações em IC's</b>	<b>250 552,4</b>	<b>2 435,8</b>	<b>135 005,8</b>	<b>997,7</b>	<b>107 211,7</b>	<b>646,2</b>	<b>-20,6%</b>	<b>-35,2%</b>
No País	155 489,4	1 511,6	30 611,1	226,2	15 457,8	93,2	-49,5%	-58,8%
No estrangeiro	95 063,1	924,2	104 394,7	771,5	91 753,9	553,1	-12,1%	-28,3%
<b>Total</b>	<b>250 552,4</b>	<b>2 435,8</b>	<b>135 005,8</b>	<b>997,7</b>	<b>107 211,7</b>	<b>646,2</b>	<b>-20,6%</b>	<b>-35,2%</b>

## Composição Aplicações em Instituições de Crédito



## Recursos de Clientes

Os recursos de Clientes registaram uma evolução positiva de 6,1% face a 2015, atingindo os 1.079.702 milhões de AKZ em 2016. No entanto, em USD, devido à valorização do mesmo face à moeda nacional, verificou-se um decréscimo de 13,4%, diminuindo o seu total para 6.508 milhões de USD.



## EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DE CLIENTES

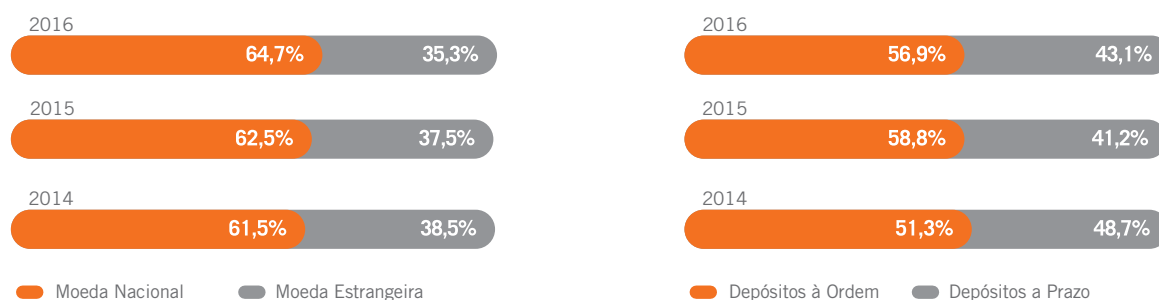
Valores em Milhões

	2014		2015		2016		Δ% 15-16	
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD
<b>Depósitos à Ordem</b>	<b>476 482,2</b>	<b>4 632,2</b>	<b>598 026,0</b>	<b>4 419,5</b>	<b>614 869,1</b>	<b>3 706,2</b>	<b>2,8%</b>	<b>-16,1%</b>
Moeda Nacional	330 151,8	3 209,6	456 000,1	3 369,9	505 031,6	3 044,1	10,8%	-9,7%
Moeda Estrangeira	146 330,5	1 422,6	142 025,9	1 049,6	109 837,4	662,1	-22,7%	-36,9%
<b>Depósitos a Prazo</b>	<b>452 900,0</b>	<b>4 402,9</b>	<b>419 133,7</b>	<b>3 097,5</b>	<b>464 832,9</b>	<b>2 801,8</b>	<b>10,9%</b>	<b>-9,5%</b>
Moeda Nacional	241 017,5	2 343,1	179 422,9	1 326,0	193 589,7	1 166,9	7,9%	-12,0%
Moeda Estrangeira	211 882,5	2 059,9	239 710,7	1 771,5	271 243,2	1 635,0	13,2%	-7,7%
<b>Total</b>	<b>929 382,2</b>	<b>9 035,1</b>	<b>1 017 159,6</b>	<b>7 517,0</b>	<b>1 079 702,0</b>	<b>6 508,0</b>	<b>6,1%</b>	<b>-13,4%</b>

Analisando a estrutura dos Depósitos à Ordem por moeda, verificou-se em 2016 um aumento de 10,8% no montante em Moeda Nacional, contrastando com uma redução de 22,7% no montante em Moeda Estrangeira. Tal inversão na tendência de distribuição destes depósitos por moeda é fruto da gradual “desdolarização” da economia angolana.

A evolução dos Depósitos a Prazo registou, em 2016, um aumento de cerca de 45.699,2 milhões de AKZ, sendo que o montante aplicado em Moeda Nacional registou um aumento de 7,9% e o montante em Moeda Estrangeira evidenciou um aumento de 13,2%, quando denominado em kwanzas.

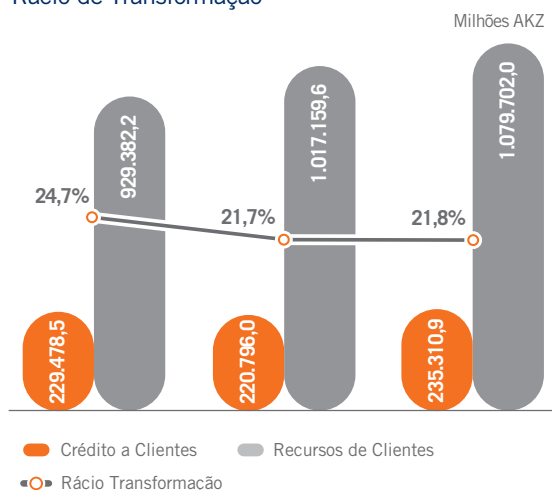
## Composição dos Depósitos de Clientes por Produto e Moeda



No global dos recursos constituídos sob a forma de depósitos, voltou a assistir-se a uma subida da importância relativa da Moeda Nacional, a qual é responsável pela composição de

64,7% dos Depósitos de Clientes, 2,2 pontos percentuais acima do seu peso em 2015, mantendo-se superior ao peso relativo dos Recursos em Moeda Estrangeira.

## Rácio de Transformação



Em 2016 o Rácio de Transformação aumentou ligeiramente, para 21,8%. Esta variação positiva de 0,1 pontos percentuais é explicada pelo aumento relativo do crédito líquido de provisões (+6,6%) ligeiramente superior ao crescimento dos depósitos de Clientes (6,1%).

## Demonstração de Resultados e Aumento da Rentabilidade

O Lucro Líquido do BFA no final de 2016 cifrava-se nos 61.912,1 milhões de AKZ (377,2 milhões de USD), o que reflecte um crescimento em Kwanzas de 63,5% face ao Resultado Líquido obtido de 2015 e um crescimento de 20,9% em USD.

## CONTA DE EXPLORAÇÃO

Valores em Milhões

	2014		2015		2016		Δ% 15-16	
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD
1. Margem Financeira [MF]=[P-C]	30 728,8	311,6	41 022,1	340,6	66 945,3	407,2	63,2%	19,5%
2. Margem Complementar [MC]	23 190,4	235,4	28 747,5	234,2	32 626,3	200,4	13,5%	-14,4%
<b>3. Produto Bancário [PB]=[MF+MC]</b>	<b>53 919,3</b>	<b>547,0</b>	<b>69 769,6</b>	<b>574,8</b>	<b>99 571,6</b>	<b>607,6</b>	<b>42,7%</b>	<b>5,7%</b>
4. Encargos Administrativos [EA]	16 939,6	171,9	21 422,8	176,7	31 313,0	190,7	46,2%	7,9%
<b>5. Cash Flow Exploração [PB-EA]</b>	<b>36 979,6</b>	<b>375,1</b>	<b>48 346,9</b>	<b>398,1</b>	<b>68 258,6</b>	<b>417,0</b>	<b>41,2%</b>	<b>4,7%</b>
6. Resultados Extraordinários [RX]=[G-P]	67,4	0,7	413,6	2,9	120,9	0,7	-70,8%	-74,7%
7. Resultado de Exploração [RE]=[PB-EA+RX]	37 047,1	375,8	48 760,5	401,0	68 379,5	417,7	40,2%	4,2%
8. Provisões e Amortizações [PA]	5 423,2	54,6	7 236,4	58,9	6 023,8	37,2	-16,8%	-36,8%
9. Resultados antes de Impostos [RA]=[RE-PA]	31 623,8	321,1	41 524,1	342,0	62 355,7	380,5	50,2%	11,2%
10. Impostos s/Lucros [IL]	-172,3	-0,8	-3 657,8	-29,9	-443,6	-3,2	-87,9%	-89,2%
11. Resultado do Exercício [RE]=[RA-IL]	31 796,1	322,0	37 866,3	312,1	61 912,1	377,2	63,5%	20,9%
<b>12. Cash Flow do Exercício [CF]=[RE+PA]</b>	<b>37 219,3</b>	<b>376,6</b>	<b>45 102,7</b>	<b>371,0</b>	<b>67 935,9</b>	<b>414,4</b>	<b>50,6%</b>	<b>11,7%</b>

P - Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos    C - Custos de Instrumentos Financeiros Passivos    G - Outros ganhos operacionais    P' - Outras perdas operacionais

Pela análise às contas de exploração podemos constatar que tanto a margem financeira como a margem complementar cresceram em 2016, permitindo um aumento de 42,7% no Produto Bancário, o qual atingiu os 99.571,6 milhões de AKZ (607,6 milhões de USD).

Os custos com os Encargos Administrativos são predominantemente despendidos em moeda externa. Nesse sentido, devido à desvalorização da moeda nacional, observa-se uma subida significativa no seu valor em AKZ, representando um acréscimo de 46,2% face ao ano transacto. No entanto, esta subida é de apenas 7,9% considerando a moeda em que os mesmos são liquidados.

Contrariamente ao verificado em 2015, em 2016 o montante contabilizado para as Provisões e Amortizações registou uma diminuição de 16,8%. Apesar do aumento dos custos, o resultado do exercício de 2016 evidenciou um aumento de 63,5% em moeda nacional relativamente ao ano anterior, em grande parte justificado pela excelente performance da Margem Financeira.

Destaca-se ainda a diminuição, em 87,9%, do valor do imposto em 2016, o que representou um decréscimo de 443,6 milhões de AKZ (3,2 milhões de USD) ao Resultado do BFA.

## DECOMPOSIÇÃO DA RENTABILIDADE

Valores em % do activo total médio

ROA e ROE	2014	2015	2016
Taxa da margem financeira	3,3%	3,7%	4,7%
Lucros em Op. Financeiras	1,6%	1,4%	1,2%
Comissões e outros proveitos	0,9%	0,9%	0,9%
<b>Produto Bancário</b>	<b>5,7%</b>	<b>6,0%</b>	<b>6,8%</b>
Encargos Administrativos	1,8%	1,8%	2,2%
<b>Resultado de exploração</b>	<b>3,9%</b>	<b>4,2%</b>	<b>4,6%</b>
Provisões e amortizações	0,6%	0,7%	0,3%
Resultados extraordinários	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>3,4%</b>	<b>3,5%</b>	<b>4,4%</b>
Impostos sobre lucros	0,0%	0,2%	0,0%
<b>Resultado Líquido (ROA)</b>	<b>3,4%</b>	<b>3,2%</b>	<b>4,4%</b>
Multiplicador (ATM/FPM)	10,3	9,9	8,5
<b>Resultado Líquido atribuível aos accionistas (ROE)</b>	<b>34,8%</b>	<b>32,0%</b>	<b>38,1%</b>

Em 2016 registou-se um aumento da rentabilidade dos capitais do Banco, apresentando um ROE de 38,1%, mais

6,1 pontos percentuais que verificado no ano transacto.

## AUMENTO EXPRESSIVO DA MARGEM FINANCEIRA – EFEITO VOLUME E EFEITO TAXA

Valores em Milhões

	2014		2015		2016		Δ 15-16	
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos [P]	44 413,3	450,3	56 366,6	469,3	84 020,8	511,2	27 654,2	41,9
Custos de Instrumentos Financeiros Passivos [C]	13 684,4	138,6	15 344,5	128,7	17 075,5	104,0	1 731,0	-24,6
<b>Margem Financeira</b>	<b>30 728,8</b>	<b>311,6</b>	<b>41 022,1</b>	<b>340,6</b>	<b>66 945,3</b>	<b>407,2</b>	<b>25 923,2</b>	<b>66,6</b>

A Margem Financeira do BFA cresceu em 2016, registando um aumento de 25.923,2 milhões de AKZ (66,6 milhões de USD), o que se traduz numa variação positiva de 63,2% face ao valor registado no ano anterior.

Este crescimento é sobretudo devido ao aumento nos Proveitos, nomeadamente no que respeita aos Bilhetes do Tesouro, Obrigações do Tesouro e Crédito, que no seu conjunto representam 92,2% do total de proveitos

financeiros, e que permitiram uma subida de 49,1% face ao ano transacto.

Por outro lado, verificou-se um aumento nos Custos com a remuneração dos Depósitos de Clientes, os quais ascenderam a 16.560,8 milhões de AKZ (100,9 milhões de USD). Não obstante o aumento verificado nos custos, o valor dos proveitos permitiu ao BFA obter uma margem financeira de 66.945,3 milhões de AKZ (407,2 milhões de USD) em 2016.

Decompondo a evolução da Margem Financeira do BFA por volume de negócio (efeito volume) e de spread (efeito taxa), registou-se um efeito positivo considerável por via do efeito de volume, proveniente na sua maioria da carteira de títulos do Banco, nomeadamente, Crédito e Bilhetes de Tesouro. Adicionalmente, destaca-se que, à semelhança do registado em anos anteriores, os proveitos com o crédito concedido superou largamente o custo com a remuneração dos recursos de Clientes.

## DECOMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA

Valores em Milhões

	Efeito Volume	Efeito Taxa	Δ
Activos Remunerados	4 638,0	23 016,2	27 654,2
Passivos Remunerados	418,4	1 938,0	2 356,4
<b>Δ Margem Financeira</b>	<b>4 219,7</b>	<b>21 078,2</b>	<b>25 297,8</b>

### Crescimento da Margem Complementar

Em 2016, a Margem Complementar do BFA registou um crescimento de cerca de 13,5%, inferior em 10,5 pontos percentuais ao acréscimo observado em 2015, cifrando-se nos 32.626,3 milhões de AKZ (200,4 milhões de USD). Esta variação foi motivada por um crescimento dos lucros em operações financeiras e das comissões líquidas, com acréscimos face a 2015 de 10,6% e 50,26% respectivamente. Por outro lado, registou-se o decréscimo de 10,1% nos outros proveitos líquidos, registando um total de 6.238,4 AKZ. No global, o peso da margem complementar no total do produto bancário diminuiu face a 2015, de 41,2% para 32,8%.

## EVOLUÇÃO DA MARGEM COMPLEMENTAR

Valores em Milhões

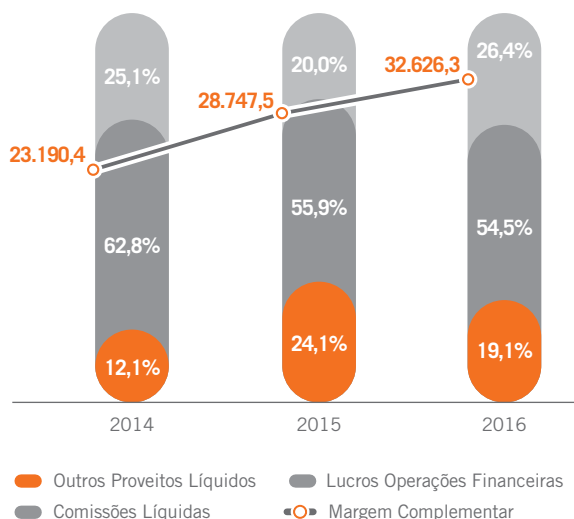
	2014		2015		2016		Δ% 15-16	
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD
Lucros em Operações Financeiras	14 570,6	147,9	16 070,0	131,1	17 774,9	110,0	10,6%	-16,0%
Comissões Líquidas	5 823,3	59,1	5 735,5	46,7	8 613,0	52,4	50,2%	12,2%
Outros Proveitos Líquidos	2 796,6	28,4	6 941,9	56,5	6 238,4	38,1	-10,1%	-32,7%
<b>Margem Complementar</b>	<b>23 190,4</b>	<b>235,4</b>	<b>28 747,5</b>	<b>234,2</b>	<b>32 626,3</b>	<b>200,4</b>	<b>13,5%</b>	<b>-14,4%</b>

Desta forma, na sua composição, o destaque permanece nos Lucros em Operações Financeiras que, apesar do seu peso relativo ter diminuído 1,4 pontos percentuais em relação ao ano anterior, representaram cerca de 54,5% do total da Margem Complementar, tendo aumentado de 16.070 milhões de AKZ para 17.774,9 milhões de AKZ em 2016, reflectindo um crescimento de 10,6% face ao período anterior. Em USD, esta variação foi negativa, tendo variado 16,0% de 131,1 milhões de USD para 110 milhões de USD, consequência da desvalorização do AKZ face ao USD.

No que respeita às Comissões Líquidas, em 2016 sofreram um aumento de 50,2% em relação a 2015, totalizando 8.613 milhões de AKZ (52,4 milhões de USD). Este aumento, aliado ao aumento dos Lucros em Operações Financeiras permitiram um aumento de 13,5% na Margem Financeira.

Os Outros Proveitos Líquidos perderam relevância face a 2015, tendo o seu peso relativo diminuído 5 pontos percentuais, para um total de 6.238,4 milhões de AKZ (38,1 milhões de USD), o que significa uma contribuição de 19,1% para os resultados da Margem Complementar.

## Composição e Evolução da Margem Complementar



**Nota:** Margem Complementar em milhões de AKZ, apresentada na escala direita, estando as restantes rubricas em percentagem e apresentadas na escala esquerda.

## Rácio *Cost-to-Income*

Parte considerável dos custos de estrutura são denominados em moeda externa. Nesse sentido, devido à desvalorização da moeda nacional, observa-se uma subida significativa em 2016 no valor em AKZ, passando de 25.043,8 milhões de AKZ para 35.829,6 milhões de AKZ, o que reflecte um crescimento de 43,1%. No entanto, em USD, esta subida não é tão expressiva, tendo aumentado de 206,6 milhões de USD para 218,2 milhões de USD em 2016, o que reflecte uma variação positiva de apenas 5,6%.

Este aumento foi, na sua grande maioria, explicado pelos aumentos nos Custos com Pessoal que representaram 47% dos custos de estrutura em 2016, face a 44,4% em 2015.

## EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE ESTRUTURA

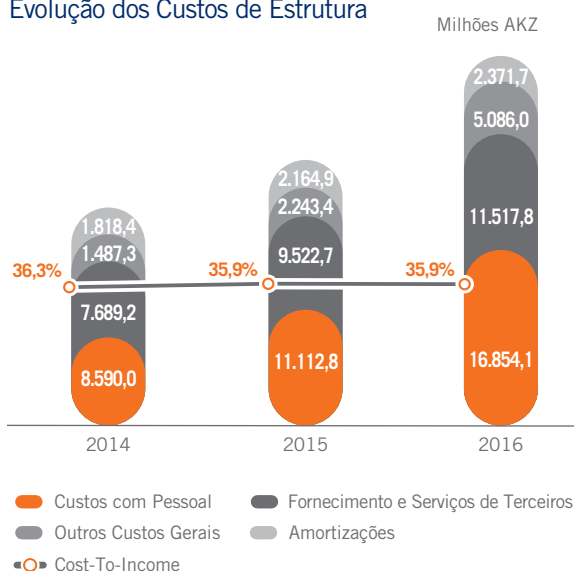
Valores em Milhões

	2014		2015		2016		Δ% 15-16	
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD
Custos com Pessoal (I)	8 590,0	87,2	11 112,8	91,6	16 854,1	102,7	51,7%	12,1%
Fornecimento e Serviços de Terceiros (II)	7 689,2	78,1	9 522,7	78,7	11 517,8	70,2	21,0%	-10,8%
Outros Custos Gerais (III)	1 487,3	15,1	2 243,4	18,4	5 086,0	30,8	126,7%	67,6%
Custos de Funcionamento (IV = I+II+III)	17 766,6	180,3	22 878,9	188,7	33 457,9	203,7	46,2%	8,0%
Amortizações (V)	1 818,4	18,5	2 164,9	17,9	2 371,7	14,5	9,6%	-19,3%
<b>Custos de Estrutura (VI = IV+V)</b>	<b>19 585,0</b>	<b>198,7</b>	<b>25 043,8</b>	<b>206,6</b>	<b>35 829,6</b>	<b>218,2</b>	<b>43,1%</b>	<b>5,6%</b>
Recuperação de Custos (VII)	826,9	8,4	1 456,1	12,0	2 144,9	13,1	47,3%	9,1%
<b>Encargos Administrativos (VI-V-VII)</b>	<b>16 939,6</b>	<b>171,9</b>	<b>21 422,8</b>	<b>176,7</b>	<b>31 313,0</b>	<b>190,7</b>	<b>46,2%</b>	<b>7,9%</b>
Resultados Extraordinários	67,4	0,7	413,6	2,9	120,9	0,7	-70,8%	-74,7%
<b><i>Cost-to-income</i></b>	<b>36,3%</b>	<b>36,3%</b>	<b>35,9%</b>	<b>35,9%</b>	<b>35,9%</b>	<b>35,9%</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>

Não obstante, o crescimento registado no Produto Bancário foi suficiente para compensar os aumentos nos Custos de

Estrutura e permitiu que o Rácio *Cost-to-Income* do BFA se mantivesse nos 35,9%, tal como no ano transacto.

## Evolução dos Custos de Estrutura



## Marco de Estabilidade e Segurança Financeira

O total de Capitais Próprios em Dezembro de 2016 atingiu os 173.221,1 milhões de AKZ o que representa 46.765,6 milhões de AKZ adicionais, ou seja, um aumento de 37% face ao ano transacto. Em USD, esta rubrica apresentou uma variação positiva de 109,6 milhões de USD face a 2015, totalizando 1.044,1 milhões de USD em 2016.

**Nota:** Custos de Estrutura em milhões de AKZ, apresentada na escala esquerda, estando as restantes rubricas em percentagem e apresentadas na escala direita.

## CAPITAIS PRÓPRIOS E EQUIPARADOS

Valores em Milhões

	2014		2015		2016		Δ% 15-16	
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD
Capital	3 522,0	34,2	3 522,0	26,0	3 522,0	21,2	0,0%	-18,4%
Fundos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
Reservas	69 169,2	659,6	85 067,2	596,4	107 787,0	645,7	26,7%	8,3%
Resultados Transitados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
Resultados do Exercício	31 796,1	322,0	37 866,3	312,1	61 912,1	377,2	63,5%	20,9%
<b>Total</b>	<b>104 487,3</b>	<b>1 015,8</b>	<b>126 455,5</b>	<b>934,5</b>	<b>173 221,1</b>	<b>1,044,1</b>	<b>37,0%</b>	<b>11,7%</b>

À semelhança do observado em anos anteriores, os Fundos Próprios Totais voltaram a crescer, apresentando uma variação positiva de 38,8%, atingindo os 173.487,6 milhões de AKZ (1.045,7 milhões de USD) em 2016. Este crescimento é maioritariamente explicado pela evolução dos Fundos Próprios de Base, que aumentaram 39% em

relação ao ano transacto.

O Rácio de Solvabilidade Regulamentar, calculado de acordo com o descrito no Aviso nº 5/07 e Instrutivo nº 3/11 do BNA, atingiu os 31,7%, confortavelmente acima do mínimo de 10% exigido.

## RÁCIO DE SOLVABILIDADE

Valores em Milhões

	2014		2015		2016	
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD
Activos Ponderados	370 070,2	3 597,7	425 762,5	3 597,7	426 983,9	2 573,7
Fundos Próprios de Base	102 503,0	996,5	124 373,1	996,5	172 860,7	1 041,9
Fundos Próprios Complementares	627,5	6,1	626,9	6,1	626,9	3,8
Total Fundos Próprios	103 130,4	1 002,6	125 000,0	1 002,6	173 487,6	1 045,7
<b>Rácio Solvabilidade Regulamentar</b>	<b>24,0%</b>	<b>24,0%</b>	<b>24,3%</b>	<b>24,3%</b>	<b>31,7%</b>	<b>31,7%</b>

# Proposta de aplicação dos resultados



A Comissão Executiva do Conselho de Administração apresenta ao Conselho de Administração a seguinte proposta de distribuição do resultado obtido no exercício de 2016, no valor de 61.712.892.442,41 Kwanzas:

- Para reservas livres: um valor correspondente a 60% do resultado obtido, ou seja, 37.027.735.465,45 Kwanzas; e
- Para dividendos: um valor correspondente a 40% do resultado obtido, ou seja, 24.685.156.976,96 Kwanzas.

O Conselho de Administração





# 06

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações Financeiras	136
Notas às Demonstrações Financeiras	140
Relatório de Auditoria	212
Relatório e parecer do Conselho Fiscal	214

# Demonstrações Financeiras

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Pró-forma) E EM 1 DE JANEIRO DE 2015 (Pró-forma)

Montantes expressos em milhares de Kwanzas

	Notas	2016		Activo Líquido	31-12-2015 (Pró-forma)	01-01-2015 (Pró-forma)
		Activo Bruto	Amortizações e Imparidade			
<b>ACTIVOS</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	279 154 585	-	279 154 585	255 828 259	182 074 860
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	38 031 194	-	38 031 194	51 041 519	7 204 529
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	7	107 211 728	-	107 211 728	135 005 832	250 552 444
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	337 941 949	-	337 941 949	77 987 418	26 807 378
Investimentos detidos até à maturidade	9	258 740 073	-	258 740 073	411 499 655	333 139 476
Crédito a Clientes	10	249 547 970	(14 237 099)	235 310 871	220 795 955	229 478 527
Activos não correntes detidos para venda	11	73 307	-	73 307	59 791	266 929
Investimentos em filiais associadas e empreendimentos conjuntos	12	499 558	-	499 558	467 365	381 593
Outros activos tangíveis	13	35 475 643	(16 211 174)	19 264 469	19 050 144	17 707 592
Activos intangíveis	13	2 905 587	(1 596 323)	1 309 264	538 918	351 531
Activos por impostos correntes	14	17 645	-	17 645	1 918	7 618
Activos por impostos diferidos	14	1 178 276	-	1 178 276	749 027	568 266
Outros activos	15	34 146 648	-	34 146 648	56 553 392	24 515 643
<b>Total do Activo</b>		<b>1 344 924 163</b>	<b>(32 044 596)</b>	<b>1 312 879 567</b>	<b>1 229 579 193</b>	<b>1 073 056 386</b>

	Notas	31/12/16	31-12-2015 (Pró-forma)	01-01-2015 (Pró-forma)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	16	3 445 569	4 814 604	3 193 968
Recursos de Clientes e outros empréstimos	17	1 079 750 294	1 017 159 626	933 049 477
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	8	1 510 796	3 798 920	284 231
Provisões	18	4 675 642	4 133 428	4 120 068
Passivos por impostos correntes	14	4 352 579	4 545 506	838 147
Outros passivos	19	46 122 822	68 671 633	27 083 228
<b>Total do Passivo</b>		<b>1 139 857 702</b>	<b>1 103 123 717</b>	<b>968 569 119</b>
Capital social	20	3 972 713	3 972 713	3 972 713
Reservas de reavaliação	20	1 253 828	1 253 828	1 253 828
Outras reservas e resultados transitados	20	106 082 432	83 362 678	67 464 629
Resultado líquido do exercício	20	61 712 892	37 866 257	31 796 097
<b>Total dos Fundos Próprios</b>		<b>173 021 865</b>	<b>126 455 476</b>	<b>104 487 267</b>
<b>Total do Passivo e dos Fundos Próprios</b>		<b>1 312 879 567</b>	<b>1 229 579 193</b>	<b>1 073 056 386</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Pró-forma)**

Montantes expressos em milhares de Kwanzas

	Notas	31/12/16	31-12-2015 (Pró-forma)
Juros e rendimentos similares	21	84 244 857	57 187 655
Juros e encargos similares	21	17 028 353	15 344 455
<b>Margem Financeira</b>		<b>67 216 504</b>	<b>41 843 200</b>
Rendimentos de serviços e comissões	22	10 784 367	7 076 479
Encargos com serviços e comissões	22	2 173 659	1 340 940
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	8	4 356 487	3 844 376
Resultados cambiais	23	17 774 092	16 070 041
Resultados de alienação de outros activos	24	7 610	13 135
Outros resultados de exploração	25	(1 277 844)	2 174 562
<b>Produto da actividade bancária</b>		<b>96 687 557</b>	<b>69 680 853</b>
Custos com o pessoal	26	16 929 401	11 933 871
Fornecimentos e serviços de terceiros	27	11 651 174	9 522 651
Depreciações e amortizações do exercício	13	2 371 695	2 164 885
Provisões líquidas de anulações	18	889 544	(51 972)
Imparidade para crédito a Clientes líquida de reversões e recuperações	18	2 773 572	4 587 350
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO</b>		<b>62 072 171</b>	<b>41 524 068</b>
Impostos sobre os resultados			
Correntes	14	(788 528)	(3 838 572)
Diferidos	14	429 249	180 761
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>61 712 892</b>	<b>37 866 257</b>
<b>RENDIMENTO RECONHECIDO DIRECTAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO</b>		<b>61 712 892</b>	<b>37 866 257</b>
Número médio de acções ordinárias emitidas		1 305 561	1 305 561
Resultado por acção básico (em Kwanzas)		47 269	29 004

**DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Pró-forma)**

Montantes expressos em milhares de Kwanzas

	Notas	Capital Social	Reserva de actualização monetária do capital social	Reservas de Reavaliação	Reserva legal	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2014		3 521 996	450 717	1 253 828	5 161 890	62 302 739	31 796 097	104 487 267
Aplicação do resultado do exercício de 2014								
Constituição de reservas e fundos	21	-	-	-	-	15 898 049	(15 898 049)	-
Distribuição de dividendos	21	-	-	-	-	-	(15 898 048)	(15 898 048)
Resultado líquido do exercício	21	-	-	-	-	-	37 866 257	37 866 257
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2015</b>		<b>3 521 996</b>	<b>450 717</b>	<b>1 253 828</b>	<b>5 161 890</b>	<b>78 200 788</b>	<b>37 866 257</b>	<b>126 455 476</b>
Aplicação do resultado do exercício de 2015								
Constituição de reservas e fundos	21	-	-	-	-	22 719 754	(22 719 754)	-
Distribuição de dividendos	21	-	-	-	-	-	(15 146 503)	(15 146 503)
Resultado líquido do exercício	21	-	-	-	-	-	61 712 892	61 712 892
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>		<b>3 521 996</b>	<b>450 717</b>	<b>1 253 828</b>	<b>5 161 890</b>	<b>100 920 542</b>	<b>61 712 892</b>	<b>173 021 865</b>

**DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Pró-forma)**

Montantes expressos em milhares de Kwanzas

	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	94 652 901	68 302 118
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(21 028 643)	(19 361 049)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(27 389 003)	(18 706 732)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões e outros benefícios	(540 417)	(9 881)
Recuperação de créditos abatidos ao activo	390 469	253 037
Outros resultados	7 816 457	7 960 660
<b>Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais</b>	<b>53 901 764</b>	<b>38 438 153</b>
Aumentos/Diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	53 717 428	151 921 271
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	(225 666 636)	(32 218 888)
Investimentos detidos até à maturidade	165 022 989	(45 453 225)
Crédito a Clientes	7 391 125	34 441 776
Activos não correntes detidos para venda	-	207 139
Outros Activos	23 110 766	(30 801 896)
<b>Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais</b>	<b>23 575 672</b>	<b>78 096 177</b>
Aumentos/Diminuições de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	2 312	2 092
Recursos de Clientes e outros empréstimos	(21 723 972)	(37 129 924)
Outros passivos	(39 309 434)	28 015 076
<b>Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais</b>	<b>(61 031 094)</b>	<b>(9 112 756)</b>
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	16 446 342	107 421 574
Impostos sobre o rendimento pagos	(8 099 741)	(2 097 746)
<b>Caixa líquida das actividades operacionais</b>	<b>8 346 601</b>	<b>105 323 828</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisições de outros activos tangíveis, líquidas de alienações	(2 159 050)	(3 258 526)
Aquisições de activos intangíveis, líquidas de alienações	(1 197 316)	(436 298)
Aquisições de participações em filiais, associadas e empreendimentos conjunto, líquidas de alienações	36 243	23 721
<b>Caixa líquida das actividades de investimento</b>	<b>(3 320 123)</b>	<b>(3 671 103)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Distribuição de dividendos	(13 732 703)	(11 508 088)
<b>Caixa líquida das actividades de financiamento</b>	<b>(13 732 703)</b>	<b>(11 508 089)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(8 706 225)</b>	<b>90 144 637</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	306 869 778	189 279 389
Efeitos da variação cambial em caixa e seus equivalentes	19 022 226	27 445 752
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>317 185 779</b>	<b>306 869 778</b>



07

**NOTAS ÀS  
DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS**

# NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – MAKZ, excepto quando expressamente indicado)

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Fomento Angola, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “BFA”), foi constituído por Escritura Pública de 26 de Agosto de 2002, tendo resultado da transformação da Sucursal de Angola do Banco BPI, S.A. em banco de direito local.

Conforme indicado na Nota 20, em 31 de Dezembro de 2016, o BFA era detido maioritariamente pelo Banco BPI, S.A. (Grupo BPI). Os principais saldos e transacções com empresas do Grupo BPI encontram-se detalhados na Nota 29.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos ou em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira dispondo para o efeito, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, de uma rede nacional de 166 agências, 7 postos de atendimento, 9 centros de investimento e 16 centros de empresas.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, e de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade / Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”), nos termos do Aviso n.º 6/2016, de 22 de Junho, do Banco Nacional de Angola, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”).

O Banco adoptou pela primeira vez as Normas Internacionais de Relato Financeiro em 31 de Dezembro de 2016, considerando para o efeito os termos da IFRS 1 – adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, as quais foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição foi 1 de Janeiro de 2015, tendo o Banco preparado o seu balanço de abertura reportado a essa data.

O Banco alterou as demonstrações financeiras de 2015, preparadas e aprovadas de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (“CONTIF”), nos termos do Instrutivo n.º 9/2007, de 19 de Setembro, emitido pelo Banco Nacional de Angola, de modo a que as mesmas sejam comparáveis com as demonstrações financeiras referentes ao exercício

findo em 31 de Dezembro de 2016. A transição para as IAS/IFRS não originou ajustamentos no capital próprio em 1 de Janeiro de 2015, e no capital próprio e resultado líquido do Banco em 31 de Dezembro de 2015 (Nota 4).

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 encontram-se expressas em Kwanzas, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio médio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola naquelas datas. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os câmbios do Kwanza (AKZ) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

	2016	2015
1 USD	165,903	135,315
1 EUR	185,379	147,832

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 26 de Abril de 2017.

### 2.2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### a) Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período

de vigência das operações de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

#### **b) Transacções em moeda estrangeira**

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema “multi-currency”, sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio média publicada pelo Banco Nacional de Angola à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

#### **Posição cambial a prazo**

A posição cambial a prazo corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado.

A diferença entre os contravalores em Kwanzas às taxas de reavaliação a prazo aplicadas, e os contravalores às taxas contratadas, é registada na rubrica de “Resultados cambiais” do activo ou do passivo, por contrapartida de proveitos ou custos, respectivamente.

#### **c) Instrumentos financeiros – crédito concedido e outros valores a receber**

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito concedido a Clientes, aplicações em instituições de crédito e outros valores a receber. No reconhecimento inicial, estes activos são registados pelo seu justo valor, acrescido de outros custos e proveitos directamente atribuíveis à origem da operação. Subsequentemente, estes activos são registados pelo seu custo amortizado.

#### **i) Crédito Concedido**

Os créditos são activos financeiros e são registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

#### **ii) Crédito e juros vencidos**

Nesta rubrica são registados o capital, juros, e outros valores vencidos e não cobrados, deduzidos dos juros

anulados. Estes montantes são registados por classes de atraso, contadas a partir da data de início do incumprimento. O Instrutivo n.º 9/2015, de 4 de Junho, do Banco Nacional de Angola, prevê que se deverá proceder à anulação de juros vencidos superiores a 90 dias. De acordo com a política definida, o Banco procede à anulação de juros vencidos superiores a 60 dias, bem como não reconhece juros a partir dessa data até ao momento em que o Cliente regularize a situação.

No âmbito da revisão regular das operações de crédito, incluindo operações com crédito vencido, o BFA efectua reclassificações de operações de crédito vencido para vincendo com base numa análise das perspectivas económicas de cobrabilidade, atendendo nomeadamente à existência de garantias, ao património dos mutuários ou avalistas e à existência de operações cujo risco o BFA equipara a risco Estado.

Anualmente, o Banco abate ao activo os créditos vencidos há mais de doze meses pela utilização das perdas por imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis. Adicionalmente, estes créditos permanecem registados numa rubrica extrapatrimonial por um prazo mínimo de dez anos.

#### **iii) Reconhecimento de proveitos**

Os juros e comissões de reestruturação associadas a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações por contrapartida de rubricas de resultados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As outras comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são reconhecidos nas rubricas de resultados no momento em que são cobrados. Não foi possível implementar, a esta data, sistemas informáticos que permitam o cálculo das comissões associadas a operações de crédito pelo método da taxa efectiva.

As responsabilidades por garantias e avals são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

#### **d) Perdas por imparidade da carteira de crédito concedido**

O Banco efectua com uma periodicidade semestral análises de imparidade das rubricas de “Crédito a Clientes”. Para

este efeito, a carteira de crédito encontra-se segmentada da seguinte forma:

- Particulares:
  - Cartões de crédito;
  - Consumo geral;
  - Crédito automóvel;
  - Crédito habitação; e
  - Descobertos.
- Empresas:
  - Empresas exposições menos significativas;
  - Empresas exposições significativas;
  - Sector público; e
  - Crédito por assinatura.

A metodologia de análise de imparidade adoptada pelo Banco prevê, numa primeira fase, a identificação de créditos com indícios de imparidade. Esta identificação é efectuada individualmente para activos financeiros relativamente aos quais se considere que o valor agregado da exposição é individualmente significativo, e colectivamente para grupos homogéneos de activos de montante individual não significativo. São considerados Clientes âmbito de análise individual:

- No segmento de particulares: (i) todos os Clientes cuja exposição seja superior a 165.903 mAKZ; (ii) todos os Clientes que se encontrem em situação irregular (com mais de 30 dias de atraso) com mais de 1.659 mAKZ de crédito vencido e que tenham uma exposição total superior a 41.476 mAKZ; e
- No segmento empresas, todos os Clientes com exposição superior a 41.476 mAKZ. São também analisados todos os Clientes (independentemente do segmento) com operações reestruturadas, reclassificadas ou que estejam na área de recuperação.

A restante carteira é analisada numa base colectiva.

O IAS 39 identifica alguns eventos que são considerados como indicadores de existência de imparidade em activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, o incumprimento das condições do contrato (evidenciado, por exemplo, nos atrasos no pagamento de prestações contratuais), a reestruturação de créditos ou dificuldades financeiras do devedor. Estes indicadores são considerados pelo Banco no âmbito desta análise, assim como outros que resultam do conhecimento dos Clientes e do comportamento histórico

da carteira no que se refere a incumprimento e níveis de recuperação.

No que respeita a activos analisados individualmente em relação aos quais sejam identificados indícios de imparidade, o Banco estima o respectivo valor de recuperação. A imparidade corresponde ao diferencial entre o valor de balanço destes créditos e o valor estimado de realização, sempre que este seja inferior ao primeiro.

Para activos analisados colectivamente, os fluxos de caixa futuros que se espera receber são estimados com base em informação histórica do comportamento de activos com características semelhantes, sendo posteriormente descontados à taxa de juro efectiva das operações. No âmbito do modelo desenvolvido pelo Banco, foram identificados critérios de classificação das operações para os segmentos definidos acima, assim como condições representativas de níveis de risco diferenciados a considerar para efeitos da determinação de imparidade, os quais se encontram descritos abaixo:

- Definição do período necessário para que o evento de perda, em operações que se encontrem em situação regular na data de análise, seja percebido pelo Banco, o qual foi estimado em doze meses;
- Classificação das operações em função do período de atraso identificado, nomeadamente operações sem indícios de imparidade (em situação normal), operações com indícios de imparidade (com prestações em atraso) e operações em incumprimento (“default”). As operações são consideradas em incumprimento sempre que o período de atraso seja superior a 90 dias;
- Determinação de probabilidades de incumprimento, as quais são função não só da posição actual da carteira, mas igualmente do seu comportamento passado; e
- Determinação dos valores estimados de recuperação após entrada em default, os quais incluem os custos a incorrer no processo de recuperação.

A variação nos valores de imparidade apurados (diferença entre o valor de balanço do activo e o seu valor estimado de recuperação) é registada em custos do exercício na rubrica “Imparidade para crédito a Clientes líquida de reversões e recuperações”. As recuperações de capital e juros, anteriormente abatidos ao activo, ocorridas no período são registadas na rubrica “Outros resultados de exploração” (Nota 25).



### e) Instrumentos financeiros - Carteira de títulos

Atendendo às características dos títulos e à intenção quando da sua aquisição, estes são classificados numa das seguintes categorias: detidos até a maturidade, ao justo valor através de resultados e disponíveis para venda.

#### Investimentos detidos até à maturidade

Esta classificação compreende os títulos para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção até à respectiva data de vencimento.

Os títulos classificados nesta rubrica encontram-se valorizados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos pela fluência dos seus prazos (incluindo periodificação do juro e do prémio/desconto por contrapartida de resultados), reconhecendo o Banco eventuais lucros ou prejuízos apurados na data do vencimento pela diferença entre o valor recebido nessa data e o respectivo valor contabilístico.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a totalidade da carteira de investimentos detidos até à maturidade do Banco é relativa a dívida emitida pelo Estado Angolano.

Os Bilhetes do Tesouro são emitidos a valor descontado e registados pelo custo de aquisição. A diferença entre este e o valor nominal, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos, na própria conta com a especificação “Proveitos a receber”.

As Obrigações do Tesouro adquiridas a valor descontado são registadas pelo custo de aquisição. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal destes títulos, que corresponde ao desconto verificado no momento da compra, é acrescida durante o período de vida do título com a especificação “Proveitos a receber”. Os juros corridos relativos a estes títulos são igualmente contabilizados com a especificação “Proveitos a receber”.

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos estão sujeitas a actualização cambial. O resultado da actualização cambial é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre. O resultado da actualização cambial do valor nominal do título é reflectido na rubrica “Resultados

cambiais” e o resultado da actualização cambial do desconto e do juro corrido é reflectido na rubrica “Margem Financeira – Juros e rendimentos similares – De títulos e valores mobiliários”.

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas ao índice de Preços do Consumidor estão sujeitas a actualização do valor nominal do título de acordo com a variação do referido índice. Deste modo, o resultado da referida actualização do valor nominal do título e do juro corrido é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre, na rubrica “Margem Financeira – Juros e rendimentos similares – De títulos e valores mobiliários”.

#### Activos financeiros ao justo valor através de resultados

São considerados activos financeiros ao justo valor através de resultados os títulos adquiridos com o objectivo de serem activa e frequentemente negociados.

Os títulos registados ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo custos directamente atribuíveis à aquisição do activo. Posteriormente, são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício.

No caso de títulos de dívida, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta carteira é maioritariamente constituída por dívida emitida pelo Estado Angolano e pelo Banco Nacional de Angola.

#### Activos financeiros disponíveis para venda

São considerados activos financeiros disponíveis para venda os títulos passíveis de serem eventualmente negociados e que não se enquadrem nas demais categorias.

São registados, no momento inicial, ao custo de aquisição, sendo posteriormente valorizados ao justo valor. As variações do justo valor são registadas por contrapartida de fundos próprios, sendo as valias reconhecidas em resultados do exercício quando da venda definitiva do activo.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco não classificou títulos nesta categoria.

## Valor de mercado

A metodologia de apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos utilizada pelo Banco é conforme segue:

- i) Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- ii) Valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização;
- iii) Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador; e
- iv) Preço definido pelo Banco Nacional de Angola.

No caso de títulos para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares e que têm maturidades reduzidas, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado. Desta forma, os Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano estão registados no balanço do BFA pelo respectivo valor de aquisição, por o Banco entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado, uma vez que não existe uma cotação em mercado activo com transacções regulares.

## Operações de venda de títulos com acordo de recompra

Os títulos cedidos com acordo de recompra permanecem registados na carteira de títulos do Banco, sendo registados no passivo. Quando estes títulos são comercializados com juros antecipados, a diferença entre o valor de recompra contratado e o respectivo valor de venda é registada na mesma rubrica, com a especificação “Custos a pagar”.

## Operações de compra de títulos com acordo de revenda

Os títulos comprados com acordo de revenda não são registados na carteira de títulos. Os fundos entregues são registados, na data de liquidação, no activo na rubrica “Aplicações em Bancos Centrais e outras instituições de crédito – Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda”, sendo periodificado o valor de juros na mesma rubrica.

## f) Instrumentos financeiros derivados

O Banco pode realizar operações de instrumentos financeiros derivados no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados ou satisfazendo as necessidades dos seus Clientes.

Todos os instrumentos derivados são registados ao valor de mercado e as variações de valor reconhecidas em resultados. Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor de referência (valor nocional).

Os instrumentos financeiros derivados são classificados como de cobertura (*hedge*) ou de especulação e arbitragem, conforme a sua finalidade.

## g) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Uma associada é uma entidade sobre a qual a investidora exerce uma influência significativa.

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Banco exerce influência significativa quando detêm mais de 20% dos direitos de voto. Caso o Banco detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não possui influência significativa, a menos que tal influência possa ser claramente demonstrada. A existência de um interesse de propriedade substancial ou maioritário por parte de outro investidor não exclui necessariamente que uma entidade disponha de uma influência significativa.

Os investimentos em filiais e associadas são contabilizados nas demonstrações financeiras do Banco ao seu custo histórico deduzido de perdas por imparidade.

## h) Reserva de actualização monetária dos fundos próprios

Nos termos do Aviso n.º 2/2009, de 8 de Maio, do Banco Nacional de Angola sobre actualização monetária, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base na aplicação do Índice de Preços ao Consumidor aos saldos de capital, reservas e resultados transitados. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente

à data do balanço. A hiperinflação é indicada pelas características do ambiente económico de um país que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

- i) A população em geral prefere guardar a sua riqueza em activos não monetários ou em moeda estrangeira relativamente estável. As quantias da moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- ii) A população em geral vê as quantias monetárias em termos de moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- iii) As vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;
- iv) As taxas de juro, salários e preços estão ligados a um índice de preços; e
- v) A taxa acumulada de inflação durante 3 anos aproxima-se, ou excede 100%.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito na conta de “Resultado da Actualização Monetária” da demonstração de resultados, por contrapartida do aumento dos saldos de fundos próprios, com excepção da rubrica “Capital Social”, que deve ser classificada numa rubrica específica (“Reservas de reavaliação”) que só pode ser utilizada para posterior aumento de capital.

Desde o exercício de 2004, o Banco não procedeu à actualização do capital, reservas e resultados transitados, em virtude de Angola ter deixado de ser considerada uma economia hiperinflacionária.

#### **i) Imobilizações incorpóreas e corpóreas**

As imobilizações incorpóreas, que correspondem principalmente a software informático, são registadas ao custo de aquisição e amortizadas linearmente ao longo de um período de três anos.

As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição, sendo permitida a sua reavaliação ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

Nos termos do Aviso n.º 2/2009, de 8 de Maio, do Banco Nacional de Angola, sobre actualização monetária, as

instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, actualizar mensalmente o imobilizado com base no Índice de Preços ao Consumidor.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente a crédito numa conta de resultados, por contrapartida das rubricas de valor bruto e amortizações acumuladas do imobilizado.

Desde o exercício de 2008 o Banco não procedeu à actualização do imobilizado, em virtude de Angola ter deixado de ser considerada uma economia hiperinflacionária.

Uma percentagem equivalente a 30% do aumento das amortizações que resulte das reavaliações efectuadas não é aceite como custo para efeitos fiscais.

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes às taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis de uso próprio (Edifícios)	50
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamento:	
Mobiliário e material	10
Equipamento informático	3
Instalações interiores	10
Material de transporte	3
Máquinas e ferramentas	6 e 7

#### **j) Activos não correntes detidos para venda**

Na rubrica “Activos não correntes detidos para venda” são registados os bens recebidos em dação em pagamento, na sequência da recuperação de créditos em incumprimento, se destinados à alienação posterior.

O valor dos bens recebidos em dação é registado observando-se o montante apurado na sua avaliação, por contrapartida do valor do crédito recuperado e das respectivas provisões específicas constituídas.

Quando o valor em dívida da operação de crédito é superior ao seu valor contabilístico (líquido de provisões), a diferença deve ser reconhecida como proveito do exercício, até ao valor

apurado na avaliação dos bens. Quando a avaliação dos bens é inferior ao valor contabilístico da operação de crédito, a diferença deve ser reconhecida como custo do exercício.

#### **K) Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo são reflectidos na rubrica “Custos com o Pessoal” (Nota 26) no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os colaboradores do BFA estão abrangidos pela Lei n.º 7/04, de 15 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, e que prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os colaboradores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada sobre a média dos salários líquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o colaborador cesse funções. De acordo com o Decreto n.º 38/08, de 9 de Junho, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os colaboradores.

Nos termos do Artigo n.º 262 da Lei n.º 2/00, de 11 de Fevereiro (Lei Geral do Trabalho), o BFA constituiu provisões para a cobertura de responsabilidades em matéria de “Compensação por reforma”, as quais são determinadas multiplicando 25% do salário mensal de base praticado na data em que o trabalhador atinge a idade legal de reforma, pelo número de anos de antiguidade na mesma data. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual por peritos, utilizando o método “Projected Unit Credit” para as responsabilidades com serviços passados.

Em 15 de Setembro de 2015, entrou em vigor a Lei n.º 7/15, de 15 de Junho (Nova Lei Geral do Trabalho), que veio revogar a Lei n.º 2/00, de 11 de Fevereiro. A Nova Lei Geral do Trabalho não faz referência à necessidade de constituição de provisões para a cobertura de responsabilidades em matéria de “Compensação por reforma”. No entanto, e apesar da revogação da Lei n.º 2/00, de 11 de Fevereiro, o BFA continua a registar as provisões para a cobertura de responsabilidade em matéria de “Compensação por reforma” nos mesmos termos acima referidos.

Adicionalmente, o Banco concedeu aos seus empregados contratados localmente ou às suas famílias o direito a prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência. Desta forma, por deliberação

do Conselho de Administração do Banco e com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005, foi criado o “Plano Complementar de Pensões”, o qual se consubstanciava num plano de contribuições definidas. Este plano foi constituído inicialmente com parte do saldo da “Provisão para Responsabilidades Prováveis com Fundos de Pensões de Reforma”, consistindo as contribuições do BFA numa percentagem fixa correspondente a 10% do salário passível de descontos para a Segurança Social de Angola, aplicada sobre catorze salários. Ao montante das contribuições era acrescida a rentabilidade das aplicações efectuadas, líquida de eventuais impostos.

Em 2013, com referência ao último dia do ano, o Banco constituiu o “Fundo de Pensões BFA” para cobertura destas responsabilidades, tendo utilizado as provisões anteriormente constituídas, a título de contribuição inicial para o Fundo de Pensões BFA (Nota 18). Os montantes correspondentes aos direitos adquiridos no Plano Complementar de Pensões foram transferidos para o actual plano de pensões e convertidos em contribuições do participante. As contribuições do BFA para o Fundo de Pensões BFA consistem numa percentagem fixa correspondente a 10% do salário passível de descontos para a Segurança Social de Angola, aplicada sobre catorze salários. Ao montante das contribuições é acrescida a rentabilidade das aplicações efectuadas, líquida de eventuais impostos.

#### **I) Impostos sobre lucros**

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

##### **Imposto corrente**

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

##### **Imposto diferido**

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos fiscais diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos fiscais diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

### Imposto Industrial

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A, sujeito a uma taxa de imposto de 30%. A 1 de Janeiro de 2015 entrou em vigor o novo Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/2014, de 22 de Outubro, e que estipulou a taxa de Imposto Industrial em 30%.

O novo Código do Imposto Industrial determina que os proveitos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (“IAC”) são deduzidos para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de Imposto Industrial, não constituindo o IAC um custo fiscalmente dedutível.

Os rendimentos de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano após 1 de Janeiro de 2013 encontram-se sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC), à taxa de 10% (5% no caso de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e a Imposto Industrial: (i) no caso das mais ou menos-valias obtidas (incluindo eventuais reavaliações cambiais sobre a componente do capital); e (ii) no reconhecimento do desconto relativamente aos títulos adquiridos ou emitidos a valor descontado. Os rendimentos sujeitos a IAC encontram-se excluídos de Imposto Industrial.

### Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

Foi aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/2014, de 20 de Outubro, o novo Código do IAC com entrada em vigor a partir de 19 de Novembro de 2014.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco. A taxa varia entre 5% (no caso de juros recebidos relativamente a títulos de dívida que se encontrem admitidos à negociação

em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e 10%. Sem prejuízo do exposto, no que diz respeito aos rendimentos de títulos de dívida pública, segundo entendimento das Autoridades Fiscais e do Banco Nacional de Angola dirigido à Associação Angolana de Bancos (carta do Banco Nacional de Angola, datada de 26 de Setembro de 2013), apenas os que decorrerem de títulos emitidos em data igual ou posterior a 1 de Janeiro de 2013 estão sujeitos a este imposto.

Em 1 de Agosto de 2013, teve início o processo de automatização de retenção na fonte, pelo BNA, do Imposto sobre a Aplicação de Capitais em conformidade com o previsto no Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro.

Após 1 de Janeiro de 2015, o IAC deixou de ter a natureza de pagamento por conta do Imposto Industrial, estando os respectivos rendimentos excluídos de tributação em sede de Imposto Industrial.

### Imposto sobre o património

Incide IPU, à taxa de 0,5%, sobre o valor patrimonial dos imóveis próprios que se destinem ao desenvolvimento da actividade normal do Banco, quando o seu valor é superior a mAKZ 5.000.

### Outros impostos

O Banco está igualmente sujeito a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto do Selo, Imposto de Consumo, bem como outras taxas.

### m) Provisões e contingências

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo-se à respectiva divulgação, em conformidade com os requisitos do IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e activos contingentes”.

### 2.3. ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS (IAS/IFRS) OU REVISÃO DE NORMAS JÁ EMITIDAS

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram adoptadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016:

Norma	Interpretação
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores	Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 15 – Rédito de contratos com Clientes	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com Clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito - Transacções de troca directa envolvendo serviços de publicidade.
IFRS 14 – Activos regulados	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adoptem pela primeira vez as IFRS aplicáveis a activos regulados.
IFRS 16 – Locações	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, excepto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre activos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Emendas à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de activos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto.
Emendas à IAS 12 – Imposto sobre o rendimento	Estas emendas vêm clarificar as condições de reconhecimento e mensuração de activos por impostos resultantes de perdas não realizadas.
Emendas à IAS 7 – Demonstração de fluxos de caixa	Estas emendas vêm introduzir divulgações adicionais relacionadas com os fluxos de caixa de actividades de financiamento.
Emendas à IFRS 15 – Rédito de contratos com Clientes	Estas emendas vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos.
Emendas à IFRS 2 – Pagamentos com base em acções	Estas emendas vêm introduzir diversas clarificações na norma relacionadas com: (i) o registo de transacções de pagamentos com base em acções que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transacções de pagamentos com base em acções (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transacções com características de liquidação compensada.

Norma	Interpretação
Emendas à IFRS 4 – Contratos de seguro	Estas emendas proporcionam orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9.
Emendas à IAS 40 – Propriedades de investimento	Estas emendas clarificam que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do activo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com: IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro: elimina algumas isenções de curto prazo; IFRS 12 – Divulgação de interesses noutras entidades: clarifica o âmbito da norma quanto à sua aplicação a interesses classificados como detidos para venda ou detidos para distribuição ao abrigo da IFRS 5; IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: introduz clarificações sobre a mensuração a justo valor por resultados de investimentos em associadas ou joint ventures detidos por sociedades de capital de risco ou por fundos de investimento.
IFRIC 22 – Transacções em moeda estrangeira e adiantamentos	Esta interpretação vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transacção para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito.

O Banco ainda não iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais destas normas. Contudo, dada a natureza das suas actividades, é expectável que as normas IFRS 9 e IFRS 15 venham a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Banco.

### 3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas resultam da análise efectuada à melhor informação disponível na data do seu registo. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir do valor das estimativas registadas, nomeadamente nas seguintes áreas:

#### Imposto Industrial

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Imposto Industrial foi determinado com base na legislação fiscal em vigor para os contribuintes classificados fiscalmente no Grupo A. Diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor do Imposto Industrial. Em consequência, os valores registados, os quais resultam do melhor entendimento dos órgãos de gestão do Banco, poderão encontrar-se sujeitos a alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades fiscais.

#### Perdas por imparidade para crédito concedido

A determinação de perdas por imparidade para crédito é efectuada de acordo com os critérios descritos na Nota 2.2. d). As estimativas efectuadas pelo Banco no que respeita ao risco de realização das carteiras de crédito resultam da aplicação de pressupostos determinados com base em análises históricas, nomeadamente no que respeita à segmentação da carteira, a probabilidades de incumprimento, taxas, períodos e custos de recuperação, assim como da avaliação da informação disponível relativamente ao devedor.

Caso o Banco utilizasse critérios e pressupostos distintos na determinação das perdas por imparidade para crédito concedido, os valores apurados seriam diferentes dos actualmente reflectidos nas demonstrações financeiras. No entanto, o Banco considera que a actual metodologia utilizada reflecte de forma adequada as perdas associadas a estes activos.

#### 4. IMPACTOS DE TRANSIÇÃO PELA INTRODUÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO

A entrada em vigor das IAS/IFRS, nos termos do Aviso n.º 6/2016, de 22 de Junho, do Banco Nacional de Angola, em 1 de Janeiro de 2016, tornou necessária a introdução de ajustamentos e reclassificações às demonstrações financeiras de 2015, preparadas e aprovadas de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no CONTIF, de modo a que as mesmas sejam comparáveis com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

As Normas Internacionais de Relato Financeiro foram adoptadas pela primeira vez em 31 de Dezembro de 2016, considerando para o efeito os termos da IFRS 1 para a determinação dos ajustamentos de transição, com referência a 1 de Janeiro de 2015.

Na preparação das demonstrações financeiras, com referência a 1 de Janeiro de 2015, o Banco adoptou retrospectivamente as IFRS optando por algumas das excepções permitidas

As reclassificações entre o CONTIF e as IAS/IFRS ao nível das demonstrações financeiras em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2015 são apresentadas como segue:

Balanço CONTIF	Balanço IFRS
Disponibilidades	Caixa e disponibilidades em bancos centrais
	Disponibilidades em outras instituições de crédito
Aplicações de liquidez	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito
Títulos e Valores Mobiliários - Mantidos para negociação	Activos financeiros ao justo valor através de resultados
Instrumentos Financeiros Derivados	
Títulos e Valores Mobiliários - Mantidos até ao vencimento	Investimentos detidos até à maturidade
Créditos	Crédito a Clientes
	Activos não correntes detidos para venda
Imobilizações financeiras	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos
Imobilizações corpóreas	Outros activos tangíveis
Imobilizações incorpóreas	Activos intangíveis
	Activos por impostos correntes
	Activos por impostos diferidos
Outros valores	
Operações cambiais	Outros activos
<b>Total do Activo</b>	<b>Total do Activo</b>
Captações para liquidez	
Obrigações no sistema de pagamentos	Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito
Depósitos	Recursos de Clientes e outros empréstimos
Instrumentos financeiros derivados	Passivos financeiros ao justo valor através de resultados
Provisões para responsabilidades prováveis	Provisões
Outras obrigações	Passivos por impostos correntes
Operações cambiais	Outros passivos
<b>Total do Passivo</b>	<b>Total do Passivo</b>
Capital social	Capital social
Reserva de actualização monetária do capital social	
Resultados potenciais	Reservas de reavaliação
Reservas e fundos	Outras reservas e resultados transitados
Resultado líquido do exercício	Resultado líquido do exercício
<b>Total dos Fundos Próprios</b>	<b>Total dos Fundos Próprios</b>
<b>Total do Passivo e dos Fundos Próprios</b>	<b>Total do Passivo e dos Fundos Próprios</b>



na “IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”:

- i) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros: O BFA aplicou os requisitos de desreconhecimento da norma “IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, com excepção de certas disposições relacionadas com a contabilização de cobertura” apenas para as operações realizadas a partir da data de transição.

Desta forma, os activos e passivos desreconhecidos até 1 de Janeiro de 2015, de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no CONTIF, não foram reexpressos no Balanço;

- ii) Valorização dos activos fixos tangíveis: O Banco considerou como custo dos activos fixos tangíveis, com referência a 1 de Janeiro de 2015, o valor de Balanço determinado de acordo com as políticas contabilísticas anteriormente aplicadas.

Montantes expressos em milhares de Kwanzas

31 de Dezembro de 2015				1 de Janeiro de 2015			
CONTIF	Reclassificações	Ajustamentos de transição	IAS/IFRS	CONTIF	Reclassificações	Ajustamentos de transição	IAS/IFRS
306 869 778	51 041 519	-	255 828 259	189 279 389	7 204 529	-	182 074 860
-	(51 041 519)	-	51 041 519	-	(7 204 529)	-	7 204 529
135 005 832	-	-	135 005 832	250 552 444	-	-	250 552 444
74 888 156	-	-	77 987 418	26 664 645	-	-	26 807 378
3 099 262	-	-	411 499 655	142 733	-	-	333 139 476
411 499 655	-	-	411 499 655	333 139 476	-	-	333 139 476
220 795 955	-	-	220 795 955	229 478 527	-	-	229 478 527
-	(59 791)	-	59 791	-	(266 929)	-	266 929
467 365	-	-	467 365	381 593	-	-	381 593
19 050 144	-	-	19 050 144	17 707 592	-	-	17 707 592
538 918	-	-	538 918	351 531	-	-	351 531
-	(1 918)	-	1 918	-	(7 618)	-	7 618
-	(749 027)	-	749 027	-	(568 266)	-	568 266
4 079 643	810 736	-	56 553 392	3 009 491	842 813	-	24 515 643
53 284 485	-	-	53 284 485	22 348 965	-	-	22 348 965
<b>1 229 579 193</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 229 579 193</b>	<b>1 073 056 386</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 073 056 386</b>
8 572	-	-	4 814 604	6 480	-	-	3 193 968
4 806 032	-	-	4 806 032	3 187 488	-	-	3 187 488
1 017 159 626	-	-	1 017 159 626	933 049 477	-	-	933 049 477
3 798 920	-	-	3 798 920	284 231	-	-	284 231
4 133 428	-	-	4 133 428	4 120 068	-	-	4 120 068
17 301 530	12 756 024	-	4 545 506	5 769 286	4 931 139	-	838 147
55 915 609	(12 756 024)	-	68 671 633	22 152 089	(4 931 139)	-	27 083 228
<b>1 103 123 717</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 103 123 717</b>	<b>968 569 119</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>968 569 119</b>
3 521 996	(450 717)	-	3 972 713	3 521 996	(450 717)	-	3 972 713
450 717	450 717	-	-	450 717	450 717	-	-
1 253 828	-	-	1 253 828	1 253 828	-	-	1 253 828
83 362 678	-	-	83 362 678	67 464 629	-	-	67 464 629
37 866 257	-	-	37 866 257	31 796 097	-	-	31 796 097
<b>126 455 476</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>126 455 476</b>	<b>104 487 267</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>104 487 267</b>
<b>1 229 579 193</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 229 579 193</b>	<b>1 073 056 386</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 073 056 386</b>

31 de Dezembro de 2015

Demonstração de Resultados CONTIF	Demonstração de Resultados IFRS	CONTIF	Reclassificações	Ajustamentos de transição	IAS/IFRS
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos	Juros e rendimentos similares	56 366 597	-	821 058	57 187 655
Custos de Instrumentos Financeiros Passivos	Juros e encargos similares	(15 344 455)	-	-	(15 344 455)
<b>Margem Financeira</b>	<b>Margem Financeira</b>	<b>41 022 142</b>	-	<b>821 058</b>	<b>41 843 200</b>
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	Rendimentos de serviços e comissões	5 735 539	-	-	7 076 479
	Encargos com serviços e comissões	-	-	-	(1 340 940)
Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo	Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	3 844 376	-	-	3 844 376
Resultados de Operações Cambiais	Resultados cambiais	16 070 041	-	-	16 070 041
	Resultados de alienação de outros activos	-	(13 135)	-	13 135
Outros Proveitos e Custos Operacionais	Outros resultados de exploração	2 561 377	386 815	-	2 174 562
<b>Produto da actividade bancária</b>	<b>Produto da actividade bancária</b>	<b>28 211 333</b>	<b>373 680</b>	-	<b>27 837 653</b>
Pessoal	Custos com o pessoal	(11 112 813)	-	(821 058)	(11 933 871)
Fornecimentos de Terceiros	Fornecimentos e serviços de terceiros	(9 522 651)	-	-	(9 522 651)
Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado		(2 181 624)	(2 181 624)	-	-
Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras		(61 785)	(61 785)	-	-
Depreciações e Amortizações	Depreciações e amortizações do exercício	(2 164 885)	-	-	(2 164 885)
Recuperação de custos		1 456 090	1 456 090	-	-
Provisões sobre Outros Valores e Responsabilidades Prováveis	Provisões líquidas de anulações	51 972	-	-	51 972
Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa e Prestação de Garantias	Imparidade para crédito a Clientes líquida de reversões e recuperações	(4 587 350)	-	-	(4 587 350)
Resultados não operacional	Outras reservas e resultados transitados	413 639	413 639	-	-
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO</b>	<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO</b>	<b>(27 709 407)</b>	<b>(373 680)</b>	<b>(821 058)</b>	<b>(28 156 785)</b>
Encargos sobre o resultado corrente	Impostos sobre os resultados - Correntes	(3 657 811)	-	-	(3 838 572)
	Impostos sobre os resultados - Diferidos	-	-	-	180 761
	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>37 866 257</b>	-	-	<b>37 866 257</b>

É entendimento do Conselho de Administração do Banco que a adopção plena das normas internacionais de contabilidade / normas internacionais de relato financeiro não produziu efeitos

materiais nos capitais próprios do Banco. Desta forma, não foram registados ajustamentos de transição com impacto nos capitais próprios do Banco na data de transição.

## 5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
<b>Caixa</b>		
Notas e moedas nacionais	17 875 060	21 309 607
Notas e moedas estrangeiras		
Em Dólares dos Estados Unidos	5 194 959	16 570 261
Em outras divisas	356 185	1 171 290
	<b>23 426 204</b>	<b>39 051 158</b>
<b>Disponibilidades no Banco Central</b>		
Depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola (BNA)		
Em moeda nacional	217 282 075	191 214 834
Em Dólares dos Estados Unidos	38 446 306	25 562 267
	<b>279 154 585</b>	<b>255 828 259</b>

Os depósitos à ordem no BNA em moeda nacional e moeda estrangeira visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas obrigatórias e não são remunerados.

Em 31 de Dezembro de 2016, as reservas obrigatórias são apuradas nos termos do disposto no Instrutivo n.º 02/2016 de 11 de Abril e do Instrutivo n.º 04/2016 de 13 de Maio, e são constituídas em moeda estrangeira e em moeda nacional, respectivamente, em função da correspondente denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência, devendo ser mantidas durante todo o período a que se referem.

Em 31 de Dezembro de 2016, a exigibilidade de manutenção de reservas obrigatórias é apurada através da aplicação de uma taxa de 30% sobre a média aritmética dos passivos elegíveis em moeda nacional e de uma taxa de 15% sobre a média aritmética dos passivos elegíveis em moeda estrangeira.

O Instrutivo n.º 02/2016 prevê que, para o cumprimento de reservas obrigatórias em moeda estrangeira, são elegíveis os

seguintes activos com as respectivas ponderações: (i) saldo da conta de depósitos em moeda estrangeira domiciliada no Banco Nacional de Angola (20%); (ii) Obrigações do tesouro em moeda estrangeira pertencentes à carteira própria do Banco emitidas a partir de Janeiro de 2015 (80%). O Instrutivo n.º 04/2016, alterou a elegibilidade dos activos para o cumprimento de reservas em moeda nacional, sendo elegíveis os seguintes activos e respectivas ponderações: (i) saldo da conta de depósitos em moeda nacional domiciliada no Banco Nacional de Angola (80%); (ii) Obrigações do tesouro pertencentes à carteira própria do Banco emitidas a partir de Janeiro de 2015 e o montante total relativo aos contratos de financiamento realizados com o Ministério das Finanças (20%).

Em 31 de Dezembro de 2015, a exigibilidade de manutenção de reservas obrigatórias era apurada através da aplicação de uma taxa de 25% sobre a média aritmética dos passivos elegíveis em moeda nacional e de uma taxa de 15% sobre a média aritmética dos passivos elegíveis em moeda estrangeira.

## 6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
<b>Disponibilidades em instituições financeiras no estrangeiro</b>		
Depósitos à ordem	38 031 194	50 678 631
Cheques a cobrar – no País	0	362 888
	<b>38 031 194</b>	<b>51 041 519</b>

## 7. APLICAÇÕES EM BANCOS CENTRAIS E EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	
	2016	2015	2016	2015
<b>APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO:</b>				
<b>Aplicações em Instituições de Crédito no Estrangeiro:</b>				
Banco BPI, S.A.				
Em Dólares dos Estados Unidos	150 000 000	455 000 000	24 885 450	61 568 325
Em Euros	298 000 000	-	55 242 942	-
Deutsche Bank AG				
Em Dólares dos Estados Unidos	20 001 259	16 361 707	3 318 269	2 213 984
La Caixa				
Em Dólares dos Estados Unidos	50 000 000	300 000 000	8 295 150	40 594 500
			<b>91 741 811</b>	<b>104 376 809</b>
<b>Aplicações em Instituições de Crédito no País:</b>				
Outras Instituições de crédito no país				
Em Kwanzas	10 635 400 000	10 635 400 000	10 635 400	10 635 400
Em Dólares dos Estados Unidos	20 816 736	73 976 736	3 453 559	10 010 161
			<b>14 088 959</b>	<b>20 645 561</b>
Proveitos a Receber			1 380 958	945 447
			<b>107 211 728</b>	<b>125 967 817</b>
<b>OPERAÇÕES DE COMPRA DE TÍTULOS DE TERCEIROS COM ACORDO DE REVENDA:</b>				
Banco Nacional de Angola				
Em Kwanzas			-	9 000 000
Proveitos a Receber			-	38 015
			-	<b>9 038 015</b>
			<b>107 211 728</b>	<b>135 005 832</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as aplicações em bancos centrais e outras instituições de crédito apresentavam prazos residuais de vencimento inferiores a 3 meses.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as aplicações em instituições de crédito venciam juros às seguintes taxas médias anuais:

	2016	2015
Em Dólares dos Estados Unidos	1,12%	0,66%
Em Euros	0%	n.a.
Em Kwanzas	15,81%	10,71%

Em 31 de Dezembro de 2015, as operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda apresentavam prazos residuais de vencimento inferiores a três meses e venciam juros à taxa média anual de 6,73% (em Kwanzas).

## 8. ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

A composição dos activos financeiros ao justo valor através de resultados é apresentada como segue:

	2016	2015
<b>Títulos de dívida:</b>		
Bilhetes do Tesouro	293 454 262	54 416 004
Obrigações do Tesouro	42 952 230	20 326 331
	<b>336 406 492</b>	<b>74 742 335</b>
<b>Operações derivadas – Forwards cambiais</b>	1 355 591	3 099 262
<b>Títulos de capital:</b>		
Acções - Visa Incl. - Class C (Série I)	179 866	145 821
	<b>337 941 949</b>	<b>77 987 418</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco detém Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano (nível de risco A), para transaccionar em mercado secundário com outros bancos ou com os seus Clientes. Os Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro estão registados pelo respectivo valor de aquisição, acrescido dos juros corridos e da amortização dos prémios ou descontos na aquisição, por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado, uma vez que não existe uma cotação em mercado activo com transacções regulares.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o valor de balanço dos títulos registados ao justo valor através de resultados inclui juros corridos no montante de 16.960.342 mAKZ e 1.738.501 mAKZ, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a carteira de títulos de capital registados ao justo valor através de resultados refere-se a 13.896 acções Class C (Série I) da Visa Inc. Estes títulos são valorizados de acordo com a respectiva cotação em mercado activo.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as variações de valor dos títulos de dívida registados ao justo valor através de resultados e as valias realizadas pelo Banco resultantes de transacções destes títulos encontram-se registadas na rubrica de “Resultados de Activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados” da demonstração de resultados.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de “Operações derivadas – Forwards cambiais” tem a seguinte composição:

	2016	2015
<b>Operações derivadas:</b>		
Proveitos a receber de instrumentos financeiros derivados	220 568	441 731
Reavaliação positiva de instrumentos financeiros derivados	1.135.023	2.657.531
	<b>1.355.591</b>	<b>3.099.262</b>
Custos a pagar de instrumentos financeiros derivados	(1.510.796)	(3.798.920)
	<b>(155.205)</b>	<b>(699.658)</b>

Em 31 de Dezembro de 2016, os instrumentos financeiros derivados correspondem a vinte e oito forwards cambiais contratados com sociedades não financeiras e têm prazos de maturidade entre os meses de Janeiro e Março de 2017. Em 31 de Dezembro de 2015, os instrumentos financeiros derivados correspondiam a vinte e cinco forwards cambiais contratados com sociedades não financeiras e tinham os prazos de maturidade entre os meses de Janeiro e Março de 2016.

## 9. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

2016										
Nível de risco	País	Moeda	Valor nominal	Custo de Aquisição	Prémio/desconto corrido	Juros corridos	Valor de balanço	Imparidade	Taxa de juro média	
<b>TÍTULOS DE DÍVIDA</b>										
	A	Angola	AKZ	-	-	-	-	-	0.00%	
<b>Obrigações do Tesouro em moeda nacional:</b>										
	A	Angola	AKZ	42,122,560	579,432	550,859	43,252,851	-	6.32%	
	A	Angola	AKZ	103,198,000	1,066,714	1,268,592	102,757,219	-	7.52%	
	A	Angola	USD	111,943,049	823,726	1,063,264	112,730,003	-	4.84%	
				<b>258,063,342</b>	<b>2,469,872</b>	<b>2,882,715</b>	<b>258,740,073</b>	-		

2015										
Nível de risco	País	Moeda	Valor nominal	Custo de Aquisição	Prémio/desconto corrido	Juros corridos	Valor de balanço	Imparidade	Taxa de juro média	
<b>TÍTULOS DE DÍVIDA</b>										
	A	Angola	AKZ	76,146,960	5,338,124	-	75,120,110	-	6.26%	
<b>Obrigações do Tesouro em moeda nacional:</b>										
	A	Angola	AKZ	63,637,442	827,586	959,705	64,014,854	-	7.73%	
	A	Angola	AKZ	180,920,800	984,744	2,413,734	180,699,270	-	7.43%	
	A	Angola	USD	91,303,796	532,929	725,915	91,665,421	-	4.50%	
				<b>412,008,998</b>	<b>7,683,383</b>	<b>4,099,354</b>	<b>411,499,655</b>	-		

## 10. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
<b>Crédito interno</b>		
Descobertos em depósitos à ordem:		
Em moeda nacional	836 876	1 572 184
Em moeda estrangeira	516 574	937 663
	<b>1 353 449</b>	<b>2 509 847</b>
Outros créditos		
Em moeda nacional	77 928 194	78 956 583
Em moeda estrangeira	23 524 231	23 123 696
	<b>101 452 425</b>	<b>102 080 279</b>
Empréstimos		
Em moeda nacional	60 756 205	50 599 957
Em moeda estrangeira	69 647 410	66 312 751
	<b>130 403 616</b>	<b>116 912 708</b>
<b>Crédito ao exterior</b>	39 478	20 933
Total de crédito vincendo	<b>233 248 968</b>	<b>221 523 767</b>
Crédito e juros vencidos		
Capital e juros	11 636 413	10 710 250
Total de crédito concedido	<b>244 885 381</b>	<b>232 234 017</b>
Proveitos a receber de crédito concedido	4 662 589	3 147 908
	<b>249 547 970</b>	<b>235 381 925</b>
Imparidade para crédito	(14 237 099)	(14 585 970)
	<b>235 310 871</b>	<b>220 795 955</b>

Em 31 de Dezembro de 2016, o crédito concedido a Clientes vence juros à taxa média anual de 13,52% para o crédito concedido em moeda nacional e de 6,6% para o crédito concedido em moeda estrangeira, respectivamente (10,89% em moeda nacional e 6,44% em moeda estrangeira em 31 de Dezembro de 2015).

A carteira de crédito, apresenta a seguinte estrutura:

Segmento	Exposição 2016				Imparidade 2016			
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade total (Nota 18)	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Cartões de crédito	675 854	706 592	-	8 665	-	15 388	8 240	7 148
Consumo Geral	33 343 510	32 639 360	192 566	664 746	1 203	1 337 575	807 796	529 779
Crédito Automóvel	1 146 406	1 140 195	-	6 210	-	24 059	18 682	5 377
Crédito Habitação	24 748 848	24 510 569	123 022	238 279	235	1 813 365	1 607 139	206 226
Descobertos	264 167	150 746	-	113 421	-	89 610	1 549	88 061
Empresas Exposições Menos Significativas	3 308 766	3 108 773	52 624	199 994	28 476	230 210	76 487	153 723
Empresas Exposições Significativas	122 948 468	113 164 299	1 940 404	9 784 169	2 344 363	10 416 229	2 470 253	7 945 976
Sector Público	63 111 951	62 491 023	-	620 929	-	310 663	285	310 378
<b>Exposição patrimonial</b>	<b>249 547 970</b>	<b>237 911 557</b>	<b>2 308 616</b>	<b>11 636 413</b>	<b>2 374 277</b>	<b>14 237 099</b>	<b>4 990 431</b>	<b>9 246 668</b>
Créditos Documentários e Garantias Prestadas (Nota 28)	38 653 396	38 653 396	-	-	-	354 536	354 536	-
<b>Exposição total</b>	<b>288 201 366</b>	<b>276 564 953</b>	<b>2 308 616</b>	<b>11 636 413</b>	<b>2 374 277</b>	<b>14 591 635</b>	<b>5 344 967</b>	<b>9 246 668</b>

Segmento	Exposição 2015				Imparidade 2015			
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade total (Nota 18)	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Cartões de crédito	1 353 558	1 318 082	-	35 473	-	67 328	42 655	24 673
Consumo Geral	30 688 031	30 273 647	179 930	414 384	1 375	1 449 862	1 151 024	298 838
Crédito Automóvel	1 869 161	1 865 054	-	4 107	-	69 703	67 664	2 039
Crédito Habitação	23 506 916	23 282 420	-	224 496	-	1 792 023	1 618 560	173 463
Descobertos	677 441	319 709	-	357 732	-	346 205	9 817	336 388
Empresas Exposições Menos Significativas	3 721 105	3 499 480	91 238	221 625	12 568	253 121	107 811	145 310
Empresas Exposições Significativas	113 778 713	104 832 587	4 435 236	8 946 129	1 366 440	10 308 775	5 735 519	4 573 256
Sector Público	59 787 000	59 280 696	-	506 304	-	298 953	45 800	253 153
<b>Exposição patrimonial</b>	<b>235 381 925</b>	<b>224 671 675</b>	<b>4 706 404</b>	<b>10 710 250</b>	<b>1 380 383</b>	<b>14 585 970</b>	<b>8 778 850</b>	<b>5 807 120</b>
Créditos Documentários e Garantias Prestadas (Nota 28)	57 598 250	57 598 250	4 715	-	-	1 102 145	1 102 145	-
<b>Exposição total</b>	<b>292 980 175</b>	<b>282 269 925</b>	<b>4 711 119</b>	<b>10 710 250</b>	<b>1 380 383</b>	<b>15 688 115</b>	<b>9 880 995</b>	<b>5 807 120</b>



Segmento	Exposição 2016						Imparidade 2016			
	Exposição Total	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento	Imparidade total (Nota 18)	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30 dias					Dias de atraso entre 30 a 90 > 90	Dias de atraso < 30		Dias de atraso entre 30 a 90
		Sem indícios	Com indícios	Sub-total						
Cartões de crédito	675 854	663 986	2 936	666 922	852	8 079	15 388	8 138	185	7 066
Consumo Geral	33 343 510	31 823 771	5 467	31 829 238	249 223	1 250 890	1 337 576	347 238	28 734	961 603
Crédito Automóvel	1 146 406	1 129 058	783	1 129 841	4 379	11 803	24 059	12 051	241	11 768
Crédito Habitação	24 748 848	22 431 052	6 403	22 437 455	409 514	1 897 607	1 813 365	303 041	20 802	1 489 523
Descobertos	264 167	150 429	308	150 737	7 328	106 101	89 610	1 538	902	87 168
Empresas Exposições Menos Significativas	3 308 766	2 969 859	2 051	2 971 910	77 900	258 359	230 209	28 035	17 154	185 020
Empresas Exposições Significativas	122 948 468	112 384 458	44	112 384 502	1 231 249	9 352 129	10 416 229	2 147 154	959 238	7 309 837
Sector Público	63 111 951	62 491 024	-	62 491 024	172	620 756	310 663	285	-	310 378
<b>Exposição patrimonial</b>	<b>249 547 970</b>	<b>234 043 637</b>	<b>17 992</b>	<b>234 061 629</b>	<b>1 980 617</b>	<b>13 505 724</b>	<b>14 237 099</b>	<b>2 847 480</b>	<b>1 027 256</b>	<b>10 362 363</b>
Créditos Documentários e Garantias Prestadas (Nota 28)	38 653 396	38 653 396	-	38 653 396	-	-	354 536	-	-	-
<b>Exposição total</b>	<b>288 201 366</b>	<b>272 697 033</b>	<b>17 992</b>	<b>272 715 025</b>	<b>1 980 617</b>	<b>13 505 724</b>	<b>14 591 635</b>	<b>3 202 016</b>	<b>1 027 256</b>	<b>10 362 363</b>

Segmento	Exposição 2015						Imparidade 2015			
	Exposição Total	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento	Imparidade total (Nota 18)	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30 dias					Dias de atraso entre 30 a 90 > 90	Dias de atraso < 30		Dias de atraso entre 30 a 90
		Sem indícios	Com indícios	Sub-total						
Cartões de crédito	1 353 558	1 323 451	(7 970)	1 315 481	8 724	29 353	67 328	42 569	422	24 338
Consumo Geral	30 688 031	29 348 653	63 580	29 412 233	286 652	989 146	1 449 862	882 949	14 976	551 936
Crédito Automóvel	1 869 161	1 850 636	3 058	1 853 694	7 335	8 132	69 703	64 710	220	4 773
Crédito Habitação	23 506 916	21 317 587	162 370	21 479 957	299 214	1 727 746	1 792 023	656 721	17 219	1 118 083
Descobertos	677 441	101 715	43 551	145 266	182 113	350 061	346 205	4 583	5 720	335 901
Empresas Exposições Menos Significativas	3 721 105	2 840 463	493 255	3 333 718	142 539	244 846	253 121	91 145	5 609	156 367
Empresas Exposições Significativas	113 778 713	60 144 715	37 378 714	97 523 429	1 481 696	14 773 591	10 308 775	5 023 282	177 132	5 108 362
Sector Público	59 787 000	-	57 752 799	57 752 799	1 233	2 032 967	298 953	-	-	298 953
<b>Exposição patrimonial</b>	<b>235 381 925</b>	<b>116 927 220</b>	<b>95 889 357</b>	<b>212 816 577</b>	<b>2 409 506</b>	<b>20 155 842</b>	<b>14 585 970</b>	<b>6 765 959</b>	<b>221 298</b>	<b>7 598 713</b>
Créditos Documentários e Garantias Prestadas (Nota 28)	57 598 250	57 598 250	-	57 598 250	-	-	1 102 145	-	-	-
<b>Exposição total</b>	<b>292 980 175</b>	<b>174 525 470</b>	<b>95 889 357</b>	<b>270 414 827</b>	<b>2 409 506</b>	<b>20 155 842</b>	<b>15 688 115</b>	<b>7 868 104</b>	<b>221 298</b>	<b>7 598 713</b>

Apresenta-se de seguida o detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de concessão das operações:

Segmento	2016													
	Cartões de crédito			Consumo Geral			Crédito Automóvel			Crédito Habitação			Descobertos	
	Nº de operações	Montante	Imparidade constituída	Nº de operações	Montante	Imparidade constituída	Nº de operações	Montante	Imparidade constituída	Nº de operações	Montante	Imparidade constituída	Nº de operações	Montante
2012 e anteriores	6 298	22 968	6 832	3 816	1 348 215	244 021	422	139 000	7 819	20 581 871	1 656 121	11 356	103 233	53 472
2013	2 288	23 907	640	1 804	1 142 416	256 243	246	245 520	4 527	1 372 118	15 971	1 891	14 181	8 554
2014	5 847	332 804	4 437	7 614	3 556 313	345 756	250	383 982	7 943	1 101 181	11 427	2 006	14 703	9 387
2015	3 482	250 374	3 021	10 081	10 368 713	317 505	153	307 924	3 073	1 226 264	78 437	2 255	29 617	11 101
2016	364	45 801	458	9 308	16 927 853	174 050	17	69 980	697	467 414	51 409	2 876	102 433	7 096
<b>Total</b>	<b>18 279</b>	<b>675 854</b>	<b>15 388</b>	<b>32 623</b>	<b>33 343 510</b>	<b>1 337 575</b>	<b>1 088</b>	<b>1 146 406</b>	<b>24 059</b>	<b>24 748 848</b>	<b>1 813 365</b>	<b>20 384</b>	<b>264 167</b>	<b>89 610</b>

Segmento	2016											
	Empresas Exposições Menos Significativas			Empresas Exposições Significativas			Sector Público			Créditos Documentários e Garantias Prestadas		
	Nº de operações	Montante	Imparidade constituída	Nº de operações	Montante	Imparidade constituída	Nº de operações	Montante	Imparidade constituída	Nº de operações	Montante	Imparidade constituída
2012 e anteriores	17 051	442 541	46 823	111	40 866 564	6 387 091	10	2 505 778	310 644	44	2 141 355	9 792
2013	2 369	292 300	52 054	43	7 503 311	381 709	2	20 370 033	-	8	2 464 285	24 683
2014	5 785	689 122	50 405	83	17 060 165	1 794 913	3	35 342 277	19	41	12 013 434	102 056
2015	3 557	765 785	63 419	106	28 393 783	628 877	-	-	-	29	5 144 783	51 765
2016	693	1 119 018	17 509	120	29 124 645	1 223 639	1	4 893 863	-	109	16 889 539	166 240
<b>Total</b>	<b>29 455</b>	<b>3 308 766</b>	<b>230 210</b>	<b>463</b>	<b>122 948 468</b>	<b>10 416 229</b>	<b>16</b>	<b>63 111 951</b>	<b>310 663</b>	<b>231</b>	<b>38 653 396</b>	<b>354 536</b>

2015

Segmento	Cartões de crédito			Consumo Geral			Crédito Automóvel			Crédito Habitação			Descobertos		
	Nº de operações	Montante	Imparidade constituída	Nº de operações	Montante	Imparidade constituída	Nº de operações	Montante	Imparidade constituída	Nº de operações	Montante	Imparidade constituída	Nº de operações	Montante	Imparidade constituída
	2011 e anteriores	5 349	259 332	29 890	3 572	1 116 492	287 084	239	57 185	2 887	1 494	17 560 043	1 609 875	16 317	455 100
2012	2 087	58 850	2 873	1 912	1 197 104	40 421	387	391 403	15 562	136	2 396 487	81 736	1 937	35 510	26 238
2013	2 996	83 644	4 877	7 100	3 755 738	306 286	275	427 708	16 532	56	1 270 272	37 846	1 529	27 520	17 158
2014	11 479	563 960	17 941	8 937	8 170 060	329 477	276	560 745	21 748	52	1 108 004	29 722	921	14 080	6 977
2015	6 806	387 772	11 747	10 785	16 448 637	486 594	173	432 120	12 974	85	1 172 110	32 844	825	145 231	5 469
<b>Total</b>	<b>28 717</b>	<b>1 353 558</b>	<b>67 328</b>	<b>32 306</b>	<b>30 688 031</b>	<b>1 449 862</b>	<b>1 350</b>	<b>1 869 161</b>	<b>69 703</b>	<b>1 823</b>	<b>23 506 916</b>	<b>1 792 023</b>	<b>21 529</b>	<b>677 441</b>	<b>346 205</b>

2015

Segmento	Empresas Exposições Menos Significativas			Empresas Exposições Significativas			Sector Público			Créditos Documentários e Garantias Prestadas		
	Nº de operações	Montante	Imparidade constituída	Nº de operações	Montante	Imparidade constituída	Nº de operações	Montante	Imparidade constituída	Nº de operações	Montante	Imparidade constituída
	2011 e anteriores	14 567	232 333	39 952	137	30 778 859	3 667 255	11	2 034 221	298 953	49	802 423
2012	1 957	328 445	53 726	70	15 433 300	2 183 156	1	1	-	5	721 924	6 495
2013	1 835	478 447	35 527	69	11 480 212	764 677	1	20 278 314	-	16	2 988 304	89 145
2014	317	1 216 814	86 520	152	25 559 281	1 810 376	3	37 474 464	-	91	34 457 135	431 337
2015	355	1 465 066	37 396	205	30 527 061	1 883 311	-	-	-	312	18 628 464	532 514
<b>Total</b>	<b>19 031</b>	<b>3 721 105</b>	<b>253 121</b>	<b>633</b>	<b>113 778 713</b>	<b>10 308 775</b>	<b>16</b>	<b>59 787 000</b>	<b>298 953</b>	<b>473</b>	<b>57 598 250</b>	<b>1 102 145</b>

O detalhe do montante de exposição bruta de crédito e do montante de imparidade constituída para as exposições analisadas individual e colectivamente, por segmento e sector de actividade corresponde ao seguinte:

Por segmento:	Cartões de crédito		Consumo Geral		Crédito Automóvel		Crédito Habitação		Descobertos	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade colectiva	673 120	15 186	31 010 010	723 016	1 145 622	23 277	23 048 917	1 074 541	262 463	89 583
Imparidade individual	2 734	202	2 333 500	614 559	784	782	1 699 931	738 824	1 704	27
<b>Total</b>	<b>675 854</b>	<b>15 388</b>	<b>33 343 510</b>	<b>1 337 575</b>	<b>1 146 406</b>	<b>24 059</b>	<b>24 748 848</b>	<b>1 813 365</b>	<b>264 167</b>	<b>89 610</b>

Por segmento:	Empresas Exposições Memos Significativas		Empresas Exposições Significativas		Sector Público		Créditos Documentários e Garantias Prestadas	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade colectiva	2 699 301	146 547	10 206 723	62 179	172	-	-	-
Imparidade individual	609 465	83 663	112 741 745	10 354 050	63 111 779	310 663	38 653 396	354 536
<b>Total</b>	<b>3 308 766</b>	<b>230 210</b>	<b>122 948 468</b>	<b>10 416 229</b>	<b>63 111 951</b>	<b>310 663</b>	<b>38 653 396</b>	<b>354 536</b>

Por sector de actividade:	Act. imobiliárias aluguer e serviços prest. por empresas		Actividades recreativas culturais e desportivas		Administração púb. defesa e seg. social obrigatória		Agricultura Silvicultura e Pesca		Alojamento e restauração	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade colectiva	2 253 386	48 084	20 947	272	-	-	331 853	14 755	332 195	16 748
Imparidade individual	12 050 750	162 712	179 786	1 795	60 943 111	3 388	14 896 767	363 101	4 794 965	433 210
<b>Total</b>	<b>14 304 136</b>	<b>210 796</b>	<b>200 733</b>	<b>2 067</b>	<b>60 943 111</b>	<b>3 388</b>	<b>15 228 620</b>	<b>377 856</b>	<b>5 127 160</b>	<b>449 958</b>

Por sector de actividade:	Bancos e Seguros		Comércio por grosso e retalho		Construção		Educação		Indústrias extractivas	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade colectiva	2 640	2 636	4 008 954	61 834	5 877 543	34 948	71 680	1 255	30 591	914
Imparidade individual	6 830 544	68 293	10 750 133	2 246 209	51 365 451	4 103 246	608 458	305 068	2 581 823	318 796
<b>Total</b>	<b>6 833 184</b>	<b>70 929</b>	<b>14 759 087</b>	<b>2 308 043</b>	<b>57 242 994</b>	<b>4 138 194</b>	<b>680 138</b>	<b>306 323</b>	<b>2 612 414</b>	<b>319 710</b>

Por sector de actividade:	Indústrias transformadoras		Outras empresas de serviços		Particulares		Produção e distribuição de electricidade gás e água		Saúde e acção social		Transportes armazenagem e comunicações	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade colectiva	159 552	3 168	439 636	10 148	58 116 799	1 940 075	2	22 411	224	2 042 399	27 531	
Imparidade individual	13 633 926	115 747	13 815 098	496 487	6 861 414	1 382 486	731 270	1 351 316	1 986	10 762 341	1 695 249	
<b>Total</b>	<b>13 793 478</b>	<b>118 915</b>	<b>14 254 734</b>	<b>506 635</b>	<b>64 978 213</b>	<b>3 322 561</b>	<b>731 270</b>	<b>1 373 727</b>	<b>2 210</b>	<b>12 804 740</b>	<b>1 722 780</b>	

Por segmento: 2015	Cartões de crédito		Consumo Geral		Crédito Automóvel		Crédito Habitação		Descobertos	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade colectiva	1 340 654	66 048	27 861 728	1 052 607	1 869 161	69 703	21 939 362	1 178 901	501 211	340 918
Imparidade individual	12 904	1 280	2 826 303	397 255	-	-	1 567 554	613 122	176 230	5 287
<b>Total</b>	<b>1 353 558</b>	<b>67 328</b>	<b>30 688 031</b>	<b>1 449 862</b>	<b>1 869 161</b>	<b>69 703</b>	<b>23 506 916</b>	<b>1 792 023</b>	<b>677 441</b>	<b>346 205</b>

Por segmento: 2015	Empresas Exposições Menos Significativas		Empresas Exposições Significativas		Sector Público		Créditos Documentários e Garantias Prestadas	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade colectiva	3 050 556	131 133	1 724 864	28 601	-	-	3 056 974	15 860
Imparidade individual	670 549	121 988	112 053 849	10 280 174	59 787 000	298 953	54 541 276	1 086 285
<b>Total</b>	<b>3 721 105</b>	<b>253 121</b>	<b>113 778 713</b>	<b>10 308 775</b>	<b>59 787 000</b>	<b>298 953</b>	<b>57 598 250</b>	<b>1 102 145</b>

Por sector de actividade: 2015	Act. imobiliárias aluguer e serviços prest. por empresas		Actividades recreativas culturais e desportivas		Administração públ. defesa e seg. social obrigatória		Agricultura Silvicultura e Pesca		Alojamento e restauração	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade colectiva	458 164	13 704	41 556	1 936	16 576	436	157 004	32 910	164 376	4 236
Imparidade individual	8 663 205	352 786	373 025	11 146	58 975 725	15 692	12 253 883	435 837	3 807 492	293 378
<b>Total</b>	<b>9 121 369</b>	<b>366 490</b>	<b>414 581</b>	<b>13 082</b>	<b>58 992 301</b>	<b>16 128</b>	<b>12 410 887</b>	<b>468 747</b>	<b>3 971 868</b>	<b>297 614</b>

Por sector de actividade: 2015	Bancos e Seguros		Comércio por grosso e retalho		Construção		Educação		Indústrias extractivas	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade colectiva	1 869	1 869	998 574	54 550	3 097 705	9 482	106 464	3 388	55 467	1 673
Imparidade individual	2 799 562	8 753	18 170 819	2 870 572	57 829 402	3 863 643	606 704	59 552	2 951 252	499 433
<b>Total</b>	<b>2 801 431</b>	<b>10 622</b>	<b>19 169 393</b>	<b>2 925 122</b>	<b>60 927 107</b>	<b>3 873 125</b>	<b>713 168</b>	<b>62 940</b>	<b>3 006 719</b>	<b>501 106</b>

Por sector de actividade: 2015	Indústrias transformadoras		Outras empresas de serviços		Particulares		Produção e distribuição de electricidade gás e água		Saúde e acção social		Transportes, armazenagem e comunicações	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade colectiva	90 104	2 841	166 251	5 342	55 768 315	2 745 082	5 258	891	52 033	1 728	164 795	3 700
Imparidade individual	17 249 087	944 659	13 615 622	473 540	9 066 406	1 099 542	2 759 293	403 631	1 171 414	15 442	21 342 773	1 456 741
<b>Total</b>	<b>17 339 191</b>	<b>947 500</b>	<b>13 781 873</b>	<b>478 882</b>	<b>64 834 721</b>	<b>3 844 624</b>	<b>2 764 551</b>	<b>404 522</b>	<b>1 223 447</b>	<b>17 170</b>	<b>21 507 568</b>	<b>1 460 441</b>

Os créditos concedidos pelo BFA foram, na sua totalidade, desembolsados junto de empresas e particulares residentes em território Angolano.

O detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada é o seguinte:

2016	2016								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Nº de operações	Exposição	Imparidade	Nº de operações	Exposição	Imparidade	Nº de operações	Exposição	Imparidade
Novo contrato	23	1 996 863	266 563	14	2 367 985	2 258 254	37	4 364 848	2 524 817
Extensão de prazo	2	311 753	41 038	3	6 292	5 294	5	318 045	46 332
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>2 308 616</b>	<b>307 601</b>	<b>17</b>	<b>2 374 277</b>	<b>2 263 548</b>	<b>42</b>	<b>4 682 893</b>	<b>2 571 149</b>

2015	2015								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Nº de operações	Exposição	Imparidade	Nº de operações	Exposição	Imparidade	Nº de operações	Exposição	Imparidade
Novo contrato	22	4 225 231	1 679 525	13	1 376 316	1 097 380	35	5 601 547	2 776 905
Extensão de prazo	1	485 888	7 395	1	4 067	68	2	489 955	7 463
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>4 711 119</b>	<b>1 686 920</b>	<b>14</b>	<b>1 380 383</b>	<b>1 097 448</b>	<b>37</b>	<b>6 091 502</b>	<b>2 784 368</b>

O movimento de entradas e saídas na carteira de créditos reestruturados foi o seguinte:

	2016	2015
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	6 091 502	5 382 813
Créditos reestruturados no período	305 874	885 335
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(1 714 483)	(176 646)
<b>Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)</b>	<b>4 682 893</b>	<b>6 091 502</b>

O detalhe do justo valor das garantias subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação apresenta a seguinte composição:

2016	2016											
	Empresas				Construção e promoção imobiliária				Habitação			
	Imóveis	Montante	Número	Outras garantias reais	Imóveis	Montante	Número	Outras garantias reais	Imóveis	Montante	Número	Outras garantias reais
Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número
< 50Makz	71	1 727 472	140	1 754 465	7	194 754	14	219 231	1 101	25 239 366	303	127 774
>=50MAOA e < 100 MAOA	33	2 480 401	30	1 400 919	2	131 292	1	-	117	7 400 647	56	243 128
>= 100 MAOA e < 500 MAOA	70	13 293 189	37	5 001 222	3	722 383	7	1 275 567	26	4 467 452	14	529 928
>= 500 MAOA e < 1000 MAOA	16	11 887 738	16	3 954 920	2	1 515 358	4	3 520 430	1	729 973	-	-
>= 1000 MAOA e < 2000 MAOA	12	17 439 188	10	11 035 817	3	4 376 272	4	5 124 272	-	-	-	-
>= 2000 MAOA e < 5000 MAOA	3	5 204 543	-	-	2	4 484 491	2	5 150 431	-	-	-	-
>= 5.000 MAOA	3	70 946 593	-	-	1	13 779 074	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>208</b>	<b>122 979 124</b>	<b>233</b>	<b>23 147 343</b>	<b>20</b>	<b>25 203 624</b>	<b>32</b>	<b>15 289 931</b>	<b>1 245</b>	<b>37 837 438</b>	<b>373</b>	<b>900 830</b>

2015	2015											
	Empresas				Construção e promoção imobiliária				Habitação			
	Imóveis	Montante	Número	Outras garantias reais	Imóveis	Montante	Número	Outras garantias reais	Imóveis	Montante	Número	Outras garantias reais
Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número
< 50Makz	80	1 533 964	143	1 795 319	6	152 646	16	286 031	1 247	24 795 139	12	214 503
>=50MAOA e < 100 MAOA	34	2 573 416	12	785 368	2	109 626	2	126 930	54	3 565 630	5	255 151
>= 100 MAOA e < 500 MAOA	96	18 993 651	21	3 555 801	7	1 170 856	5	1 020 886	15	2 610 335	3	412 711
>= 500 MAOA e < 1000 MAOA	10	6 694 552	2	1 549 850	5	1 736 398	6	4 521 394	-	-	-	-
>= 1000 MAOA e < 2000 MAOA	9	9 104 079	7	8 417 086	3	5 010 823	2	2 858 521	-	-	-	-
>= 2000 MAOA e < 5000 MAOA	9	26 481 281	-	-	1	4 736 025	-	-	-	-	-	-
>= 5.000 MAOA	2	53 129 946	1	8 260 200	1	11 238 587	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>240</b>	<b>118 510 889</b>	<b>186</b>	<b>24 363 624</b>	<b>25</b>	<b>24 154 961</b>	<b>31</b>	<b>8 813 762</b>	<b>1 316</b>	<b>30 971 104</b>	<b>20</b>	<b>882 365</b>

O rácio financiamento-garantia dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação apresenta a seguinte estrutura:

	2016				
	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
<b>Empresas</b>					
Sem garantia associada	-	-	32 264 029	3 216 551	4 147 248
< 50%	64	30	970 923	6 225	3 124 436
> = 50% e < 75%	2	12	366 349	1 048 511	53 944
> = 75% e < 100%	-	29	7 482 061	27 485	123 016
> = 100%	142	162	24 161 405	3 069 114	527 801
<b>Construção e promoção imobiliária</b>					
Sem garantia associada	-	-	17 030 026	1 602 465	2 157 589
< 50%	6	2	353 200	-	564 670
> = 50% e < 75%	-	-	-	-	85 134
> = 75% e < 100%	1	8	9 260 576	-	13 535
> = 100%	13	22	5 992 949	1 411 632	1 002 198
<b>Habitação</b>					
Sem garantia associada	-	-	1 995 080	28 723	161 035
< 50%	91	28	22 653	720	952 955
> = 50% e < 75%	8	2	123 037	-	2 692
> = 75% e < 100%	20	12	560 182	17 235	12 277
> = 100%	1 126	331	18 879 181	141 986	486 458
	<b>1 473</b>	<b>638</b>	<b>119 461 651</b>	<b>10 570 647</b>	<b>13 414 988</b>

	2015				
	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
<b>Empresas</b>					
Sem garantia associada	-	-	39 449 280	3 037 199	3 526 505
< 50%	100	50	3 837 546	4 480 981	3 111 144
> = 50% e < 75%	1	22	1 652 479	5	49 031
> = 75% e < 100%	5	26	4 541 230	-	123 016
> = 100%	134	90	17 583 763	711	525 139
<b>Construção e promoção imobiliária</b>					
Sem garantia associada	-	-	20 470 453	833 280	1 845 645
< 50%	7	4	2 299 226	1 295 537	525 600
> = 50% e < 75%	-	3	63 909	-	1 909
> = 75% e < 100%	1	6	4 131 103	-	13 535
> = 100%	17	15	6 485 208	-	982 389
<b>Habitação</b>					
Sem garantia associada	-	-	1 414 918	33 368	161 035
< 50%	181	1	2 520 477	163 859	952 955
> = 50% e < 75%	9	-	89 784	55	2 692
> = 75% e < 100%	24	-	409 431	43	12 277
> = 100%	1 102	20	15 985 493	5	486 458
	<b>1 581</b>	<b>237</b>	<b>120 934 300</b>	<b>9 845 043</b>	<b>12 319 330</b>



A distribuição da carteira de crédito medida por graus de risco internos apresenta-se da seguinte forma:

Segmento	2016						Total
	Classe de risco A	Classe de risco B	Classe de risco C	Classe de risco D	Classe de risco E	Classe de risco F	
Cartões de crédito	11	664 101	1 499	618	2 787	189	6 649
Consumo Geral	1 617 807	30 022 491	242 203	75 637	231 976	567 617	585 780
Crédito Automóvel	-	1 129 440	4 229	150	-	-	12 586
Crédito Habitação	43 005	22 180 493	288 605	140 041	588 711	148 591	1 359 402
Descobertos	-	150 430	5 557	2 029	23 163	24 489	58 499
Empresas Exposições Menos Significativas	532 570	2 411 694	82 812	29 181	57 886	39 064	155 559
Empresas Exposições Significativas	31 747 644	76 853 261	2 520 913	434 270	1 526 018	3 216 357	6 650 005
Sector Público	62 462 721	28 474	-	-	620 756	-	-
<b>Exposição patrimonial</b>	<b>96 403 758</b>	<b>133 440 384</b>	<b>3 145 818</b>	<b>681 926</b>	<b>2 430 541</b>	<b>4 617 063</b>	<b>8 828 480</b>
Créditos Documentários e Garantias Prestadas	2 082 722	36 551 642	4 100	-	14 434	-	498
<b>Total</b>	<b>98 486 480</b>	<b>169 992 026</b>	<b>3 149 918</b>	<b>681 926</b>	<b>2 444 975</b>	<b>4 617 063</b>	<b>8 828 978</b>

Segmento	2015						Total
	Classe de risco A	Classe de risco B	Classe de risco C	Classe de risco D	Classe de risco E	Classe de risco F	
Cartões de crédito	-	-	1 316 700	3 949	7 236	1 740	23 934
Consumo Geral	3 401 377	85 412	26 041 821	394 743	136 697	51 277	576 705
Crédito Automóvel	4 076	-	1 834 410	9 380	5 553	6 070	9 672
Crédito Habitação	296 131	-	21 482 149	189 390	370 095	221 450	947 701
Descobertos	-	-	323 435	3 542	12 173	9 153	329 139
Empresas Exposições Menos Significativas	772 149	68 977	2 585 502	34 856	97 003	26 753	135 865
Empresas Exposições Significativas	12 558 280	1 742 451	84 801 836	1 473 188	4 141 148	6 751 237	2 310 570
Sector Público	57 754 032	-	1 526 662	-	-	506 306	-
<b>Exposição patrimonial</b>	<b>74 786 045</b>	<b>1 896 840</b>	<b>139 912 515</b>	<b>2 109 048</b>	<b>4 769 905</b>	<b>7 573 986</b>	<b>4 333 586</b>
Créditos Documentários e Garantias Prestadas	6 048 252	29 996 122	21 532 183	2 735	-	-	18 958
<b>Total</b>	<b>80 834 297</b>	<b>31 892 962</b>	<b>161 444 698</b>	<b>2 111 783</b>	<b>4 769 905</b>	<b>7 573 986</b>	<b>4 352 544</b>

O Banco utiliza para efeitos de classificação interna os níveis de risco definidos pela regulamentação do BNA. Em 31 de Dezembro de 2016, os níveis de risco apresentados na tabela acima estão de acordo com a classificação do Instrutivo n.º 9/2015 do Banco Nacional de Angola relativo à metodologia para constituição de provisões (Instrutivo ainda aplicável para efeitos dos rácios prudenciais). Em 31 de Dezembro de 2015, os níveis de risco do BFA encontram-se em conformidade com a classificação do Aviso n.º 3/2012 do Banco Nacional de Angola sobre a concessão e classificação das operações de crédito.

Os factores de risco associados ao modelo de imparidade por segmento correspondem ao seguinte:

Segmento	Imparidade 2016 - Probabilidades de incumprimento (%)				Imparidade 2015 - Probabilidades de incumprimento (%)			
	< 30 dias sem indícios	< 30 dias com indícios	Entre 30 e 90 dias	Perda dado o incumprimento (%)	< 30 dias sem indícios	< 30 dias com indícios	Entre 30 e 90 dias	Perda dado o incumprimento (%)
Cartões de crédito	5%	32%	55%	83%	3%	72%	53%	100%
Consumo Geral	4%	48%	53%	30%	3%	40%	45%	27%
Crédito Automóvel	1%	47%	55%	16%	2%	47%	56%	21%
Crédito Habitação	3%	80%	n.d.	14%	3%	75%	79%	13%
Descobertos	28%	46%	54%	65%	32%	57%	69%	80%
Empresas Exposições Menos Significativas	6%	28%	n.d.	46%	4%	4%	n.d.	42%
Empresas Exposições Significativas	17%	52%	70%	54%	11%	43%	42%	72%

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o conjunto dos dez maiores devedores representa 47,43% e 37,63%, respectivamente, do total da carteira de crédito (excluindo garantias e créditos documentários).

O movimento nas perdas por imparidade para crédito e para o segmento “Crédito por Assinatura” em 2016 e 2015 é apresentado na Nota 18.

No exercício de 2016 o Banco procedeu ao abate ao activo (“write-off”) de créditos classificados no nível de risco G no montante de 5.642.092 mAKZ (Nota 18) tendo utilizado provisões para créditos de liquidação duvidosa no mesmo montante. No exercício de 2015 o Banco procedeu ao abate ao activo (“write-off”) de créditos no montante de 1.072.725 mAKZ (Nota 18), tendo utilizado as perdas por imparidade constituídas no mesmo montante.

Nos exercícios de 2016 e 2015, verificaram-se recuperações de crédito e juros anteriormente anulados ou abatidos ao activo nos montantes de 390.469 mAKZ e 253.037 mAKZ, respectivamente (Nota 25).

## 11. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Bens não de uso próprio		
Imóveis	73.307	59.791
	<b>73.307</b>	<b>59.791</b>

## 12. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

O detalhe dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 é apresentado como segue:

	2016				
	País	Ano de aquisição	Número de acções	% de participação	Custo aquisição
<b>PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E EQUIPARADAS:</b>					
SOFHA – Sociedade de Fomento Habitacional	Angola	2008	n.a	50%	375
<b>Participações em outras sociedades:</b>					
EMIS – Empresa Interbancária de Serviços:	Angola	2001	59,150	6.50%	
Participação no capital					59 150
Prestações acessórias					383 347
Suprimentos					18 581
Juros suprimentos e prestações acessórias					37 768
					<b>498 846</b>
IMC – Instituto do Mercado de Capitais	Angola	2004	400	2%	337
<b>Total de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos</b>					<b>499 558</b>

	2015				
	País	Ano de aquisição	Número de acções	% de participação	Custo aquisição
<b>PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E EQUIPARADAS:</b>					
SOFHA – Sociedade de Fomento Habitacional	Angola	2008	n.a	50%	375
<b>Participações em outras sociedades:</b>					
EMIS – Empresa Interbancária de Serviços:	Angola	2001	59 150	6.50%	
Participação no capital					59 150
Prestações acessórias					313 985
Suprimentos					15 155
Juros suprimentos e prestações acessórias					37 768
					<b>426 058</b>
Bolsa de Valores e Derivativos de Angola	Angola	2006	3 000	2%	40 595
IMC – Instituto do Mercado de Capitais	Angola	2004	400	2%	337
<b>Total de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos</b>					<b>467 365</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o BFA detém uma participação de 6,50% no capital da EMIS – Empresa Interbancária de Serviços, S.A.R.L. (EMIS), tendo igualmente prestado suprimentos a esta entidade durante os exercícios de 2004 e 2003, os quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. A EMIS foi constituída em Angola com a função de gestão dos meios electrónicos de pagamentos e serviços complementares.

A participação do Banco na EMIS (incluindo prestações acessórias e suprimentos) encontra-se valorizada pelo custo

de aquisição deduzido das perdas por imparidade, constituída e utilizada em exercício anteriores.

Durante o exercício de 2007, o Banco realizou prestações acessórias de USD 250.500, conforme decisão da Assembleia Geral da EMIS de 16 de Novembro de 2007, as quais a partir de 1 de Janeiro de 2008 vencem juros semestralmente à taxa Libor em vigor acrescida de um spread de 3%, não tendo prazo de reembolso definido.

Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da EMIS realizada em 16 de Janeiro de 2009, foi aprovado um aumento de capital no valor de USD 3.526.500 a realizar pelos accionistas, em proporção da participação detida, até 16 de Dezembro de 2010. Durante o exercício de 2010, o Banco efectuou o pagamento no valor total de USD 108.000.

No exercício de 2010, conforme decisão da Assembleia Geral da EMIS de 16 de Julho de 2010 foi deliberado o reforço de prestações acessórias no montante de USD 2.000.000, cabendo ao BFA o montante de USD 117.647. De acordo com a mesma decisão, estas prestações acessórias não são remuneradas.

Em Assembleia Geral da EMIS de 9 de Dezembro de 2011 foi deliberado o aumento de capital no contravalor em Kwanzas de USD 4.800.000 e o reforço de prestações acessórias remuneradas até ao contravalor em Kwanzas de USD 7.800.000. Foi igualmente decidido em Assembleia Geral que o Capital Social passasse a ser denominado em Kwanzas, e que terminasse a paridade entre os accionistas, passando

as participações a ter em conta o grau de utilização dos serviços da EMIS por cada accionista.

O aumento de capital foi realizado pelos accionistas no decorrer do exercício de 2012, tendo o BFA contribuído com 53.099 mAKZ. As prestações acessórias remuneradas foram realizadas pelos accionistas também durante o exercício de 2012, tendo a prestação do BFA ascendido a 193.189 mAKZ. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral da EMIS, estas prestações são remuneradas à taxa de referência do BNA.

No exercício de 2013, conforme decisão na Assembleia Geral da EMIS de 9 de Dezembro de 2011 foi deliberado o reforço de prestações acessórias não remuneradas no montante de USD 1.400.000, cabendo ao BFA o montante de USD 73.684.

Durante os exercícios de 2016 e 2015, estas sociedades não distribuíram dividendos.

### 13. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Estas rubricas apresentam o seguinte movimento durante os exercicios de 2016 e 2015:

	2016					2015				
	Saldos em 31.12.2015		Abates, alienações e outros	Amortizações do exercicio	Transfereências	Aumentos	Saldos em 31.12.2016			
Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido					Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido	
<b>Outros activos tangíveis</b>										
Imóveis de uso	21 369 234	(6 411 318)	(17 880)	364 452	276 681	21 992 487	(7 053 411)	14 939 076		
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	11 244 867	(7 855 131)	(321 352)	-	1 737 216	12 660 731	(9 157 763)	3 502 968		
Imobilizações em curso	702 492	-	-	(364 452)	484 385	822 425	-	822 425		
	33 316 593	(14 266 449)	(339 232)	-	2 498 282	35 475 643	(16 211 174)	19 264 469		
<b>Activos intangíveis</b>										
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	1 512 748	(973 830)	-	-	1 197 316	2 710 064	(1 400 800)	1 309 264		
Gastos de organização e expansão	101 571	(101 571)	-	-	-	101 571	(101 571)	-		
Trespases	93 923	(93 923)	-	-	-	93 923	(93 923)	-		
Outras imobilizações incorpóreas	29	(29)	-	-	-	29	(29)	-		
	1 708 271	(1 169 353)	-	-	1 197 316	2 905 587	(1 596 323)	1 309 264		
	<b>35 024 864</b>	<b>(15 435 802)</b>	<b>(339 232)</b>	<b>-</b>	<b>3 695 598</b>	<b>38 381 230</b>	<b>(17 807 497)</b>	<b>20 573 733</b>		
	Saldos em 31.12.2014		Abates alienações e outros	Amortizações do exercicio	Transfereências	Aumentos	Saldos em 31.12.2015			
Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido					Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido	
<b>Outros activos tangíveis</b>										
Imóveis de uso	19 365 872	(5 690 135)	(969 666)	641 520	2 331 508	21 369 234	(6 411 318)	14 957 916		
Móveis utensílios instalações e equipamentos	9 749 517	(6 660 340)	(11 979)	-	1 507 329	11 244 867	(7 855 131)	3 389 736		
Imobilizações em curso	942 678	-	(15 723)	(641 520)	417 057	702 492	-	702 492		
	30 058 067	(12 350 475)	(997 368)	-	4 255 894	33 316 593	(14 266 449)	19 050 144		
<b>Activos intangíveis</b>										
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	1 076 450	(724 919)	-	-	436 298	1 512 748	(973 830)	538 918		
Gastos de organização e expansão	101 571	(101 571)	-	-	-	101 571	(101 571)	-		
Trespases	93 923	(93 923)	-	-	-	93 923	(93 923)	-		
Outras imobilizações incorpóreas	29	(29)	-	-	-	29	(29)	-		
	1 271 973	(920 442)	-	-	436 298	1 708 271	(1 169 353)	538 918		
	<b>31 330 040</b>	<b>(13 270 917)</b>	<b>(997 368)</b>	<b>-</b>	<b>4 692 192</b>	<b>35 024 864</b>	<b>(15 435 802)</b>	<b>19 589 062</b>		

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de imobilizações em curso corresponde, essencialmente, à aquisição do espaço e a pagamentos a fornecedores relativos a obras que estavam a ser realizadas em novas agências, e cuja inauguração se prevê para os anos seguintes.

## 14. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos dos activos e dos passivos por impostos correntes apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
Activos por impostos correntes	17 645	1 918
Passivos por impostos correntes:		
Imposto Industrial	2 218 081	3 644 282
Sobre rendimentos de capitais	1 751 124	653 568
Sobre rendimentos de trabalho dependente	281 831	203 090
Tributação relativa a remunerações	56 306	44 566
Contribuição especial sobre operações bancárias	45 237	-
	<b>4 352 579</b>	<b>4 545 506</b>

No exercício de 2016, a rubrica “Acerto de estimativa dos exercícios anteriores – Imposto Industrial” corresponde a: (i) um proveito de 1.946.600 mAKZ referente ao excesso de estimativa de Imposto Industrial de 2015 pelo Facto do

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a carga fiscal verificada nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, pode ser analisada como se segue:

	2016		2015	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de imposto		62 072 171		41 524 068
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	30,00%	18 621 651	30,00%	12 457 220
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos de dívida pública	-29,18%	(18 114 221)	-23,06%	(9 575 508)
Outras diferenças permanentes	0,04%	26 614	0,06%	24 961
Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC):				
De rendimentos não tributados	2,02%	1 254 788	1,34%	556 849
Acerto de estimativa do exercício anterior	-2,30%	(1 429 553)	0,47%	194 288
<b>Imposto sobre o lucro em resultados</b>	<b>0,58%</b>	<b>359 279</b>	<b>8,81%</b>	<b>3 657 810</b>

### IMPOSTO INDUSTRIAL

Conforme referido na nota 2.2. I), o Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo a taxa de imposto aplicável de 30% nos exercícios de 2016 e 2015.

### IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco tem registados activos fiscais diferidos nos montantes 1.178.276 mAKz e de

Nos exercícios de 2016 e 2015, o custo com impostos sobre lucros reconhecido em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes daquela dotação, podem ser resumidos como segue:

	2016	2015
Passivos por impostos correntes		
Imposto Industrial	2 218 081	3 644 282
Activos por impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(429 249)	(180 761)
Acerto de estimativa dos exercícios anteriores		
Imposto Industrial	(1 429 553)	194 289
<b>Total do imposto registado em resultados</b>	<b>359 279</b>	<b>3 657 810</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>62 072 171</b>	<b>41 524 068</b>
<b>Carga fiscal</b>	<b>0,58%</b>	<b>8,81%</b>

Banco ter considerado como tributáveis as valias cambiais de Obrigações do Tesouro até 31 de Dezembro de 2012; e (ii) um custo de 517.047 mAKZ relativo à liquidação adicional do Imposto Industrial de 2013 e respectivas multas.

749.027 mAKz, respectivamente, resultantes de diferenças temporárias na tributação de provisões para responsabilidades prováveis. O Conselho de Administração entende estarem reunidas as condições para o seu registo, nomeadamente no que se refere à evolução do lucro tributável futuro do Banco que permita a sua dedução. Estes activos fiscais diferidos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo.

O movimento nos activos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	Saldos em 31/12/15	Reforços	Realizações / anulações	Saldos em 31/12/16
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal:				
Provisões para Riscos bancários e Compensação por reforma	749 027	429 249	-	1 178 276

	Saldos em 31/12/14	Reforços	Realizações / anulações	Saldos em 31/12/15
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal:				
Provisões para Riscos bancários e Compensação por reforma	568 266	180 761	-	749 027

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções aos respectivos impostos apurados.

O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras.

## 15. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Operações cambiais		
Operações cambiais a prazo	26 982 819	52 166 773
Compra e venda de moedas estrangeiras	2 031 134	1 117 712
	<b>29 013 953</b>	<b>53 284 485</b>
Outros Activos de Natureza Fiscal		
Outros impostos a receber	606 145	477 306
	<b>606 145</b>	<b>477 306</b>
Outros Valores de Natureza Cível		
Devedores por prestação de serviços	-	-
Devedores diversos:		
Sector público administrativo	2 939 975	896 195
Sector privado – empresas	2	-
Sector privado – trabalhadores	25 308	19 832
Sector privado – particulares	8 382	24 169
Aquisição em curso	(9 785)	342 724
Outros devedores	628 678	623 001
	<b>3 592 560</b>	<b>1 905 921</b>
Outros Valores de Natureza Administrativa e de Comercialização		
Antecipação de salários	-	-
Despesas antecipadas:		
Rendas e alugueres	268 639	238 726
Seguros	128 367	27 255
Outras	214 899	195 044
	<b>611 905</b>	<b>461 025</b>
Material de expediente	218 275	137 527
Outros adiantamentos:		
Falhas de caixa	3 609	2 177
Operações activas a regularizar	94 917	280 517
Outras	5 284	4 434
	<b>103 810</b>	<b>287 128</b>
Bens que não de uso próprio		
	<b>34 146 648</b>	<b>56 553 392</b>

A rubrica “Operações cambiais” tem a seguinte composição:

	2016			2015		
	Activo / Proveitos	Passivo / Custos (Nota 19)	Líquido	Activo / Proveitos	Passivo / Custos (Nota 19)	Líquido
Operações cambiais						
Compra e venda de moeda estrangeira	2 031 134	( 1 903 857 )	127 277	1 117 712	(1 091 423)	26 289
Operações cambiais a prazo	26 982 819	( 28 121 897 )	( 1 139 078 )	52 166 773	( 54 824 186 )	( 2 657 413 )
	<b>29 013 953</b>	<b>( 30 025 754 )</b>	<b>( 1 011 801 )</b>	<b>53 284 485</b>	<b>( 55 915 609 )</b>	<b>( 2 631 124 )</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros Valores de Natureza Fiscal – Outros impostos a receber” nos montantes de 606.145 mAKZ e 477.306 mAKZ, respectivamente, corresponde à obrigação fiscal de pagamento antecipado de imposto industrial de 2016 e 2015, também respectivamente, que corresponde a 2% do Produto Bancário do Banco nos primeiros semestres de 2015 e 2014. Estes montantes foram liquidados pelo Banco no início dos segundos semestres de 2016 e 2015, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros Valores de Natureza Cível – Devedores diversos: Sector público administrativo” inclui 2.939.975 mAKZ e 896.195 mAKZ, respectivamente, relativos a comissões a receber da Administração Geral Tributária (“AGT”) como remuneração dos serviços de arrecadação de receitas prestados pelo Banco.

## 16. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Operações no mercado monetário interbancário:		
Recursos de instituições de crédito no país – Empréstimos (AKZ)	10 884	8 572
Juros	-	-
	<b>10 884</b>	<b>8 572</b>
Recursos de outras entidades		
Cheques visados	1 728 640	1 800 581
Recursos vinculados a cartas de crédito	1 685 719	2 988 570
Compensação de cheques e outros papéis	-	-
Outros	20 325	16 881
	<b>3 434 684</b>	<b>4 806 032</b>
	<b>3 445 568</b>	<b>4 814 604</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as operações registadas na rubrica “Operações no mercado monetário interbancário – Recursos de Instituições de crédito no país – Empréstimos (AKZ)” apresentam um prazo residual de vencimento inferior a três meses.

A rubrica “Recursos vinculados a cartas de crédito” refere-se aos montantes depositados por Clientes que se encontram cativos para liquidação de operações de importação, para efeitos de abertura dos respectivos créditos documentários.



## 17. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Depósitos à ordem de residentes		
Em moeda nacional	366 326 302	350 210 430
Em moeda estrangeira	107 061 276	139 830 913
	<b>473 387 578</b>	<b>490 041 343</b>
Depósitos à ordem de não residentes		
Em moeda nacional	13 974 193	10 524 721
Em moeda estrangeira	2 825 345	2 194 131
	<b>16 799 538</b>	<b>12 718 852</b>
Juros de depósitos à ordem	1 372	4 166
Recursos Vinculados para requisição de divisas	124 728 910	95 261 592
<b>Total de depósitos à ordem</b>	<b>614 917 398</b>	<b>598 025 953</b>
Depósitos a prazo de residentes		
Em moeda nacional	191 026 324	177 226 210
Em moeda estrangeira	263 880 636	233 631 620
	<b>454 906 960</b>	<b>410 857 830</b>
Depósitos a prazo de não residentes	6 245 943	5 240 691
Juros de depósitos a prazo	3 679 993	3 035 152
<b>Total de depósitos a prazo</b>	<b>464 832 896</b>	<b>419 133 673</b>
<b>Total de depósitos</b>	<b>1 079 750 294</b>	<b>1 017 159 626</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o saldo da rubrica “Recursos vinculados de Clientes” corresponde ao saldo cativo nas contas de depósito à ordem dos Clientes por requisição de disponibilização de moeda estrangeira que carece de autorização junto do Banco Nacional de Angola.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os depósitos a prazo de Clientes apresentam a seguinte estrutura, de acordo com o prazo residual de vencimento das operações:

	2016	2015
Até três meses	216 611 989	167 641 092
De 3 a 6 meses	137 058 386	147 901 165
De 6 meses a 1 ano	111 162 521	103 591 416
	<b>464 832 896</b>	<b>419 133 673</b>

Em 31 de Dezembro de 2016, os depósitos a prazo em moeda nacional e estrangeira venciam juros às taxas médias anuais de 5,41% e 2,51%, respectivamente (4,67% e 2,66%, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2015).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas

de depósitos à ordem denominados em moeda estrangeira, definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os depósitos à ordem e a prazo apresentavam a seguinte estrutura por tipologia de Cliente:

	2016	2015
Depósitos à ordem		
Sector público administrativo	2 899 663	2 725 622
Sector público empresarial	5 965 688	4 638 891
Empresas	426 167 627	417 712 969
Particulares	179 884 420	172 948 471
	<b>614 917 398</b>	<b>598 025 953</b>
Depósitos a prazo		
Sector público administrativo	480 692	415 277
Sector público empresarial	3 239 253	3 410 060
Empresas	235 252 627	198 006 358
Particulares	225 860 324	217 301 978
	<b>464 832 896</b>	<b>419 133 673</b>

## 18. PROVISÕES

O movimento nas provisões durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	2016						Saldos em 31-12-2016
	Aumentos		Diminuições		Diferenças de câmbio e outros	Transferências	
	Dotações	Custos com pessoal (Nota 26)	Reposições e anulações	Utilizações			
Imparidade para crédito (Nota 10)	3 900 182	-	(1 126 610)	(5 642 092)	1 394 173	1 125 476	14 237 099
Riscos bancários gerais							
De Natureza Social ou Estatutária	-	-	-	(142 490)	520 116	-	2 678 595
De Natureza Administrativa e de Comercialização	889 544	-	-	(162 816)	119 128	-	1 339 557
Prestação de garantias (Nota 10)	-	-	-	-	377 867	(1 125 476)	354 536
Com Fundos de Pensões de Reforma e de Sobrevivência Patrocinados							
Compensação por reforma	-	60 827	-	-	5 514	-	302 954
	889 544	60 827	-	(305 306)	1 022 625	(1 125 476)	4 675 642
	4 789 726	60 827	(1 126 610)	(5 947 398)	2 416 798	-	18 912 741

	2015						Saldos em 31-12-2015
	Aumentos		Diminuições		Diferenças de câmbio e outros	Transferências	
	Dotações	Custos com pessoal (Nota 26)	Reposições e anulações	Utilizações			
Imparidade para crédito (Nota 10)	7 572 582	-	(2 985 232)	(1 072 725)	1 198 456	124 497	14 585 970
Riscos bancários gerais							
De Natureza Social ou Estatutária	-	-	-	(49 306)	556 467	-	2 300 969
De Natureza Administrativa e de Comercialização	484 187	-	(536 159)	(684 534)	209 654	-	493 701
Prestação de garantias (Nota 10)	-	-	-	-	121 858	(124 497)	1 102 145
Com Fundos de Pensões de Reforma e de Sobrevivência Patrocinados							
Compensação por reforma	-	32 724	-	-	2 966	-	236 613
	484 187	32 724	(536 159)	(733 840)	890 945	(124 497)	4 133 428
	8 056 769	32 724	(3 521 391)	(1 806 565)	2 089 401	-	18 719 398

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Provisões de natureza social ou estatutária” refere-se ao Fundo Social, que tem por objectivo apoiar financeiramente iniciativas nos domínios da educação, saúde e solidariedade social. Este Fundo foi constituído mensalmente através da dotação de 5% do resultado líquido do exercício anterior apurado em Dólares dos Estados Unidos, tendo sido decidido que teria um período de cinco anos. Esta provisão foi constituída entre o exercício de 2005 e o exercício de 2009, inclusive.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Provisões de natureza administrativa e de comercialização” refere-se essencialmente a provisões para fazer face a fraudes, processos judiciais em curso e outras responsabilidades, correspondendo à melhor estimativa dos custos que o Banco irá suportar no futuro com estas responsabilidades. Adicionalmente, encontra-se registado nesta rubrica, em 31 de Dezembro de 2016, uma provisão no montante de 244.672 mAKZ para eventuais contingências relacionadas com a anulação de cheques visados não liquidados pelos beneficiários (com antiguidade superior a 5 anos).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica “Compensação por reforma” destina-se a cobrir as responsabilidades do Banco em matéria de “Compensação por reforma”. As responsabilidades em matéria de “Compensação por reforma” são determinadas multiplicando 25% do salário mensal de base praticado na data em que o trabalhador atinge a idade legal de reforma, pelo número de anos de antiguidade na mesma data (Nota 2.2. k)). O valor

total das responsabilidades é determinado numa base anual por peritos, utilizando o método “Projected Unit Credit” para as responsabilidades com serviços passados.

Conforme referido na Nota 2.2. k), em 2013, com referência ao último dia do ano, o Banco constituiu o “Fundo de Pensões BFA” para cobertura das responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência que o Banco concedeu aos seus trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social, tendo utilizado as provisões anteriormente constituídas, a título de contribuição inicial para o Fundo de Pensões BFA (plano de contribuições definidas). De acordo com o contrato de constituição do Fundo, o BFA contribuirá anualmente com 10% do salário passível de descontos para a Segurança Social de Angola, aplicada sobre catorze salários. Ao montante das contribuições é acrescida a rentabilidade das aplicações efectuadas, líquidas de eventuais impostos. O montante total de contribuição inicial do Banco para o Fundo de Pensões BFA ascendeu a 3.098.194 mAKZ, incluindo 44.797 mAKZ de adiantamentos a título de contribuições futuras que foi utilizado no primeiro semestre de 2014. Em 2016 e 2015, a contribuição do Banco para o Fundo de Pensões BFA ascendeu a 923.557 mAKZ e 520.009 mAKZ, respectivamente (Nota 26).

A responsabilidade pela gestão do Fundo de Pensões BFA encontra-se a cargo da Fenix – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.. O Banco assume as funções de depositário do Fundo.

## 19. OUTROS PASSIVOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2016	2015
Operações cambiais		
Operações cambiais a prazo	1 903 857	1 091 423
Compra e venda de moedas estrangeiras	28 121 897	54 824 185
	<b>30 025 754</b>	<b>55 915 608</b>
Obrigações de natureza social ou estatutária		
Encargos com dividendos	6 796 498	4 390 265
	<b>6 796 498</b>	<b>4 390 265</b>
Encargos fiscais a pagar – retidos de terceiros		
Sobre o rendimento	672 923	157 310
Outros	114 901	97 544
	<b>787 824</b>	<b>254 854</b>
Obrigações de natureza cível	1 742 129	1 547 479
Obrigações de natureza administrativa e de comercialização		
Pessoal – salários e outras remunerações		
Férias e subsídio de férias	1 609 977	1 272 642
Prémio de desempenho	248 855	208 501
Outros custos com o pessoal	501 969	201 542
	<b>2 360 801</b>	<b>1 682 685</b>
Outros custos administrativos e de comercialização a pagar		
Operações passivas a regularizar	526 639	127 843
Mensualizações	1 491 557	1 802 794
Movimentos efectuados em ATM's - a regularizar	2 028 474	1 753 328
Ordens de pagamento recebidas - a regularizar	7 889	6 134
Movimentos "Serviço Western Union"	(7 629)	(7 689)
Aquiring Visa	(1 236)	(2 335)
Outros	364 122	1 200 667
	<b>4 409 816</b>	<b>4 880 742</b>
	<b>46 122 822</b>	<b>68 671 633</b>

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica "Encargos com dividendos" inclui os dividendos distribuídos pelo Banco ao seu accionista Banco BPI, S.A. relativos ao exercício de 2015 (Nota 20). Em 4 de Janeiro de 2017, o BFA procedeu à liquidação deste montante.

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica "Encargos com dividendos" inclui parte dos dividendos distribuídos pelo Banco ao seu accionista Banco BPI, S.A., relativos ao exercício de 2014 ainda não liquidados. Em Agosto de 2015, o BFA recebeu autorização do Banco Nacional de Angola para a transferência de 50% destes dividendos, o que foi efectuado em 2015. Em 23 de Dezembro de 2016, o BFA procedeu à liquidação dos remanescentes 50%.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Outros custos administrativos e de comercialização a pagar – Outros", inclui 147.096 mAKZ e 896.832 mAKZ, respectivamente, referentes a valores cativos nas contas de recursos de Clientes e que aguardam compensação por solicitação de transferência bancária. Estes montantes foram compensados nos dias 3 de Janeiro de 2017 e 4 de Janeiro de 2016, respectivamente.

## 20. FUNDOS PRÓPRIOS

### CAPITAL SOCIAL

O Banco foi constituído com um capital social de 1.305.561 mAKZ (contravalor de 30.188.657 Euros à taxa de câmbio em vigor em 30 de Junho de 2002), representado por 1.305.561 acções nominativas de mil Kwanzas cada, tendo sido subscrito e realizado por incorporação da totalidade dos activos e passivos, incluindo os bens ou direitos imobiliários de qualquer natureza, assim como todos os direitos e obrigações da anterior Sucursal.

No final dos exercícios de 2004, 2003 e 2002, o Banco aumentou o seu capital em 537.672 mAKZ, 1.224.333 mAKZ e 454.430 mAKZ, respectivamente, através da incorporação da reserva especial para manutenção dos fundos próprios, por forma a manter o contravalor em Kwanzas da dotação inicial de capital em moeda estrangeira.

A partir do exercício de 2005 o Banco não procedeu à actualização do seu capital, em virtude de Angola ter deixado de ser considerada uma economia hiperinflacionária.

Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o capital social do Banco ascende a 3.521.996 mAKZ. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a reserva de actualização monetária do capital social (Nota 2.2. h)) ascende a 450.717 mAKZ.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

	2016		2015	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Banco BPI, S.A.	653 822	50,08%	653 822	50,08%
Unitel, S.A.	651 475	49,90%	651 475	49,90%
Outras entidades do Grupo BPI	264	0,02%	264	0,02%
	<b>1 305 561</b>	<b>100%</b>	<b>1 305 561</b>	<b>100%</b>

### RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

As reservas de reavaliação correspondem aos resultados pendentes, mas de realização provável, líquidos dos encargos fiscais correspondentes, decorrentes de transacções e de outros eventos e circunstâncias que não transitam imediatamente pelo resultado do exercício quando reconhecidos pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as reservas de reavaliação correspondem à reserva de reavaliação de imobilizado.

Até 31 de Dezembro de 2007, inclusive, nos termos da legislação em vigor, o Banco procedeu à reavaliação do seu imobilizado corpóreo através da aplicação de coeficientes, que reflectiam a evolução mensal do câmbio oficial do Euro, aos saldos brutos do activo imobilizado corpóreo e respectivas amortizações acumuladas, expressos em Kwanzas nos registos contabilísticos do Banco no final do mês anterior. A partir do exercício de 2008, o Banco deixou de reavaliar o seu imobilizado (Nota 2.2 i)).

As reservas de reavaliação só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

### OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2016	2015
Reservas e fundos		
Reserva legal	5 161 890	5 161 890
Outras reservas	100 920 542	78 200 788
	<b>106 082 432</b>	<b>83 362 678</b>

Por Deliberação Unânime da Assembleia Geral de 29 de Abril de 2016, foi decidido distribuir aos accionistas dividendos no valor correspondente a 40% do resultado líquido obtido no ano anterior (37.866.257 mAKZ), tendo sido aplicado o valor remanescente na rubrica de “Outras reservas”.

Por Deliberação Unânime da Assembleia Geral de 29 de Abril de 2015, foi decidido distribuir aos accionistas dividendos no valor correspondente a 50% do resultado líquido obtido no ano anterior (31.796.097 mAKZ), tendo sido aplicado o valor remanescente na rubrica de “Outras reservas”.

Nos termos da legislação vigente, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 20% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas.

## LUCRO E DIVIDENDO POR ACÇÃO

Nos exercícios de 2016 e 2015, o lucro por acção e o dividendo atribuído, relativo ao lucro do ano anterior, foram os seguintes:

	2016	2015
Lucro por acção	47,27	29,00
Dividendo por acção distribuído no exercício	11,60	12,18

## 21. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
<b>JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES</b>		
De aplicações de liquidez:		
Depósitos a prazo em instituições de crédito no estrangeiro	449 143	265 037
Depósitos a prazo em instituições de crédito no país	2 067 281	2 706 864
Outros	10 306	9 223
Proveitos de operações de compra de títulos com acordo de revenda	760 694	862 004
	<b>3 287 424</b>	<b>3 843 128</b>
De títulos e valores mobiliários:		
De títulos mantidos para negociação		
Bilhetes do Tesouro	27 807 418	2 070 921
Títulos do Banco Central		-
Obrigações do Tesouro em moeda nacional	2 217 133	1 517 886
De títulos mantidos até o vencimento		
Bilhetes do Tesouro	1 026 810	5 407 162
Obrigações do Tesouro em moeda nacional indexadas a moeda estrangeira e em moeda estrangeira	10 278 013	7 884 405
Obrigações do Tesouro em moeda nacional	12 506 068	13 931 452
	<b>53 835 442</b>	<b>30 811 826</b>
De instrumentos financeiros derivados:		
Em especulação e arbitragem	3 295 984	1 288 699
De créditos concedidos		
Empresas e Administração Pública		
Empréstimos	11 338 029	10 438 131
Credito em conta corrente	4 411 773	3 359 112
Descobertos	181 600	371 167
Outros créditos	16 957	17 454
Particulares		
Crédito à habitação	1 256 031	1 024 966
Crédito ao consumo	3 468 588	3 133 172
Outras finalidades	1 726 065	1 694 841
Juros vencidos	1 426 964	1 205 159
<b>Total de juros e rendimentos similares</b>	<b>84 244 857</b>	<b>57 187 655</b>

	2016	2015
<b>JUROS E ENCARGOS SIMILARES</b>		
De depósitos:		
De depósitos à ordem	408 741	491 077
De depósitos a prazo	16 104 913	13 702 955
	<b>16 513 654</b>	<b>14 194 032</b>
De captações para liquidez:		
De operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	15 090	25 442
De operações de venda de títulos de terceiros com acordo de recompra	-	-
	<b>15 090</b>	<b>25 442</b>
De instrumentos financeiros derivados:		
De forwards	499 609	1 124 981
	499 609	1 124 981
	<b>17 028 353</b>	<b>15 344 455</b>
	<b>67 216 504</b>	<b>41 843 200</b>

## 22. RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Proveitos de prestação de serviços		
Comissões sobre ordens de pagamento emitidas	2 096 903	1 134 133
Comissões sobre garantias e avales prestados	451 298	541 382
Comissões por créditos documentários de importação abertos	205 658	625 357
Outras comissões	8 030 508	4 775 607
	<b>10 784 367</b>	<b>7 076 479</b>
	-	-
Custos de comissões e custódia		
Comissões	(2 173 659)	(1 340 939)
	<b>(2 173 659)</b>	<b>(1 340 939)</b>
	-	<b>1</b>
	<b>8 610 708</b>	<b>5 735 540</b>

O montante registado na rubrica “Outras comissões” corresponde, essencialmente, a proveitos com comissões associadas a movimentos efectuados com cartões de crédito e a operações realizadas em multicaixa.

## 23. RESULTADOS CAMBIAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Variação cambial em activos e passivos denominados em moeda estrangeira	9 374 416	6 843 461
Operações de compra e venda de moeda estrangeira	8 399 676	9 226 580
	<b>17 774 092</b>	<b>16 070 041</b>

## 24. RESULTADOS NA ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Resultado na alienação de imobilizações		
Ganhos na alienação de activos tangíveis	8 568	14 032
Perdas na alienação de activos tangíveis	(958)	(899)
	<b>7 610</b>	<b>13 133</b>

## 25. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Outros resultados de exploração:		
Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado	(5 120 673)	(2 181 624)
Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras	(3 163)	(61 785)
Recuperação de custos administrativos e comerciais	2 141 477	2 308 340
Outros resultados de exploração	1 704 515	2 109 631
	<b>(1 277 844)</b>	<b>2 174 562</b>

Nos exercícios de 2016 e 2015, a rubrica “Outros resultados de exploração – Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado” corresponde essencialmente ao Imposto sobre a aplicação de capitais (Nota 2.2 I).

Nos exercícios de 2016 e 2015, a rubrica “Outros resultados de exploração – Recuperação de custos administrativos e comerciais” refere-se essencialmente a: (i) ao reembolso de despesas de comunicação e expedição suportadas

originalmente pelo Banco, nomeadamente na realização de operações de ordens de pagamento; e (ii) proveitos com cartões através de transferências nacionais e cash advance.

Nos exercícios de 2016 e 2015, a rubrica “Outros resultados de exploração – Outros” inclui proveitos com recuperações de crédito e juros anteriormente anulados ou abatidos ao activo nos montantes de 390.469 mAKZ e 253.037 mAKZ, respectivamente (Nota 10).



## 26. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Membros dos Órgãos de Gestão e Fiscalização		
Remuneração mensal	147 916	119 766
Remunerações adicionais	126 335	79 005
Encargos sociais obrigatórios	4 390	3 087
Encargos sociais facultativos	1 454	1 748
	<b>280 095</b>	<b>203 606</b>
Empregados		
Remuneração mensal	7 968 468	5 639 032
Remunerações adicionais	6 542 334	4 791 709
Encargos sociais obrigatórios	484 330	350 897
Encargos sociais facultativos	622 163	370 729
	<b>15 617 295</b>	<b>11 152 367</b>
Encargos com planos de pensões (Nota 14)		
Plano complementar de pensões	923 557	520 009
Compensação por reforma	60 827	32 724
Outros	47 627	25 165
	<b>16 929 401</b>	<b>11 933 871</b>

## 27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Auditorias, consultorias e outros serviços técnicos especializados	3 567 521	3 182 681
Segurança, conservação e reparação	1 515 067	1 074 149
Publicações, publicidade e propaganda	1 291 159	1 067 942
Alugueres	1 222 885	920 461
Transportes, deslocações e alojamentos	1 140 827	860 877
Água e energia	917 376	576 116
Comunicações	687 559	941 996
Materiais diversos	597 647	397 411
Outros fornecimentos de terceiros	482 426	222 475
Seguros	228 707	278 543
	<b>11 651 174</b>	<b>9 522 651</b>

## 28. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2016	2015
Responsabilidades perante terceiros:		
Garantias prestadas	28 210 552	30 829 443
Compromissos perante terceiros		
Créditos documentários abertos	10 442 844	26 768 807
	<b>38 653 396</b>	<b>57 598 250</b>
Responsabilidades por prestação de serviços:		
Serviços prestados pela instituição		
Guarda de valores	356 828 471	181 787 018
Compensação de cheques sobre estrangeiro	395 748	359 365
Remessas documentárias	18 559 818	13 528 415
	<b>375 784 037</b>	<b>195 674 798</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Créditos documentários abertos” inclui créditos documentários abertos garantidos por cativos de depósitos no Banco nos montantes de 1.685.719 mAKZ e 2.871.571 mAKZ, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco tem constituídas perdas por imparidade para fazer face ao

risco de crédito assumido na concessão de garantias e créditos documentários nos montantes de 354.536 mAKZ e 1.102.145 mAKZ, respectivamente (Notas 10 e 18).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Guarda de valores” refere-se, essencialmente, a títulos de Clientes sob custódia do Banco.

## 29. PARTES RELACIONADAS

De acordo com o IAS 24, são consideradas entidades relacionadas com o Banco:

- aquelas em que o Banco exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e política financeira – Empresas associadas e de controlo conjunto e Fundo de Pensões;
- as entidades que exercem, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a gestão e política financeira do Banco – Accionistas; e
- os membros do pessoal chave da gerência do Banco, considerando-se para este efeito os Membros do Conselho de Administração executivos e não executivos e as Sociedades em que os membros do Conselho de Administração têm influência significativa.

Em 31 de Dezembro de 2016, os principais saldos e transacções mantidos pelo Banco com entidades relacionadas são os seguintes:

	Accionistas do BFA		Membros do Conselho de Administração do BFA	Sociedades onde os membros do Conselho de Administração têm influência significativa	Fundo de Pensões BFA	Total
	Grupo BPI	Grupo Unitel				
Disponibilidades:						
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	28 745 669	-	-	-	-	28 745 669
Aplicações de liquidez:						
Outros créditos sobre instituições de crédito	80 128 392	-	-	-	-	80 128 392
Crédito concedido	-	-	172 931	2 032 312	-	2 205 243
Depósitos de Clientes:						
Depósitos à ordem	-	( 9 462 870)	(27 064)	(674 412)	(72 970)	(10 237 316)
Depósitos a prazo	-	( 62 894 340)	(515 360)	(60 683)	(264 695)	(63 735 078)
Outros recursos	(6 796 498)	-	-	-	-	(6 796 498)
Juros e proveitos equiparados	405 662	n.d.	n.d.	n.d.	-	405 662
Juros e custos equiparados	-	n.d.	n.d.	n.d.	(211 277)	( 211 277)
Comissões e outros custos	(308 365)	n.d.	n.d.	n.d.	(923 557)	(1 231 922)
Títulos depositados	-	(27 093 048)	(55 893)	-	(7 053 922)	(34 202 863)
Créditos documentários	-	-	-	-	-	-
Garantias bancárias	-	-	-	-	-	-

Em 31 de Dezembro de 2015, os principais saldos e transacções mantidos pelo Banco com entidades relacionadas são os seguintes:

	Accionistas do BFA		Membros do Conselho de Administração do BFA	Sociedades onde os membros do Conselho de Administração têm influência significativa	Fundo de Pensões BFA	Total
	Grupo BPI	Grupo Unitel				
Disponibilidades:						
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	24 847 265	-	-	-	-	24 847 265
Aplicações de liquidez:						
Outros créditos sobre instituições de crédito	102 179 923	-	-	-	-	102 179 923
Crédito concedido	-	-	145 550	1 657 609	-	1 803 159
Depósitos de Clientes:						
Depósitos à ordem	-	(4 877 463)	(44 232)	(1 265 628)	(1 581)	(6 188 904)
Depósitos a prazo	-	(48 629 192)	(406 790)	(69 654)	(249 641)	(49 355 277)
Outros recursos	(4 390 275)	-	-	-	-	(4 390 275)
Juros e proveitos equiparados	238 662	n.d.	n.d.	n.d.	-	238 662
Juros e custos equiparados	-	n.d.	n.d.	n.d.	(204 618)	(204 618)
Comissões e outros custos	(335 716)	n.d.	n.d.	n.d.	(520 009)	(855 725)
Títulos depositados	-	(21 606 450)	(91 176)	-	(5 493 325)	(27 190 951)
Créditos documentários	-	-	-	-	-	-
Garantias bancárias	-	-	-	-	-	-

n.d.: informação não disponível

A informação apresentada com referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 não inclui os custos e proveitos com o Grupo Unitel, com os Membros do Conselho de Administração do BFA e com as Sociedades onde estes têm influência significativa.

### 30. BALANÇO POR MOEDA

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os balanços por moeda apresentam a seguinte estrutura:

	31-12-2016			31-12-2015		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	235,157,135	43,997,450	279,154,585	212,524,441	43,303,818	255,828,259
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	38,031,194	38,031,194	362,888	50,678,631	51,041,519
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	10,635,400	96,576,328	107,211,728	20,600,260	114,405,572	135,005,832
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	294,776,253	43,165,696	337,941,949	57,505,149	20,482,269	77,987,418
Investimentos detidos até à maturidade	102,757,219	155,982,854	258,740,073	255,819,380	155,680,275	411,499,655
Crédito a Clientes	134,557,807	100,753,064	235,310,871	123,423,365	97,372,590	220,795,955
Activos não correntes detidos para venda	-	73,307	73,307	-	59,791	59,791
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	97,631	401,927	499,558	104,778	362,587	467,365
Outros activos tangíveis	19,264,469	-	19,264,469	19,050,144	-	19,050,144
Activos intangíveis	1,309,264	-	1,309,264	538,918	-	538,918
Activos por impostos correntes	17,645	-	17,645	1,918	-	1,918
Activos por impostos diferidos	1,178,276	-	1,178,276	749,027	-	749,027
Outros activos	27,251,685	6,894,963	34,146,648	54,751,526	1,801,866	56,553,392
<b>Total do Activo</b>	<b>827,002,784</b>	<b>485,876,783</b>	<b>1,312,879,567</b>	<b>745,431,794</b>	<b>484,147,399</b>	<b>1,229,579,193</b>
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	1,759,850	1,685,719	3,445,569	1,826,034	2,988,570	4,814,604
Recursos de Clientes e outros empréstimos	698,510,509	381,239,785	1,079,750,294	635,403,828	381,755,798	1,017,159,626
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	22,846	1,487,950	1,510,796	2,745	3,796,175	3,798,920
Provisões	1,642,511	3,033,131	4,675,642	733,773	3,399,655	4,133,428
Passivos por impostos correntes	4,352,579	-	4,352,579	4,545,506	-	4,545,506
Outros passivos	12,692,238	33,430,584	46,122,822	10,741,004	57,930,629	68,671,633
<b>Total do Passivo</b>	<b>718,980,533</b>	<b>420,877,169</b>	<b>1,139,857,702</b>	<b>653,252,890</b>	<b>449,870,827</b>	<b>1,103,123,717</b>
<b>Activo Líquido</b>	<b>108,022,251</b>	<b>64,999,614</b>	<b>173,021,865</b>	<b>92,178,904</b>	<b>34,276,572</b>	<b>126,455,476</b>
<b>Fundos próprios</b>	<b>173,021,865</b>	<b>-</b>	<b>173,021,865</b>	<b>126,455,476</b>	<b>-</b>	<b>126,455,476</b>

No quadro acima, os títulos em kwanzas indexados a Dólares Norte Americanos, detidos pelo Banco, são apresentados na coluna de “Moeda estrangeira” com a seguinte composição: (i) “Activos financeiros ao justo valor através de resultados”, nos montantes de 42.952.229 mAKZ e 20.326.331 mAKZ em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, respectivamente; e (ii) “Investimentos detidos até à maturidade”, nos montantes de 43.252.851 mAKZ e 64.014.854 mAKZ em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, respectivamente.

Os créditos a Clientes concedidos pelo Banco e denominados em moeda estrangeira, nomeadamente dólares norte-americanos, são apresentados no quadro acima na coluna

“Moeda estrangeira”. No entanto, de acordo com o número 2 do artigo 4 do Aviso n.º 3 / 2012 do Banco Nacional de Angola, as instituições financeiras devem, na cobrança das prestações de crédito concedido, aceitar fundos disponíveis nas contas dos seus Clientes expressos em quaisquer moedas, independentemente da moeda contratada. Esta obrigatoriedade apenas se aplica às operações de crédito contratadas após a data de entrada em vigor do referido normativo. Refira-se que os Clientes do Banco têm em geral efectuado a liquidação das prestações de capital e juros dos créditos denominados em dólares norte-americanos pelo respectivo contravalor em kwanzas à data da liquidação, ao abrigo da faculdade prevista no Aviso n.º 3/2012 do BNA.

## 31. GESTÃO DE RISCOS

### 31.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito corresponde ao risco de incumprimento das contrapartes com as quais o Banco mantém posições abertas em instrumentos financeiros, enquanto entidade credora. De acordo com o Regulamento Geral de Crédito do BFA, a concessão de crédito no Banco assenta nos seguintes princípios basilares:

#### Formulação de propostas

As operações de crédito ou garantias sujeitas à decisão do BFA:

- Encontram-se adequadamente caracterizadas em Ficha Técnica, contendo todos os elementos essenciais e acessórios necessários à formalização da operação;
- Respeitam a ficha do produto respectivo;
- Estão acompanhadas de análise de risco de crédito devidamente fundamentada; e
- Contêm as assinaturas dos órgãos proponentes.

#### Análise de risco de crédito

Na análise de risco de crédito é considerada a exposição total do Banco ao Cliente ou ao grupo em que o Cliente se integra, nos termos da legislação aplicável em cada momento. As posições em risco respeitantes a um mesmo Cliente ou grupo económico são classificadas tendo como referência aquelas que representam maior risco. Esta prática apenas se aplica quando o Cliente ou grupo económico apresente, pelo menos, uma posição em risco em situação de atraso superior a 30 dias e quando a posição em risco consolidada do Cliente represente um montante superior a 10% da posição em risco consolidada do grupo económico.

Actualmente, tendo em consideração a regulamentação do Banco Nacional de Angola:

- Para um só Cliente, são consideradas todas as suas responsabilidades perante o Banco,
- em vigor ou potenciais, já contratadas ou comprometidas, por financiamentos e garantias (exposição total do Banco ao Cliente);

- Para um grupo de Clientes, é considerada a soma das responsabilidades perante o
- Banco de cada Cliente que constitui o grupo (exposição total do Banco ao grupo); e
- A existência de garantias com risco Estado ou de liquidez imediata tem impacto no
- cálculo do valor da Exposição Global.

#### Classificação de Risco

O Banco classifica as operações de crédito por ordem crescente de risco, de acordo com as seguintes classes:

**Nível A:** Risco mínimo

**Nível B:** Risco muito baixo

**Nível C:** Risco baixo

**Nível D:** Risco moderado

**Nível E:** Risco elevado

**Nível F:** Risco muito elevado

**Nível G:** Risco máximo

A classificação individual da posição em risco considera as características e os riscos da operação e do mutuário sendo classificadas inicialmente com base nos seguintes critérios adoptados pelo Banco:

**Nível A:** operações que se encontrem:

- i) assumidas pelo Estado Angolano, englobando as suas administrações centrais e provinciais;
- ii) assumidas por administrações centrais, bancos centrais de países incluídos no grupo 1 (definido no Instrutivo n.º 1/2015, de 14 de Janeiro, do Banco Nacional de Angola), organizações internacionais, bancos multilaterais de desenvolvimento e organizações internacionais;
- iii) totalmente garantidas por depósitos em numerário ou certificados de depósito constituídos ou emitidos pela

instituição mutuante ou por instituições em relação de domínio ou de grupo com a instituição mutuante e tenha sede em Angola ou país incluído no grupo 1, bancos multilaterais de desenvolvimento e organizações internacionais, desde que a posição em risco e o depósito ou certificado estejam denominados na mesma moeda;

iv) totalmente garantidas por depósitos em numerário ou certificados de depósito constituídos ou emitidos pela

instituição mutuante ou por sucursais da instituição mutuante, não abrangidas pela alínea anterior, desde que a posição em risco e o depósito ou certificado estejam denominados na mesma moeda; e

v) totalmente garantidas por títulos ou obrigações emitidas pelo Estado Angolano ou pelo Banco Nacional de Angola.

**Nível B:** restantes créditos.

A classificação das posições em risco é revista sempre que se verifiquem alterações nos indícios de imparidade no atraso de pagamentos, nos encargos e nas características das posições em risco observando-se que:



O Risco é mantido em “Nível A: Risco mínimo” mesmo em circunstância de observação de atraso nos pagamentos.

No âmbito da revisão regular das operações de crédito, incluindo operações com crédito vencido, o BFA efectua reclassificações de operações de crédito vencido para vincendo, com base numa análise das perspectivas económicas de cobrabilidade, atendendo nomeadamente à existência de garantias, ao património dos mutuários ou avalistas e à existência de operações cujo risco o BFA equipara a risco Estado.

#### Associação de Garantias

Na concessão de crédito a particulares ou pequenas empresas com prazo superior a 36 meses, na ausência de aplicações financeiras, regra geral o BFA obriga à apresentação de garantia real de bem imóvel.

As operações de crédito têm associadas garantias consideradas adequadas ao risco do mutuário, natureza e prazo da operação, as quais são devidamente fundamentadas em termos de suficiência e liquidez.

As garantias reais são avaliadas previamente à decisão de crédito. Excepções a esta regra (com decisões condicionadas

a uma avaliação posterior) implicam que o desembolso só ocorrerá depois do Banco obter a avaliação da garantia.

#### Exclusões por Incidentes

O Banco não concede crédito a Clientes que registem incidentes materiais nos últimos 12 meses que sejam do conhecimento do BFA, nem a outras empresas que façam parte de um grupo com Clientes que estejam nessa situação. São considerados incidentes materiais:

- Atraso na realização de pagamentos de capital ou juros devidos a uma instituição financeira por período superior a 45 dias;
- Utilização irregular de meios de pagamento da responsabilidade dessa pessoa ou entidade; e
- Pendência de acções judiciais contra essa pessoa ou entidade que tenham potenciais efeitos adversos na respectiva situação económica ou financeira.

Excepções a estas regras só podem ser aprovadas ao nível da Comissão Executiva do Conselho de Administração ou ao nível do Conselho de Administração do BFA.

## Reestruturações

Por princípio, o BFA só formaliza operações de reestruturação de créditos em curso, após avaliação da capacidade do Cliente em cumprir com o novo plano, caso se observe dos seguintes critérios:

- São apresentadas novas garantias (mais líquidas e/ ou mais valiosas) para a nova operação;
- É efectuada a prévia liquidação de Juros Remuneratórios e de Mora (no caso de operação em incumprimento); e
- Ocorre liquidação parcial significativa do capital em dívida (regular e/ou irregular).

Excepcionalmente e caso não se verifique nenhum dos pressupostos descritos, o BFA admite formalizar a reestruturação formal de dívidas de particulares, caso se verifique que nos últimos 6 meses ocorreram depósitos de valor mínimo igual ao montante da prestação prevista para a operação reestruturada.

As operações de crédito reestruturadas por dificuldades financeiras do Cliente estão tipificadas em regulamento geral de crédito e obedecem aos normativos específicos do regulador quanto a esta matéria.

As operações de reestruturação são marcadas, para efeitos de agravamento de risco, e acompanhadas de forma periódica quanto ao cumprimento do plano estabelecido e apenas são desmarcadas quando cumpridas determinadas condições de regularidade no cumprimento do plano.

As operações que sejam objecto de renegociação são mantidas, pelo menos, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no mês imediatamente anterior à renegociação. A reclassificação para um nível de risco inferior ocorre apenas se houver uma amortização regular e significativa da operação, pagamento dos juros vencidos e de mora, ou em função da qualidade e valor de novas garantias apresentadas para a operação renegociada.

## Acompanhamento de crédito irregular

O crédito irregular é acompanhado pelas equipas comerciais, por regra até aos 60 dias de atraso, com monitorização de uma equipa especializada. Após 60 dias de incumprimento, a gestão da relação passa para essa equipa especializada, que tem por missão colaborar nas acções de recuperação de crédito, podendo assumir as negociações e propostas de reestruturação, sendo responsável pelo acompanhamento de processos sob a sua gestão.

As negociações para reestruturação obedecem aos princípios anteriormente referidos.

Esta equipa é responsável pela gestão e relação com o Cliente, com o objectivo de recuperação do crédito, recorrendo à execução por via judicial caso necessário.

## Imparidades

O BFA implementou um modelo de cálculo de perdas por imparidade para a carteira de crédito, nos termos dos requisitos previstos na Norma Internacional de Contabilidade 39.

A primeira aplicação e respectivos resultados deste modelo foram apurados com referência a 30 de Junho de 2013. Desde essa data de referência têm sido efectuados cálculos mensais. Os resultados semestrais são aprovados pelo Conselho de Administração do Banco.

## Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos do BFA respeita o princípio da elevada qualidade creditícia dos seus emitentes, sendo integralmente constituída por títulos emitidos pelo Estado Angolano e pelo Banco Nacional de Angola, em Dezembro de 2016 e 2015.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a exposição máxima ao risco de crédito apresenta o seguinte detalhe:

	2016			2015		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
<b>Patrimoniais</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	279 154 585	-	279 154 585	255 828 259	-	255 828 259
Disponibilidades em outras instituições de crédito	38 031 194	-	38 031 194	51 041 519	-	51 041 519
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	107 211 728	-	107 211 728	135 005 832	-	135 005 832
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	337 941 949	-	337 941 949	77 987 418	-	77 987 418
Investimentos detidos até à maturidade	258 740 073	-	258 740 073	411 499 655	-	411 499 655
Crédito a Clientes	249 547 970	14 237 099	235 310 871	235 381 925	14 585 970	220 795 955
	1 270 627 499	14 237 099	1 256 390 400	1 166 744 608	14 585 970	1 152 158 638
<b>Extrapatrimoniais</b>						
Garantias prestadas e créditos documentários abertos	38 653 396	354 536	38 298 860	57 598 250	1 102 145	56 496 105
<b>Total</b>	<b>1 309 280 895</b>	<b>14 591 635</b>	<b>1 294 689 260</b>	<b>1 224 342 858</b>	<b>15 688 115</b>	<b>1 208 654 743</b>



A qualidade de crédito de activos financeiros tem a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

	Origem do rating	Nível de rating	2016		
			Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	Rating externo	B+ a B-	255 728 381	-	255 728 381
	Sem rating	N/D	23 426 204	-	23 426 204
			279 154 585	-	279 154 585
Disponibilidades em outras instituições de crédito	Rating externo	A+ a A-	768 380	-	768 380
		BBB+ a BBB-	3 334 381	-	3 334 381
		BB+ a BB-	33 097 755	-	33 097 755
	Sem rating	N/D	830 678	-	830 678
			38 031 194	-	38 031 194
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	Rating externo	A+ a A-	3 318 269	-	3 318 269
		BBB+ a BBB-	8 295 150	-	8 295 150
		BB+ a BB-	80 128 392	-	80 128 392
	Sem rating	N/D	15 469 917	-	15 469 917
			107 211 728	-	107 211 728
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Rating externo	B+ a B-	336 406 492	-	336 406 492
	Sem rating	N/D	1 535 457	-	1 535 457
			337 941 949	-	337 941 949
Investimentos detidos até à maturidade	Rating externo	B+ a B-	258 740 073	-	258 740 073
Crédito a Clientes - Patrimonial	Rating interno	Classe A	96 403 758	-	96 403 758
		Classe B	133 440 384	(1 305 954)	132 134 430
		Classe C	3 145 818	(149 571)	2 996 247
		Classe D	681 926	(121 888)	560 038
		Classe E	2 430 541	(683 115)	1 747 426
		Classe F	4 617 063	(3 148 091)	1 468 972
		Classe G	8 828 480	(8 828 480)	-
			249 547 970	(14 237 099)	235 310 871
Crédito a Clientes - Extrapatrimonial	Rating interno	Classe A	2 082 722	-	2 082 722
		Classe B	36 551 642	(349 504)	36 202 138
		Classe C	4 100	(204)	3 896
		Classe E	14 434	(4 330)	10 104
		Classe G	498	(498)	-
			38 653 396	(354 536)	38 298 860
<b>Total</b>			<b>1 309 280 895</b>	<b>(14 591 635)</b>	<b>1 294 689 260</b>

	Origem do rating	Nível de rating	2015		
			Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	Rating externo	B+ a B-	216 777 101	-	216 777 101
	Sem rating	N/D	39 051 158	-	39 051 158
			255 828 259	-	255 828 259
Disponibilidades em outras instituições de crédito	Rating externo	A+ a A-	25 304 921	-	25 304 921
		BBB+ a BBB-	51 853	-	51 853
		BB+ a BB-	24 795 257	-	24 795 257
	Sem rating	N/D	889 488	-	889 488
				51 041 519	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	Rating externo	A+ a A-	2 213 984	-	2 213 984
		BBB+ a BBB-	40 594 500	-	40 594 500
		BB+ a BB-	48 713 400	-	48 713 400
	Sem rating	N/D	43 483 948	-	43 483 948
				135 005 832	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Rating externo	B+ a B-	74 742 335	-	74 742 335
	Sem rating	N/D	3 245 083	-	3 245 083
				77 987 418	-
Investimentos detidos até à maturidade	Rating externo	B+ a B-	411 499 655	-	411 499 655
Crédito a Clientes - Patrimonial	Rating interno	A	74 786 045	(111)	74 785 934
		B	1 896 840	(33 905)	1 862 935
		C	139 912 515	(4 143 809)	135 768 706
		D	2 109 048	(210 264)	1 898 784
		E	4 769 905	(1 297 623)	3 472 282
		F	7 573 986	(4 570 828)	3 003 158
		G	4 333 586	(4 329 430)	4 156
					235 381 925
Crédito a Clientes - Extrapatrimonial	Rating interno	A	6 048 252	-	6 048 252
		B	15 488 620	(92 839)	15 395 781
		C	36 039 690	(990 075)	35 049 615
		D	2 730	(273)	2 457
		G	18 958	(18 958)	-
			57 598 250	(1 102 145)	56 496 105
<b>Total</b>			<b>1 224 342 858</b>	<b>( 15 688 115)</b>	<b>1 208 654 743</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a concentração geográfica da exposição ao risco de crédito apresenta o seguinte detalhe:

	2016				
	Angola	Outros países da África	Europa	Outros	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	279 154 585	-	-	-	279 154 585
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	334 155	36 933 400	763 639	38 031 194
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	15 469 917	-	91 741 811	-	107 211 728
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	337 941 949	-	-	-	337 941 949
Investimentos detidos até à maturidade	258 740 073	-	-	-	258 740 073
Crédito a Clientes	235 310 871	-	-	-	235 310 871
<b>Total</b>	<b>1 126 617 395</b>	<b>334 155</b>	<b>128 675 211</b>	<b>763 639</b>	<b>1 256 390 400</b>

	2015				
	Angola	Outros países da África	Europa	Outros	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	255 828 259	-	-	-	255 828 259
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	647 714	48 754 937	1 638 868	51 041 519
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	30 629 023	-	104 376 809	-	135 005 832
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	77 987 418	-	-	-	77 987 418
Investimentos detidos até à maturidade	411 499 655	-	-	-	411 499 655
Crédito a Clientes	220 795 955	-	-	-	220 795 955
<b>Total</b>	<b>996 740 310</b>	<b>647 714</b>	<b>153 131 746</b>	<b>1 638 868</b>	<b>1 152 158 638</b>

A concentração sectorial do crédito a Clientes em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 tem a seguinte composição:

	Crédito a Clientes			2016			Imparidade	
	Vincendo	Vencido	Garantias prestadas	Exposição total	Peso relativo	Valor	Imparidade/Exposição total	
<b>Empresas</b>								
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados por empresas	13 814 896	57 691	431 546	14 304 133	5%	210 797	1%	
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	200 636	98	-	200 734	0%	2 067	1%	
Administração Central	60 604 266	-	-	60 604 266	21%	-	0%	
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	14 734 021	464 940	29 659	15 228 620	5%	377 857	2%	
Alojamento e restauração	4 822 526	304 634	-	5 127 160	2%	449 958	9%	
Actividades financeiras	259 461	127 714	6 446 009	6 833 184	2%	70 929	1%	
Comércio por grosso e retalho	10 736 888	2 560 099	1 462 100	14 759 087	5%	2 308 044	16%	
Construção	35 868 377	3 014 098	18 360 520	57 242 995	20%	4 138 190	7%	
Educação	479 944	199 696	498	680 138	0%	306 323	45%	
Industrias extractivas	1 907 661	625 975	78 778	2 612 414	1%	319 711	12%	
Industrias transformadoras	13 539 302	77 276	176 900	13 793 478	5%	118 915	1%	
Outras empresas de serviços	7 972 672	892 622	5 728 285	14 593 579	5%	510 023	3%	
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	1 579 842	715 936	769 119	3 064 897	1%	731 270	24%	
Saúde e acção social	1 373 718	10	-	1 373 728	0%	2 210	0%	
Transportes, armazenagem e comunicações	6 102 900	1 546 197	5 155 643	12 804 740	4%	1 722 780	13%	
	173 997 110	10 586 986	38 639 057	223 223 153		11 269 074		
<b>Particulares</b>								
Consumo	32 678 764	664 745	-	33 343 509	12%	1 337 576	4%	
Habituação	24 510 569	238 279	-	24 748 848	9%	1 813 365	7%	
Outros fins	6 725 114	146 403	14 339	6 885 856	2%	171 620	2%	
	63 914 447	1 049 427	14 339	64 978 213		3 322 561		
<b>Total</b>	<b>237 911 557</b>	<b>11 636 413</b>	<b>38 653 396</b>	<b>288 201 366</b>		<b>14 591 635</b>		

2015

## Crédito a Clientes

## Imparidade

	Vincendo	Vencido	Garantias prestadas	Exposição total	Peso relativo	Valor	Imparidade/Exposição total
--	----------	---------	---------------------	-----------------	---------------	-------	----------------------------

## Empresas

Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados por empresas	8 574 463	196 341	350 566	9 121 370	3%	366 488	4%
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	368 339	1 717	44 518	414 574	0%	13 082	3%
Administração Central	57 752 471	-	-	57 752 471	20%	-	0%
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	11 638 670	360 594	411 623	12 410 887	4%	468 748	4%
Alojamento e restauração	3 733 963	237 905	-	3 971 868	1%	297 614	7%
Actividades financeiras	294 333	1 869	2 505 229	2 801 431	1%	10 621	0%
Comércio por grosso e retalho	11 801 380	3 477 813	3 890 201	19 169 394	7%	2 925 122	15%
Construção	33 449 898	2 128 818	25 348 391	60 927 107	21%	3 823 126	6%
Educação	709 440	3 322	406	713 168	0%	62 940	9%
Industrias extractivas	2 020 103	691 063	295 554	3 006 720	1%	501 106	17%
Industrias transformadoras	8 788 968	425 532	8 124 691	17 339 191	6%	997 499	6%
Outras empresas de serviços	8 918 016	732 990	5 370 699	15 021 705	5%	495 011	3%
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	1 779 696	8 959	975 896	2 764 551	1%	404 522	15%
Saúde e acção social	1 222 890	558	-	1 223 448	0%	17 170	1%
Transportes, armazenagem e comunicações	9 959 069	1 382 662	10 165 838	21 507 569	7%	1 460 442	7%
	161 011 699	9 650 143	57 483 612	228 145 454		11 843 491	

## Particulares

Consumo	30 273 647	414 384	-	30 688 031	10%	1 449 861	5%
Habituação	23 282 420	224 496	-	23 506 916	8%	1 792 023	8%
Outros fins	10 103 909	421 227	114 638	10 639 774	4%	602 740	6%
	63 659 976	1 060 107	114 638	64 834 721		3 844 624	
<b>Total</b>	<b>224 671 675</b>	<b>10 710 250</b>	<b>57 598 250</b>	<b>292 980 175</b>		<b>15 688 115</b>	

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a composição do crédito a Clientes apresenta o seguinte detalhe:

	2016					Total
	Crédito vincendo associado a crédito vencido	Classe de incumprimento				
		Até 1 mês	de 1 mês até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	de 1 a 5 anos	
<b>Crédito a Clientes</b>						
Crédito sem imparidade	1 483	172	-	-	-	172 034
<b>Com imparidade atribuída com base em análise individual</b>						
Credito e juros vencidos	29 103	1 142 884	1 983 260	4 553 670	3 329 581	14 759 131
Imparidade	1 328	955 520	1 888 634	3 843 259	2 121 374	10 058 404
Exposição líquida	27 775	187 364	94 626	710 411	1 208 207	4 700 727
<b>Com imparidade atribuída com base em análise colectiva</b>						
Credito e juros vencidos	38 652	72 460	370 783	112 042	2 323	5 380 744
Imparidade	836	17 654	303 883	111 858	2 323	1 528 787
Exposição líquida	37 816	54 806	66 900	184	-	3 851 957
<b>Total</b>	<b>67 074</b>	<b>242 342</b>	<b>161 526</b>	<b>710 595</b>	<b>1 208 207</b>	<b>8 724 718</b>

	2015					Total
	Crédito vincendo associado a crédito vencido	Classe de incumprimento				
		Até 1 mês	de 1 mês até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	de 1 a 5 anos	
<b>Crédito a Clientes</b>						
Crédito sem imparidade	4 043	-	-	-	-	536 985
<b>Com imparidade atribuída com base em análise individual</b>						
Credito e juros vencidos	102 196	617 729	603 370	4 451 464	4 132 397	15 075 846
Imparidade	60 400	32 062	414 929	2 701 258	2 021 597	7 005 879
Exposição líquida	41 796	585 667	188 441	1 750 206	2 110 800	8 069 967
<b>Com imparidade atribuída com base em análise colectiva</b>						
Credito e juros vencidos	19 556	83 078	230 715	315 163	150 539	4 917 994
Imparidade	756	4 182	110 150	311 245	150 539	1 247 689
Exposição líquida	18 800	78 896	120 565	3 918	-	3 670 305
<b>Total</b>	<b>64 639</b>	<b>664 563</b>	<b>309 006</b>	<b>1 754 124</b>	<b>2 110 800</b>	<b>12 277 257</b>

A composição do crédito vencido sem imparidade em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 apresenta o seguinte detalhe:

	2016					Total
	Crédito vincendo associado a crédito vencido	Classe de incumprimento			Total	
		Crédito vencido até 30 dias	Crédito vencido entre 30 e 90 dias	Crédito vencido entre 90 e 180 dias		
<b>Crédito e juros vencidos</b>						
Sem imparidade atribuída com base em análise individual	110 773	949	-	-	-	111 722
Sem imparidade atribuída com base em análise colectiva	59 606	534	172	-	-	60 312
<b>Total</b>	<b>170 379</b>	<b>1 483</b>	<b>172</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>172 034</b>

	2015					Total
	Crédito vincendo associado a crédito vencido	Classe de incumprimento			Total	
		Crédito vencido até 30 dias	Crédito vencido entre 30 e 90 dias	Crédito vencido entre 90 e 180 dias		
<b>Crédito e juros vencidos</b>						
Sem imparidade atribuída com base em análise individual	386 158	2 896	-	-	-	389 054
Sem imparidade atribuída com base em análise colectiva	146 784	1 147	-	-	-	147 931
<b>Total</b>	<b>532 942</b>	<b>4 043</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>536 985</b>

A composição do crédito vencido com imparidade em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 apresenta o seguinte detalhe:

	2016					Total
	Crédito vincendo associado a crédito vencido	Classe de incumprimento			Total	
		Crédito vencido até 30 dias	Crédito vencido entre 30 e 90 dias	Crédito vencido entre 90 e 180 dias		
<b>Crédito e juros vencidos</b>						
Com imparidade atribuída com base em análise individual	3 720 633	29 103	1 142 884	1 565 711	8 300 800	14 759 131
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	4 784 484	38 652	72 460	134 245	350 903	5 380 744
<b>Total</b>	<b>8 505 117</b>	<b>67 755</b>	<b>1 215 344</b>	<b>1 699 956</b>	<b>8 651 703</b>	<b>20 139 875</b>

	2015					Total
	Crédito vincendo associado a crédito vencido	Classe de incumprimento			Total	
		Crédito vencido até 30 dias	Crédito vencido entre 30 e 90 dias	Crédito vencido entre 90 e 180 dias		
<b>Crédito e juros vencidos</b>						
Com imparidade atribuída com base em análise individual	5 168 690	102 196	617 729	330 450	8 856 781	15 075 846
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	4 118 943	19 556	83 078	95 167	601 250	4 917 994
<b>Total</b>	<b>9 287 633</b>	<b>121 752</b>	<b>700 807</b>	<b>425 617</b>	<b>9 458 031</b>	<b>19 993 840</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o crédito reestruturado apresenta a seguinte estrutura:

	2016			
	Crédito			
	Vincendo	Vencido	Total	Imparidade
<b>Empresas:</b>	1 993 028	2 372 839	4 365 867	2 489 343
Particulares:				
Consumo	192 566	1 203	193 769	41 547
Habituação	123 022	235	123 257	40 259
	315 588	1 438	317 026	81 806
<b>Total</b>	<b>2 308 616</b>	<b>2 374 277</b>	<b>4 682 893</b>	<b>2 571 149</b>

	2015			
	Crédito			
	Vincendo	Vencido	Total	Imparidade
<b>Empresas:</b>	4 531 189	1 379 008	5 910 197	2 780 520
Particulares:				
Consumo	179 930	1 375	181 305	3 848
<b>Total</b>	<b>4 711 119</b>	<b>1 380 383</b>	<b>6 091 502</b>	<b>2 784 368</b>

### 31.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O Risco de liquidez corresponde ao risco do Banco apresentar dificuldades na obtenção dos recursos financeiros de que necessita para cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode consubstanciar-se, por exemplo, na incapacidade de alienar de forma célere um instrumento financeiro por um montante representativo do seu justo valor.

No âmbito das políticas internas do Banco no que respeita à exposição ao risco de liquidez, o respectivo acompanhamento e monitorização dos princípios e limites estabelecidos é assegurado pela Direcção Financeira e Internacional (DFI).



Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a totalidade dos fluxos de caixa contratuais apresenta o seguinte detalhe:

	2016							Total		
	Prazos residuais contratuais									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 ano a 3 anos	Entre 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
<b>Activos</b>										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	280 960 160	-	-	-	-	-	-	-	-	280 960 160
Disponibilidades em outras instituições de crédito	38 031 194	-	-	-	-	-	-	-	-	38 031 194
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	40 707 605	43 336 888	22 713 221	843 767	-	-	-	-	107 601 481
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	22 098 842	50 388 568	69 765 933	255 012 143	29 639 223	22 120 430	920 153	-	449 945 292
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	3 288 084	32 172 087	52 120 720	100 558 537	22 104 881	74 521 735	-	284 766 044
Crédito a Clientes	-	8 376 558	12 340 941	24 509 227	30 622 144	75 862 617	89 103 421	93 685 308	-	334 500 216
<b>Total activo</b>	<b>318 991 354</b>	<b>71 183 005</b>	<b>109 354 481</b>	<b>149 160 468</b>	<b>338 598 774</b>	<b>206 060 377</b>	<b>133 328 732</b>	<b>169 127 196</b>	-	<b>1 495 804 387</b>
<b>Passivos</b>										
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	3 445 568	-	-	-	-	-	-	-	-	3 445 568
Recursos de Clientes e outros empréstimos	614 298 260	105 153 890	216 560 402	117 154 681	43 927 141	-	-	-	-	1 097 309 946
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	189 977	1 320 819	-	-	-	-	-	-	1 510 796
<b>Total passivo</b>	<b>617 743 828</b>	<b>105 343 867</b>	<b>217 881 221</b>	<b>117 154 681</b>	<b>43 927 141</b>	-	-	-	-	<b>1 102 266 310</b>
<b>Gap de liquidez</b>	<b>(298 752 474)</b>	<b>(34 160 862)</b>	<b>(108 526 740)</b>	<b>32 005 787</b>	<b>294 671 633</b>	<b>206 060 377</b>	<b>133 328 732</b>	<b>169 127 196</b>	-	<b>- 393 538 077</b>
<b>Gap acumulado de liquidez</b>	<b>(298 752 474)</b>	<b>(332 913 336)</b>	<b>(441 440 076)</b>	<b>(409 434 289)</b>	<b>(114 762 656)</b>	<b>91 297 721</b>	<b>224 626 453</b>	<b>393 753 649</b>	<b>393 753 649</b>	<b>393 753 649</b>

2015

## Prazos residuais contratuais

	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 ano a 3 anos	Entre 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
<b>Activos</b>										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	257 482 959	-	-	-	-	-	-	-	-	257 482 959
Disponibilidades em outras instituições de crédito	51 041 519	-	-	-	-	-	-	-	-	51 041 519
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	121 212 365	14 000 257	-	-	-	-	-	-	135 212 622
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1 327 570	27 373 501	26 168 150	15 051 703	18 242 190	9 543 941	-	-	97 707 055
Investimentos detidos até à maturidade	-	25 875 384	32 502 592	57 232 566	85 127 182	153 604 588	32 846 690	86 253 520	-	473 442 522
Crédito a Clientes	-	16 995 060	10 661 237	17 520 322	31 889 873	66 441 588	45 232 003	113 912 941	-	302 653 024
<b>Total activo</b>	<b>308 524 478</b>	<b>165 410 379</b>	<b>84 537 587</b>	<b>100 921 038</b>	<b>132 068 758</b>	<b>238 288 366</b>	<b>87 622 634</b>	<b>200 166 461</b>	-	<b>1 317 539 701</b>
<b>Passivos</b>										
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	4 814 604	-	-	-	-	-	-	-	-	4 814 604
Recursos de Clientes e outros empréstimos	597 859 708	124 274 887	132 879 363	127 118 077	46 573 593	-	-	-	-	1 028 705 628
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1 241 155	2 557 765	-	-	-	-	-	-	3 798 920
<b>Total passivo</b>	<b>602 674 312</b>	<b>125 516 042</b>	<b>135 437 128</b>	<b>127 118 077</b>	<b>46 573 593</b>	-	-	-	-	<b>1 037 319 152</b>
<b>Gap de liquidez</b>	<b>(294 149 834)</b>	<b>39 894 337</b>	<b>(50 899 541)</b>	<b>(26 197 039)</b>	<b>85 495 165</b>	<b>238 288 366</b>	<b>87 622 634</b>	<b>200 166 461</b>	-	<b>- 280 220 549</b>
<b>Gap acumulado de liquidez</b>	<b>(294 149 834)</b>	<b>(254 255 497)</b>	<b>(305 155 038)</b>	<b>(331 352 077)</b>	<b>(245 856 912)</b>	<b>(7 568 546)</b>	<b>80 054 088</b>	<b>280 220 549</b>	<b>280 220 549</b>	<b>280 220 549</b>

Os fluxos de caixa contratuais respeitantes a capital, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, têm a seguinte composição:

	2016							Total		
	Datas de refixação / Data de maturidade									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 ano a 3 anos	Entre 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
<b>Activos</b>										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	279 154 585	-	-	-	-	-	-	-	-	279 154 585
Disponibilidades em outras instituições de crédito	38 031 194	-	-	-	-	-	-	-	-	38 031 194
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	42 080 713	41 616 025	22 685 475	829 515	-	-	-	-	107 211 728
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	179 866	19 134 443	43 251 200	55 081 403	177 780 901	22 852 532	19 126 434	535 170	-	337 941 949
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	3 295 430	31 434 469	49 626 866	94 818 705	16 855 345	62 709 258	-	258 740 073
Crédito a Clientes	-	7 651 097	10 733 613	21 362 720	11 624 433	40 700 381	63 204 713	80 033 914	-	235 310 871
<b>Total activo</b>	<b>317 365 645</b>	<b>68 866 253</b>	<b>98 896 268</b>	<b>130 564 067</b>	<b>239 861 715</b>	<b>158 371 618</b>	<b>99 186 492</b>	<b>143 278 342</b>	<b>-</b>	<b>1 256 390 400</b>
<b>Passivos</b>										
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	3 445 569	-	-	-	-	-	-	-	-	3 445 569
Recursos de Clientes e outros empréstimos	614 298 260	101 277 696	204 556 617	117 128 324	42 489 397	-	-	-	-	1 079 750 294
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	189 977	1 320 819	-	-	-	-	-	-	1 510 796
<b>Total passivo</b>	<b>617 743 829</b>	<b>101 467 673</b>	<b>205 877 436</b>	<b>117 128 324</b>	<b>42 489 397</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 084 706 659</b>
<b>Gap de liquidez</b>	<b>(300 378 184)</b>	<b>(32 601 420)</b>	<b>(106 981 168)</b>	<b>13 435 743</b>	<b>197 372 318</b>	<b>158 371 618</b>	<b>99 186 492</b>	<b>143 278 342</b>	<b>-</b>	<b>171 683 741</b>
<b>Gap acumulado de liquidez</b>	<b>(300 378 184)</b>	<b>(332 979 604)</b>	<b>(439 960 772)</b>	<b>(426 525 029)</b>	<b>(229 152 711)</b>	<b>(70 781 093)</b>	<b>28 405 399</b>	<b>171 683 741</b>	<b>171 683 741</b>	<b>171 683 741</b>

2015

## Datas de refixação / Data de maturidade

	À vista	2015						Total		
		Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 ano a 3 anos	Entre 3 anos a 5 anos		Mais de 5 anos	Indeterminado
<b>Activos</b>										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	255 828 259	-	-	-	-	-	-	-	-	255 828 259
Disponibilidades em outras instituições de crédito	51 041 519	-	-	-	-	-	-	-	-	51 041 519
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	122 156 448	-	-	-	-	-	-	-	122 156 448
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	145 820	1 237 491	25 141 745	21 693 039	9 777 333	13 142 998	6 848 992	-	-	77 987 418
Investimentos detidos até à maturidade	-	24 736 456	30 644 008	53 928 092	79 888 450	136 043 803	25 467 714	60 791 132	-	411 499 655
Crédito a Clientes	-	15 257 421	9 510 312	15 635 726	16 402 795	39 171 139	26 063 149	98 755 413	-	220 795 955
<b>Total activo</b>	<b>307 015 598</b>	<b>163 387 816</b>	<b>78 145 449</b>	<b>91 256 857</b>	<b>106 068 578</b>	<b>188 357 940</b>	<b>58 379 855</b>	<b>159 546 545</b>	-	<b>1 152 158 638</b>
<b>Passivos</b>										
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	4 814 604	-	-	-	-	-	-	-	-	4 814 604
Recursos de Clientes e outros empréstimos	597 859 708	120 835 589	128 178 554	122 052 621	48 233 154	-	-	-	-	1 017 159 626
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1 241 155	2 557 765	-	-	-	-	-	-	3 798 920
<b>Total passivo</b>	<b>602 674 312</b>	<b>122 076 744</b>	<b>130 736 319</b>	<b>122 052 621</b>	<b>48 233 154</b>	-	-	-	-	<b>1 025 773 150</b>
<b>Gap de liquidez</b>	<b>(295 658 714)</b>	<b>41 311 072</b>	<b>(52 590 870)</b>	<b>(30 795 764)</b>	<b>57 835 424</b>	<b>188 357 940</b>	<b>58 379 855</b>	<b>159 546 545</b>	-	<b>126 385 488</b>
<b>Gap acumulado de liquidez</b>	<b>(295 658 714)</b>	<b>(254 347 642)</b>	<b>(306 938 512)</b>	<b>(337 734 276)</b>	<b>(279 898 852)</b>	<b>(91 540 912)</b>	<b>(33 161 057)</b>	<b>126 385 488</b>	<b>126 385 488</b>	<b>126 385 488</b>

### 31.3 RISCO DE MERCADO

O Risco de mercado corresponde à possível flutuação, do justo valor ou dos fluxos de caixa futuros associados a um instrumento financeiro, devido a alterações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba o risco de taxa de juro e o risco cambial.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresenta a seguinte composição:

### Risco de Taxa de juro

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro se alterarem em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Adicionalmente, o BFA também controla o risco de taxa de juro e spread da carteira de títulos com prazo superior a um ano.

	2016				
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
<b>Activos</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	255 728 381	23 426 204	-	279 154 585
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	38 031 194	-	-	38 031 194
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	93 122 769	14 088 959	-	-	107 211 728
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	336 406 492	-	1 535 457	-	337 941 949
Investimentos detidos até à maturidade	146 010 070	112 730 003	-	-	258 740 073
Crédito a Clientes	215 096 595	20 214 276	-	-	235 310 871
	<b>790 635 926</b>	<b>440 792 813</b>	<b>24 961 661</b>	<b>-</b>	<b>1 256 390 400</b>
<b>Passivos</b>					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	-	3 445 569	-	3 445 569
Recursos de Clientes e outros empréstimos	464 832 896	614 917 398	-	-	1 079 750 294
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	1 510 796	-	1 510 796
	<b>464 832 896</b>	<b>614 917 398</b>	<b>4 956 365</b>	<b>-</b>	<b>1 084 706 659</b>

	2015				
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
<b>Activos</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	216 777 101	39 051 158	-	255 828 259
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	50 678 631	362 888	-	51 041 519
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	114 360 270	20 645 562	-	-	135 005 832
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	74 742 335	-	3 245 083	-	77 987 418
Investimentos detidos até à maturidade	319 834 234	91 665 421	-	-	411 499 655
Crédito a Clientes	201 170 389	19 625 566	-	-	220 795 955
	<b>710 107 228</b>	<b>399 392 281</b>	<b>42 659 129</b>	<b>-</b>	<b>1 152 158 638</b>
<b>Passivos</b>					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	-	4 814 604	-	4 814 604
Recursos de Clientes e outros empréstimos	419 133 673	598 025 953	-	-	1 017 159 626
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	3 798 920	-	3 798 920
	<b>419 133 673</b>	<b>598 025 953</b>	<b>8 613 524</b>	<b>-</b>	<b>1 025 773 150</b>

O detalhe dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da data de maturidade ou de refixação, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, tem a seguinte composição:

	2016							Total	
	Datas de refixação / Data de maturidade								
	À vista	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 ano a 3 anos	Entre 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
<b>Activos</b>									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	255 728 381	-	-	-	-	-	-	-	255 728 381
Disponibilidades em outras instituições de crédito	38 031 194	-	-	-	-	-	-	-	38 031 194
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	42 080 713	41 616 025	22 685 475	829 515	-	-	-	-	107 211 728
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	18 916 156	42 113 896	55 081 403	177 780 901	22 852 532	19 126 434	535 170	-	336 406 492
Investimentos detidos até à maturidade	-	3 295 430	31 434 469	49 626 866	94 818 705	16 855 345	62 709 258	-	258 740 073
Crédito a Clientes	9 375 840	10 659 596	18 136 217	14 797 649	39 628 425	63 348 777	79 364 367	-	235 310 871
	<b>364 132 284</b>	<b>97 684 947</b>	<b>127 337 564</b>	<b>243 034 931</b>	<b>157 299 662</b>	<b>99 330 556</b>	<b>142 608 795</b>	<b>-</b>	<b>1 231 428 739</b>
<b>Passivos</b>									
Recursos de Clientes e outros empréstimos	<b>715 575 956</b>	<b>204 556 617</b>	<b>117 128 324</b>	<b>42 489 397</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 079 750 294</b>
	2015							Total	
	Datas de refixação / Data de maturidade								
	À vista	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 ano a 3 anos	Entre 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
<b>Activos</b>									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	216 777 101	-	-	-	-	-	-	-	216 777 101
Disponibilidades em outras instituições de crédito	50 678 631	-	-	-	-	-	-	-	50 678 631
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	122 156 448	12 849 384	-	-	-	-	-	-	135 005 832
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	198 914	23 081 062	21 693 039	9 777 333	13 142 998	6 848 989	-	-	74 742 335
Investimentos detidos até à maturidade	24 736 456	30 644 008	53 928 092	79 888 450	136 043 803	25 467 714	60 791 132	-	411 499 655
Crédito a Clientes	58 996 216	1 986 958	3 177 004	9 682 052	34 361 165	51 932 227	60 660 333	-	220 795 955
	<b>473 543 766</b>	<b>68 561 412</b>	<b>78 798 135</b>	<b>99 347 835</b>	<b>183 547 966</b>	<b>84 248 930</b>	<b>121 451 465</b>	<b>-</b>	<b>1 109 499 509</b>
<b>Passivos</b>									
Recursos de Clientes e outros empréstimos	<b>718 695 297</b>	<b>128 178 554</b>	<b>125 254 018</b>	<b>45 031 757</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 017 159 626</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a análise de sensibilidade dos resultados gerados por instrumentos financeiros a variações das taxas de juro apresenta o seguinte detalhe:

	2016					
	Variação das taxas de juro					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	50 bp	100 bp	200 bp
Juros e rendimentos similares	(18 753 383)	(9 376 692)	(4 688 346)	4 688 346	9 376 692	18 753 383
Juros e encargos similares	9 296 658	4 648 329	2 324 164	(2 324 164)	(4 648 329)	(9 296 658)
<b>Total</b>	<b>(9 456 725)</b>	<b>(4 728 363)</b>	<b>(2 364 180)</b>	<b>2 364 182</b>	<b>4 728 363</b>	<b>9 456 725</b>

	2015					
	Variação das taxas de juro					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	50 bp	100 bp	200 bp
Juros e rendimentos similares	(16 915 117)	(8 457 559)	(4 228 779)	4 228 779	8 457 559	16 915 117
Juros e encargos similares	8 382 673	4 191 337	2 095 668	(2 095 668)	(4 191 337)	(8 382 673)
<b>Total</b>	<b>(8 532 444)</b>	<b>(4 266 222)</b>	<b>(2 133 111)</b>	<b>2 133 111</b>	<b>4 266 222</b>	<b>8 532 444</b>

### Risco Cambial

O risco cambial consiste na flutuação do justo valor ou dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a alterações nas taxas de câmbio.

A carteira de títulos do Banco é repartida entre títulos denominados em moeda nacional e em moeda estrangeira, tendo em atenção a estrutura global do seu Balanço, evitando incorrer por esta via, em risco cambial.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe dos instrumentos financeiros por moeda tem a seguinte composição:

	2016				
	Kwanzas	Dólares dos Estados Unidos da América	Euros	Outras moedas	Total
<b>Activos</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	235 157 135	43 641 265	230 796	125 389	279 154 585
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	15 059 996	21 249 764	1 721 434	38 031 194
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	10 635 400	39 952 428	56 623 900	-	107 211 728
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	294 776 253	43 165 696	-	-	337 941 949
Investimentos detidos até à maturidade	102 757 219	155 982 854	-	-	258 740 073
Crédito a Clientes	134 557 807	100 729 673	23 391	-	235 310 871
	<b>777 883 814</b>	<b>398 531 912</b>	<b>78 127 851</b>	<b>1 846 823</b>	<b>1 256 390 400</b>
<b>Passivos</b>					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	1 759 849	888 754	796 966	-	3 445 569
Recursos de Clientes e outros empréstimos	698 510 509	338 428 887	41 124 757	1 686 141	1 079 750 294
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	22 846	1 264 098	223 852	-	1 510 796
	<b>700 293 204</b>	<b>340 581 739</b>	<b>42 145 575</b>	<b>1 686 141</b>	<b>1 084 706 659</b>
	<b>77 590 610</b>	<b>57 950 173</b>	<b>35 982 276</b>	<b>160 682</b>	<b>171 683 741</b>

	2015				
	Kwanzas	Dólares dos Estados Unidos da América	Euros	Outras moedas	Total
<b>Activos</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	212 524 441	42 132 528	883 389	287 901	255 828 259
Disponibilidades em outras instituições de crédito	362 888	29 236 207	20 030 998	1 411 426	51 041 519
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	20 600 260	114 405 572	-	-	135 005 832
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	57 505 149	20 482 269	-	-	77 987 418
Investimentos detidos até à maturidade	255 819 380	155 680 275	-	-	411 499 655
Crédito a Clientes	123 423 365	96 962 511	406 546	3 533	220 795 955
	<b>670 235 483</b>	<b>458 899 362</b>	<b>21 320 933</b>	<b>1 702 860</b>	<b>1 152 158 638</b>
<b>Passivos</b>					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	1 826 034	2 547 040	441 530	-	4 814 604
Recursos de Clientes e outros empréstimos	635 436 166	359 181 121	21 284 371	1 257 968	1 017 159 626
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2 745	3 792 725	3 450	-	3 798 920
	<b>637 264 945</b>	<b>365 520 886</b>	<b>21 729 351</b>	<b>1 257 968</b>	<b>1 025 773 150</b>
	<b>32 970 538</b>	<b>93 378 476</b>	<b>(408 418)</b>	<b>444 892</b>	<b>126 385 488</b>

A análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros a variações das taxas de câmbio, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, tem o seguinte detalhe:

	2016					
	-20%	-10%	-5%	5%	10%	20%
Dólares dos Estados Unidos da América	(6 344 858)	(3 167 429)	(1 583 715)	1 583 175	3 167 429	6 334 858
Euros	(6 242 591)	(3 121 296)	(1 560 648)	1 560 648	3 121 296	6 242 591
Outras moedas	(62 785)	(31 393)	(15 696)	15 696	31 393	62 785
<b>Total</b>	<b>(12 640 235)</b>	<b>(6 320 118)</b>	<b>(3 160 059)</b>	<b>3 160 059</b>	<b>6 320 118</b>	<b>12 640 235</b>

	2015					
	-20%	-10%	-5%	5%	10%	20%
Dólares dos Estados Unidos da América	(6 911 438)	(1 727 859)	(1 727 859)	1 727 859	1 727 859	6 911 438
Euros	(43 844)	(21 922)	(10 961)	10 961	21 922	43 844
Outras moedas	(89 952)	(44 976)	(22 488)	22 488	44 976	89 952
<b>Total</b>	<b>(7 045 234)</b>	<b>(3 522 617)</b>	<b>(1 761 308)</b>	<b>1 761 308</b>	<b>3 522 617</b>	<b>7 045 234</b>



### 31.4 JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o valor contabilístico dos Instrumentos Financeiros apresenta a seguinte composição:

	2016			
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Imparidade	Valor líquido
<b>Activos</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	279 154 585	-	279 154 585
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	38 031 194	-	38 031 194
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	107 211 728	-	107 211 728
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	337 941 949	-	-	337 941 949
Investimentos detidos até à maturidade	-	258 740 073	-	258 740 073
Crédito a Clientes	-	249 547 970	14 237 099	235 310 871
	<b>337 941 949</b>	<b>932 685 550</b>	<b>14 237 099</b>	<b>1 256 390 400</b>
<b>Passivos</b>				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	3 445 569	-	3 445 569
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-	1 079 750 294	-	1 079 750 294
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1 510 796	-	-	1 510 796
	<b>1 510 796</b>	<b>1 083 195 863</b>	-	<b>1 084 706 659</b>

	2015			
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Imparidade	Valor líquido
<b>Activos</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	255 828 259	-	255 828 259
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	51 041 519	-	51 041 519
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	135 005 832	-	135 005 832
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	77 987 418	-	-	77 987 418
Investimentos detidos até à maturidade	-	411 499 655	-	411 499 655
Crédito a Clientes	-	235 381 925	14 585 970	220 795 955
	<b>77 987 418</b>	<b>1 088 757 190</b>	<b>14 585 970</b>	<b>1 152 158 638</b>
<b>Passivos</b>				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	4 814 604	-	4 814 604
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-	1 017 159 626	-	1 017 159 626
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3 798 920	-	-	3 798 920
	<b>3 798 920</b>	<b>1 021 974 230</b>	-	<b>1 025 773 150</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o justo valor dos instrumentos financeiros do Banco é apresentado como segue:

	2016				
	Justo valor de instrumentos financeiros				
	Valor Contabilístico (líquido)	Registados no balanço ao justo valor	Registados no balanço ao custo amortizado	Total	Diferença
<b>Activos</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	279 154 585	-	279 154 585	279 154 585	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	38 031 194	-	38 031 194	38 031 194	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	107 211 728	-	107 211 728	107 211 728	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	337 941 949	337 941 949	-	337 941 949	-
Investimentos detidos até à maturidade	258 740 073	-	258 740 073	258 740 073	-
Crédito a Clientes	235 310 871	-	184 754 460	184 754 460	(50 556 411)
	<b>1 256 390 400</b>	<b>337 941 949</b>	<b>867 892 040</b>	<b>1 205 833 989</b>	<b>(50 556 411)</b>
<b>Passivos</b>					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	3 445 569	-	3 445 569	3 445 569	-
Recursos de Clientes e outros empréstimos	1 079 750 294	-	1 079 750 294	1 079 750 294	-
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1 510 796	1 510 796	-	1 510 796	-
	<b>1 084 706 659</b>	<b>1 510 796</b>	<b>1 083 195 863</b>	<b>1 084 706 659</b>	-

	2015				
	Justo valor de instrumentos financeiros				
	Valor Contabilístico (líquido)	Registados no balanço ao justo valor	Registados no balanço ao custo amortizado	Total	Diferença
<b>Activos</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	255 828 259	-	255 828 259	255 828 259	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	51 041 519	-	51 041 519	51 041 519	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	135 005 832	-	135 005 832	135 005 832	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	77 987 418	77 987 418	-	77 987 418	-
Investimentos detidos até à maturidade	411 499 655	-	411 499 655	411 499 655	-
Crédito a Clientes	220 795 955	-	194 426 494	194 426 494	(26 369 461)
	<b>1 152 158 638</b>	<b>77 987 418</b>	<b>1 047 801 759</b>	<b>1 125 789 177</b>	<b>(26 369 461)</b>
<b>Passivos</b>					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	4 814 604	-	4 814 604	4 814 604	-
Recursos de Clientes e outros empréstimos	1 017 159 626	-	1 017 159 626	1 017 159 626	-
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3 798 920	3 798 920	-	3 798 920	-
	<b>1 025 773 150</b>	<b>3 798 920</b>	<b>1 021 974 230</b>	<b>1 025 773 150</b>	-

O justo valor dos instrumentos financeiros deve ser estimado, sempre que possível, recorrendo a cotações em mercado activo. Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, quando é acedido por contrapartes igualmente conhecedoras e onde se efectuam transacções de forma regular. A quase totalidade dos instrumentos financeiros do Banco não se encontra cotada em mercados activos.

Face à ausência de cotações em mercados activos, a valorização de instrumentos financeiros é efectuada nos seguintes termos:

a) Instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor:

Os Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano e detidos pelo Banco para transaccionar em mercado secundário com outros bancos ou com os seus Clientes, registados na rubrica activos financeiros ao justo valor através de resultados, estão reconhecidos pelo respectivo custo amortizado, por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado, uma vez que não existe uma cotação em mercado activo com transacções regulares.

Para as “operações derivadas – forwards cambiais” a respectiva avaliação é calculada com base em métodos geralmente aceites, nomeadamente, a partir do valor actual dos fluxos futuros (cash flows), com base na curva de taxa de juro vigente no momento do cálculo.

As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação.

b) Instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado:

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado, o Banco apura o respectivo justo valor com recurso a técnicas de valorização.

As técnicas de valorização utilizadas têm por base as condições aplicáveis a operações similares na data de referência das demonstrações financeiras, nomeadamente o valor dos respectivos cash flows descontados com base nas taxas de juro consideradas mais apropriadas, ou seja:

- Relativamente a saldos de instrumentos financeiros exigíveis a menos de um ano, considerou-se que o valor de balanço constituía uma aproximação razoável do seu justo valor;

- Para as Obrigações do Tesouro emitidas pelo Estado Angolano e registadas na rubrica de investimentos detidos até à maturidade, considerou-se que o valor de balanço constituía uma aproximação fiável do seu justo valor, por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado, uma vez que não existe uma cotação em mercado activo com transacções regulares;

- Para as operações de crédito a Clientes foram utilizadas as taxas de juro médias praticadas pelo Banco nos últimos meses de 2016 e 2015, respectivamente, para operações com características semelhantes e deduzido o montante das perdas por imparidade acumuladas; e

- Relativamente aos depósitos de Clientes, por serem essencialmente operações de curto prazo, considerou-se que o valor de balanço constituía uma aproximação razoável do seu justo valor.

Refira-se que o justo valor apresentado não corresponde ao valor de realização destes instrumentos financeiros num cenário de venda ou de liquidação, não tendo sido apurado com esse objectivo.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o justo valor dos instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor apresenta o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	2016			
	Nível 1 Cotações em mercado activo	Nível 2 Dados observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	Total
<b>Activos</b>				
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	179 866	1 355 591	336 406 492	337 941 949
<b>Passivos</b>				
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1 510 796	-	1 510 796

	2015			
	Nível 1 Cotações em mercado activo	Nível 2 Dados observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	Total
<b>Activos</b>				
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	145 821	3 099 262	74 742 335	77 987 418
<b>Passivos</b>				
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	3 798 920	-	3 798 920

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 os instrumentos financeiros apresentados no Nível 1 da hierarquia prevista na norma IFRS 13 correspondem a acções cotadas, os instrumentos financeiros apresentados no Nível 2 correspondem a instrumentos financeiros derivados cuja valorização é efectuada com base em modelos internos que

utilizam maioritariamente dados observáveis no mercado (como por exemplo curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio), e os instrumentos financeiros apresentados no Nível 3 correspondem aos Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano.

## 32. OUTROS ASSUNTOS

### **Aquisição por compra e venda, pela Unitel, S.A. ao Banco BPI, S.A. de 26.111 acções do BFA representativas de 2% do capital social do BFA**

Em 7 de Outubro de 2016, a Unitel, S.A. (Unitel) celebrou com o Banco BPI, S.A. (Banco BPI) um acordo para a compra de 2% do capital social do BFA, cuja concretização implicava o aumento da percentagem de participação da Unitel no BFA de 49,9% para 51,9%. Nessa mesma data foi também assinado o novo acordo parassocial relativo ao BFA.

A concretização desta operação encontrava-se dependente da verificação das seguintes condições suspensivas:

- Autorização do Banco Nacional de Angola (BNA) quanto ao aumento da participação qualificada já detida pela Unitel no BFA e autorização das operações de capitais necessárias para o pagamento ao Banco BPI e transferência para Portugal do preço acordado de 28 milhões de Euros;
- Autorização do BNA à alteração dos estatutos do BFA; e
- Aprovação da operação pela Assembleia Geral do Banco BPI.

Em 12 de Dezembro de 2016, o Banco Nacional de Angola comunicou que não se opunha à prática dos seguintes actos:

- i) Alteração parcial dos estatutos do BFA;
- ii) Aumento da participação qualificada da Unitel no capital social do BFA por via da aquisição ao Banco BPI de 26.611 acções ordinárias representativas de 2% do capital social;
- iii) Aquisição indirecta da participação qualificada representativa de 48,10% do capital social do BFA, na sequência da liquidação da oferta pública geral e obrigatória de aquisição, lançada pelo Caixabank sobre a totalidade de acções representativas do capital social do Banco BPI.

O BNA estabeleceu como condição que as três operações referidas anteriormente são indivisíveis, ou seja, é assumido que deverão ocorrer de forma simultânea ou quase simultânea ou, não sendo possível por alguma razão assegurar a sua simultaneidade, a operação referida em (ii) deverá preceder as operações referidas em (i) e (iii).

Em 5 de Janeiro de 2017, em execução do acordo de compra e venda de acções celebrado em 2016, concretizou-se a venda, pelo Banco BPI à Unitel, da referida participação representativa de 2% do capital social do BFA.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.



Deloitte & Touche – Auditores, Lda  
Edifício Escom  
Rua Marechal Brós Tito, 33/41 – 7º  
Luanda  
Angola  
Tel: +(244) 222 679 600  
Fax: +(244) 222 679 690  
www.deloitte.co.ao

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE (Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAKZ)

Aos Accionistas  
Do Banco de Fomento Angola, S.A.

### Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco de Fomento Angola, S.A. (adiante designado por “Banco”), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 que evidencia um total de 1.312.879.567 mAKZ e fundos próprios de 173.021.865 mAKZ, incluindo um resultado líquido de 61.712.892 mAKZ, as demonstrações dos resultados e de outro rendimento integral, de alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração do Banco é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

### Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

“Deloitte” refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respectivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) não presta serviços à Clientes. Aceda a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about) para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade por quotas| NIPC: 5401022670 | Matricula CRC de Luanda: 106-97 | Capital Social: KZ 1.620.000 | Sede: Edifício Escom, Rua Marechal Brós Tito, 33/41 – 7º, Ingombotas, Luanda | Escritório em Talatona: Condomínio Cidade Financeira, Via S8, Bloco 4 – 5º, Talatona, Luanda

5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

### Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco de Fomento Angola, S.A. em 31 de Dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

### Ênfase

3. Conforme divulgado na Nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras, em 2016 o Banco adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), na sequência da publicação do Aviso nº6/2016, de 16 de Maio, do Banco Nacional de Angola. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas (Plano de Contas das Instituições Financeiras – CONTIF) para as IFRS, o Banco seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro 1 – Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro. A data da transição foi reportada a 1 de Janeiro de 2015, pelo que a informação financeira refere àquela data e ao exercício de 2015, anteriormente apresentada de acordo com o CONTIF, foi reexpressa para a IFRS, para efeitos de comparabilidade. Com base nas análises que efectuou, o Conselho de Administração do Banco concluiu pela não existência dos efeitos materiais nos fundos próprios do Banco em resultado da transição para IFRS, motivo pelo qual não foram registados quaisquer ajustamentos com impacto nos fundos próprios. As divulgações relativas aos efeitos da transição para a IFRS são apresentadas na Nota 4.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Luanda, 3 de Maio de 2017



Deloitte & Touche - Auditores, Lda.

Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

Membro da OCPA nº20120079

# Relatório e parecer do Conselho Fiscal



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas do  
Banco de Fomento Angola, S.A.

1. Nos termos da Lei e do mandato que nos foi conferido, em conformidade com o Artigo 22º, nº 1 dos Estatutos, apresentamos o Relatório sobre a actividade fiscalizadora por nós desenvolvida bem como o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração do Banco de Fomento Angola, S.A. (Banco) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.
2. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade do Banco, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos também do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados.
3. Analisámos e concordamos com o conteúdo do Relatório dos Auditores emitido pela Sociedade Deloitte & Touche - Auditores, Lda, o qual damos como integralmente reproduzido.
4. No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2016, as Demonstrações dos resultados e do outro rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como os respectivos anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados.
5. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2016 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados, nele incluída.



6. Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de parecer que a Assembleia Geral:
- a. Aprove o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016,
  - b. Aprove as Contas relativas a esse exercício, e
  - c. Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados.
7. Desejamos finalmente expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco, pela colaboração que nos foi prestada.

Luanda, 3 de Maio de 2017

O Conselho Fiscal



---

Amílcar Safeca  
Presidente



---

Susana Trigo Cabral  
Vogal



---

Henrique Manuel Camões Serra  
Vogal



# 08

## ANEXOS

Glossário	218
Contactos BFA	222

# Glossário

- **Activos** – conjunto de Bens e Direitos que uma organização detém que possuem valor económico e podendo ser convertíveis em liquidez.
- **Activos Imobiliários** – Conjunto de direitos reais sobre imóveis, para fins de locação comercial, residencial ou industrial.
- **Amortização** - Abate que diminui o valor contabilístico de balanço dos activos imobilizados de uma empresa, em função do seu uso e desgaste, ou da sua vida económica.
- **ATM (Caixa Automática)** – Equipamento que permite a utilizadores autorizados (normalmente titulares de cartões válidos para transacções financeiras num determinado sistema) aceder a serviços financeiros e de outra natureza, incluindo levantamento de notas.
- **Aplicações em títulos** – Aplicações em activos de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar a dívida pública nacional.
- **Balança de Capitais** – Corresponde ao saldo entre os capitais investidos no país pelo exterior e, inversamente, os investimentos feitos e os créditos detidos pelo país no exterior.
- **Balança Comercial** - Corresponde à diferença entre o valor dos bens e serviços exportados por um país e aqueles que são importados.
- **Balança Corrente** – Resultado da balança comercial e dos fluxos financeiros, nomeadamente juros pagos aos detentores estrangeiros da dívida emitida pelo país e os dividendos pagos aos investidores estrangeiros.
- **Balança de Pagamentos** - Reflecte a totalidade dos pagamentos de um país feitos ao exterior e todas as receitas obtidas no estrangeiro. Divide-se em Balança Corrente e Balança de Capital.
- **Balanço** - Documento contabilístico que consiste num quadro recapitulativo dos activos (imobilizado, créditos, disponibilidades) e do passivo (capital, dívidas).
- **Bilhetes do Tesouro (BT's)** - Título de dívida pública de curto prazo, emitido pelo Tesouro, com prazo de vencimento inferior a um ano. É um título emitido a desconto e reembolsado pelo valor nominal, no momento do vencimento.
- **Capitais Próprios** - Fundos que pertencem à própria empresa, por oposição àqueles fundos que foram obtidos através de empréstimo.
- **Cash Flow do Exercício** – Corresponde ao lucro líquido anual mais com amortizações e provisões. Representa a capacidade da empresa gerar fundos para investir sem recorrer a capitais alheios.
- **Cash Flow de Exploração** – Corresponde ao produto bancário, excluído o valor dos encargos administrativos.
- **Cost-to-income** - Medida financeira que indica a percentagem de custos de uma empresa em relação às suas receitas.
- **Commodities** - Bens transaccionáveis, tal como produtos agro-pecuários e recursos naturais. Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial
- **Depósito** – Operação bancária de captação de fundos.
- **Depósito a Prazo** – Aplicação de dinheiro numa conta bancária com uma duração determinada (um mês, três meses, seis meses, um ano), remunerado a uma taxa de juro determinada.
- **EMIS** - Empresa Angolana que assegura junto dos Bancos a prestação de um conjunto de serviços relacionados com a utilização dos cartões bancários. Gere as redes partilhadas de Caixa Automático e de Terminais de Pagamento Automático.
- **eMudar@BFA** – Sistema Implementado pelo BFA, que consiste num front-end implementado nas Agências, Centros de Empresa e Centros de Investimento que introduziu mecanismos baseados em metodologias de workflow padronizados para o processamento das diversas actividades bancárias dos balcões, permitindo a sua desmaterialização, tornando-os mais eficientes e mitigando o nível de risco operacional.

- **EMV** – Tecnologia Chip para cartões, que para cada transacção transmite um código de transacção único, dificultando a fraude com os cartões.
- **Euribor** - Junção das palavras *Euro Interbank Offered Rate*. A taxa Euribor é calculada diariamente pela média das taxas de 57 Bancos com grande peso na economia do Euro e que reflecte o preço do dinheiro ao qual esses Bancos trocam dinheiro entre si.
- **Extractos MT940** - Formato standard da SWIFT utilizado internacionalmente para a transmissão electrónica de movimentos e saldos diários de contas bancárias.
- **Formato MT101** - Formato de ficheiro standard da SWIFT, que permite realizar transferências de fundos entre duas contas detidas em Bancos que, no limite, podem encontrar-se em Países diferentes.
- **H2H (*host to host*)** - Canal que possibilita aos Clientes das instituições bancárias, através da internet Banking e mobile Banking disponibilizado pelas suas instituições bancárias, acederem a funcionalidades de Pagamento de Serviços disponibilizada na Rede MULTICAIXA.
- **Inflação** - Noção, geralmente, expressa em percentagem e que traduz a subida média do nível de preços.
- **Instituição Financeira** – Sociedade comercial que tem por objecto celebrar contratos financeiros e, por isso, sujeita a regulação e supervisão prudenciais.
- **Instrumentos Financeiros** - Instrumentos de investimento que incluem os valores mobiliários, os instrumentos financeiros derivados e os instrumentos do mercado monetário.
- **Instrumentos Financeiros Activos** - Direito contratual de receber dinheiro ou outro activo financeiro de outra empresa (títulos, contas a receber).
- **Instrumentos Financeiros Passivos** – Obrigação contratual de entregar dinheiro ou outro activo financeiro de outra empresa.
- **Margem Complementar** - Soma de Comissões Líquidas, Resultados em operações financeiras e Outros resultados de exploração.
- **Margem Financeira** - Diferença entre os juros cobrados pelos créditos concedidos (calculados através da taxa de juro activa) e os juros pagos aos aforradores pelos montantes que estes confiam aos Bancos (calculados através da taxa de juro passiva).
- **Margem Operacional** - Determina-se dividindo o resultado operacional pelo volume de negócios e multiplicando por cem. É um indicador que permite medir a rentabilidade operacional de uma empresa num determinado período.
- **Mercado Monetário Interbancário** - Mercado onde os Bancos pedem crédito ou emprestam dinheiro entre si, consoante as necessidades.
- **Obrigações do Tesouro (OT's)** – Título de dívida pública emitido pelo Tesouro com pagamentos periódicos de juros de cupão e resgate pelo valor nominal.
- **Passivo** - Total das dívidas e obrigações de uma organização. Consiste no oposto do activo, que representa o total de bens da empresa.
- **Passivos Remunerados** – Passivos que requerem o pagamento de juros, tais como empréstimos bancários e obrigações empresariais.
- **Política Monetária** - Conjunto de medidas adoptadas para controlar a oferta de moeda e crédito e, consequentemente, a taxa de juro de uma determinada economia. O Banco Central é o responsável pela execução da política monetária do país.
- **Produto Bancário** - Conjunto das receitas recebidas por uma instituição financeira: comissões, juros, *trading*, operações interbancárias.
- **Produto Interno Bruto (PIB)** - soma de todos os bens e serviços produzidos num país e num determinado período de tempo, geralmente um ano.
- **Proveitos Financeiros** - Juros cobrados pelos créditos concedidos, calculados através da taxa de juro activa.
- **Rácio crédito vencido** - Rácio entre o saldo do crédito a Clientes com prestações de capital ou juros vencidos e o Crédito a Clientes total.
-

- **Rácio de Solvabilidade Regulamentar** - O Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR) corresponde à relação entre os Fundos Próprios Regulamentares (FPR) e o valor do património exposto aos riscos inerentes às operações realizadas pelas sociedades cooperativas de crédito.
- **Rácio de Transformação** - Rácio entre o Crédito a Clientes total deduzido da Imparidade acumulada para crédito a Clientes (valor de Balanço) e os Depósitos de Clientes.
- **Redesconto Bancário** - Instrumento de controlo monetário no qual o Banco Central concede empréstimos aos Bancos comerciais a taxas acima das praticadas no mercado.
- **Rendibilidade dos activos (ROA)** - Indicador, em percentagem, que compara o lucro líquido com os activos líquidos da empresa, isto é, deduzidos das amortizações acumuladas. Mede o lucro gerado por cada unidade monetária de activos.
- **Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)** - Mede a eficiência de uma empresa a gerar lucros a partir do activo líquido (situação líquida), isto é, indica qual a percentagem de lucro gerado a partir do capital dos accionistas.
- **Spread** - Diferença entre o preço oferecido pelos compradores e o preço pretendido pelos vendedores no âmbito da oferta e da procura nos mercados financeiros.
- **SPTR** - Sistema de Pagamentos Angolano em Tempo Real, operado, administrado e propriedade do BNA
- **STC** - Subsistema de Transferências a Crédito.
- **Stress test** - Procedimento no qual se testam diversos cenários, por forma a analisar o comportamento dos valores de uma carteira de investimentos. Trata-se de avaliar o valor da carteira em situações atípicas.
- **Swift** - Sociedade para a Telecomunicação Financeira Interbancária Mundial, (*Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication*), que assegura o serviço de comunicações interbancárias. Os seus serviços são utilizados nos mercados de divisas, de dinheiro e de valores mobiliários, para as mensagens de confirmação e de pagamento.
- **Taxa de Bancarização** – Taxa de utilização de serviços financeiros por parte da população de um país.
- **Taxa de cedência de fundos** – Taxa pela qual o Banco nacional de um país compra ou vende a sua moeda, para a fazer regressar ao valor anterior.
- **Taxas Directoras** - Taxas de juro determinadas pelos Bancos centrais, que servem de base às taxas de juro praticadas numa economia.
- **Taxa de Juro** - Preço do dinheiro que o tomador deve pagar ao proprietário do capital emprestado, durante um determinado período de tempo, expresso em percentagem.
- **Taxa principal de refinanciamento** - Taxa mínima aplicada às operações de cedência de liquidez, efectuadas através de leilões semanais, por um prazo de duas semanas.
- **TLTRO'S (*Targeted long-term refinancing operations*)** - Operações de refinanciamento a instituições de crédito com prazo alargado.
- **TPA (Terminal de Pagamento Automático)** - Terminal de rede do sistema bancário que permite ao Cliente efectuar diversos tipos de operações em regime de auto-serviço, sem necessidade de recorrer aos balcões das agências bancárias.
- **VAL (Valor Actualizado Líquido)** - Valor actualizado dos cash flows futuros esperados das operações.
- **Way4** – Plataforma da EMIS para gestão de cartões.
- **Write-offs** - Abate do crédito vencido, registado no activo, que se encontra integralmente provisionado e em relação ao qual não existam perspectivas de recuperação. O abate faz-se por contrapartida de provisões, pelo que não gera qualquer impacto na conta de resultados.
- **Yields** - Trata-se do principal indicador do mercado de investimento imobiliário. Deverá ser encarada como uma medida de risco da rentabilidade no futuro: quanto maior a yield, maior o preço, maior o risco associado e maiores as oportunidades de rentabilização futura.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

# Contactos do BFA

## EDIFÍCIO SEDE



Rua Amílcar Cabral, n.º 58  
Maianga – Luanda  
Telefone: (+244) 222 638 900

### Website:

[www.bfa.ao](http://www.bfa.ao)

### Homebanking:

[www.bfanet.ao](http://www.bfanet.ao)

[www.bfanetempresas.ao](http://www.bfanetempresas.ao)

### Linha de Atendimento BFA:

(+244) 923 120 120

Siga-nos em:



Banco de Fomento Angola

## CENTROS DE INVESTIMENTO

### SEDE

Rua Amílcar Cabral, n.º 58  
Maianga  
Luanda  
Telefone: (+244) 222 638 900  
Fax: (+244) 222 638 948

### SOLAR DE ALVALADE

Rua Emílio Mbidi, Bairro Alvalade  
Maianga  
Luanda  
Telefone: (+244) 222 696 487  
Fax: (+244) 222 696 442

### BAIXA

Rua Sequeira Lukoki  
Ingombota  
Luanda  
Telefone: (+244) 222 336 285  
Fax: (+244) 222 332 242

### TALATONA

Rua Centro de Convenções S8  
Bairro Talatona, Casa dos Frescos  
Belas  
Luanda  
Telefone: (+244) 926 920 352  
Fax: (+244) 222 696 442

### MAJOR KANHANGULO

Rua Major Kanhangulo  
98/103 Ingombota  
Luanda  
Telefone: (+244) 222 394 456  
Fax: (+244) 222 393 145

### LOBITO CAPONTE

Av. Salvador Correia,  
Zona Industrial da Caponte,  
Benguela  
Telefone: (+244) 272 226 242  
Fax: (+244) 272 226 756

### SERPA PINTO

Largo Serpa Pinto n.º 233,  
R/C Ingombota  
Luanda  
Telefone: (+244) 222 392 094  
Fax: (+244) 222 393 195

### BENGUELA CASSANGE

Rua Comandante Cassange  
Benguela  
Telefone: (+244) 272 230 190  
Fax: (+244) 272 230 196



## CENTROS DE EMPRESAS

### SEDE

Rua Amílcar Cabral, n.º 58  
Maianga  
Luanda  
Telefone: (+244) 222 638 900  
Fax: (+244) 222 638 948

### VIANA POLO INDUSTRIAL

Estrada de Catete – Polo  
Industrial KM 23  
Luanda  
Telefone: (+244) 222 696 487  
Fax: (+244) 222 696 488

### CENTRO DAS GRANDES EMPRESAS

Rua Amílcar Cabral, n.º 58  
Maianga  
Luanda  
Telefone: (+244) 222 638 900

### LUBANGO

Av. 4 de Fevereiro, Laureanos,  
Lubango  
Huíla  
Telefone: (+244) 261 225 689  
Fax: (+244) 261 224 973

### VIANA ESTALAGEM

Estalagem do Leão  
Estrada Principal de Viana  
Luanda  
Telefone: (+244) 931 964 715  
Fax: (+244) 222 291 083

### CABINDA – DEOLINDA RODRIGUES

Rua Comendador Henriques Serrano,  
Bairro Deolinda Rodrigues  
Cabinda  
Telefone: (+244) 231 220 309  
Fax: (+244) 231 220 382

### LOBITO CAPONTE

Av. Salvador Correia,  
Zona Industrial da Caponte, 1.º Andar  
Zona Industrial da Canata  
Benguela  
Telefone: (+244) 272 226 240  
Fax: (+244) 272 226 238

### MAJOR KANHANGULO

Rua Major Kanhangulo,  
N.º 93 / 103  
Ingombotas  
Luanda  
Telefone (s): (+244) 222 394 022  
Fax: (+244) 222 393 839

### BENGUELA CASSANGE

Rua Comandante Cassange  
Benguela  
Telefone: (+244) 272 236 605  
Fax: (+244) 272 236 606

### SANTA BÁRBARA

Av.ª Marginal 2,  
Ingombotas  
Luanda  
Telefone: (+244) 222 696 419  
Fax: (+244) 222 696 420

### TALATONA

Rua do SIAC, Bairro Talatona  
Talatona  
Luanda  
Telefone: (+244) 926 920 351  
Fax: (+244) 222 447 041

### OIL & GAS OPERATORS

Rua Amílcar Cabral, n.º 58  
Maianga  
Luanda  
Telefone: (+244) 222 638 986  
Fax: (+244) 222 638 970

### MORRO BENTO

Rua 21 de Janeiro, Morro Bento  
Luanda  
Telefone: (+244) 935 545 499  
Fax: (+244) 222 696 493

### CACUACO

Estrada Directa de Cacuoaco,  
Largo da Igreja, Cacuoaco  
Luanda  
Telefone: (+244) 934 275 511  
Fax: (+244) 222 511 413

### OIL & GAS VENDORS

Rua Amílcar Cabral, n.º 58  
Maianga  
Luanda  
Telefone: (+244) 222 696 430  
Fax: (+244) 222 638 970

### RAINHA GINGA

Rua Rainha Ginga, n.º 34  
1ª andar  
Luanda  
Telefone: (+244) 222 392 952  
Fax: (+244) 222 392 734

